

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

BRUNA KUNRATH

**BRASIL E ÍNDIA:
INSERÇÃO INTERNACIONAL E A CAMPANHA PELA VAGA PERMANENTE NO
CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU**

Porto Alegre

2012

BRUNA KUNRATH

**BRASIL E ÍNDIA:
INSERÇÃO INTERNACIONAL E A CAMPANHA PELA VAGA PERMANENTE NO
CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

Porto Alegre

2012

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

K96b Kunrath, Bruna

Brasil e Índia : inserção internacional e a campanha pela vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU / Bruna Kunrath. – Porto Alegre, 2012.
160 f. : il.

Orientador: André Luiz Reis da Silva.

Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, 2012.

1. Relações internacionais : Brasil : Índia. 2. Conselho de Segurança (Organização das Nações Unidas). 3. Segurança internacional. I. Silva, André Luiz Reis da. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. III. Título.

CDU 327(81/540)

BRUNA KUNRATH

**BRASIL E ÍNDIA:
INSERÇÃO INTERNACIONAL E A CAMPANHA PELA VAGA PERMANENTE NO
CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 26 de novembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva (orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Diego Pautasso
Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço

à Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
ao orientador Dr. André Luiz Reis da Silva,
à professora Dra. Máira Baé Baladão Vieira,
ao PPG em Estudos Estratégicos Internacionais,
a meus pais e aos amigos.

Há preconceito com o nordestino
Há preconceito com o homem negro
Há preconceito com o analfabeto
Mas não há preconceito se um dos três for rico

Criolo

RESUMO

O objetivo desta dissertação é examinar a motivação de os EUA terem formalizado seu apoio diplomático à candidatura da Índia para a obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, enquanto mantêm uma postura mais reticente em relação ao pleito do Brasil. A hipótese primordial é a de que a diplomacia estadunidense busca defender interesses próprios; a parceria estratégica com a Índia viria, portanto, interligada à manutenção da influência dos EUA na Ásia, região onde a esfera de influência da chinesa é crescente. Para tanto esta dissertação também abordará o processo de deliberações a respeito da reforma do Conselho de Segurança, a qual se encontra presente na mesa de negociações desde os anos 1990. Busca-se analisar as propostas dos grupos de pressão que se colocaram em torno deste tema, buscando observar quais são suas argumentações em defesa de seus projetos e críticas em relação aos outros. Além disso, também examina-se a postura dos membros permanentes do CSNU em relação a uma possível reforma das Nações Unidas. Com isso, busca-se inferir quais seriam os obstáculos que tem atravancado o processo de reforma das Nações Unidas e se Brasil e Índia estariam próximos ou distantes de atingir o objetivo de adentrar no CSNU como membros permanentes. Ainda, também analisa-se as inserções internacionais de Brasil e Índia, buscando observar semelhanças e diferenças tanto em seu comportamento na esfera internacional como em suas capacidades de atuação no sistema internacional. Observa-se que, pelo fato de serem grandes países com grandes populações, crescentes economias, com sistema democrático estável e amplo engajamento nas Nações Unidas, há mais semelhanças do que diferenças na inserção destes dois países e, como potências emergentes, demonstram se credenciar à vaga permanente no Conselho de Segurança.

Palavras-chave: Brasil. Índia. Conselho de Segurança.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to examine the motivation of the USA support over the Indian candidature for a permanent seat in the United Nations Security Council, while the USA is reticent about the Brazilian claim. The main hypothesis is that the USA diplomacy is seeking to defend its own interests; the strategic partnership with India, thus, comes from the maintenance of the USA influence in Asia, a region where the sphere of influence of China is growing. This dissertation will approach the deliberation process on the Security Council reform, which is present in negotiations since the 1990s. The aim is, therefore, to analyze the proposals of the lobbies that are engaged in this topic. Besides, it also examines the position of the UNSC permanent members in relation to the possibility of the United Nations reform. Therewith, it aims to conclude what are the obstacles that are obstructing the process of the United Nations reform and if Brazil and India would be close or far to achieve the goal of becoming new permanent members of the UNSC. Moreover, it also analyzes the international insertion of Brazil and India, seeking to observe similarities and differences in their behavior in the international field and in their ability to act in the international system. It is observed that, because they are big countries with big populations, growing economies, with stable democratic systems and broader engagement in the United Nations, there are more similarities than differences in the international insertion of these two countries and, as emerging powers, it shows that they accredit the Security Council permanent seat.

Keywords: Brazil. India. Security Council.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Contingentes militares de Brasil e Índia em Operações de Paz da ONU (1990-2011).....	115
Gráfico 2 – Contingentes de Brasil e Índia em Operações de Paz da ONU relativo à população total, em milhões (1990-2011).....	115
Gráfico 3 – Evolução da colocação de Brasil, Índia e o P-5 no <i>ranking</i> de contribuição de tropas para as Operações de Paz da ONU (1995-2012).....	116
Gráficos 4, 5 e 6 – Porcentagem da participação das tropas por país (1998, 2005, 2012).....	117
Gráfico 7 – Evolução da colocação de Brasil, Índia, Argentina e Paquistão no <i>ranking</i> de contribuição de tropas para as Operações de Paz da ONU (1995-2012).....	118
Gráfico 8 – Evolução da colocação dos países do G-4 no <i>ranking</i> de contribuição de tropas para as Operações de Paz da ONU (1995-2012).....	118
Gráfico 9 – Evolução da contribuição financeira de Brasil e Índia para o orçamento da ONU, em US\$ (1995-2012).....	120
Gráfico 10 – Evolução da contribuição financeira de Brasil, Índia e do P-5 para o orçamento da ONU, em US\$ (1995-2012).....	121
Gráfico 11 – Evolução da contribuição de Brasil, Índia, Argentina e Paquistão para o orçamento da ONU, em US\$ (1995-2012).....	122
Gráfico 12 – Evolução da contribuição de Brasil, Índia, Japão e Alemanha para o orçamento da ONU, em US\$ (1995-2012).....	122
Gráfico 13 – Participação dos países do P-5 e do BRICS no orçamento da ONU (2012).....	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Propostas sobre a ampliação do Conselho de Segurança da ONU apresentadas no relatório de Koffi Annan (2005).....	71
Tabela 2 – Propostas de G-4, União Africana e Unidos pelo Consenso para a ampliação do Conselho de Segurança da ONU.....	73
Tabelas 3 e 4 – Listas com o PIB dos países em valores nominais e em Paridade de Poder de Compra (2011), respectivamente.....	104
Tabelas 5 e 6 – Listas com a população (2010) e a área territorial dos países, respectivamente.....	105
Tabelas 7 e 8 – Lista com os contingentes das Forças Armadas dos países e de gastos militares (2012), respectivamente.....	107

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 INSERÇÃO INTERNACIONAL DE BRASIL E ÍNDIA E AS CAMPANHAS PELA VAGA PERMANENTE NO CSNU.....	14
2.1 O CONCEITO DE POTÊNCIA MÉDIA E AS POLÍTICAS EXTERNAS DE BRASIL E ÍNDIA: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS.....	15
2.1.1 O conceito de Potência Média de Ricardo Sennes.....	15
2.1.2 A Inserção Internacional de Brasil e Índia: semelhanças e diferenças.....	17
2.2 A CAMPANHA PELA OBTENÇÃO DE UMA VAGA PERMANENTE: MOTIVAÇÕES E ARGUMENTOS DE BRASIL E ÍNDIA.....	26
3 A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU: PROPOSTAS DE RE-ESTRUTURAÇÃO.....	57
3.1 HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CSNU.....	57
3.2 PROPOSTAS DE AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE MEMBRO NO CSNU: G-4, UNIDOS PELO CONSENSO E UNIÃO AFRICANA.....	68
3.3 A POSTURA DOS MEMBROS PERMANENTES EM RELAÇÃO À CRIAÇÃO DE NOVAS VAGAS PERMANENTES E ÀS CAMPANHAS DE BRASIL E ÍNDIA.....	77
4 AS CONTRIBUIÇÕES DE BRASIL E INDIA PARA A ONU E O GRAU DE ACEITAÇÃO REGIONAL A SEUS PLEITOS PELO ASSENTO PERMANENTE...100	100
4.1 PARTICIPAÇÃO DE BRASIL E ÍNDIA NAS OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU.....	107
4.2 CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA DE BRASIL E ÍNDIA PARA A ONU E PARTICIPAÇÃO COMO MEMBROS NÃO-PERMANENTES NO CONSELHO DE SEGURANÇA.....	118
4.3 POSTURA DOS VIZINHOS REGIONAIS EM RELAÇÃO AO PLEITO DE BRASIL E ÍNDIA POR UMA VAGA PERMANENTE NO CONSELHO DE SEGURANÇA.....	124
5 CONCLUSÃO.....	137
REFERÊNCIAS.....	144

1 INTRODUÇÃO

Dentre as mudanças observadas na configuração do sistema internacional na segunda metade do século XX, além da ordem proposta pelas Nações Unidas, de um sistema liderado por cinco países membros permanentes do Conselho de Segurança, destaca-se a aparição de diversos novos Estados no que se passou a denominar Terceiro Mundo, mais especificamente na Ásia e na África, decorrente do processo de descolonização. Nesse âmbito, ao lado do Conselho de Segurança, cabe citar a criação da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, órgão mais representativo que dá direito a voto a cada um de seus membros, como instituição que daria certo poder de influência e defesa de interesses desses novos países. Percebe-se, portanto, que a Organização das Nações Unidas é criada já reconhecendo que alguns países tem um poder de decisão muito maior em relação a outros países, confirmando a criação de uma estrutura oligarquizada, apesar de ter havido uma reforma com o aumento do número de membros não-permanentes de seis para dez em 1965. Ao lado disso, observou-se também a propulsão de países do Terceiro Mundo que conseguiram efetuar o processo de industrialização, como forma de superar a situação de subdesenvolvimento. A projeção econômica destes países fez com que se modificasse seus padrões de inserção internacional, não raro carregando uma política externa que buscava o reconhecimento do *status* de potência emergente.

A partir de tal cenário, a divisão dos países por nível de poder no sistema internacional tornou-se um esforço recorrente na literatura de relações internacionais, tendo como o objeto de maior problemática a conceituação daqueles países que não se enquadram, nem entre as grandes potências, nem entre os países com menor grau de desenvolvimento. Potências médias, potências emergentes, semiperiferia, entre outros, foram alguns dos conceitos criados para analisar a inserção destes países. Destacam-se, entre estes países, aqueles países do Terceiro Mundo de grandes proporções territoriais e populacionais, que conseguiram atingir um crescimento econômico notável e certos avanços em termos produtivos, atingindo a industrialização. A partir de tais características, tais países conseguiram se projetar ao menos em nível regional, o que, com o passar das décadas, foi-se notando com o aprofundamento dos projetos de integração e a interpretação de que um mundo multipolar estaria emergindo a partir de novos pólos de poder já no século XXI.

Tais mudanças observadas, ao longo desse período, estão diretamente conectadas à campanha que alguns países iniciaram pela reforma da estrutura do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sinalizando o anacronismo do órgão, o qual não mais representaria

corretamente a configuração do sistema internacional contemporâneo. Nos anos 2000, o G-4 surgiu como a união de alguns países, Brasil, Índia, Alemanha e Japão, que defenderiam suas entradas conjuntas como membros permanentes do CSNU. Dentre os quais, destacam-se os dois primeiros, grandes países em desenvolvimento, que possuem vulnerabilidades semelhantes, como desigualdades sócio-econômicas, pobreza, fome, êxodo rural, periferização urbana, entre outras; assim como apresentam potencialidades semelhantes a partir da estabilidade política, do regime democrático consolidado, da robustez de suas economias e de projetos de integração que visam a atingir uma maior escala para o crescimento de suas economias e também propulsar suas lideranças no âmbito regional. Índia e Brasil demonstram, portanto, se colocar em uma mesma ordem se dividirmos o sistema internacional em níveis de poder e influência. Não se adequando entre as grandes potências, nem entre os países menores, são reconhecidos como países influentes, mas ao mesmo tempo constrangidos por um sistema conduzido pelas grandes potências.

Nesse ponto, cabe ressaltar que o ímpeto do G-4 pela reforma do Conselho de Segurança é só uma parte de um amplo debate acerca desse tema, que ganhou relevo a partir dos anos 1990, tendo-se mantido até os dias atuais na pauta de discussões dos fóruns multilaterais. Com o fim do bipolarismo, esperava-se que o sistema internacional ia passar a ser regido pelas Nações Unidas, o clima de otimismo era alto em relação ao institucionalismo como meio para se atingir uma ordem baseada na cooperação e se alcançar a paz mundial. O Conselho de Segurança, em específico, não teria mais os obstáculos do período da Guerra Fria, cujo conflito entre Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas impedia qualquer resolução que fosse desfavorável a um dos blocos, dado o poder de veto destes dois países. No entanto, também a partir dos 1990, haveria uma escalada de conflitos, primordialmente no mundo subdesenvolvido, o que demandou muitos esforços do Conselho de Segurança. A impossibilidade do órgão máximo das Nações Unidas de estabelecer e manter a paz nesses focos de instabilidade novamente colocou sua eficiência e sua legitimidade em cheque, o que se agravaria, a partir dos anos 2000, com a crise do multilateralismo, ocasionada, dentre outros motivos, pela invasão militar unilateral de EUA e aliados ao Iraque em 2003.

Nesse sentido, a principal observação levantada pelos países que defendem uma reforma é a de que a estrutura do Conselho de Segurança seria anacrônica, refletindo a configuração de poder do pós-II Guerra Mundial, e não a atual. Caberia, portanto, a expansão de seus membros, interligando a noção de aumento da representatividade com o aumento de eficiência e legitimidade do Conselho de Segurança. No entanto os blocos de pressão que se

configuraram em torno da questão da reforma não têm encontrado um denominador comum em suas propostas, o que ocasionou a imobilização de avanços concretos em relação à reforma. Além do G-4, a União Africana e o grupo denominado Unidos pelo Consenso (também conhecido como *Coffee Club*) colocaram na mesa suas propostas, as quais entraram em conflito entre si. As questões mais problemáticas são o direito de veto, bem como a categoria dos novos membros, se seriam criadas novas vagas permanentes ou somente mais vagas não-permanentes com mandato mais extenso. Além desse conflito de propostas, também há o obstáculo dos atuais membros permanentes (P-5), os quais, primeiramente, ainda na década de 1990, não se mostraram muito favoráveis a um aumento do número de membros do Conselho de Segurança.

O P-5 possui uma visão bem oposta em relação aos países que demandam a reforma. Principalmente os EUA defendem a visão de que um aumento no número de membros do Conselho de Segurança, na verdade, tornaria o órgão menos eficiente, sendo mais difícil se chegar a um consenso nas deliberações com mais Estados participantes. Com o passar dos anos, Reino Unido, França e Rússia foram flexibilizando suas posições, sendo, no presente, as posições de EUA e China as mais rígidas em relação à reforma. A China já sinalizou ser favorável à democratização do Conselho de Segurança, não se opondo à entrada de países como Brasil e Índia; no entanto é terminantemente contrária à entrada do Japão, o que faz com que o G-4 perca força. Os EUA são um tanto reticentes em relação à reforma, tendo inicialmente sido favoráveis à entrada de Japão e Alemanha, pela capacidade de contribuição econômica que esses dois países poderiam dispor para financiamento das Nações Unidas. Já em relação aos países em desenvolvimento, só foi formalmente defendida a candidatura da Índia a uma vaga permanente em 2010.

O presente trabalho, portanto, tem como objetivo principal descrever as estratégias diplomáticas que Brasil e Índia têm utilizado para defender seus pleitos à vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, atentando para as inserções internacionais, os discursos oficiais e o posicionamento destes países em termos de capacidades atualmente no sistema internacional. Como objetivo secundário, examinar-se-á a motivação de os EUA terem concedido apoio formal ao pleito da Índia e, ao mesmo tempo, adotarem uma postura reticente em relação à candidatura brasileira, ainda que não opositora. Coloca-se em relevo a posição dos EUA, não só por representarem a maior potência do Conselho de Segurança, em termos de poder militar e econômico, mas também por ser o único membro permanente que não adotou uma posição diferenciada em relação aos dois países, Brasil e Índia. A hipótese primordial é a de que a postura dos EUA, bem como dos outros membros permanentes, é

baseada em seus interesses próprios. Para os EUA, a Índia oferece um ponto de apoio na Ásia, região na qual a China vem aumentando seu rol de influência. A Índia seria, portanto, um grande aliado dos EUA para manter seu poder de influência na Ásia. Já na América Latina, os EUA já são o *hegemon*, prescindindo de um aliado para manter sua influência no continente que historicamente faz parte de seu rol de influência imediato. Na realidade, os EUA vêm tentando buscar outros aliados no subcontinente sul-americano, com destaque para a Colômbia.

Para avaliar tal hipótese, buscar-se-á observar as semelhanças e as diferenças da inserção internacional de Brasil e Índia, com maior foco no período pós-Guerra Fria. Para tanto, no primeiro capítulo, inicialmente apresenta-se o estudo de Ricardo Sennes (2003) a respeito do conceito de potência média e analisa-se as políticas externas de Brasil e Índia à luz desse conceito, com a utilização de bibliografia disponível. Em seguida, faz-se uma análise dos discursos dos dois países, principalmente na Assembléia Geral da ONU, buscando observar o rol argumentativo dos países em relação à reforma consular e a suas candidaturas, novamente, examinando as semelhanças e as diferenças entre os dois. No segundo capítulo, mostra-se, inicialmente, como foi formado o Conselho de Segurança e escolhidos seus membros permanentes, traçando-se um breve histórico de seu funcionamento no período da Guerra Fria. Utiliza-se a teoria de Ikenberry (2001) a respeito da consolidação de uma ordem institucional criada pelo Estado-líder, que lhe garante vantagens e privilégios no longo prazo, ainda que haja uma queda relativa de seu poder; em seguida, examina-se o surgimento da idéias de reforma do órgão nos anos 1990 e as propostas de cada grupo de pressão que se consolidou em torno do tema; no terceiro ponto expõe-se a postura do P-5 em relação às candidaturas de Brasil e Índia, utilizando-se primordialmente fontes primárias, com notícias de jornais disponíveis nesse tema. No terceiro capítulo, faz-se uma comparação entre Brasil e Índia. Inicialmente, leva-se em consideração indicadores de capacidades importantes segundo o estudo de Holbraad (1989). Em seguida observar-se as participações no Conselho de Segurança, nas Operações de Paz da ONU e no montante das contribuições que Brasil e Índia têm fornecido para as Nações Unidas, tendo como fonte dados disponíveis no *site* oficial da ONU. Na última sessão, examina-se se Brasil e Índia têm conseguido obter adesão dos países de sua região para suas candidaturas à vaga permanente a partir de notícias de jornais nesse tema.

2 INSERÇÃO INTERNACIONAL DE BRASIL E ÍNDIA E AS CAMPANHAS PELA VAGA PERMANENTE NO CSNU

Nesta sessão serão analisadas as políticas externas de Brasil e Índia, observando as semelhanças e as diferenças em suas estratégias de inserção internacional, com a análise iniciando no pós-II Guerra Mundial até os dias atuais. Escolhe-se este período levando-se em consideração o período em que ambos os países já possuíam autonomia política. Lembra-se que a Índia adquiriu sua independência do Reino Unido em 1947. Inicialmente, observa-se as concepções gerais de política externa dos dois países e suas oscilações. Na segunda sessão do capítulo, foca-se nas estratégias diplomáticas de Brasil e Índia especificamente na campanha pela reforma da ONU e nas suas candidaturas à vaga permanente no Conselho de Segurança, tendo como período de análise o início dos anos 1990 até os dias atuais. Utiliza-se, para tanto, discursos oficiais, principalmente, os proferidos nas sessões anuais da Assembleia Geral da ONU, como fonte bibliográfica.

2.1 O conceito de Potência Média e as políticas externas de Brasil e Índia: semelhanças e diferenças

Esta sub-sessão apresenta inicialmente o conceito de Potência Média de Ricardo Sennes para dar embasamento, na sub-sessão seguinte, à análise das políticas externas de Brasil e Índia. Tal conceito é importante para colocar um parâmetro em relação ao posicionamento destes dois países no sistema internacional, observando o padrão de comportamento no plano externo dos países que ocupam uma posição intermediária na ordem global.

2.1.1 O conceito de Potência Média de Ricardo Sennes

Ricardo Sennes (2003) procura contribuir para a definição conceitual dos países que ocupam uma posição intermediária no sistema internacional, geralmente denominados países emergentes, potências médias, regionais ou como semiperiferia, entre outros conceitos. Para tanto, o autor discorre sobre algumas das análises de autores acerca do tema, buscando encontrar consistências e inconsistências com a finalidade de chegar a uma síntese de sua própria conceituação.

Ao discorrer sobre os estudos mais relevantes que procuraram definir as potências médias, Sennes cita inicialmente a análise de Selcher e Scheider, a qual se baseia na análise quantitativa dos fatores tangíveis que condicionaria uma Potência Média; para Sennes, porém, a análise peca em deixar de lado uma análise comportamental dos Estados no sistema

internacional, o que é abrangido no estudo de Myers, o qual dá ênfase à inserção regional e à aspiração de hegemonia regional da Potência Média. Wood também enfatiza a ação diplomática internacional das Potências Médias, observando as possibilidades estratégicas e os interesses comuns que agrupam os Estados nesse conceito. Já Keohane coloca como parâmetro para definir a Potência Média o grau de influência que o país dispõe no sistema internacional. Holbraad busca observar o comportamento das Potências Médias em diferentes configurações da ordem internacional, uni, bi, multipolar, observando o maior e o menor grau de autonomia que as Potências Médias dispõem em cada um (SENNES, 2003). Caberia ainda citar a análise de Arrighi (1997), o qual conceitua a semiperifera do sistema como o conjunto dos Estados que possuem uma combinação semelhante de atividades do núcleo orgânico do capitalismo (países centrais) e de periferia, o que os afastam da periferia, mas que impedem que ascendam à condição de núcleo orgânico. Para Arrighi, no entanto, a combinação mais ou menos igual de núcleo orgânico e periferia em uma jurisdição possibilita que os Estados semiperiféricos possam resistir à periferização ao explorar sua vantagem de receitas frente aos países periféricos e de custo diante dos países do núcleo orgânico.

Sennes conclui, definindo Potência Média como a intersecção entre dois conjuntos: o dos Estados que ocupam uma posição intermediária no sistema internacional, ou de *system-affecting states* e o dos Estados que participam intensamente dos sistemas regionais onde se encontram.

Mas o objeto de análise de inserção internacional de Sennes é ainda mais refinado, buscando caracterizar o comportamento das Potências Médias da periferia do sistema que passaram pelo processo de industrialização. Para o autor, tal fator seria determinante para a mudança no padrão de inserção desses países e em suas respectivas políticas externas, dado que teria aumentado a capacidade de negociação, ou seja, o poder relativo na esfera global.

Como embasamento de tal hipótese, o autor se utiliza do estudo de Soares de Lima, o qual foca justamente no comportamento das potências médias recém-industrializadas, levando em conta suas aspirações internas e seus constrangimentos externos. Para a autora, tais países oscilariam sua forma de inserção internacional entre três padrões: 1) inserção periférica; 2) inserção autônoma; 3) carona (*free-riders*). A autora conclui que há uma semelhança no padrão de comportamento dos países de porte médio recém-industrializado, sendo seu traço mais característico a natureza multifacetada, que mescla as formas de inserção citadas acima em uma mesma política externa, dado que as capacidades e as vulnerabilidades variam de

acordo com o campo de ação¹. Nesse sentido, existiriam cinco “tipos analíticos” de estratégias externas das Potências Médias: unilateral; “caronas”; hegemonia regional; ação de liderança; e ação reativa à coerção de terceiros; as quais, podem ser combinadas nas política de inserção internacional destes países.

Sennes conclui sua análise teórica, adicionando à intersecção realizada anteriormente, os conjuntos dos países em desenvolvimento e recém-industrializados, marcando as características de dupla inserção (global e regional) e a ação multifacetada como padrão das potências médias recém-industrializadas.

Após definir os países objeto de seu estudo, Sennes (2003) caracteriza seus padrões de comportamento em cada escopo de atuação: multilateral, regional e bilateral. Nas relações multilaterais, as Potências Médias tenderiam a dar preferência aos fóruns multilaterais, por colocar todos os Estados em igualdade formal e por constranger a atuação das Grandes Potências. No âmbito bilateral, há uma diferença no padrão comportamental com as Grandes Potências e os países pequenos; com aquelas, as Potências Médias buscariam enfraquecer esse tipo de relação, o que pode ser atingido com a diversificação de parcerias; já com os países menores, as Potências Médias atuariam de forma a reforçar a sua influência e as relações vantajosas. No que diz respeito ao escopo regional, a Potência Média atuaria de forma a se legitimar como potência regional hegemônica, evitando que potências extra-regionais interfiram na dinâmica da região.

Posto isto, buscar-se-á, na próxima sessão, verificar se Brasil e Índia tiveram padrão de comportamento parecido com o de uma Potência Média, e se, portanto, os dois países possuem uma estratégia de inserção internacional semelhante.

2.1.2 A Inserção Internacional de Brasil e Índia: semelhanças e diferenças

Brasil e Índia possuem algumas semelhanças em fatores de grande relevância, como a grandiosidade territorial e populacional, que possibilita certa proeminência em nível regional, assim como possuem semelhante trajetória histórica de emancipação de uma situação de colonialismo, implementação de um processo de industrialização no século XX, como variável do desenvolvimento sócio-econômico, e de demonstração de relativa estabilidade político-institucional sobretudo a partir de meados dos anos 1980 no caso brasileiro. A partir

¹ “A necessidade de adotar uma multiplicidade de estratégias externas seria derivada do jogo cruzado de pressões que os países recém-industrializados sofrem em diversos campos do sistema interanconal e do desequilíbrio de seus recursos de poder, gerando capacidades e vulnerabilidades variadas de acordo com o campo de ação” (SENNES, 2003, p.87).

disso, o próprio Ricardo Sennes afirma ser inquestionável a categorização do Brasil como Potência Média da semiperiferia, considerando como caso paradigmático do conceito ao lado justamente da Índia.

Recuando um pouco na história, observa-se que tanto Brasil como Índia buscaram implementar estratégias que os afastassem da dinâmica do conflito Leste-Oeste da Guerra Fria, embora fosse inevitável ficar completamente à margem da ordem bipolar surgida com o fim da Segunda Guerra Mundial. A Índia talvez tenha tido a postura de não-alinhamento mais emblemática, sendo essa a principal característica da política externa de Nehru, primeiro chefe de Estado da Índia pós-independência. Conhecida como política externa calcada no idealismo prático, a Índia buscava explorar uma postura de autonomia em relação às esferas de influência das duas superpotências, EUA e URSS, de forma a buscar adesão aos problemas enfrentados pelos países da periferia do sistema, denunciando a divisão internacional do trabalho, o imperialismo e apoiando movimentos anti-colonialistas e anti-racistas. Além disso, emplacaria um modelo de industrialização baseado na substituição de importações, voltado para o mercado interno e fortemente protecionista (GUIMARAES, 1998, p.15). Interpreta-se que, inclusive, a Índia buscava ficar distante da disputa Leste-Oeste para não precisar destinar recursos das políticas de desenvolvimento econômico para o setor militar e armamentista:

It is in the early phase of Non-alignment that the fundamental objectives of India's foreign policy were determined. These are to maintain national identity in world politics instead of becoming cogs in the wheels of great power politics, to help the preservation of world peace and promotion of international cooperation antithetically to the Cold War for the sake of a pluralistic and just world order; to seek the liquidation of colonialism and racialism in international politics; to promote disarmament, conventional as well as nuclear, to work for riddance from economic backwardness by putting the pressure of persuasion on the advanced nations for economic and technical aid and for relaxed trade terms; to promote and help sustain egalitarian and democratic trends in world politics against hegemony (PAVITHRAN, 2010, p.6).²

De igual modo, o Brasil também buscou marcar uma postura distante em relação ao conflito EUA e URSS, no que Vigevani (2003, 2005) conceitua como busca de *autonomia pela distância*, que duraria até o fim dos anos 1980. Tal política teria como cerne a não-aceitação automática dos regimes internacionais e a crença no desenvolvimento parcialmente autárquico, voltado para o mercado interno; conseqüentemente, seria uma diplomacia que se

² “É no início da fase do Não-alinhamento que os objetivos fundamentais da política externa da Índia são determinados. Estes são: manter a identidade nacional na política mundial em vez de se tornar engrenagens nas rodas da política das grandes potências; ajuda na preservação da paz mundial e promover a cooperação internacional antiteticamente à Guerra Fria, tendo em vista uma ordem mundial mais pluralista e justa; buscar a liquidação do colonialismo e do racismo na política internacional; promover o desarmamento convencional, assim como o nuclear; trabalhar para a libertação do atraso econômico, colocando a pressão da persuasão nas nações desenvolvidas para a ajuda econômica e técnica e para a flexibilização dos termos de troca; promover e ajudar a sustentar correntes igualitárias e democráticas na política mundial contra a hegemonia”.

contrapunha a certos aspectos da agenda das grandes potências para a preservação da soberania do Estado. O Brasil buscava sobretudo evitar se engajar em regimes internacionais que pudessem sinalizar uma tomada de posição no conflito Leste-Oeste.

Mesmo assim, se observaram certas oscilações no comportamento dos dois países. Sabe-se que o Brasil, apesar de se mostrar distante dos regimes internacionais, esteve sempre dentro da órbita de influência dos EUA durante a Guerra Fria, oscilando entre momentos de maior aproximação e de maior distanciamento. Apesar de procurar exercitar sua autonomia em políticas como a PEI e o Pragmatismo Responsável, o país manteve-se no bloco capitalista ocidental, até por conta de fatores geográficos, em que a América Latina é região direta de influência dos EUA, os quais buscaram encorajar governos pró-ocidentais na região. Da mesma forma, a Índia buscou apoio soviético no governo de Indira Gandhi, quando já passou a adotar uma política externa com características do realismo. Tal transformação ocorreu sobretudo devido ao conflito fronteiriço com a China (1962), no qual a Índia foi facilmente derrotada, e às insurgências internas, o que revelou as sérias limitações que o país possuía em termos de segurança.

Durante o governo de Indira Gandhi, a Índia promoveria um grande avanço em ciência e tecnologia no setor armamentista, tornando-se potência militar com a explosão de seu primeiro artefato nuclear (1974) e com o envio de seu primeiro satélite ao espaço. Os EUA mantiveram certa desconfiança em relação ao projeto armamentista da Índia³. Além disso, desconfiavam da veracidade da estratégia de equidistância indiana em relação às duas grandes potências, tendo-se negado a apoiar os EUA na Guerra do Vietnã e assinado um Tratado de Amizade com a URSS, em 1971, com duração de vinte anos:

The Sino-Pakistan axis against India started developing in the early sixties, especially after de Sino-Indian conflict of 1962. The growing rapprochement between the USA and China in the late sixties and the early seventies extended this axis into a global one, and seriously threated the security of India. It was in the context of this grave threat that Indira Gandhi adopted a diplomatic strategy [...] she sent her close confidant, D.P. Dhar, secretly to Moscow to negotiate the treaty. The final draft of the treaty is believed to have been considerably modified on Mrs. Gandhi's insistence to dilute its military implications and to include a Soviet expression of respect for India's policy of nonalignment (BANDYOPADHYAYA, p.257-258, 2003).⁴

³ “a questão nuclear foi parte das diferenças entre EUA e Índia desde o estabelecimento de relações diplomáticas [...] Os EUA procuravam desencorajar países como Índia e Brasil a desenvolverem tecnologia nuclear, com a promessa de apoiar pesquisas nucleares para fins pacíficos” (GUIMARÃES, 2009, p.29).

⁴ “O eixo sino-paquistânês contra a Índia começou a se desenvolver no início dos anos 1960, especialmente após o conflito sino-indiano de 1962. A crescente aproximação entre EUA e China no fim dos anos 1960 e no início dos anos 1970 estendeu este eixo para o plano global, e seriamente ameaçou a segurança da Índia. Foi neste contexto de grave ameaça que Indira Gandhi adotou uma estratégia diplomática [...] Ela enviou sua confidente, D.P. Dhar, secretamente a Moscou para negociar o tratado. Acredita-se que O esboço final do tratado tenha sido consideravelmente modificado pela insistência da senhora Gandhi para diluir suas implicações militares e para incluir uma expressão soviética de respeito à política de não-alinhamento da Índia”.

Por outro lado, a explosão do artefato nuclear, ao lado da derrota do Paquistão e da perda de seu território a Leste da Índia, o atual Bangladesh, consolidaram uma posição de preponderância da Índia no Sul da Ásia, reconhecida inclusive pelos EUA: “Kissinger and the US administration declared, soon after the Indian explosion, that the USA respect India as the major power in South Asia and that a ‘more mature and equal relationship’ could now be constituted between the two countries” (BANDYOPADHYAYA, p.262-263)⁵.

Percebe-se portanto uma modificação de uma postura mais idealista do período Neruhviano para uma política mais realista – embora sem abandonar a posição de não-alinhamento –, que levava em conta a necessidade de dotação de capacidades militares para a garantia da segurança da Índia. Embora em realidades diferentes – a Índia apresenta maiores problemas de segurança, sobretudo em questões fronteiriças –, tanto o Brasil quanto a Índia se opuseram à assinatura do TNP, proposto em 1968. A Índia denunciou seu caráter discriminatório por restringir o número de países que poderiam ter artefatos nucleares. (Ibid, p.262) Já o Brasil procurou dar adesão ao tratado regional sobre o assunto, ratificando o Tratado de Tlatelolco (1969), o qual tornou a América Latina livre de armas nucleares.

Porém os dois países sofreram fortes reveses econômicos a partir da década de 1970, que levou ao esgotamento do padrão de industrialização via substituição de importações. A Índia não conseguiu, por meio dessa política econômica, sustentar boas taxas de crescimento econômico; já o Brasil, apesar do Milagre Econômico e dos benefícios do II PND, sofreu com um bruto endividamento externo que impossibilitou que o Estado continuasse financiando o desenvolvimento industrial brasileiro. Nesse sentido, os choques do petróleo na década de 1970 e o choque das altas de juros dos EUA no início da década de 1980 foram fatores externos que impactaram a economia destes países:

In the aftermath of the 1971 war, India emerged as the undisputed dominant power within the subcontinent. Despite its new-found status, the country was unable to transcend the region. [...] thanks to its pursuit of a dubious strategy of stateled industrialization India’s economic growth remained anemic. [...] The failure to develop ties with the global economy contributed to a paucity of foreign investment, important technological lags, a lack of innovation and the stifling of entrepreneurship. India’s political choices at systemic and national levels also did very little to enhance its global stature. At a global level, in the wake of the first oil crisis of 1973, India chose to spearhead the Group of 77, a set of developing nations seeking to fundamentally alter the global economic order. Ironically, while it was a leader of this coalition it benefited little from the global spike in oil prices and failed

⁵ “Kissinger e a administração dos EUA declararam, logo após a explosão indianas, que os EUA respeiram a Índia como a grande potência na Ásia do Sul e que ‘uma relação mais madura e equitativa’ poderia ser constituída entre os dois países”.

to obtain any meaningful concessions as a resource-poor developing nation from the Organization of Petroleum Exporting Countries (OPEC) (GANGULY, 2008, p.57).⁶

Além desse fator, Ricardo Sennes cita algumas outras modificações no sistema internacional que iriam minar a estratégia de inserção internacional das potências médias recém-industrializadas. Para o autor, o comportamento padrão dessas potências ao longo dos anos 1970 e até meados dos anos 1980, no âmbito multilateral, seria de dar preferência aos fóruns multilaterais, por colocar todos os Estados em igualdade formal e por constranger a atuação das Grandes Potências. Nesse sentido, tanto Brasil como a Índia buscaram engajar-se nas negociações do GATT, por exemplo, negociando em conjunto com um grande número de países do Terceiro Mundo de forma a obter vantagens como a Cláusula da Nação Mais Favorecida, ou seja, formando um grupo de pressão em favor da redução das assimetrias entre o Norte e o Sul do globo. Para Sennes, o Brasil teria parcialmente se engajado nos fóruns terceiro-mundistas, dando ênfase aos de temática econômica (SENNES, 2003). Já a Índia teria um engajamento muito maior nesse âmbito, sendo uma das fundadoras do Movimento dos Não-Alinhados e do G-77. Para o autor, a principal mudança ocorrida, nesse âmbito, foi a dissolução gradual que o movimento terceiro-mundista foi apresentando ao longo dos anos 1980, motivado, dentre outros fatores, pela aparição de diferenças de interesses entre o próprio grupo, que abarcava um número muito grande de países. Os grandes países que conseguiram completar a industrialização, como Brasil e Índia passaram a atuar nos fóruns multilaterais, de forma a defender a proteção a suas indústrias, o que de certa forma emperrava as negociações:

Três grupos de países estruturaram-se nos chamados G-9, G-10 e G-20. O Brasil e a Índia se destacaram enquanto líderes do Grupo dos 10, cuja maior característica era o amplo antagonismo com os países desenvolvidos, particularmente relacionada à introdução dos “novos temas” [...] O argumento, principalmente dos EUA, era de que o bloqueio da entrada dos “novos temas”, exigidos pelos recém-industrializados, poderia inviabilizar as negociações e as novas definições acerca do Sistema Geral de Preferências para os demais países em desenvolvimento. [...] Essas negociações evidenciaram a retomada da capacidade dos países desenvolvidos de atrair o apoio de uma parcela expressiva dos países em desenvolvimento, isolando politicamente os países recém-industrializados (SENNES, p.104-105, 2003).

⁶ “Como resultado da guerra de 1971, a Índia emergiu como uma potência dominante indisputável no subcontinente. Apesar deste novo *status*, o país não era capaz de transcender a região. [...] Graças à sua busca por uma dúbia estratégia de industrialização estatal, o crescimento econômico permaneceu anêmico. [...] O fracasso em desenvolver laços com a economia global contribuiu para a escassez de investimentos estrangeiros, importantes defasagens tecnológicas, a falta de inovação e a asfixia do empreendedorismo. As escolhas políticas da Índia nos níveis sistêmico e nacional também fizeram pouco para melhorar sua estatura global. No nível global, na esteira da primeira crise do petróleo, em 1973, a Índia escolheu liderar o Grupo dos 77, um conjunto de nações em desenvolvimento, buscando fundamentalmente alterar a ordem econômica global. Ironicamente, enquanto era líder desta coalizão, a Índia se beneficiou pouco do aumento mundial dos preços do petróleo e falhou em obter qualquer concessão significativa como uma nação em desenvolvimento pobre em recursos da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)”.

Além disso, os países desenvolvidos, principalmente os EUA, passaram a adotar o “princípio da graduação”⁷, diferenciando os países desenvolvidos em níveis, o que fazia com que os países com desenvolvimento mais avançado entre o Terceiro Mundo não recebessem as mesmas concessões que os demais.

Nesse sentido, o fim dos anos 1980 iria reconfigurar a ordem sistêmica, refletindo na estratégia de inserção internacional das Potências Médias Recém-Industrializadas. Tanto o Brasil quanto a Índia abandonam a política econômica baseada no protecionismo e lançam políticas de aberturas comerciais e financeiras, na esteira da onda globalizante. Nesse sentido, se afastam da postura de *autonomia pela distância* (Brasil), ou de *não-alinhamento* (Índia), aumentando seus relacionamentos com os países desenvolvidos, de forma a garantir investimentos estrangeiros, e afastando-se um pouco da coalizão com os países periféricos:

The altered world forced India to examine the relevance of Non-alignment in the conduct of its external relations during the 1990s. As India reviewed its commitment to Non-alignment, it had reconsidered its earlier rejection of formal alliance with the great powers. India has redefined its relations with the Western powers on a more pragmatic basis. Hence there was a “de-emphasis” on Non-alignment as the core principle of India’s foreign policy in the 1990s. This can be discerned from India’s increased proximity to the United States and other European powers, which had been hostile to India during the Cold War days (SHAJI, 2010, p.19).⁸

No início dos anos 90, [...] com o fim da bipolaridade o cenário tornara-se unipolar. Portanto, se o Brasil desejasse participar desta “nova ordem” a proximidade com os EUA era prioritária, o que nos leva ao segundo pilar, à avaliação de que as agendas prévias foram deficientes em promover este intercâmbio, levando ao isolamento frente o Primeiro Mundo. Devido a suas escolhas, o país entrara em uma crise que somente seria superada com a recuperação da credibilidade por meio da adequação aos fluxos do novo sistema. O Brasil também passou a ser percebido como uma nação periférica, com opções limitadas, devendo se reinserir a partir de uma *relação privilegiada* com os EUA. Nacionalmente, esta postura foi mediada, mas em outros países as escolhas recaíram no completo alinhamento (PECEQUILO, 2008, p.138).

Além dessa mudança de estratégia em âmbito global, Sennes também indica como mudança padrão o fortalecimento do projeto dos projetos de integração regional a partir das Potências Médias. Segundo o autor, o fim da Guerra Fria remodelaria o grau de influência dos EUA, os quais passariam a selecionar áreas em que estariam mais presentes. Nesse âmbito, algumas regiões passaram a ter maior autonomia. O vácuo deixado pela Grande Potência

⁷ “Segundo o mencionado princípio, vários países recém-industrializados, entre eles o Brasil, já estavam em condições de competir internacional sem a necessidade de serem favorecidos com as mesmas cláusulas comerciais aplicadas aos demais países em desenvolvimento”. (SENNESES, 2003, p.68)

⁸ “A auteração global forçou a Índia a examinar a relevância dos Não-alinhados na condução de suas relações exteriores durante os anos 1990. Como a Índia reviu seu comprometimento com os Não-alinhados, também reconsiderou sua rejeição inicial a uma aliança formal com as grandes potências. A Índia redefiniu suas relações com as potências ocidentais em uma base mais pragmática. Por isso houve uma diminuição na ênfase dos Não-alinhados como núcleo principal da política externa da Índia na década de 1990. Isto pode ser discernido da aproximação crescente da Índia com os EUA e outras potências europeias, que tinham sido hostis à Índia durante a Guerra Fria”.

serviria como incentivo para a liderança de projetos de integração por parte das Potências Médias nas regiões do globo.

Na década de 1990, o Brasil consolidaria o conceito de América do Sul, fugindo do conceito amplo e vago de América Latina. Com isso, definia-se a área onde o Brasil buscaria consolidar sua influência e liderança, reconhecendo a supremacia estadunidense na América Central e no Caribe. A idéia é de uma divisão geopolítica, reconhecendo-se uma unidade geográfica entre os países sul-americanos, os quais, igualmente buscavam escapar da marginalização no sistema internacional, criando espaços de autonomia.⁹ A integração seria, portanto, uma estratégia viável. Atuando em bloco, cada país conseguiria uma maior projeção no mundo, seja pelo aumento do peso em negociações, com a defesa de interesses comuns, seja pelo fortalecimento mútuo de suas economias.

Da mesma forma, no Sul da Ásia também emergiriam blocos regionais, como forma de defesa ante as forças da globalização: “the end of the Cold War couples with the process of globalisation, has prompted India to effectively formulate policies and participate in regional groupings” (SHAJI, 2010, p.22). A Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC), por exemplo, conformou um formato sólido, gerando uma área parcial de livre-comércio em 1997, sendo liderado pela Índia. Além disso, esse país buscou expandir suas relações com o Leste Asiático, no que se chamou como política *Look East*, passando a ser membro-observador da ASEAN em 1992. Já no século XXI, o engajamento da Índia na ASEAN gerou um acordo de livre comércio em 2009.

Pode-se afirmar, portanto, que houve uma mudança matricial na política externa tanto de Brasil, como de Índia. O conceito de matriz (SENNES, 2003) diz respeito aos conceitos mais gerais da política externa de um país, partindo da percepção da dinâmica do sistema internacional, com suas ameaças e oportunidades e, a partir disso, avaliando suas potencialidades e planejando sua forma de inserção. Sennes ressalta que as opções estratégicas do país estão relacionadas a suas capacidades materiais e ao padrão histórico de suas relações externas, o que sofre processo de mudanças em espaços longos de tempo.

Porém, apesar de se observar semelhanças na matriz emergente dos dois países no período pós-Guerra Fria, existem certas diferenças. O Brasil consolidou uma estratégia de inserção internacional conceituada por Vigevani (2007) como busca da autonomia pela participação. O país abandonaria a posição isolacionista e buscaria promover seu

⁹ “Nesse período, o Brasil não gozava apenas da condição de país preponderante na América Latina, mas também já havia substituído a Argentina como grande fornecedor de produtos manufaturados para os países da região – cerca de 80% de suas exportações. Disponha ainda de uma pauta de exportações com a própria Argentina, na qual cerca de 70% correspondiam a produtos industriais” (SENNES, 2003, p.111).

desenvolvimento sócio-econômico por meio da participação ativa nos órgãos internacionais, de forma a defender seus interesses com a contribuição na construção e observância de regras multilaterais. Os denominados “novos temas”, tais como meio ambiente, direitos humanos, minorias, populações indígenas e narcotráfico, passaram a dominar a agenda internacional, colocando em segundo plano as capacidades militares e estratégicas dos Estados, e dando ênfase a suas respectivas projeções econômicas, comerciais, científicas e culturais.

Foi assim que se engajou nas negociações da OMC, da Alca e do tratado de livre-comércio entre Mercosul e União Européia. Além disso, daria adesão ao tema do desarmamento, acompanhando a onda de distensão armamentista por meio da adesão ao MTCR (Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis) e ao TNP (Tratado de Não-Proliferação Nuclear), em 1998, em claro reconhecimento da supremacia estadunidense, parceiro fundamental, segundo o então presidente FHC (O ESTADO DE S. PAULO apud VIGEVANI, OLIVEIRA, CINTRA, 2003, p.42)¹⁰. Por meio do bom comportamento e das boas relações com as grandes potências, o Brasil esperava obter o reconhecimento de potência média, obtendo maior grau de influência no sistema internacional (VIGEVANI, OLIVEIRA, CINTRA, 2003, p.43).

A Índia, por sua vez, adotou uma política externa mais caucada na *realpolitik*, dentre outros motivos por conta das ameaças vindas principalmente do Paquistão. Com isso, o país daria ênfase ao investimento no setor militar, colocando o aumento das capacidade militares como variável do aumento da projeção do país no sistema internacional e do projeto de tornar-se uma grande potência. Em 1998, o país foi fonte de amplo noticiário ao realizar dois testes nucleares, 11 e 13 de maio. A operação Shakti ou Pokhram II geraria forte reprovação da comunidade internacional, em momento em que se lutava pela não-proliferação de armamentos nucleares: “em 06 de junho de 1998, o Conselho de Segurança da ONU aprovou resolução, com voto favorável do Brasil, então membro não-permanente do Conselho, de repúdio aos testes nucleares realizados pela Índia”. Além disso, os EUA juntamente com outros quatorze países impuseram sanções ao País (GUIMARÃES, 2009, p.24).¹¹

¹⁰ O ESTADO DE S. PAULO. “EUA são o parceiro fundamental, diz FHC”, 24 set., 1995, p. A5.

¹¹ “Para Singh a Índia foi o primeiro país a propor a eliminação dos testes nucleares (1954), proibindo o uso de armas nucleares (1978), o congelamento nuclear (1982) e um programa que eliminaria totalmente as armas nucleares (1988). Entretanto, argumenta Singh, a maioria dessas iniciativas foi rejeitada pelos Estados nucleares (EUA, União Soviética/Rússia, França, Grã-Bretanha e China), os quais ‘ainda consideram tais armas essenciais para sua própria segurança’. O resultado foi um regime de não-proliferação prejudicial à segurança da Índia, o que foi amplamente demonstrado pela colaboração sino-paquistanesa, ‘– uma flagrante violação do TNP’. Para Singh, o regime de não-proliferação, como concebido e aprovado, e as atitudes dos países nucleares, impuseram à Índia uma espécie de ‘apartheid nuclear’, obrigando-a a uma opção nuclear, ainda que os testes realizados em maio de 1998 não tivessem tido como alvo nenhum país específico; seu

A concepção de política externa da Índia no pós-Guerra Fria, portanto, envolve a percepção de que “poder e força são indispensáveis ao País aspirante a tornar-se grande potência, sendo necessário avaliar, permanentemente e com o máximo cuidado, seus objetivos nacionais e perseguir-los com vigor, com uma política externa e de segurança pró-ativa”. Assim, recomenda-se que “a Índia assumira posição de liderança na busca de soluções viáveis para o subcontinente asiático, em vez de esperar por iniciativas externas à região” (GUIMARAES, 2009, p.41).

A partir de 1999, os EUA tentaram apaziguar suas relações com a Índia, lançando uma diplomacia de aproximação. Em 2000, o presidente Clinton visitou a Índia, tendo afirmado ser direito deste país promover sua segurança, mas alertando para que se previnisse uma possível corrida armamentista. O governo Bush daria prosseguimento a tal aproximação diplomática, ao retirar as sanções econômicas impostas em 1998 e colocar as relações com o país asiático como prioridade de sua política externa. Assim, EUA e Índia desenvolveriam parceria no setor militar. Em 2005, houve assinatura de um Acordo de Defesa com duração de 10 anos. Para os EUA, a Índia passaria a ser parceria estratégica para a contenção do terrorismo e manutenção da estabilidade naquela região do continente asiático (GUIMARÃES, 2009, p.32).

Enquanto isso, o Brasil efetuará uma nova mudança em sua política externa, a partir do baixo nível de crescimento econômico obtido na década de 1990, o que resultou na manutenção das taxas de desemprego. Além disso, o plano de estabilização parecia entrar em crise com a desvalorização abrupta do real em 1999. Enfim, não só o Brasil, mas a América do Sul como um todo perde posição em relação à economia mundial. A busca pela construção da imagem de um país respeitador da ordem, esbarrou na contradição da não-geração de políticas públicas para o desenvolvimento e políticas industriais:

A imagem negativa que a opinião pública dos países ricos tem dos países pobres, assim como os problemas internos que nos atingem especificamente, contribuíram para dificultar a maximização de vantagens. Na América Latina, a busca de protagonizar um papel mais relevante acabou enfraquecida pelos próprios constrangimentos internos (VIGEVANI, 2003, p.58).

A mudança de governo, em 2003, traria transformações importantes na inserção brasileira no sistema internacional. A concepção da política externa brasileira passa a carregar a leitura de uma ordem internacional multipolar ascendente, cujos novos protagonistas seriam os grandes países em desenvolvimento, reconhecidos como potências emergentes. A partir dessa percepção, são reconhecidas as capacidades do Brasil como parte desse conjunto,

objetivo foi assegurar ao povo indiano compromisso com sua própria segurança (SINGH, 1998)”. (GUIMARÃES, 2009, p.25)

abandonando-se a idéia da “insuficiência de poder” e a “postura defensiva” e promovendo uma inserção mais autônoma e soberana no mundo. O foco, portanto, transitaria da “credibilidade” diante de uma globalização irrevogável para a “autonomia”, buscando maior flexibilidade e liberdade da política externa (LIMA, 2005, p.11). Assim, o plano de ação do governo Lula envolveria uma política de equilíbrio em relação à potência global por meio de formação de alianças com potências médias:

considera-se que a política externa brasileira na primeira década do novo milênio está se constituindo sobre uma nova matriz de inserção internacional, que busca aprofundar a integração regional na América do Sul, retomar a tradição multilateral do Brasil de perfil crítico às assimetrias internacionais, a busca de parcerias estratégicas com países similares em todos os continentes. Entretanto, ao contrário da matriz desenvolvimentista dos anos 1970-1980, a nova matriz da política externa é mais fluida e multidimensional, com arranjos políticos, alianças e parcerias estratégicas flexíveis, combinando atores, cenários e interesses (SILVA, 2010).

Nesse âmbito, percebe-se um certo grau de confluência entre Brasil e Índia. A partir dos anos 2000, os dois países se aproximaram em fóruns que congregam países em desenvolvimento, como o G-20 comercial, no qual os dois países são líderes, no BRICS e no IBAS; ou seja, muito embora a Índia tenha mantido a aproximação aos EUA observado desde o início dos anos 2000, percebe-se que aquele país não perdeu e de certa forma também resgatou elementos de sua política externa do período do não-alinhamento, ao participar de blocos de pressão de países em desenvolvimento contestando as desigualdades entre o Norte e o Sul do globo. Nesse sentido, a maior aproximação entre os dois países talvez tenha-se dado no âmbito do G-4, formado por Brasil, Índia, Alemanha e Japão, os quais defendem conjuntamente a entrada como membros permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Brasil e Índia possuem um argumento comum, qual seja, o de que o CS está defasado, sendo necessária a inclusão de países representantes do mundo em desenvolvimento entre os membros permanentes.

2.2 A campanha pela obtenção de uma vaga permanente: motivações e argumentos de Brasil e Índia

O despertar dos anos 1990 trouxe mudanças bruscas na configuração da ordem internacional. Além da desfragmentação da URSS, que colocou fim à ordem bipolar, à Guerra Fria e ao comunismo, a idéia de que o multilateralismo no âmbito da Organização das Nações Unidas seria o instrumento para se manter a paz mundial ganhou força. A esse fortalecimento se somou um anseio que começou a se delinear no início dos 1990 e que manter-se-ia na agenda internacional até os dias atuais, qual seja, o de reforma na Nações Unidas,

principalmente de seu Conselho de Segurança. A manutenção desse tema na agenda internacional até o presente revela dois fatos: de um lado, percebe-se que o tema mobiliza a comunidade internacional como um todo, deduzindo-se daí sua relevância; por outro, também se nota algum obstáculo que tem impossibilitado que a reforma se realize. Há vários argumentos, motivações e justificativas apresentados no sentido de se reformar o Conselho de Segurança da ONU, Brasil e Índia são os países que tem atuado fortemente nesse tema, sendo objeto desta sessão a apresentação da política externa destes países para essa questão específica, buscando observar semelhanças e diferenças nas campanhas de ambos pela obtenção de uma vaga permanente no CSNU.

Ao mesmo tempo que o sistema internacional passava pela distensão do conflito Leste-Oeste, o Brasil passava por uma transição política interna, saindo do regime militar em fins dos anos 1980. A partir disso, mudanças passaram a ser percebidas na matriz de política externa brasileira. Substancialmente, já em 1989, no governo Sarney, é resgatado no discurso brasileiro na Assembléia Geral da ONU a defesa pela reforma do Conselho de Segurança. O Brasil, ao longo do regime militar, manteve uma postura mais reticente em relação a assumir um maior engajamento em questões políticas na arena internacional, o que caracterizou o período como busca da *autonomia pela distância* (VIGEVANI, 2003). Assim, em 1989, daria-se início a uma política de defesa da reforma do Conselho de Segurança por parte da política externa brasileira.

Na abertura da 44ª sessão ordinária da AGNU, o presidente Sarney defendeu a reforma do Conselho de Segurança, logo após de ressaltar a volta do Brasil como membro não-permanente depois de mais de uma década sem participar. O argumento utilizado no discurso baseou-se não só no aumento do número de membros da ONU, mas também a questão das modificações das relações de poder percebidas no sistema internacional:

A experiência nos leva a algumas reflexões. Para que a Organização das Nações Unidas, através do Conselho de Segurança, possa desempenhar o papel de relevo que dela se espera no campo da paz e da segurança internacional, impõem-se algumas alterações na estrutura e nos procedimentos do próprio Conselho. Como dar solução a questões importantes relacionadas, por exemplo, com a instituição de operações de paz e com seu financiamento, sem um reexame da adequação da própria composição do Conselho?

Este é um problema que merece ser examinado não apenas sob o ângulo tradicional da adequação entre a quantidade de membros não-permanentes e o aumento verificado no número de Estados-membros das Nações Unidas, mas sobretudo à luz das *mudanças nas relações de poder ocorridas no mundo desde a criação da Organização*. É chegado o tempo de uma reavaliação destinada a permitir que a multipolaridade atual se veja refletida no Conselho de Segurança, a fim de habilitá-lo a melhor exercer suas responsabilidades. Poderíamos contemplar uma *categoria adicional de membros permanentes, sem o privilégio do veto*. (...) A contribuição de outros Estados-membros pode ser necessária e até indispensável para que a

Organização possa agir de forma *efetiva e responsável*, como uma verdadeira instituição internacional (SARNEY, 1989).

No governo Collor (1990-1992), novamente seria mencionada a necessidade de reforma do CNSU, já contando com uma discreta candidatura do Brasil a uma vaga permanente, ainda que o tema só tenha sido retomado em 1992. Na 46ª sessão ordinária, o ministro Celso Lafer, adicionou um novo elemento argumentativo para a defesa da ampliação do Conselho de Segurança, enfatizando a necessidade de se considerar os países que são a favor do desarmamento e mantém baixa a relação gastos em defesa em relação ao PIB. Outro novo elemento seria a exposição da participação do Brasil nas Missões de Paz da ONU:

Devemos considerar, com prudência mas também com a necessária perspectiva do futuro, os reajustes que permitam ao Conselho o desempenho mais representativo de suas funções. O Brasil, como no passado, dispõe-se a contribuir de maneira ativa e construtiva para esse exercício, levando em plena conta o equilíbrio institucional entre os órgãos das Nações Unidas previsto na Carta de São Francisco. A determinação do Brasil em implementar o princípio da responsabilidade coletiva reflete-se concretamente na sua participação freqüente em *operações de paz* das Nações Unidas (LAFER, 1992).

Ainda no governo Collor, o Brasil lançaria sua candidatura para um novo mandato como membro não-permanente. Na ocasião, a debilidade da economia brasileira se faria sentir como uma fragilidade a uma inserção mais ativa do País no Conselho de Segurança e no âmbito das discussões de sua reforma. Desde 1989, o Brasil devia um considerável montante às Nações Unidas, tendo recebido uma notificação, em 1992, de que poderia perder seu direito a voto na ONU, caso não quitasse parcela de sua dívida de US\$ 39 milhões. Ainda assim, o Brasil conseguiu ser eleito para novo mandato temporário com ampla aceitação, recebendo 168 votos positivos dentre 173 delegações (OLIVEIRA, 2005, ps.105-110).

No governo Itamar Franco (1993-1994), sobretudo com a presença do chanceler Celso Amorim, o Brasil apresentaria sua candidatura à vaga permanente do CSNU. No entanto, já quando Fernando Henrique Cardoso ocupava o cargo de chanceler, pôde-se perceber que o Brasil seguiria uma linha ainda mais atuante na defesa da reforma consular. Tanto em discurso à Câmara do Deputados, em 1993, quanto em artigo publicado, Cardoso ressaltava a importância do Conselho de Segurança como estabilizador em uma nova ordem internacional emergente, o que demandava sua reforma. Nesse âmbito, afirmou que o Brasil desempenharia no futuro um papel protagônico no sistema internacional. Além disso, aparece a idéia de que o caminho para uma ordem internacional pacífica estaria no fortalecimento do multilateralismo, com o Brasil desempenhando um papel ativo, ou seja, cria-se a diretriz que seria conceituada como busca da *autonomia pela participação* (Vigevani, 2003):

O Brasil acredita nas virtudes do multilateralismo. A construção de uma nova ordem internacional deve passar necessariamente pelo seu fortalecimento, em bases democráticas e não-discriminatórias. O peso específico do país no cenário internacional o credencia para uma participação cada vez mais ativa (BRIGIDO, 2010, p.113).

Celso Amorim assume o cargo de chanceler em 1993, assumindo uma postura um pouco mais autônoma ao ressaltar as capacidades brasileiras de contribuir para a formação da nova ordem internacional. Na 48ª sessão ordinária da AGNU, ainda não seria lançada a candidatura brasileira a um assento permanente no CSNU. Mesmo assim, Amorim apresentou o que consideraria as “credenciais” do país, levando em conta o apoio ao desarmamento, ao convívio pacífico em seus 17 mil km de fronteira terrestre e à formação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, e ao baixo gasto em armamento em proporção ao produto nacional bruto, muito embora sem abdicar de sua adequada e legítima capacidade de defesa. O chanceler lançou a interessante idéia de que deve-se corrigir o equívoco de associar instabilidade internacional à parte Sul do globo.

A respeito da reforma da ONU, Amorim ressalta a importância de haver um certo consenso em torno do tema. Além disso, destaca a necessidade de ampliação da participação dos países periféricos no processo decisório internacional, que ainda era muito assimétrico.

Entendemos que à crescente atuação do Órgão em assuntos que afetam os interesses fundamentais dos Estados-membros corresponde a necessidade de garantir sua maior representatividade e, com isso, sua legitimidade e sua eficácia. A reforma do Conselho deve ser alcançada de forma tal que não se agrave o desequilíbrio entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, no processo decisório das Nações Unidas. A Assembléia Geral é o órgão democrático por excelência do sistema das Nações Unidas. A ele cabe o papel determinante de dar forma a esse processo. (...) Não pode haver sociedade democrática sem a estrita observância do Direito e sem que os menos poderosos estejam ao abrigo do arbítrio dos que detêm a força e o poder (AMORIM, 1993).

Em 1994, na 48ª sessão ordinária da AGNU, seria efetivamente lançada a candidatura brasileira a um assento permanente no CSNU. Amorim novamente destacou as “credenciais” do Brasil para a ocupação do posto, destacando os princípios norteadores da política externa brasileira: o não-intervencionismo; a busca por soluções pacíficas e negociadas de conflitos; o respeito ao Direito Internacional; novamente destaca a participação brasileira em missões de paz.

Como argumentação para a reforma do CSNU, se baseia na democratização dos órgãos multilaterais como variável para a obtenção de maior eficácia destes. Tal democratização seria obtida com a maior inclusão dos países em desenvolvimento nos órgãos decisórios internacionais:

A democratização dos Estados e das relações internacionais é a meta que poderemos tornar realidade. O fortalecimento do papel da Assembléia Geral e a ampliação do Conselho de Segurança, com a participação de países em desenvolvimento em todas as categorias de membros, são passos importantes e necessários no caminho da democratização e de uma maior legitimidade.

Como outros países-membros, desejamos que a reforma do Conselho de Segurança resulte no aumento de sua eficácia. Entendemos que tal eficácia somente será assegurada por uma composição verdadeiramente representativa do conjunto das nações. (...)

O Brasil tem participado ativamente do debate sobre a ampliação do Conselho de Segurança. Temos deixado clara nossa disposição de assumir todas as responsabilidades inerentes aos países que se credenciarem a ocupar assentos permanentes (AMORIM, 1994).

Além dos fundamentos supracitados, Amorim destacou em artigo à Revista de Política Externa (1993) o fato de o Brasil ter sido um dos 51 primeiros signatários da carta da ONU, tendo contribuído desde então para a definição dos princípios da Organização, destacando no rol argumentativo o aspecto histórico.

A política externa dos mandatos de Cardoso manteria essa linha de empenho pela reforma da ONU e pela obtenção de uma vaga no CSNU. Em 1995, o discurso do chanceler Lampreia foi ainda mais incisivo, chegando a propor novas configurações do órgão. O engajamento brasileiro foi influenciado pelo clima de apoio à reforma comum a vários países no ano em que a ONU completava seu quinquagésimo aniversário. Lampreia ressaltou, em seu discurso, o anacronismo do CSNU que possui a mesma estrutura em termos de membros permanentes desde sua origem. Lampreia chama a atenção para as mudanças ocorridas no sistema internacional ao longo das décadas, com a emersão de atores significativos tanto no mundo desenvolvido como no mundo em desenvolvimento. Além disso, coloca a legitimidade do órgão como variável dependente de sua representatividade:

O fato é que a maioria das estruturas das Nações Unidas ainda são aquelas desenhadas há cinquenta anos. Naquele momento, o mundo entrava em uma nova fase de política de poder que já não mais se aplica. As Nações Unidas contavam com menos de um terço do número de membros que têm hoje. O conceito de desenvolvimento não estava no núcleo da agenda internacional. Atores significativos do mundo desenvolvido e em desenvolvimento não tinham ainda o papel influente que hoje desempenham. (...)

Nada é mais emblemático da necessidade de adaptar as Nações Unidas às realidades do mundo pós-Guerra Fria do que a reforma do Conselho de Segurança. Catalizador de outras reformas necessárias dentro do sistema das Nações Unidas, *a reforma do Conselho de Segurança é um imperativo* que não mais deve ser postergado.

Para cumprir seu mandato em matéria de paz e segurança internacionais em nome de todos os Estados-membros, o Conselho de Segurança precisa ter *legitimidade* inquestionável. E, como bem sabemos, legitimidade depende em última análise de *representatividade* (LAMPREIA, 1995).

Em seguida, Lampreia afirmou que a reforma deveria ser criteriosa, levando em consideração uma representação equitativa de países desenvolvidos e em desenvolvimento, que apresentem tanto capacidade de atuação como atuação efetiva em escala global. Tal critério já

demonstra a intenção embutida de escolher os grandes países em desenvolvimento como os merecedores de novos assentos permanentes, o que incluiria o Brasil. Ainda, cabe destacar a negação de que a reforma do Conselho seria um fator de prestígio para um único país, colocando-a como uma necessidade para o bem de todos e não uma política de inserção e poder de países que querem adentrar ao CSNU:

Um aumento qualitativo do número de membros permanentes do Conselho de Segurança, juntamente com uma ampliação do número de membros não-permanentes, corresponderia à necessidade de conferir-lhe maior autoridade e eficiência no exercício de suas responsabilidades acrescidas na era pós-Guerra Fria. A reforma não envolve o prestígio individual de qualquer país, mas sim o *prestígio do próprio Conselho de Segurança*.
O Brasil está pronto para assumir todas as suas responsabilidades nesse empreendimento. (LAMPREIA, 1995)

Em 1996, o discurso brasileiro na AGNU seria bem menos enfático na questão da reforma do Conselho, o que pode ter decorrido do malogro da tentativa de reforma ocorrida no aniversário de 50 anos da ONU. Deve-se levar em conta também que a política de integração regional era prioritária para a política externa brasileira e que a Argentina não apoiaria uma candidatura brasileira e sua entrada como representante regional da América Latina no CSNU. Ainda assim, em outras ocasiões, houve certa manifestação brasileira por se inserir no rol das grandes potências, como no jantar oferecido ao então secretário geral Boutros Boutros-Ghali em 26 de fevereiro de 1996. Na ocasião, o presidente Cardoso defendeu a reforma do CSNU e ressaltou as qualidades do Brasil, destacando o pagamento pontual e integral de suas obrigações para com a ONU e a participação nas Operações de Paz. Em resposta, o secretário-geral afirmou ser justa a pretensão brasileira, mas aconselhou a maior ampliação da participação nas Operações de Paz (BRIGIDO, 2010).

No discurso da 51ª sessão ordinária de AGNU, o chanceler Lampreia apenas mencionou haver um consenso virtual em torno da idéia de reforma do CSNU, com a *inclusão de países com capacidade de atuação global e disposição de arcar com as responsabilidades*, e o apoio do Brasil a esse tema. Novamente, falou-se sobre a tradição pacifista do Brasil e a adesão e o apoio aos tratados de proibição de armas de destruição em massa.

Em 1997, a questão da reforma do Conselho de Segurança voltou com força no discurso da diplomacia brasileira, embalado pela proposta Razali. Esta foi saudada pelo chanceler Lampreia, tendo sido formulado pelo embaixador da Malásia, Ismail Razali, e indicando uma nova configuração do Conselho de Segurança ampliado. No clima desse processo, o discurso brasileiro, além de enfatizar a disposição brasileira de contribuir como novo membro permanente (como representante da América Latina e do Caribe), também fez menção em relação ao modo que seria feita a reforma, mostrando-se contrário à criação de

uma nova categoria de membros, o que colocaria em grau inferior o possível representante da América Latina. Lampreia defendeu a ampliação do número de membros permanente e não-permanentes:

...o Conselho deve ser ampliado tanto nos seus membros permanentes, para contemplar o mundo industrializado e o mundo em desenvolvimento, quanto não-permanentes, para dar uma participação mais freqüente aos países interessados.

Repudiamos toda *discriminação* na concepção ou preenchimento desses novos assentos. Não devemos criar uma terceira ou uma quarta categoria de membros, porque isso enfraqueceria ou desvalorizaria a participação do mundo em desenvolvimento e da América Latina em particular no processo de reforma ou no futuro Conselho ampliado.

Sempre dissemos que a identificação dos novos membros permanentes deve ser um exercício de realismo e de pragmatismo, a partir de um *processo democrático de seleção* que, sem prescindir do *apoio regional*, conduza a uma representação legítima e universalmente reconhecida.

...o Brasil está determinado a desempenhar a função de membro permanente em *representação da América Latina e do Caribe*. Queremos que a nossa região não apenas esteja presente no Conselho de Segurança em caráter permanente, mas que, por meio de uma ampla coordenação e consulta, sua voz tenha ainda maior amplitude (LAMPREIA, 1997).

Como a proposta Razali não foi levada à votação, nos anos seguintes, a ênfase na reforma do CSNU foi abrandada nos discursos brasileiros da Assembléia Geral da ONU. Em 1998, o chanceler Lampreia limitou-se a novamente abordar o anacronismo da estrutura do órgão, que ainda reflete a distribuição de poder do globo de 1945. Também volta a afirmar ser a reforma da ONU um interesse que geraria benefícios a todos, não sendo apenas uma política de poder que privilegiaria somente alguns países: “trata-se de corrigir deficiências fundamentais de *legitimidade, representatividade e eficácia*” (LAMPREIA, 1998). O chanceler também enfatizou a adesão ao Tratado de Não-Proliferação (TNP), a ratificação do CTBT¹². Cabe lembrar que, neste mesmo ano de adesão do Brasil ao TNP, a Índia realizou dois testes nucleares, o que foi denunciado pelo Brasil. Tal acontecimento acabou gerando algum conflito diplomático entre os dois países, antes parceiros na empreitada pela obtenção de um assento permanente no CSNU.

Em 1999 e 2000, a questão da reforma foi abordada marginalmente pela diplomacia brasileira. Em 1999, Lampreia ressaltou a disposição do Brasil de participar da Operação de Paz no Timor Leste. Também citou o discurso de posse pela re-eleição de Cardoso, que frisou a importância do reforço multilateralismo consubstanciado nas Nações Unidas como chave para a obtenção de uma ordem internacional com menos conflitos (LAMPREIA, 1999). Em 2000, a questão da reforma do Conselho não foi abordada no discurso de abertura do Brasil da sessão ordinária da AGNU.

¹² Tratado sobre a Proibição Total de Testes Nucleares.

Em 2001, a questão da reforma voltou de forma um pouco incisiva ao discurso brasileiro, provavelmente em decorrência dos atentados do 11 de setembro de 2001, que abalaram o sistema internacional como um todo, dando início a um período de crise do multilateralismo. Tal fato serviu de ensejo para o Brasil retomar a questão do anacronismo do CSNU em sua composição, o que abalaria sua eficácia e sua legitimidade. O presidente Cardoso discursou na abertura da 56ª sessão ordinária da AGNU, destacando a atuação brasileira inclusive na II Guerra Mundial, ainda que não explicitando uma candidatura:

Para responder a problemas cada vez mais complexos, o mundo precisa de uma ONU forte e ágil.

A força da ONU passa por uma Assembléia-Geral mais atuante, mais prestigiada, e por um Conselho de Segurança mais representativo, cuja composição não pode continuar a refletir o arranjo entre os vencedores de um conflito ocorrido há mais de 50 anos, e para cuja vitória soldados brasileiros deram seu sangue nas gloriosas campanhas da Itália.

Como todos aqueles que pregam a democratização das relações internacionais, o Brasil reclama a ampliação do Conselho de Segurança e considera ato de bom senso a inclusão, na categoria de membros permanentes, daqueles países em desenvolvimento com credenciais para exercer as responsabilidades que a eles impõe o mundo de hoje. (...) Já não faz sentido circunscrever a um grupo tão restrito de países a discussão dos temas que têm a ver com a globalização e que incidem forçosamente na vida política e econômica dos países emergentes (CARDOSO, 2001).

Em 2002, o chanceler Celso Lafer, reiterou esse posicionamento brasileiro, ainda que de forma mais branda. O discurso na AGNU ligou o aumento da legitimidade do Conselho de Segurança, decorrente de sua reforma, à construção de uma ordem internacional justa e estável: “o Brasil já manifestou – e o reitero neste momento – que está pronto a dar a sua contribuição para o trabalho do Conselho de Segurança e a assumir todas as suas responsabilidades” (LAFER, 2002).

Com a mudança de governo, a questão da reforma continuaria presente na esfera discursiva da diplomacia brasileira. Inclusive a mudança percebida na política externa brasileira na passagem da busca da autonomia pela participação para a autonomia pela diversificação (Vigevani, 2007), ou no que o chanceler do governo Lula, Celso Amorim, descrevia como política externa ativa e ativa. O reconhecimento das capacidades brasileiras de atuar de forma ativa nos fóruns multilaterais, bem como o foco no fortalecimento da cooperação sul-sul e da integração regional sinalizariam uma estratégia de maior inserção do Brasil como potência atuante na política internacional, como um dos novos pólos de poder de uma suposta ordem multipolar emergente. Nesses termos, a ênfase na reforma da ONU não só teria continuidade no governo Lula, como teria ainda maior relevância. A política externa baseada na diversificação de parcerias serviria como caminho não só para o aumento das relações econômicas, mas também para a firmação de parcerias que resultasse no apoio

diplomático em questões como a candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança. No governo Lula, por exemplo, seria consolidado o G-4, parceria entre Alemanha, Japão e Índia, grupo de pressão para a reforma a inclusão destes países como novos membros permanentes do CSNU. O Brasil também conseguiria o apoio de vários países, tantos do Norte quanto do Sul nesse pleito.

Contribuiu para a ênfase da reforma do Conselho de Segurança o recrudescimento da crise do multilateralismo consubstanciada no ataque unilateral dos EUA ao Iraque, em 2003. O fato recolocou na agenda a necessidade de revigoração da ONU, para que sua legitimidade fosse resgatada, mobilizando inclusive o Secretário-Geral, Kofi Annan.

No discurso de abertura da 58ª sessão da AGNU, o presidente Lula afirmou ser a legitimidade do Conselho de Segurança dependente de uma mudança em sua estruturação, que possui praticamente a mesma estrutura de membros permanentes desde que foi criada. O presidente chamou atenção para a emergência de países em desenvolvimento como atuantes na busca pela resolução de conflitos de forma pacífica e equilibrada. Em relação ao Brasil, destacou:

O Brasil está pronto a dar a sua contribuição. Não para defender uma concepção exclusivista da segurança internacional. Mas para *refletir as percepções e os anseios de um continente* que hoje se distingue pela convivência harmoniosa e constitui um fator de estabilidade mundial. O apoio que temos recebido, na *América do Sul* e fora dela, nos estimula a persistir na defesa de um Conselho de Segurança adequado à realidade contemporânea (LULA DA SILVA, 2003).

Em 2004, o presidente Lula limitou-se a denunciar novamente o anacronismo do órgão e a atrelar segurança e estabilidade como variável dependente da criação de uma ordem multilateral mais justa e mais democrática, ou seja, com a ampliação das vagas permanentes no Conselho de Segurança. A candidatura brasileira não foi mencionada.

Em 2005, houve uma grande expectativa de que o projeto de reforma do Conselho de Segurança pudesse ser votado. Também foi o ano em que houve Reunião de Cúpula do Conselho de Segurança da ONU e a Cúpula do Milênio. Em ambas, o Brasil defendeu a reforma do Conselho, aos moldes que já vinha fazendo nos anos anteriores.

Na abertura da 60ª sessão ordinária da AGNU, o chanceler Celso Amorim abordou a questão da reforma, embora não tenha defendido a candidatura brasileira. Ainda assim, o chanceler ressaltou a necessidade de contemplação de novas vagas permanentes e não-permanentes a países de América Latina, África e Ásia. O discurso também ligou a necessidade de ampliação representação do Conselho de Segurança dado o aumento de sua agenda e de funções. Por fim, novamente abordou-se a ampliação das vagas como a democratização dos órgãos multilaterais (AMORIM, 2005).

Em 2006, o presidente Lula abordou, no discurso na AGNU, os conflitos no Oriente Médio e a impossibilidade de suas soluções, atrelando tal fato à falta de eficácia das Nações Unidas e a incapacidade e morosidade do Conselho de Segurança. Nesse ínterim, falou sobre as capacidades de outros países, além das grandes potências, de contribuírem para a solução do conflito árabe-israelense: “cabe perguntar: não seria o momento de convocar uma ampla conferência sob a égide das Nações Unidas, com a participação de países de região e outros que poderiam contribuir pela capacidade de experiência em conviver pacificamente com as diferenças? O Brasil acredita no diálogo”. Ao abordar especificamente a questão da reforma do Conselho, re-afirmou os argumentos dos anos anteriores, mas agora citando o G-4, e não só o Brasil como defensor dessas idéias (LULA DA SILVA, 2006).

Em 2007, o presidente limitou-se a reiterar a necessidade de reforma, saudando a proposta do então presidente da França, Sarkozy, que incluiria os países em desenvolvimento. Ainda, Lula enfatizou a presença do Brasil juntamente com outros países latino-americanos na Missão de Estabilização do Haiti, o que seria outra credencial para a obtenção de uma vaga permanente: “no Haiti, estamos mostrando que a paz e a estabilidade se constroem com a democracia e o desenvolvimento social” (LULA DA SILVA, 2007).

Em 2008, a questão da reforma limitou-se a um parágrafo do discurso brasileiro, mencionando o congelamento da estrutura do Conselho de Segurança e a ineficácia das negociações por sua reforma que se estediam já por quinze anos, configurando uma representação distorcida do sistema internacional. O presidente Lula sauda, nesse âmbito, a decisão da Assembléia Geral de iniciar as negociações relativas à reforma do órgão. (LULA DA SILVA, 2008).

Em 2009 e em 2010, nos discursos do presidente Lula e do chanceler Celso Amorim, a questão da reforma segue sendo abordada, apresentando os mesmos argumentos dos anos anteriores. O chanceler Celso Amorim enfatizou a questão do anacronismo do órgão e, em tom de denúncia, afirmou ser pontos fracos do multilateralismo, no âmbito das Nações Unidas, a falta de transparência das decisões do Conselho de Segurança, bem como sua monopolização por apenas cinco países, o que fere a legitimidade do órgão. Nesse sentido, apresentou a disposição e a contribuição que o Brasil vinha procurando oferecer para a solução de conflitos e a consecução de uma ordem internacional mais estável:

Não é possível continuar com métodos de trabalho pouco transparentes, que permitem aos membros permanente discutirem, a portas fechadas e pelo tempo que desejarem, assuntos que interessam a toda a Humanidade.

O Brasil tem procurado corresponder ao que se espera de um membro do Conselho de Segurança, mesmo que não-permanente, que é contribuir para a paz. Por essa

razão, nos empenhemos em encontrar um instrumento que pudesse representar avanço para a solução do dossiê nuclear iraniano (AMORIM, 2010).

Em 2011, no primeiro ano de governo de Dilma Rousseff, grande ênfase foi dada no discurso proferido pela presidente na abertura da sessão da AGNU. Chamou-se a atenção para os já dezoito anos de debates em relação à reforma e a inabilidade de se chegar a uma solução. A presidente explicitou a disposição do Brasil de assumir as responsabilidades de ser um dos novos membros permanentes em um Conselho de Segurança ampliado:

O Brasil está pronto a assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho. Vivemos em *paz com nossos vizinhos há mais de 140 anos*. Temos promovido com eles bem-sucedidos processos de integração e de cooperação. *Abdicamos, por compromisso constitucional, do uso da energia nuclear para fins que não sejam pacíficos*. Tenho orgulho de dizer que o *Brasil é um vetor de paz, estabilidade e prosperidade em sua região, e até mesmo fora dela*” (ROUSSEFF, 2011).

A partir da análise discursiva da diplomacia brasileira, desde o início dos anos 1990 até o presente, com foco no que foi proferido na abertura das sessões anuais da Assembleia Geral da ONU, pode-se traçar um universo conceitual de justificativas e argumentações brasileiras na defesa da reforma do Conselho de Segurança da ONU. Ao analisar esse período histórico de vinte um anos de discursos, pode-se perceber que o tema da reforma foi abordado de forma perene, às vezes com maior ênfase, às vezes de forma marginal. No entanto tais oscilações não estão ligadas às mudanças de governo, tendo elas ocorrido ao longo de um mesmo mandato. Na realidade, o que se nota é que condicionantes externos pautaram o maior ou menor ativismo por parte da diplomacia brasileira nesta questão. Os grupos de trabalho que se consolidaram e tentaram promover a votação pela reforma, por exemplo, incentivaram a maior participação e esperança brasileira de que pudesse haver a reforma. Passado anos emblemáticos, como o cinquentenário e o sexagenário das Nações Unidas, o ativismo em relação à reforma já diminuiu um pouco, dado o malogro de ser levada à votação um novo modelo do CSNU. Outros momentos em que a diplomacia brasileira aproveitou-se dos condicionantes externos foi na crise do multilateralismo observadas em 2001¹³ e em 2003, quando ocorreram os ataques terroristas aos EUA e a invasão destes ao Iraque respectivamente. Tais acontecimentos serviram de respaldo para os argumentos brasileiros de que o CSNU vinha perdendo legitimidade e sofrendo crise de ineficiência, sendo necessária sua reforma. Outro fator que conta para a oscilação do Brasil na maior ou menor ênfase na questão da reforma são as variações da economia brasileira. Em períodos de crise econômica,

¹³ “O declínio da aspiração seria revertido quando do atentado terrorista de setembro de 2001, em que o Brasil vislumbraria a possibilidade novamente de reformas da ONU, a fim de melhor absorver o impacto do novo cenário” (ARRAES, 2005a, p.33).

o Brasil não teria recursos financeiros para cumprir suas obrigações em relação à ONU, ou aumentar sua participação em Missões de Paz. Ainda, preocupações de ordem interna diminuiriam a atenção para a questão da reforma.¹⁴ Ainda, a política de integração regional, outro ponto prioritário da política externa brasileira, às vezes criaria obstáculos ao Brasil na questão da reforma da ONU, dado o não-apoio de Argentina e México ao pleito brasileiro¹⁵.

Nota-se que o ativismo brasileiro nas Nações Unidas consolidou-se como uma política de Estado a partir dos anos 1990. O ambiente externo favorecia tal engajamento, sendo iniciado o período das grandes conferências na ONU, que abria margem para a intensidade do debate acerca da necessidade de reforma do CSNU:

No início dos 90, o Brasil apresentaria suas credenciais para postular uma presença formal mais significativa na nova configuração sistêmica, a despeito de ser falto na área militar: democrático, pacifista, legalista e multilateral. Assim, aspiraria ao ingresso permanente no CS como representante regional ou dos países periféricos/em desenvolvimento (ARRAES, 2005a, p.7).

Com o passar dos anos, tanto na estratégia de busca de autonomia pela participação, com o engajamento nos fóruns multilaterais e adesão aos princípios internacionais, como no período da autonomia pela diversificação de parcerias, que se baseia na firmação de parcerias estratégicas e formação de grupos de pressão com interesses comuns para a negociação no fóruns multilaterais em bloco, manteve-se ativa a defesa da reforma do Conselho de Segurança com os mesmos argumentos, embora com estratégias um pouco distintas.¹⁶ Segundo, Vargas (2008), o argumento desempenha três funções-chave: a persuasão, o fortalecimento da própria posição negociadora e o enfraquecimento da posição negociadora do outro. Para o autor, existiriam quatro argumentos que são recorrentes e sintetizadores do rol de justificativas brasileiras na defesa de sua entrada como membro permanente do CSNU: *o legitimador geral, o legitimador doméstico, o credencial e o regional*. Utilizarei a análise do autor em contraste com os resultados encontrados com a exposição dos discursos brasileiros para chegar a um denominador comum em relação à postura brasileira na defesa da reforma do Conselho de Segurança da ONU.

¹⁴ “Em entrevista à FSP, Lampreia afirmaria que o projeto “Brasil potência mundial” estaria arquivado, porquanto, “[...] para tê-lo é preciso ter dimensão militar. Potências mundial significa capacidade de atuação militar em conflitos fora da fronteira. O Brasil, com os desafios sociais que tem, as graves carências do povo, não pode gastar os recursos para criar uma potência militar” (ARRAES, 2005a, p.31).

¹⁵ “Contudo, quase ao mesmo tempo (1998), haveria a primeira inflexão explícita em relação à vaga, em deferência à Argentina. No 5º Fórum Euro-Latino-Americano, Cardoso afirmaria que o bom relacionamento com o país, em nome do Mercosul, seria prioritário” (ARRAES, 2005a, p.32).

¹⁶ “Embora seja vista, em alguns aspectos, como distinta de sua precessora, a política externa do governo Lula persegue com a mesma obstinação inicial a vaga fixa no CS (ARRAES, 2005a, p.32); “(...) embora cada governo tenha dado ênfases e prioridades distintas à busca por uma reforma do Conselho, a posição brasileira e os argumentos apresentados pela diplomacia nacional em defesa dessa posição têm se mantido, em larga medida, consistentes” (VARGAS, 2008, p.1).

É recorrente no discurso brasileiro, primordialmente, a exposição das fragilidades do Conselho de Segurança em relação à sua eficácia, ou seja, para que o Conselho fosse capaz de atender a todas suas operações, necessitaria de uma reforma. Para a diplomacia brasileira é inconcebível o CSNU poder decidir sobre conflitos que envolvem países em desenvolvimento, sem haver representantes desse grupo nas vagas permanentes do órgão. Nesse âmbito, a eficácia e a legitimidade do principal órgão decisório da ONU seriam dependentes de sua maior representatividade, o que implicaria a ampliação do número de membros permanentes (ainda que sem o poder de veto) e de membros não-permanentes, com uma equidade tanto na relação entre número de países desenvolvimento e em desenvolvimento, como na representação de todos os continentes do globo. A partir dessas idéias, a diplomacia brasileira demonstra que a reforma do Conselho de Segurança é necessária para se atingir a um bem comum de todos os países. Ao contrário do argumento dos países do P-5, que será exposto no próximo capítulo, de que o aumento do número de representantes causaria maior morosidade e ineficácia à chegada de um consenso em torno das questões, a diplomacia brasileira defende exatamente o contrário¹⁷. Sendo assim, no argumento legitimador geral (Vargas, 2008), a diplomacia brasileira utiliza em sua esfera discursiva a idéia de que a campanha pela reforma não seria uma política de poder que privilegiaria os novos países que adentrassem como membros permanentes, mas sim uma necessidade para o bem de todos:

É uma verdade inescapável da política parlamentar – e por extensão, da diplomacia multilateral – que uma das formas mais eficazes de se obter apoio alheio é apresentar os interesses individuais como interesses da coletividade. [...] Não surpreende, portanto, que a diplomacia brasileira tenha buscado apresentar a candidatura do País a um assento permanente no CSNU, também, como um interesse coletivo da comunidade internacional. O caminho geralmente seguido é apresentar a reforma como sendo, acima de tudo, benéfica para o Conselho, e apenas implicitamente boa para o Brasil (VARGAS, 2008, p.122).

Outro conceito recorrente, ligado aos anteriores, é o de democratização dos órgãos multilaterais, que vem junto com a idéia de que a estrutura atual do Conselho de Segurança já não reflete a mesma distribuição de poder no sistema internacional. Haveria, portanto, um anacronismo na estrutura dos membros que reflete a configuração de poder do pós-II Guerra Mundial. A diplomacia brasileira faz a leitura de uma nova ordem multipolar em ascensão com pólos de poder tanto no mundo desenvolvido como no mundo em desenvolvimento, e

¹⁷ “A ligação entre representatividade e eficácia é feita principalmente por meio do argumento de que as decisões do Conselho, ao contarem com a maior legitimidade decorrente da presença de países em desenvolvimento como membros permanentes, serão cumpridas de forma mais diligente por parte dos Membros das Nações Unidas. Ademais, argumenta-se que os países em desenvolvimento têm conhecimentos e percepções que faltam aos atuais membros permanentes e que podem levar a uma atuação mais eficaz por parte do Conselho” (VARGAS, 2008, p.124).

que isto deve ser refletido no Conselho de Segurança da ONU. Percebe-se, aqui, talvez uma contradição no rol argumentativo. A ampliação do número de membros permanentes incluiria somente alguns países, talvez os focos desses novos pólos de poder, continuando portanto tendo a estrutura de um órgão com um pequeno grupo de países em relação à totalidade do globo, ou seja, continuaria uma estrutura hierarquizada, ou oligopolizada. Para não perder a consistência, a diplomacia brasileira argumenta que seria melhor uma ampliação, com a inclusão de novos membros, do que continuar com o modelo estratificado desde a criação das Nações Unidas:

Fonseca Jr. levanta, portanto, outra questão importante: como pode o argumento de que é necessário expandir o número de assentos permanentes no CSNU coadunar-se com a idéia de igualdade jurídica dos Estados e de “democratização” daquele órgão? (...)

Por outro (lado), pode-se reconhecer que, uma vez que a igualdade jurídica está irrecuperavelmente comprometida, a criação de novos assentos permanentes para países em desenvolvimento é o caminho mais eficaz para “democratizar” o Conselho “de forma tal que não se agrave o desequilíbrio entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, no processo decisório das Nações Unidas”, nas palavras do Ministro Celso Amorim (1993: 574). Assim, ainda que a criação de novos assentos permanentes possa ir de encontro ao princípio da igualdade jurídica, não os criar é “aceitar a perpetuação de desequilíbrios contrários ao espírito do multilateralismo” (2005: 753). Com a reforma, o Conselho “será menos desequilibrado do que é hoje. As chances de as decisões serem, digamos, hostis aos interesses dos países em desenvolvimento serão menores”. (VARGAS, 2008, p.123)

Por esse motivo, o Brasil defende uma reforma que contemple novas vagas permanentes, refutando uma possível ampliação com uma nova categoria de membros, o que acabaria por discriminar os novos membros, minando a democratização do órgão. A diminuição do desequilíbrio na representação é o que, inclusive, justifica internamente o dispêndio de recursos financeiros e políticos por parte do Brasil para a obtenção de um assento permanente. O fato de ser a América do Sul uma região pacífica, argumento utilizado pelo Brasil para se credenciar, traria um pouco de contradição na tentativa do Brasil de entrar no Conselho, sendo o continente sul-americano um alvo marginal das operações do Conselho. A justificativa da inclusão por parte da diplomacia brasileira seria a de que os interesses dos países em desenvolvimento seriam defendidos caso países desse grupo estivessem os representando:

tornar o Brasil membro permanente do CSNU trará para o País benefícios que justificarão os custos da campanha pela reforma. Esse argumento é dificultado pelo fato de que a agenda do Conselho não costuma incluir assuntos de preocupação direta para o Brasil em termos de segurança. **Ao contrário da Índia**, por exemplo, que tem estado na agenda do Conselho desde a década de 1940, os interesses brasileiros com relação aos assuntos debatidos pelo Conselho têm historicamente sido indiretos e difusos, embora não pouco importantes, e não imediatos e óbvios (VARGAS, 2008, p.127).

Nesse âmbito, abre-se a questão sobre quem seriam os países a ocuparem as novas vagas. O Brasil tem-se colocado à disposição ao longo dos últimos 21 anos, sendo já uma

tradição da diplomacia brasileira de tentar integrar o rol das grandes potências, desde a Liga das Nações. Para a diplomacia brasileira os novos membros do mundo em desenvolvimento deveriam ser escolhidos entre aqueles países com capacidade de atuação e que se credeciam para exercer as responsabilidades de tal cargo: “nesse processo, não se cabalam votos. Ou o país se credencia para o posto ou não. Nós achamos que o Brasil se credencia” (CARDOSO¹⁸ apud ARRAES, 2005b, p.8).

No discurso brasileiro, alguns elementos do Brasil caracterizados como qualificantes são explanados, de forma a buscar consolidar a idéia de que o País se credencia para integrar o Conselho como membro permanente. Dentre estes, os que são mais enfatizados são: a) tradição pacifista, manutenção de um ambiente de estabilidade na América do Sul e ao longo dos 17 mil km de fronteiras terrestres; b) adesão aos regimes internacionais de abdição de desenvolvimento de armas nucleares e de destruição em massa; c) participação em missões de paz e contribuição financeira para as Nações Unidas; d) histórico de participação e contribuição ativa no âmbito da ONU, desde sua criação, sendo o país que mais participou como membro não-permanente junto com o Japão; e) apoio regional (o que é contestável); f) capacidade de atuação global:

O argumento de ter “tanto capacidade de atuação quanto presença efetiva em escala global”, avançado pelo Ministro Luís Felipe Lampreia (1995: 603), serve para distinguir o Brasil de outros países em desenvolvimento que têm uma esfera de atuação mais limitada, seja ao plano regional ou continental, por exemplo (VARGAS, 2008, p.128).

Além da defesa da inclusão de países em desenvolvimento, o discurso brasileiro defende a idéia da representação continental, com a inclusão de países da América Latina, da África e da Ásia nas novas vagas permanentes e não-permanentes. A partir disso, a candidatura brasileira não rivalizaria com a de outros grandes países em desenvolvimento como Índia e África do Sul, ou mesmo com a candidatura de Alemanha e Japão, o que abriu caminho para a conformação do G-4, grupo de pressão que busca a reforma do Conselho e a inclusão dos países participantes do grupo como novos membros permanentes (Alemanha, Brasil, Índia e Japão):

Uma possível disputa do Brasil por uma vaga em um futuro Conselho ampliado seria com outros países da América Latina e Caribe – particularmente com a Argentina e o México. Assim, a política externa brasileira tem dado especial atenção ao argumento de que um eventual assento permanente brasileiro não viria às custas do equilíbrio regional, mas em benefício de toda a América Latina (VARGAS, 2008, p.131).

¹⁸ Referente à declaração de Cardoso. SILVA, Carlos Eduardo da. Governo propôs reformas demais, afirma presidente. Folha de São Paulo. São Paulo, p. 1-7, 23 abr 1995; p. 7.

O apoio regional representa possivelmente o maior obstáculo da diplomacia brasileira. A tentativa de convencer os países vizinhos que a entrada do Brasil como membro permanente não geraria um desequilíbrio de poder na América Latina, mas sim um benefício de todos os países, não tem surtido efeito, sendo Argentina e México os principais opositores de tal intento. Estes países defendem a criação de uma nova modalidade de membros no Conselho de Segurança, como tentativa de barrar a possível entrada brasileira como novo membro permanente, como será visto no próximo capítulo. Nesse âmbito, apesar de se clamar como um possível representante regional e ter afirmado possuir o apoio dos vizinhos, a diplomacia brasileira, por vezes, freou seu ímpeto na reforma do Conselho em nome de manter boas relações diplomáticas no subcontinente, principalmente com a Argentina.

A partir do que foi exposto, percebe-se que o Brasil tem consolidado em sua política externa a defesa da necessidade de reforma do Conselho de Segurança, que vem atrelada à campanha pela obtenção de uma vaga permanente. Na esteira de um impulso conjunto de grande parte dos países, que também tem lutado pela reforma do órgão, as palavras do presidente Cardoso, em 1997, sintetizam as justificativas brasileiras para sua entrada no clube das grandes potências:

Eventual assento seria: “[...] o reconhecimento de progresso considerável na inserção e na ação externa do Brasil. Seria algo que reforçaria nossa interlocução com o mundo inteiro. O Brasil é visto como importante ator nas articulações na ONU; como país capaz de ser fator de equilíbrio e ponte entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; país de diplomacia segura, tradição pacífica, ações refletidas e coerentes, que não cede a impulsos nem recorre a gestos histriônicos. Por isso, encontra-se entre os países mais procurados para consultas: sua liderança discreta e equilibrada é bem recebida dentro e fora da nossa região. [...] Não abriremos mão do que é natural, objetiva e universalmente reconhecido: que, se uma vaga permanente tiver de ser preenchida por um país latino-americano, o Brasil conta com credenciais que o habilitam legitimamente a apresentar-se ou ser apresentado para essa função; [...] Falamos de um interesse permanente do Brasil [...] Não devem, portanto, ser fruto de um cálculo alheio à política externa. Em suma, o CS é um tema importante para a diplomacia brasileira” (CARDOSO¹⁹ apud ARRAESA, 2005, p. 31).

A Índia apresenta, assim como o Brasil, uma linha discursiva de forte ênfase na questão da reforma do Conselho de Segurança, tendo por vezes sido mais enfática em comparação com o discurso brasileiro. Tendo despendido esforços no sentido de formar um Grupo de Trabalho para a discussão e a consolidação de um grupo de pressão para a reforma do CSNU, sobre o qual será explanado no capítulo posterior, a diplomacia indiana engajou-se fortemente nessa questão, mas também apresentou oscilações em seus discursos, como será visto a seguir.

¹⁹ Folha de S. Paulo, 31 ago. 1997; Jornal do Brasil, 14 maio 1999.

Assim como a diplomacia brasileira, a política externa indiana tem seguido uma linha de defesa de reforma do Conselho de Segurança e de campanha pela sua inclusão como novo membro permanente desde o início dos anos 1990. Ambos os países dispõem de uma semelhança de percepção sobre si mesmos, acreditando no seu projeto de tornar-se uma potência do mundo em desenvolvimento, ou seja, integrar o rol das grandes potências ao representar os interesses dos países periféricos, por terem maiores recursos e capacidade de atuação global que os países menores. Nesse sentido, há grande semelhança nas argumentações discursivas na campanha pela reforma do Conselho, o que será analisado a seguir.

Tanto em 1990, como em 1991, a questão da reforma do Conselho de Segurança não foi abordada nos discursos indianos da Assembleia Geral da ONU. Já em 1992, o ministro das Relações Exteriores da Índia, Eduardo Faleiro, afirmou que, para que o Conselho de Segurança tivesse seu mandato aumentado, far-se-ia necessária uma maior transparência de suas funções, bem como sua democratização. Tal intento só seria alcançado com a expansão de seus membros, refletindo o aumento dos membros que as Nações Unidas sofreram nos anos anteriores. Em seguida, afirmou que não só o critério da economia deveria ser levado em consideração para a definição dos novos membros. Por fim, reafirma a necessidade de reforma como benéfica para o funcionamento do CSNU: “the expansion in membership that I referred to is all the more essential if the Council is to ensure its moral sanction and political effectiveness” (FALEIRO, 1992).

Em 1993, o ministro das Relações Exteriores, Dinesh Singh, focou na questão do aumento das responsabilidades que o Conselho de Segurança sofreu nos anos anteriores, o que requereria o aumento da participação de todos os membros das Nações Unidas no processo decisório do Conselho:

We must recognize that the membership of the United Nations has grown enormously over the years. A more balanced and expanded representation for Member States in the Council is therefore inevitable. Unity of purpose among its members rather than size determines the efficiency of any organization. The expansion should not be done selectively or in a piecemeal manner (SINGH, 1993).²⁰

Singh afirmou que os critérios para se elegerem os novos membros permanentes e não-permanentes deveriam ser definidos por consenso. Em seguida, expôs aqueles critérios que a diplomacia indiana julga ser importantes:

²⁰ “Temos que reconhecer que a filiação às Nações Unidas sofreu um enorme crescimento ao longo dos anos. Uma representação mais equilibrada e expandida dos Estados-membros no Conselho é, portanto, inevitável. A união de objetivos entre os membros em vez de tamanho determina a eficiência de qualquer organização. A expansão não deveria se dar de forma seletiva ou de maneira fragmentada”.

For the selection of additional States in an expanded Council, *the population* - which represents the principle of democracy and an element of power - *the size of the economy* and *the future potential* of the countries concerned should be taken into account, along with *equitable geographical distribution* and the *contribution to the maintenance of international peace and security* (SINGH, 1993).²¹

Em 1994, no discurso indiano proferido por Mukherjee, houve grande ênfase na questão da reforma do CSNU. Primeiramente, houve forte crítica em relação às operações do Conselho de Segurança, colocando em dúvida a eficácia de suas Operações de Paz: “new doctrines justify armed United Nations intervention under circumstances that are not quite defined - not yet at any rate. These initiatives are well meaning but they do not seem to address the problems from the right end”.²² Nesse âmbito, Mukherjee citou a contribuição do Movimento dos Não-Alinhados, liderados pela Índia, ao sugerir princípios orientadores para que as Missões de Paz ganhassem legitimidade. Para a diplomacia indiana, deveria ser respeitado o princípio de esgotamento total das tentativas de resolução de conflitos pela via diplomática, para só então lançar-se mão do uso da força:

Peace-keeping operations should strictly adhere to the principles of the Charter, in particular the principles of full respect for the sovereignty of States, their territorial integrity and non-intervention in their internal affairs. Peace-keeping operations should be considered only at the request of the Member States involved. The resources for peace-keeping activities should not be at the expense of resources for development activities of the United Nations²³ (MUKHERJEE, 1994).²⁴

Exposto isso, Mukherjee abordou as contribuições indianas para as Operações de Paz da ONU: “we have responded positively to the Secretary General’s appeal for the strengthening of the United Nations capacity for peace-keeping by designating a brigade for the stand-by arrangements that are being put in place” (MUKHERJEE, 1994).²⁵

A partir da inconsistência das Operações de Paz da ONU e sua incapacidade de gerar paz e prosperidade para as nações do globo, foi abordada a necessidade de aumentar a

²¹ “Para a seleção dos Estados adicionais em uma Conselho expandido, a população - que representa o princípio da democracia e um poder elementar - o tamanho da economia e o potencial futuro dos países deveriam ser levados em conta, juntamente com uma distribuição geográfica equitativa e a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacional”.

²² “Novas doutrinas justificam a intervenção armada das Nações Unidas sob circunstância que não são bem definidas - em nenhuma forma. Tais iniciativas são bem-intencionadas, mas não parecem resolver o problema da forma certa”.

²³ “As Operações de Paz deveriam estritamente aderir aos princípios da Carta, em particular os princípios do total respeito à soberania dos Estados, de sua integridade territorial e da não-intervenção em seus assuntos internos. As Operações de Paz deveriam ser consideradas apenas como o requerimento da Estado-membro envolvido. Os recursos das atividades das Operações de Paz não deveriam ser feitos às custas dos recursos para atividades de desenvolvimento das Nações Unidas”.

²⁴ “If there are circumstances which justify armed multilateral intervention, by the same logic should not the United Nations have the right to enforce the equitable sharing of resources among nations?” (MUKHERJEE, 1994). [Se houvesse circunstâncias que justificassem a intervenção multilateral armada, pela mesma lógica as Nações Unidas não deveriam ter o direito de forçar a divisão equitativa de recursos entre as nações?].

²⁵ “nós respondemos positivamente ao apelo do Secretário-Geral para o fortalecimento da capacidade das Nações Unidas ao designar uma brigada para as operações em-espera que estão sendo colocadas a trabalho”.

representação do CSNU, refletindo a realidade da comunidade internacional e maximizando sua legitimidade. Nesse sentido, afirmou ser necessária a democratização do órgão, cuja estrutura reflete a balança de poder do imediato pós-II Guerra Mundial, ou seja, não está de acordo com o grande crescimento de membros que a ONU sofreu, nem com as mudanças na balança de poder ocorridas desde então: “to give the Council’s actions greater legitimacy, moral authority and political effectiveness, it is imperative to expand the membership of the Council” (MUKHERJEE, 1994).²⁶

A partir disso, a diplomacia indiana defende a entrada de países em desenvolvimento nos quadros permanentes do CSNU, criticando uma possível reforma seletiva e fragmentada, que só privilegiasse potências econômicas. Nesse sentido, é ressaltada a igualdade entre os Estados preconizada pela Carta das Nações Unidas, o que deveria ser refletido na composição do Conselho e é defendida a entrada da Índia como novo membro permanente:

*Durability and resilience, rather than expediency, should determine the time frame of any expansion. On the basis of any criteria - population, size of economy, contribution to the maintenance of international peace and security and to peace-keeping or future potential – India deserves to be a permanent member of the Security Council (MUKHERJEE, 1994).*²⁷

A mesma tônica foi utilizada no discurso de 1995, ano do cinquentenário das Nações Unidas e de maior intensidade na luta pela reforma do Conselho de Segurança. Novamente foi citada a proposta de reforma criada pelos países do Movimento dos Não-Alinhados e reforçada a idéia de que países em desenvolvimento deveriam entrar como novos membros permanentes no CS, mas que essa reforma deve atender a critérios específicos: “On objective criteria, some countries will clearly qualify for permanent membership. We believe India will be among them” (MUKHERJEE, 1995)²⁸. Em seguida, Mukherjee expôs as contribuições financeiras da Índia para ONU, bem como suas participações nas Operações de Paz:

India has consistently supported the peace-keeping activities of the United Nations. Indian troops have participated in all major peace-keeping operations, ranging from the Congo to Cambodia, Somalia and Mozambique. We are currently participating in United Nations peace-keeping operations in Rwanda, Angola, Haiti, Liberia and Kuwait. We have also offered a brigade of troops to the United Nations stand-by arrangement. India will continue to contribute to United Nations efforts to maintain international peace and security.

If the United Nations is to become a leading player on the world scene, it must be given the means needed to do the job we entrust to it. Clearly, setting out on a

²⁶ “para dar maior legitimidade, autoridade moral e efetividades político às ações do Conselho, é imperativo expandir a filiação do Conselho”.

²⁷ “Durabilidade e resiliência, em vez de conveniência, deveriam determinar o período de tempo de qualquer expansão. Com base em todos os critérios - população, tamanho da economia, contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais e para as Operações de Paz ou potencial futuro - a Índia merece ser um membro-permanente do Conselho de Segurança”.

²⁸ “Em critério objetivo, alguns países claramente irão qualificar para se tornar membros-permanentes. Nós acreditamos que a Índia estará entre eles”.

second 50 years with a crippling financial crisis is not the best way to do so. In India we make considerable efforts to pay our contributions promptly and in full (MUKHJERJE, 1995).²⁹

Em 1996, o primeiro-ministro Gujral realizou um discurso na sessão ordinária da Assembléia Geral da ONU novamente com grande ênfase na reforma do Conselho de Segurança das Nações. De forma bem semelhante ao discurso brasileiro, afirmou que o Conselho de Segurança deveria ter sua representatividade ampliada para alcançar legitimidade e eficiência:

We are against piecemeal or temporary solutions which discriminate against developing countries. We believe that the same yardstick must be applied to all countries, developed or developing, from all regions or groups, for induction as permanent members. We believe that under any objectively derived criteria for the expansion of permanent members, India would be an *obvious* candidate (GUJRAL, 1996).³⁰

Em seguida, contabilizou as participações da Índia em Operações de Paz da ONU, o que seria uma credencial para obter a vaga permanente no CSNU, embora tenha negado que tais ações almejassem um ganho próprio pra Índia, mas que seriam baseadas tão somente na solidariedade para com os outros países:

India has participated in over 25 peacekeeping operations on four continents, including some of the most sensitive and prolonged, starting with Korea in 1953 and 1954, and including the operations in Vietnam, Congo, the Middle East, Cambodia, Haiti, Somalia, El Salvador, Mozambique and Rwanda. Indian peacekeepers are currently in the field in Angola, Bosnia and Herzegovina, Liberia and Kuwait. Our participation has not been without cost. We have lost 100 peacekeepers for the United Nations cause. We have also offered a fully-equipped brigade to the United Nations standby arrangement. The performance of the Indian troops has won universal recognition. India is one of the few countries which can sustain large-scale troop commitment over prolonged periods (GUJRAL, 1996).³¹

²⁹ “A Índia tem apoiado consistentemente as atividades de Operações de Paz das Nações Unidas. As tropas indianas têm participado em todas as Operações de Paz de maior grandeza, variando de Congo para Camboja, Somália e Moçambique. Nós estamos atualmente participando as Operações de Paz das Nações Unidas em Ruanda, Angola, Haiti, Libéria e Kuwait. Nós também oferecemos uma brigada de tropas para as operações em espera das Nações Unidas. A Índia vai continuar a contribuir aos esforços das Nações Unidas para manter a paz e a segurança internacionais. Se as Nações Unidas se tornarem um ator líder no cenário internacional, é necessário dotá-la dos meios necessários para fazer o trabalho a ela confiado. Claramente, estabelecendo um segundo de 50 anos com uma crise paralisante financeira não é a melhor maneira de fazê-lo. Na Índia, nós fazemos esforços consideráveis para pagar nossas contribuições pronta e totalmente”.

³⁰ “Nós somos contra soluções fragmentadas ou temporárias que discriminam os países em desenvolvimento. Nós acreditamos que o mesmo critério tem que ser aplicada para todos os países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, de todas regiões ou grupos, para a indução como membros permanentes. Nós acreditamos que, sob qualquer critério objetivamente derivado para a expansão dos membros-permanentes, a Índia seria um candidato óbvio”.

³¹ “A Índia participou em cerca de 25 Operações de Paz em quatro continentes, incluindo algumas das mais delicadas e prolongadas, começando com a Coreia, em 1953 e 1954, e incluindo operações em Vietnã, Congo, Oriente Médio, Camboja, Haiti, Somália, El Salvador, Moçambique e Ruanda. As tropas indianas estão atualmente em operação em Angola, Bósnia-Herzegovina, Libéria e Kuwait. Nossa participação não é sem custo. Nós já perdemos 100 soldados para a causa das Nações Unidas. Nós também oferecemos uma brigada totalmente equipada para as operações em-espera das Nações Unidas. A performance das tropas indianas ganhou reconhecimento universal. A Índia é um dos poucos países que podem sustentar uma tropa de larga escala comprometida por longos períodos”.

Em clara campanha, o primeiro-ministro seguiu expondo as credenciais indianas, ao citar a candidatura para mais um mandato como membro não-permanente e a completa adesão da Índia aos princípios da Carta da ONU:

India has offered its candidature for the nonpermanent seat on the Security Council from Asia for 1997 and 1998. Our candidature is rooted in the criteria stipulated in the Charter: the principle of equity, our unwavering commitment to the United Nations, and to the cause of multilateralism, and our 50-year-long contribution to the maintenance of international peace and security and to the other purposes and principles of the Organization. India has a unique record of supporting United Nations activities against apartheid and colonialism. We have richly contributed to the debates on development, disarmament and human rights. We seek the onerous responsibility of Council membership convinced of the support of this Assembly (GUJRAL, 1996).³²

Em 1997, o primeiro-ministro Gujral iniciou a abordagem sobre reforma do Conselho de Segurança, afirmando que este vinha exercendo um papel mais ativo no anos anteriores, mas que havia a percepção de que tais ações do Conselho nem sempre refletiam os interesses do membros gerais das Nações Unidas. Logo, a solução para essa crise de representação e legitimidade do Conselho seria a entrada de países em desenvolvimento nos quadros permanentes do Conselho, assim como maior participação também nos quadros não-permanentes:

Therefore, it is imperative — and the time has come — for the Security Council to take on as permanent members developing countries which are equipped to make important contributions through their world views and historical experiences and the values of their civilizations. In this way the decisions of the Council will truly reflect the wider membership of the United Nations (GUJRAL, 1997).³³

Logo em seguida, abordou as credenciais da Índia para ser um dos novos membros permanentes, afirmando ser uma das mais prósperas economias do mundo, estando preparada para assumir totalmente as responsabilidades de um membro permanente do CSNU. Em relação às contribuições nas Operações de Paz afirmou:

India's standing as one of the leading economies of the world will be progressively strengthened, and we are prepared to bear fully the responsibilities of permanent membership. India's long-standing participation in United Nations peacekeeping operations testifies not only to the dedication and professionalism of Indian soldiers,

³² “A Índia ofereceu sua candidatura para o assento não-permanente do Conselho de Segurança como representante da Ásia em 1997 e 1998. Nossa candidatura é baseada no critério estipulado na Carta: o princípio da equidade, no compromisso inabalável às Nações Unidas e à causa do multilateralismo, e nossa contribuição, que já dura 50 anos, para a manutenção da paz e da segurança internacional e a outros propósitos e princípios da Organização. A Índia tem o único registro de apoio das atividades da Nações Unidas contra o *apartheid* e o colonialismo. Nós temos ricamente contribuído para os debates em questões como desenvolvimento, desarmamento e direitos humanos. Nós buscamos a responsabilidade onerosa da filiação no Conselho, convencidos do apoio desta Assembleia”.

³³ “Portanto é imperativo – e é chegado o momento – que o Conselho de Segurança tenha como membros-permanentes países em desenvolvimento que estejam equipados para fazer importantes contribuições por meio de suas visões do mundo, experiências históricas e dos valores de suas civilizações. Deste modo, as decisões do Conselho vão verdadeiramente refletir todos os membros das Nações Unidas”.

but also to the political will of the Government to actively contribute to these operations (GUJRAL, 1997).³⁴

Em seguida, apareceu um elemento novo no discurso indiano, o primeiro-ministro Gujral despendeu parte do seu discurso, falando sobre as relações regionais da Índia, expondo seus esforços de integração e boa convivência com os países vizinhos, o que pode ser um argumento mais difícil de justificar do que no caso brasileiro, dados os problemas fronteiriços que a Índia enfrenta desde sua independência, principalmente com o Paquistão. Para além da região, Gujral também ressaltou o engajamento da Índia na busca por uma solução pacífica dos conflitos no Oriente Médio, bem como sua aproximação de cooperação com a África, estratégias muito semelhantes às empregadas pela política externa brasileira para alcançar visibilidade no sistema internacional:

The core of our foreign policy is our keenness to pursue close ties and build confidence and cooperation with our neighbors, while recognizing fully that we are *the largest country in the region, in terms not only of size and population but also of economic capabilities. We extend our hand of friendship not in a spirit of mere reciprocity but in good faith.* Where we do expect reciprocity, unrelated to size and capacity, is in mutual respect for each other's territorial integrity and sovereignty. We seek to advance cohesion, synergy and mutual goodwill in our neighborhood so that together we can fully participate in and derive benefits from the dynamic changes the world is currently witnessing. Our approach has contributed to the setting in motion of a trend towards *cooperation* in our region (GUJRAL, 1997).³⁵

Em 1998, o tom do discurso indiano proferido em hindi pelo primeiro-ministro Vajpayee foi de forte crítica ao funcionamento do Conselho de Segurança. Vajpayee afirmou que, apesar de o CS ter ficado livre pra atuar com o fim da Guerra Fria, suas ações não passaram a representar todos os países membros das Nações Unidas, havendo um grande déficit democrático no órgão. Segundo o primeiro-ministro, o Conselho de Segurança só agia em função da conveniência de seus membros permanentes. A solução para que o Conselho pudesse atuar melhor estaria na expansão de seus memebros: “there is only one cure: to bring in new blood. The Security Council must be made representative of the membership of the United Nations. Developing countries must be made permanent members. This is a right to

³⁴ “A posição da Índia como uma das economias líderes do mundo será progressivamente fortalecida, e nós estamos preparados para enfrentar todas as responsabilidades do assento permanente. A participação de longa data da Índia nas Operações de Paz das Nações Unidas testemunha não apenas a dedicação e o profissionalismo os soldados indianos, mas também a vontade política do governo em contribuir ativamente para estas operações”.

³⁵ “O núcleo de nossa política externa é a nossa ânsia por buscar laços estreitos e construir a confiança e a cooperação com nossos vizinhos, embora reconhecendo plenamente que nós somos o maior países da região, em termos não só de tamanho e população, mas também de capacidade econômica. Nós estendemos nossas mãos de amizade não em espírito de mera reciprocidade, mas em boa-fé. Onde nós realmente esperamos reciprocidade, não-relacionado com tamanho e capacidade, é no mútuo respeito pela integridade e pela soberania de cada um. Nós buscamos o avanço na coesão, singeria e mputua boa vontade na nossa vizinhança, pois, desta maneira, nós podemos participar plenamente e beneficiarmos das mudanças dinâmicas que o mundo está atualmente testemunhando. Nossa aproximação tem contribuído para a definição de uma tendência para a cooperação em nossa região”.

which the developing world is entitled”³⁶ (VAJPAYEE, 1998). Como a diplomacia brasileira, o discurso indiano argumentou que a maioria das missões do CSNU é realizada no mundo em desenvolvimento, o que exige a participação destes nas deliberações do CSNU: “it is only natural that on decisions affecting the developing world, these countries should have a say, on equal terms”³⁷ (VAJPAYEE, 1998).

Como de costume, Vajpayee deu prosseguimento ao discurso, afirmando que os novos membros permanentes deveriam ter credenciais para assumir as responsabilidades que um cargo permanente do CS exige e defende que a Índia possui tais credenciais. Abordando a questão dos testes nucleares realizados naquele ano, que provocou forte reação de crítica da comunidade internacional, o primeiro-ministro afirmou que tais testes não sinalizavam a diluição do compromisso da Índia na busca do desarmamento nuclear global:

Accordingly, after concluding this limited testing programme, India announced a voluntary moratorium on further underground nuclear test explosions. (...) In announcing a moratorium, India has already accepted the basic obligation of the CTBT. In 1996, India could not have accepted the obligation, as such a restraint would have eroded our capability and compromised our national security (VAJPAYEE, 1998).³⁸

Em 1999, o discurso indiano na Assembléia Geral da ONU, proferido por Dinesh Singh, foi bem menos enfático na questão da reforma do CSNU. A partir da percepção de fim dos anos 1990 e início do século XXI, dois problemas que afligem as Nações Unidas foram ressaltados pelo discurso indiano: a reforma do Conselho de Segurança e a crise financeira por que o órgão passava:

the Security Council must be made more representative, with developing countries inducted as permanent members, to reflect the changes in the United Nations membership and today’s political realities. As we said earlier, *on any objective criteria, India’s credentials for permanent membership are persuasive* (SINGH, 1999).³⁹

Em 2000, o discurso indiano, além de fazer a mesma abordagem dos anos anteriores, trouxe como elemento que daria mais força para seus argumentos o fato de que muitos países também se mostraram favoráveis à reforma do Conselho de Segurança na Cúpula do Milênio:

³⁶ “há somente uma remédio: trazer sangue novo. O Conselho de Segurança tem que representar os membros das Nações Unidas. Os países em desenvolvimento têm que se tornar membros-permanentes. Este é um direito do qual o mundo em desenvolvimento tem direito”.

³⁷ “é perfeitamente natural que em decisões que afetam o mundo em desenvolvimento, estes países devem ter o direito de se expressar, em termos equitativos”.

³⁸ “Assim, depois de concluir este programa de teste limitado, a Índia anunciou uma moratória voluntária sobre novas explosões de testes nucleares subterrâneos. [...] Anunciando a moratória, a Índia aceitou a obrigação básica do CTBT. Em 1996, a Índia não poderia ter aceitado essa obrigação, dado que tal restrição teria erodido nossa capacidade e nosso compromisso com nossa segurança nacional”.

³⁹ “O Conselho de Segurança tem que ser mais representativo, com os países em desenvolvimento se tornando membros-permanentes, para refletir as mudanças na filiação das Nações Unidas e a realidades políticas atuais. Como dissemos mais cedo, em qualquer critério objetivo, as credenciais da Índia para os quadros permanentes são persuasivos”.

At the Millennium Summit more than 150 States, at the highest level, endorsed the need for a Council reformed in its representation. An unrepresentative Security Council will lack the range and depth of sensitivity, perceptiveness and understanding of the realities that it will have to deal with or the moral authority to take decisions. I reaffirm India's willingness to take on the responsibilities of permanent membership (SINGH, 2000).⁴⁰

Na Cúpula do Milênio, em 2000, o primeiro-ministro Vajpayee introduziu a questão da necessidade de reforma do Conselho de Segurança ao afirmar que este órgão continuava sendo o principal das Nações Unidas, com um papel especial a exercer, muito embora tenha afirmado ser necessário um maior equilíbrio entre as deliberações da AG e do CS. Por ter essa maior importância, Vajpayee afirmou ser necessário o alargamento do número de seus membros, tanto nos permanentes como nos não-permanentes:

We hope this Millennium Summit will commit itself to an early expansion and reform of the Security Council, particularly bringing in new permanent members from developed and developing countries, so that it reflects the new realities of the 21st century. This will also strengthen this world body to function more purposefully in the services of all peoples who, as the UN Charter says, constitute the United Nations (VAJPAYEE, 2000).⁴¹

Em seguida, o primeiro-ministro defendeu a inclusão da Índia como novo membro permanente, indicando que sua candidatura é natural, por apresentar as seguintes credenciais: “indeed, as the world's largest democracy, enormous potential, a rapidly growing economic power and a major contributor to peace-keeping operations, India has a natural claim to a permanent seat in the Security Council” (VAJPAYEE, 2000).⁴²

Em 2001 e em 2002 o tema não foi citado nos discursos indianos na Assembléia Geral da ONU. Em 2001, o discurso focou-se no combate ao terrorismo, que mobilizou os países no pós-ataque ao World Trade Center. Em 2003, também como no discurso brasileiro, foi dada especial ênfase na questão da reforma do Conselho de Segurança, também como reação à invasão estadunidense ao Iraque: “the Iraq issue has inevitably generated a debate on the functioning and the efficacy of the Security Council and of the UN itself”. Na ocasião, o

⁴⁰ “Na Cúpula do Milênio, mais de 150 Estados, no mais alto nível, endossaram a necessidade de um Conselho reformado em sua representação. Um Conselho de Segurança não-representativo perderá a variedade e a profundidade de sensibilidade, percepção e entendimento das realidades que este órgão terá que lidar, ou a autoridade moral para tomar decisões. Eu re-affirmo a disposição da Índia para assumir as responsabilidades de um membro permanente”.

⁴¹ “Nós esperamos que esta Cúpula do Milênio vá se comprometer com a expansão e a reforma do Conselho de Segurança, particularmente trazendo novos membros permanentes tanto dos países em desenvolvimento como em desenvolvimento, para assim refletir as novas realidades do século XXI. Isto também fortalecerá esse órgão global para funcionar propositadamente em serviço a todos os povos que, como a Carta da ONU afirma, constituem as Nações Unidas”.

⁴² “de fato, como a maior democracia do mundo, enorme potencial, um rápido e crescente poder econômico e maior contribuinte para as Operações de Paz, a Índia tem uma reivindicação natural para o assento permanente no Conselho de Segurança.”

primeiro⁴³-ministro Singh argumentou que o número de membros das Nações Unidas cresceu muito, bem como o escopo de suas atividades. Sendo assim:

For the Security Council to represent genuine multilateralism in its decisions and actions, its membership must reflect current world realities. Most UN members today recognize the need for an enlarged and restructured Security Council, with more *developing countries as permanent and non-permanent members* (...) The recent crises warn us that until the UN Security Council is reformed and restructured, its decisions cannot reflect truly the collective will of the community of nations (SINGH, 2003).⁴⁴

Após ter apresentado o modelo de reforma defendido pela Índia, o primeiro-ministro criticou tanto os países do P-5, que não querem abrir mão de sua exclusividade no Conselho de Segurança, como alguns *Estados fracos* cuja estratégia é barrar a entrada de novos países como membros permanentes do CSNU (em clara alusão ao *Coffee Club*, que será abordado no próximo capítulo). Em relação a como funcionaria o CSNU no período pós-reforma, Singh ressalta a dificuldade de se chegar a um mecanismo deliberativo eficiente, mas que países com a democracia consolidada internamente poderiam contribuir para isso:

even after such reform, the Security Council would have to evolve suitable decision-making mechanisms, which ensure better representation of the collective will of the international community. How can multilateralism be genuinely implemented? A single veto is an anachronism in today's world. On the other hand, the requirement of unanimity can sabotage imperative actions. A simple majority vote may not be sufficiently representative for major issues of gravity. Should we aim for the highest common factor, or should we settle for the lowest common denominator? National experiences in democratic countries provide usable models of mechanisms, which could specify the extent of support required, depending on the impact of action to be taken (SINGH, 2003).⁴⁵

Em 2004, o primeiro-ministro Vajpayee limitou-se em discurso na AGNU a reforçar a ideia de que a grande maioria da população mundial não poderia ficar excluída da instituição que legisla sobre um número cada vez maior de temas, com um impacto cada vez maior: “the expansion of the Security Council, in the category of both permanent and non-permanent members, and the inclusion of countries like India as permanent members, would be a first

⁴³ “o tema do Iraque tem inevitavelmente gerado um debate sobre o funcionamento e a eficácia do Conselho de Segurança e da própria ONU”.

⁴⁴ “Para o Conselho de Segurança representar um multilateralismo genuíno em suas decisões e ações, sua estrutura deve refletir as realidades globais atuais. A maioria dos membros da ONU, hoje, reconhecem a necessidade de uma ampliação e uma re-estruturação do Conselho de Segurança, com mais países em desenvolvimento como membros permanentes e não-permanentes. (...) A crise recente nos alerta que, até que o Conselho de Segurança da ONU seja reformado e re-estruturado, suas decisões não podem refletir verdadeiramente a vontade coletiva da comunidade de nações”.

⁴⁵ “mesmo depois de tal reforma, o Conselho de Segurança teria de desenvolver mecanismos adequados de tomada de decisões, que garantisse uma melhor representação da vontade coletiva da comunidade internacional. Como pode o multilateralismo ser genuinamente implementado? Um único veto é um anacronismo no mundo atual. Por outro lado, o requisito da unanimidade pode sabotar ações imperativas. Uma maioria simples de votos pode não ser suficientemente representativa para a maioria dos assuntos de grande importância. Deveríamos almejar pelo maior fator comum, ou deveríamos estabelecer o menor denominador comum? Experiências nacionais em países democráticos fornecem modelos utilizáveis de mecanismos que poderiam indicar a extensão de apoio necessário, dependendo do impacto da ação a ser tomada”.

step in the process of making the United Nations a truly representative body”⁴⁶ (SINGH, 2004).

No ano do sexagenário das Nações Unidas, o primeiro-ministro indiano voltou a ressaltar o déficit democrático que sofre o Conselho de Segurança, o que colocaria sérios obstáculos para que fossem atingidas as Metas de Desenvolvimento do Milênio e para que fossem cumpridas suas obrigações:

Mr. Co-Chairman, in a democracy, it is the rule of law and transparency which ensure that the interests of the ordinary citizen are upheld. At the global level, too, we need to ensure that multilateral rules governing the flow of goods, services and capital take adequate account of the needs of developing countries (SINGH, 2005).⁴⁷

Em 2006, quem discursou representando a Índia é o Ministro da Defesa, Mukherjee, o qual utilizou os trágicos eventos ocorridos no Líbano naquele ano e a paralisação do processo de paz no Oriente Médio para fundamentar as falhas do Conselho de Segurança. Nesse sentido, criticou o dispêndio de recursos e atenção por parte do CS em assuntos que vão além do seu mandato, com a inclusão de itens em sua agenda que não tem ligação com a paz e a segurança:

In order to ensure that the international community exercises real ownership of the process of securing our world, it is essential that comprehensive reform of the Security Council is undertaken and that its membership is expanded in both permanent and non-permanent categories. It is no accident that the Secretary General's report refers to the enhancement of the legitimacy and the urgent need for reform to ensure relevance and credibility (MUKHERJEE, 2006).⁴⁸

No discurso de 2007, houve grande ênfase na questão da reforma do Conselho de Segurança. Mukherjee expôs a resolução do dia 11 de setembro daquele ano apresentada pela Índia em conjunto com países de África, América Latina e Ásia com os princípios nos quais a reforma da ONU deveria ser baseada para ser significativa:

These principles are: expansion in both permanent and non-permanent categories of membership; greater representation for developing countries, including representation for developed countries that is reflective of contemporary world realities; and comprehensive improvement in the working methods of the Security

⁴⁶ “a expansão do Conselho de Segurança, tanto na categoria das vagas permanentes como não-permanentes, e a inclusão de países como a Índia como membros permanentes, seria o primeiro passo no processo de tornar as Nações Unidas um órgão verdadeiramente representativo”.

⁴⁷ “Senhor Co-presidente, em uma democracia, é a regra da lei e da transparência que garante que os interesses do cidadão comum sejam mantidos. Em um nível global, também, nós precisamos garantir que as regras multilaterais, governando o fluxo de bens, serviços e capital, levem em consideração as necessidades dos países em desenvolvimento”.

⁴⁸ “No intuito de garantir que a comunidade internacional exerça o domínio real do processo de segurança do nosso mundo, é essencial que uma reforma abrangente do Conselho de Segurança seja empreendida, e que seu quadro de membros seja expandido tanto na categoria permanente como na não-permanente. Não é acidente que o relatório do Secretário-geral se refira ao aprimoramento da legitimidade e à urgente necessidade de reforma, que garanta a relevância e a credibilidade”.

Council, including ensuring greater access to island and small states (MUKHERJEE, 2007).⁴⁹

Após ter discorrido sobre a necessidade de as Nações Unidas voltarem esforços para a questão do desenvolvimento, o ministro das relações exteriores falou sobre o compromisso da Índia no combate à proliferação nuclear, bem como em ser uma *potência nuclear responsável*. Deste modo, colocou a Índia à disposição para a construção de um consenso em torno da não-proliferação, estando primordialmente preocupada com a possibilidade de as redes terroristas terem acesso a esse tipo de armamento.

Em 2008, o discurso do primeiro-ministro Singh não se deteu tanto na questão da reforma consular, expondo brevemente o posicionamento da Índia em relação a este tema, equivalente ao dos anos anteriores. Já em 2009, o assunto voltou a ser abordado no discurso indiano, novamente utilizando o argumento do consenso existente entre vários países de que seria necessária uma reforma com a expansão de ambas as categorias de membros no Conselho de Segurança da ONU. Em seguida, o ministro das Relações Exteriores, Krishna, fez referência ao compromisso da Índia com o desarmamento nuclear e a não-proliferação: “we put forward a number of proposals on nuclear disarmament in the UN, including a Working Paper in 2006, proposing elements to fashion a new consensus on disarmament and non-proliferation” (KRISHNA, 2009).⁵⁰ Além disso, afirmou que os acordos em relação à não-proliferação não deveriam ser discriminatórios.

Em seguida falou sobre a contribuição da Índia para as Operações de Paz das Nações Unidas: “over the past five decades, we contributed more than 100,000 peacekeepers and have suffered the highest number of casualties in these decades” (KRISHNA, 2009).⁵¹ Em relação à dinâmica regional, discorreu um pouco sobre a situação política de cada país vizinho, demonstrando que haveria uma certa prosperidade no Sul da Ásia:

Peace, security, stability and welfare of our neighborhood is vital for India. There is a new beginning in Sri Lanka; in Nepal strengthening the peace process is in our collective interest; and in Afghanistan, the international community must remain intensively engaged and support its development efforts and the maintenance of peace and stability. India is committed to establishing good neighborly relations and resolving all outstanding issues with Pakistan through peaceful dialogue (KRISHNA, 2009).⁵²

⁴⁹ “Estes princípios são: expansão das vagas permanentes e não-permanentes; maior representação para os países em desenvolvimento, incluindo representação para países desenvolvidos que reflita as realidades contemporâneas do mundo; e a melhora abrangente nos métodos de trabalho do Conselho de Segurança, incluindo a garantia de amplo acesso às ilhas e aos Estados pequenos”.

⁵⁰ “Apresentamos uma série de propostas sobre desarmamento nuclear na ONU, incluindo um *Working Paper*, em 2006, propondo elementos para moldar um novo consenso sobre desarmamento e não-proliferação”.

⁵¹ “Durante as últimas cinco décadas, nós contribuimos com mais de 100.000 pessoas para as Operações de Paz e sofremos o maior número de baixas nestas décadas”.

⁵² “Paz, segurança, estabilidade e o bem-estar de nossa vizinhança são vitais para a Índia. Há um novo começo no Sri Lanka; no Nepal, fortalecer o processo de paz é nosso interesse coletivo; e, no Afeganistão, a

Tanto em 2010, como em 2011, o tom dos discursos foi menos incisivo, abordando a questão da reforma sem explicitar a candidatura indiana e a inclusão de países em desenvolvimento nos quadros permanentes. Mesmo assim, houve menção à necessidade da reforma consular: “the reform and expansion of the Security Council are essential if it is to reflect contemporary reality. Such an outcome will enhance the Council’s credibility and effectiveness in dealing with global challenges” (SINGH, 2011).⁵³

A partir da análise dos discursos indianos, pode-se formar o universo conceitual da argumentação da diplomacia indiana em torno da reforma do CSNU e de sua campanha como novo membro permanente. A partir de 1992, esse tema é abordado no discurso indiano, ao mesmo tempo em que o Movimento dos Não-Alinhados⁵⁴, o qual a Índia historicamente lidera, discutiu intensamente a necessidade de reforma consular em seu encontro em Jakarta em 1992, o que resultou na criação de um item a ser incluído na agenda da 48ª sessão da Assembléia Geral da ONU, em 1993, intitulado “*Question of equitable representation on and increase in the membership of the Security Council*”. O desenrolar dos debates acerca do tema teve como consequência o estabelecimento de um Grupo de Trabalho em Aberto (*Open-Ended Working Group - OEWG*) para debater todos os aspectos da questão do aumento do número de membros no CSNU (CHOEDON, 2007, p.24). A partir disso, já se percebe o forte engajamento da Índia na questão da reforma consular, utilizando-se de vias multilaterais para buscar adesão a sua proposta.

Depreende-se dos discursos que os argumentos indianos são consideravelmente semelhantes aos do Brasil, analisados anteriormente, embora os discursos indianos sejam mais enfáticos nesse tema. Assim como o Brasil, a Índia lançou formalmente sua candidatura à vaga permanente no CS em 1994 (MATHUR, 2005). A principal argumentação da Índia gira em torno da idéia de que o CS se mostra ineficiente na sua principal função, a manutenção da paz e da segurança no mundo, porque os países do P-5 estariam mais

comunidade internacional deve permanecer intensamente engajada e apoiar seus esforços de desenvolvimento e manutenção da paz e da estabilidade. A Índia está comprometida em estabelecer boas relações com os vizinhos e em resolver todas as questões pendentes com o Paquistão por meio do diálogo pacífico”.

⁵³ “A reforma e a expansão do Conselho de Segurança são essenciais se este quiser refletir a realidade contemporânea. Tal resultado irá melhorar a credibilidade e a efetividade do Conselho para lidar com as disputas globais”.

⁵⁴ “They expressed concern ‘over the tendency of some states to dominate the Council’ and also expressed the view that ‘the veto which guarantee an exclusive role for the permanent members of the Council are contrary to the aim of democratising United Nations and must therefore be reviewed’. They were determined to play a leading role in the revitalisation of the UN and pressed hard to get the Council’s membership to reflect the increased membership of the UN”. (CHOEDON, 2007, p.23). (Eles expressaram preocupação ‘sobre a tendência de alguns Estados de dominar o Conselho’ e também expressaram a visão de que ‘o veto, o qual garante um papel exclusivo para os membros permanentes do Conselho, é contrário ao objetivo de democratizar as Nações Unidas e deve, por isso, ser revisto”.

preocupados em defender seus interesses do que em estabilizar os conflitos do globo. Nesse âmbito, já se percebe um tom mais crítico da diplomacia indiana em relação à brasileira. Além da ineficiência, então, o CS também sofreria uma crise de legitimidade e credibilidade, que seria sanada com a reformulação de seu funcionamento, bem como com o aumento de representatividade⁵⁵. Além disso, há a questão do grande aumento do número de membros da ONU, principalmente decorrente do processo de descolonização na África e na Ásia, assim como as mudanças nas relações de poder ocorridas ao longo da segunda metade do século XX. Nesse sentido, a estrutura do Conselho de Segurança, praticamente a mesma do pós-II Guerra Mundial, já não refletiria a estrutura do sistema internacional atual.

Nesse sentido, como o Brasil, defende que a reestruturação do Conselho não deveria ser parcial e baseada somente no poderio econômico dos possíveis novos membros permanentes. Baseando-se no princípio da igualdade dos Estados, preconizado na Carta da ONU, defende a necessidade de entrada de países em desenvolvimento nos quadros permanentes, assim como a equidade de representação continental, com novos membros de América Latina e Caribe, África e Ásia, que estão sub-representados no CS, tantos nos quadros permanentes como nos não-permanentes. Equivalente com a argumentação brasileira, a Índia, portanto, defende a idéia de democratização do Conselho de Segurança via expansão da representação. Até mesmo por convergir em suas propostas, Brasil e Índia se uniram juntamente com Alemanha e Japão nos anos 2000, no chamado G-4, grupo de pressão pela reforma do Conselho de Segurança e de campanha por suas entradas como novos membros permanentes. A respeito da morosidade em se tomar alguma decisão, o discurso indiano novamente demonstrando um tom maior de crítica, culpa tanto os países do P-5 como daqueles que defendem a expansão sem a criação de novos membros permanentes pelos fracassos até agora de se chegar a reforma consular.

Em relação às credenciais que a diplomacia indiana acredita que a Índia apresenta há uma gama de elementos que são utilizados como justificadores. Cabe inicialmente notar que a Índia é o país candidato a um cargo permanente menos inclinado a abrir mão do direito ao veto, sendo terminantemente contrária a um cargo discriminatório em relação aos membros permanentes tradicionais⁵⁶. Ainda assim, concordou com o G-4 em formular uma proposta em

⁵⁵ “India is keen to see an empowered UN that can take on the world policeman role, which some feel seems to have been usurped by US unilateralism at the present time” (MATHUR, 2005, p.18). [A Índia está interessada em ver uma ONU fortalecida que possa exercer o papel de polícia do mundo, tarefa que para alguns parece ter sido usurpada pelo unilateralismo dos EUA no presente].

⁵⁶ “India has been very adamant about demanding a permanent seat with the veto power” (CHOEDON, 2007, p.33). [A Índia tem sido muito inflexível sobre a demanda por um assento permanente com o poder de veto].

que os países do grupo abdicariam do poder de veto, ficando esta questão a ser resolvida depois de algum prazo:

Indian Prime Minister Manmohan stated to his parliament that India would accept the SC seat with full veto power only. Non-veto membership would mean that India was low in capability than China. It also meant that Indian should get involved in all disputes, many of the peripheral interest to it, while it might not be able to protect its own vital interests⁵⁷

In July 2005, as UN members prepared for the Millennium Review summit in September, India dropped its insistence on the veto power. This was a pragmatic move taken on the view that permanent membership without the veto was an important enough goal in itself to secure in the short term (MATHUR, 2005, p.6).⁵⁸

Assim como o Brasil, um dos argumentos utilizados pela diplomacia indiana para defender sua campanha a um assento permanente no CSNU é a participação ativa na ONU desde sua criação: “when the United Nations was formed in 1945, Mahatma Gandhi felt that India, which then included Pakistan and Bangladesh, should become a veto-wielding member of the SC. (...) India’s contribution to the working of the UN has been substantial”⁵⁹ (MATHUR, 2005). Além disso, enfatiza-se com frequência e veemência nos discursos as participações nas Missões de Paz das Nações Unidas e as contribuições financeiras para a ONU. Porém, como o Brasil, houve um período, durante a Guerra Fria, em que a Índia não teve participação tão intensa nas Operações de Paz, o que iria mudar a partir dos anos 1990:

Indeed the end of the Cold War found the ONU in greater demand than ever before and the UN peacekeeping operations are involved in an unprecedented scale in conflicts around the globe. India did not shirk its responsibility in these challenging situations. India is once again deeply involved in most of the second and third generations of peacekeeping operations. Over the years, India has provided around 75,000 troops and police forces to around 33 United Nations peacekeeping operations. India ranks around fourth largest contributors of troops to the UN Peacekeeping Operations (CHOEDON, 2007, p.22).⁶⁰

Além disso, existem os argumentos de capacidades indianas, o que credenciaria sua entrada no Conselho de Segurança. Segundo Mathur (2005, p.18): “India seems itself as the

⁵⁷ “O Primeiro-ministro indiano Manmohan afirmou a seu parlamento que a Índia aceitaria o assento permanente do CS somente com o poder de veto. Tornar-se membro permanente sem o poder de veto significaria que a Índia estaria abaixo em capacidade em relação à China. Também significaria que os indianos deveriam se envolver em todas as disputas, muitas com interesses periféricos para eles, enquanto não estariam habilitados a proteger seus próprios interesses vitais”.

⁵⁸ “Em julho de 2005, assim como os membros da ONU se preparam para a Revisão da Cúpula do Milênio, em setembro, a Índia deixou sua insistência pelo direito ao poder de veto. Este foi um movimento pragmático a partir da visão de que um cargo permanente, mesmo sem o veto, era importante uma meta suficiente em si mesma a assegurar no curto prazo”.

⁵⁹ “quando as Nações Unidas foram criadas, em 1945, Mahatma Gandhi sentiu que a Índia, que na época incluía o Paquistão e o Bangladesh, deveriam se tornar um membro com poder de veto no CS. [...] A contribuição da Índia para os trabalhos da ONU tem sido substancial”.

⁶⁰ “De fato, o fim da Guerra Fria encontrou a ONU em grande demanda e as Operações de Paz da ONU estão envolvidas em uma escala não-precedente em conflitos ao redor do globo. A Índia não fugiu de sua responsabilidade nestas situações desafiadoras. A Índia está, uma vez mais, profundamente envolvida na maioria das Operações de Paz de segunda e terceira gerações. Ao longo dos anos, a Índia providenciou cerca de 75.000 tropas e forças policiais para cerca de 33 Operações de Paz das Nações Unidas. a Índia se classifica como o quarto maior contribuinte de tropas para as Operações de Paz da ONU”.

champion of the developing world and is keen to establish development as central to the UN's agenda".⁶¹ Daí depreende-se que, como o Brasil, a Índia se posiciona no sistema internacional como interlocutora do mundo em desenvolvimento e subdesenvolvimento com o centro do sistema, possuindo mais capacidades que os países pequenos para assumir as responsabilidades que são demandadas de um membro permanente. Nesse âmbito, o que a credenciaria entre os países em desenvolvimento seria: o fato de ser a maior democracia do mundo, em termos de população; grande poder militar, estando atrás somente de EUA, Rússia, China e Japão; ser reconhecidamente um ator global; possuir o quarto maior PIB do mundo em paridade de poder de compra (MATHUR, 2005)⁶².

A diplomacia indiana também indica como fator relevante o grande potencial econômico da Índia, cuja economia tem apresentando elevada taxa de crescimento anual desde o início dos anos 1990:

India's economic emergence on the world stage is the final contributing factor legitimizing India's claim to a permanent seat in the SC. India is also one of the top ten economies in the world with the potential of becoming the third largest in the next 30 years. India also made regular financial contributions to the UN and never faltered on its payments. India led the G-22 at the WTO ministerial meet at Cancun; India was invited to participate at the G-7 meeting in February, 2005, for the first time and India also attended the G-8 summit host in Britain (MATHUR, 2005, p.6).⁶³

Em relação ao setor securitário, o argumento indiano é o de que o País se qualifica como uma potência nuclear responsável (CHOEDON, 2007, p. 29), tendo deixado de assinar o CTBT, em 1996, e o TNP, unicamente por questões de segurança devido às ameaças que recebia do Paquistão. Para embasar seu discurso, a diplomacia indiana cita frequentemente os

⁶¹ "A Índia vê a si mesma como a campeã do mundo em desenvolvimento e está interessada em estabelecer o desenvolvimento como tema central da agenda da ONU".

⁶² "Perhaps the easiest argument in favour of India becoming a member of the SC is demography. India is the second most populous country in the world comprising almost 1/5 of humanity; this fact in itself merits representation. Moreover, India is also the largest functional democracy: this fits into the urgent need for democratising the Council. India has also participated in all initiatives of the UN and UN organs, as well as on discussions on the Agenda for Peace and the Agenda for Development. India supported the establishment of UNICEF on a permanent basis, the creation of UNDP, the establishment of UNEP, the restructuring of the UN in economic, and social fields and is currently supporting the UN Development Fund" (MATHUR, 2005, p.6). [Talvez o argumento mais fácil a favor da Índia para se tornar um membro do CS é a demografia. A Índia é o segundo país mais populoso do mundo, comportando quase 1/5 da humanidade; este fato em si mesmo dá mérito a representação. Além disso, a Índia também é a maior democracia funcional: isto se encaixa com a necessidade urgente de democratização do Conselho. A Índia também tem participado em todas as iniciativas da ONU e de seus órgãos, assim como nas discussões da Agenda pela Paz e a Agenda pelo Desenvolvimento. A Índia apoiou o estabelecimento da UNICEF em uma base permanente, a criação da UNSO, o estabelecimento da UNEP, a re-estruturação da ONU nas áreas econômico e social e está atualmente apoiando o Fundo da ONU para o Desenvolvimento".]

⁶³ "A emergência econômica da Índia no cenário mundial é o fator contribuinte final que legitima a reivindicação da Índia para o assento permanente no CS. A Índia é também uma das dez economias do mundo com potencial para se tornar a terceira maior nos próximos 30 anos. A Índia também fez contribuições financeiras regulares para a ONU e nunca faltou com seus pagamentos. A Índia liderou o G-22 no encontro ministerial da OMC em Cancun; a Índia foi convidada para participar do encontro do G-5 em fevereiro de 2005, pela primeira vez, e a Índia também participou da Cúpula do G-8 ocorrida na Grã-Bretanha".

esforços que tem feito na esfera da ONU para se construir um ambiente internacional livre de armas nucleares. Nesse sentido, a Índia se posiciona, historicamente, como sendo contrária às armas nucleares, mas também se mostra fortemente crítica em relação à discriminação que é feita entre os Estados no sistema internacional, com poucos tendo o privilégio de ter armas nucleares:

Although the P-5 are all nuclear powers, the fact that India is a nuclear power is a double-edged sword. On the one hand, being a nuclear power seems to add to India's legitimacy of gaining a permanent seat. On the other hand, India's policies on nuclear power in the past have come under severe criticism from the UN. In 1996, India rejected the Comprehensive Test Ban Treaty (CTBT) and found itself in virtual isolation. Two years later, when India tested its nuclear weapons and declared itself a nuclear power, New Delhi was subjected to unanimous Resolution 1172 (June 1998) that called on it to abandon its nuclear and missiles programme. Statements made in the UN clearly state India's position: there should be a common recognition that all measures that are discussed are global and non-discriminatory and will therefore enhance the security of all (MATHUR, 2005, p.5).⁶⁴

Além disso, como a diplomacia brasileira, a política externa indiana, ainda que em poucas vezes, aborda a preocupação com a consolidação de um ambiente regional estável no Sul da Ásia, talvez por esse argumento ser fraco, dados os conflitos e instabilidade existentes nessa região, principalmente em relação ao Paquistão. Também a diplomacia indiana comenta a aproximação com a África e o engajamento com o processo de paz no Oriente Médio, ou seja, demonstra o alcance de sua diplomacia e suas contribuições que atingem um escopo maior que o regional. Nesse sentido, observa-se que a Índia é um potência regional tentando se definir como uma potência global ao manter um bom relacionamento com as potências (EUA, China, Rússia e União Europeia). Além disso, suas relações com a Ásia, que eram limitadas no século XX, mudaram sensivelmente, ocorrendo um aumento nas relações comerciais e políticas. Sendo assim: “India is not a global power but is one of the top contenders of this race” (JABEEN, 2010, p.241).⁶⁵

A Índia, portanto, aborda a questão da reforma do Conselho de Segurança com a expansão do número de membros permanentes e não-permanentes como uma necessidade que geraria o bem comum de todos os Estados das Nações Unidas, evitando a noção de política de poder que beneficiaria e privilegiaria os novos entrantes, o que se assemelha muito à

⁶⁴ “Embora o P-5 seja composto por potências nucleares, o fato de a Índia ser uma potência nuclear é uma faca de dois gumes. Por um lado, ser uma potência nuclear parece adicionar à Índia legitimidade para obter um assento permanente. Por outro lado, as políticas da Índia em relação ao poder nuclear, no passado, sofreram críticas severas da ONU. Em 1996, a Índia rejeitou o Tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares (TPCTN) e se encontrou em isolamento virtual. Dois anos depois, quando a Índia testou suas armas nucleares e se declarou como potência nuclear, Nova Déli foi submetida à unânime Resolução 1172 (junho de 1998) que ordenava o abandono de seus programas nuclear e de mísseis. Declarações feitas na ONU claramente declaram a posição indiana: deveria haver um reconhecimento comum que todas as medidas que estão sendo discutidas são globais e não-discriminatórias e que, portanto, vão aumentar a segurança de todos”.

⁶⁵ “a Índia não é uma potência global mas é um dos primeiros competidores nessa corrida”.

estratégia da diplomacia brasileira. Nesse sentido, defende que a democratização do órgão seria obtido com a adesão de representantes do mundo em desenvolvimento, mas daqueles que possuiriam credenciais como contribuição para ONU, capacidade de atuação global, indicadores sócio-econômicos, sistema político democrático, o que incluiria países como Brasil e Índia. Nota-se, porém, que a Índia não toca na questão do apoio regional como a diplomacia brasileira. A democratização do CSNU seria obtida, então, com o aumento de sua representatividade, o que geraria maior credibilidade e eficiência para que o órgão cumprisse sua missão de manter a paz e a estabilidade no globo.

3 A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU: PROPOSTAS DE RE-ESTRUTURAÇÃO

Nesta sessão, o Conselho de Segurança da ONU será o foco de análise. Inicialmente examina-se a criação do principal órgão das Nações Unidas, utilizando a teoria de Ikenberry (2001) a respeito da ordem institucional no plano internacional. Posteriormente, analisa-se as demandas pela reforma do órgão, potencializadas a partir dos anos 1990. Por fim, expõe-se as posturas dos membros permanentes do CSNU a respeito de uma possível reforma com a ampliação do número de membros nos quadros do órgão, bem como a respeito das candidaturas de Brasil e Índia à vaga permanente.

3.1 Histórico de criação e funcionamento do CSNU

O período do imediato pós-II Guerra Mundial foi marcado por uma configuração sistêmica única na história das relações internacionais. Pela primeira vez, o Estado vitorioso mais poderoso, os EUA, apresentava uma vantagem tão grande em relação tanto aos países aliados quanto aos derrotados no conflito global, sendo disparada a maior potência militar e apresentando o índice de aproximadamente metade da economia global. A segunda maior potência militar, a URSS, saiu do conflito global devastada, tendo perdido mais de vinte milhões de homens e sofrido a invasão territorial das tropas do Eixo. Com isso, os EUA apresentavam uma ampla vantagem, que nenhuma outra potência global havia apresentado na ao longo da história. Tal posição garantiu aos EUA algumas opções sobre como iria conduzir seu poder no sistema internacional. Segundo Ikenberry (2001), o resultado de grandes guerras garante escolhas para o Estado vencedor. A destruição causada pela guerra e o colapso da ordem antiga proporcionam oportunidades para estabelecer novas regras básicas e arranjos organizacionais que possivelmente persistem no futuro.

Nesse contexto, o Estado líder possuiria três opções: 1) usar seu poder para dominar os Estados fracos e os derrotados. A dominação pode ser via colonização, pela imposição de penalidades severas ou com a extração de reparações em tamanhos desproporcionais dos Estados derrotados; 2) abandonar os outros Estados e ir para a casa. Deixados sozinhos, os Estados fracos e os derrotados procurariam uma estratégia para equilibrar as assimetrias; ou 3) usar sua posição de poder predominante para ganhar a aquiescência e a participação em uma ordem pós-guerra aceitável mutuamente. O objetivo seria o de estabelecer um conjunto de regras e arranjos que também servissem aos interesses do Estado líder a longo-prazo. Para

Ikenberry (2001), quanto maior a assimetria entre o Estado mais poderoso e os secundários, mais incentivos e capacidades aquele terá para construir uma nova ordem baseada em instituições definidas. Deste modo, o Estado líder promoveria uma ordem fechada institucionalmente que garantiria ganhos de longo prazo ao diminuir os custos de coação, pois a adesão de outros Estados seria de forma quase voluntária.

Segundo o autor, para o Estado hegemônico seria atraente construir uma ordem que restringisse a liberdade dos Estados secundários, constringendo-os em padrões de comportamento definidos pelas instituições. A ordem criada pelo Estado líder agiria a seu favor, de modo que, mesmo que houvesse uma perda relativa de capacidade do Estado hegemônico no longo prazo, ainda assim sua posição proeminente ficaria garantida pelo acordo constitucional das instituições por este criadas. Os Estados secundários e os mais fracos, por sua vez, prefeririam uma ordem institucional, que, de certa forma, restringisse o poder do Estado líder – em um sistema multilateral, o Estado dominante também tem obrigação de se subordinar às regras institucionais –, evitando, desta forma, tanto sua dominação como seu abandono. Ikenberry (2001) argumenta que, sem um agrupamento institucional, a barganha seria baseada simplesmente nas capacidades de poder e o Estado hegemônico teria clara vantagem. Os Estados mais fracos perderiam mais do que em um acordo institucional, no qual o Estado hegemônico concorda em renunciar alguns ganhos imediatos em troca da participação voluntária dos Estados secundários. A opção de perder mais agora para ganhar mais depois não é atraente para um Estado fraco que está lutando para se re-construir depois da guerra. O *hegemon*, por outro lado, estará mais disposto a trocar ganhos atuais por ganhos futuros. A diferença nos dois horizontes é crucial para entender por que um acordo constitucional é possível: “institutions play a two-sided role: they must bind the leading state when it is initially stronger and the subordinate states later when they are stronger”⁶⁶ (IKENBERRY, 2001, p.57).

Porém deve-se atentar para o fato de que, quando o Estado líder oferece um acordo constitucional para outros Estados, isto não significa que ele está buscando fazer concessões em assuntos específicos. Acordos constitucionais especificam as regras do jogo – isto é, os parâmetros entre os quais os Estados irão competir e resolver disputas. Os Estados podem ter expectativas divergentes sobre os acordos em vários conflitos distributivos. O acordo constitucional especifica os princípios e os mecanismos pelos quais aqueles conflitos serão decididos. Se o Estado líder buscar um acordo institucional, estará fazendo um cálculo que,

⁶⁶ “as instituições desempenham um papel com dois lados: elas devem restringir o Estado líder, quando ele é inicialmente mais forte, e os Estados subordinados depois, quando estes estão mais fortes”.

embora esteja comprometendo a discricionariedade de seu poder, com estas novas instituições, será capaz de manter sua vantagem no longo prazo (IKENBERRY, 2001).

A vantagem do Estado hegemônico seria mantida no longo prazo de duas formas: 1) diminuindo os custos de coerção e coação para manter a ordem no sistema, já que o uso constante do poder para assegurar interesses específicos e a resolução constante de conflitos são dispendiosos. Criar uma ordem na qual Estados secundários aceitem suas regras e princípios é menos custoso. É muito mais efetivo, no longo prazo, moldar os interesses e as orientações de outros Estados do que diretamente moldar suas ações por meio de coerção. O Estado líder diminui seus custos de impelir a adesão dos Estados mais fracos, ao fornecer aos Estados mais fracos uma participação na ordem constitucional, ganhando, desta forma, seu apoio global. Portanto um acordo constitucional é aquele em que o Estado líder concorda em estender o acesso da tomada de decisões e direitos para Estados secundários em troca de sua aquiescência às regras e às instituições da nova ordem; 2) a criação de instituições é uma forma de investimento hegemônico de longo prazo. Se o tipo certo de regras e instituições são legítimas, estas podem continuar a trabalhar a favor do Estado líder mesmo se suas capacidades materiais declinam. Assim, a posição do poder estatal é conservada (IKENBERRY, 2001).

Sendo assim, o Estado hegemônico buscaria optar pela consolidação de uma ordem constitucional a partir da percepção de que sua posição de poder relativa não seria sustentável no longo prazo, já que a guerra diminui apenas temporariamente as capacidades de poder das outras potências e que elas vão finalmente se re-construir e aumentar suas posições relativas de poder. A construção institucional é uma forma de investimento porque regras e instituições legítimas são estáveis, pelo menos em certa extensão. A menos que ocorra uma mudança substancial no poder estatal e nos seus interesses, as instituições de pós-guerra provavelmente irão persistir e continuar a moldar e constringer a ação estatal mesmo se houver um declínio relativo do poder do Estado líder (IKENBERRY, 2001).

Ao criar instituições legítimas, portanto, o Estado hegemônico estaria gerenciando seu poder, já que existe a percepção de que sua posição de poder relativa não sustentaria-se no longo prazo. Ao tornar suas ações mais previsíveis, se subordinando a uma ordem multilateral, seria obtida a adesão dos Estados secundários e dos mais fracos, perpetuando sua posição vantajosa. Deve-se atentar para o fato de que as instituições, ao definir padrões e expectativas sobre as ações dos Estados subordinados à nova ordem, tornam altamente custosa a quebra desta. Sendo assim, as instituições acabam adquirindo certa autonomia e autoridade. A coerção, nessa ordem baseada no institucionalismo, ficaria restrita, portanto,

aos custos de não-participação, já que é um meio em que os Estados mais fracos têm o direito de exprimir seus interesses e buscar um entendimento mutuamente benéfico com o Estado mais poderoso. Além disso, se dois Estados sabem que a competição entre os dois ficará contida dentro de um processo político institucionalizado e não levar à guerra ou à sua ameaça, eles se inclinarão a concordar em cooperar e se engajar em relações (IKENBERRY, 2001).

Pode-se observar que a teoria utilizada por Ikenberry (2001) se encaixa nos acontecimentos pós-II Guerra Mundial. Assim como afirma o autor, em vez de buscar adotar uma postura coerciva ou omissa, os EUA – Estado que emergiu como principal potência do sistema internacional – buscaram seguir uma estratégia de construção de uma ordem que garantisse seu domínio. Como a II Grande Guerra terminou com uma vitória decisiva, os termos de paz puderam ser mais extensivos e ambiciosos; a derrota dos Estados perdedores foi associada à velha ordem, o que abriu margem para a criação de uma nova ordem. Nesse âmbito, os EUA proveram: subsídios no período da guerra; ajuda para a reconstrução da Europa e do Japão; e garantia de acesso a seus mercados, adotando uma política de manutenção de *déficits* nas transações correntes, de forma a garantir altas importações da produção europeia. Na realidade, quanto maior o poder do Estado hegemônico, há maior facilidade para restringir um pouco aquele poder para obter adesão. Nesse sentido, pudemos observar a consolidação de várias instituições pelos EUA, no período pós-II Guerra Mundial, com a criação do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI), da OTAN e, por fim, da Organização das Nações Unidas.

Segundo Soares de Lima (2009), a consolidação de uma ordem internacional favorável aos vencedores constitui um resultado trivial de uma guerra sistêmica, que envolve os principais atores do sistema internacional. É a partir dessa percepção que é evidenciada a criação e a estruturação do Conselho de Segurança da ONU no pós-II Guerra Mundial, em 1945. A configuração do órgão mais importante da ONU, que confere amplo poder a seus cinco membros permanentes, com o poder de veto, foi concebida basicamente por EUA, Reino Unido e URSS. O papel dos outros aliados foi o de referendar o ante-projeto da carta das Nações Unidas:

Com base nos documentos publicados no *Foreign Relations of United States* (1944, vol.I) e apresentados neste artigo, fica evidente a concentração das decisões cruciais nas mãos destes três países e a enorme margem de discricção dos EUA, Inglaterra e União Soviética na escolha da arquitetura e dos países que viriam a integrar o Conselho de Segurança da Organização (SOARES DE LIMA, 2009, p.271).

O Brasil, desde o início, se engajou na construção da ordem institucional no âmbito das Nações Unidas. A principal aspiração da diplomacia brasileira, já naquela época, era a de que o Brasil entrasse no grupo dos membros permanentes, tendo como principal justificativa a sua contribuição principalmente com tropas ao lado dos Aliados na derrota do Eixo durante a II Guerra Mundial. Inicialmente, tal pretensão era vista de forma positiva pelos EUA, no governo Roosevelt⁶⁷, mas contava com a oposição do Reino Unido e da URSS. Já em relação à França e à China, havia consenso entre as três potências sobre suas inclusões (SOARES DE LIMA, 2009).

A construção da Organização das Nações Unidas iniciou-se ainda durante a II Guerra Mundial, sendo liderada primordialmente pelos EUA, os quais, ao lado dos Aliados (Reino Unido e URSS), buscaram consolidar a ideia da criação de uma instituição que mantivesse o sistema internacional mais estável, prevenindo novos conflitos de grande magnitude como o que enfrentavam na época. Nesse âmbito, a primeira conferência em torno deste tema foi realizada em Washington, em 1942, reunindo vinte seis países, na qual foi assinado um documento denominado Declaração das Nações Unidas. Em 1943, outra conferência foi realizada em Moscou, reunindo EUA, Reino Unido e URSS, na qual foi decidida a criação de uma organização internacional cuja finalidade seria a manutenção da paz e da segurança internacionais, sem deixar de respeitar a soberania dos Estados. A estrutura de tal organização seria discutida na conferência seguinte (BRIGIDO, 2010, p.25).

Em Dumbarton Oaks, em 1944, os EUA apresentaram um anteprojeto, o qual detalhava as funções que os órgãos das Nações Unidas teriam, quais sejam, da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, da Corte Internacional de Justiça, do Conselho de Tutela e do Secretariado. Além disso, o documento também apresentava um sistema de solução pacífica de controvérsias, do uso da força armada, da regulamentação de armamentos e da cooperação econômica e social. Assim como os EUA, o Reino Unido também apresentou suas propostas, sendo a mais importante a seguinte: a criação de um órgão de discussão, no qual todos os Estados-membros seriam representados, e de um órgão de ação, composto por um número restrito de Estados-membros. Os soviéticos também enfatizaram a ideia de órgãos restritos às grandes potências, cujas deliberações deveriam ser regidas pelo consenso⁶⁸. A

⁶⁷ “Os EUA apoiaram a candidatura do Brasil como membro não-permanente do Conselho na primeira eleição que se realizou em Londres em 1946” (SOARES DE LIMA, 2009, p.271).

⁶⁸ “For Stalin, the notion of great power cooperation presented no problem as long as the unanimity rule was preserved. Preoccupied, as the French were, with keeping Germany from re-emerging as a security threat, Stalin saw the extension of the alliance as the best way to achieve this. Stalin, moreover, had little enthusiasm for giving much, if any, role to smaller powers” (LUCK, 2008, p.78).

conferência de Dumbarton Oaks teve a presença dos três países supracitados mais a China⁶⁹. O projeto formulado na Conferência foi submetido para os demais Estados fundadores da ONU. Finalmente, na Conferência de São Francisco, em 1945, a Carta das Nações Unidas foi assinada por 51 Estados, dentre os quais o Brasil, entrando em vigor em outubro daquele ano (BRIGIDO, 2010, p.26). Cabe ressaltar que a Índia ainda tinha condição de colônia britânica na época.

Com o advento da ONU, a guerra ficou terminantemente proibida, ressalvado o caso de legítima defesa, conforme observado no artigo 51⁷⁰ da Carta das Nações Unidas. O Conselho de Segurança, portanto, surgiu como o órgão mais importante da organização, já que é o responsável pela resolução dos conflitos internacionais e das instabilidades que ameaçam a paz internacional. Nesse âmbito, o Conselho de Segurança tem o poder do uso da força coletiva. A reunião das principais potências, as vitoriosas da II Guerra Mundial, neste órgão, é justificada pelo fato de não haver a possibilidade de juntas serem derrotadas, ou seja, teriam capacidade militar e econômica para dissuadir ou vencer qualquer foco de instabilidade no globo. Deve-se observar que a Carta das Nações Unidas dá ampla flexibilidade para seus membros, sobretudo os permanentes, para lançar mão do uso da força. Por esse motivo, a presença de EUA, URSS, Reino Unido e da China – os membros permanentes definidos até o momento – seria por tempo indeterminado, dadas suas excepcionais capacidades e responsabilidades. A previsão era de que a França se tornasse o quinto e último membro permanente, assim que restabelece um governo soberano, já que havia sido tomada pelas forças nazistas durante a II Guerra Mundial. Já foi prevista também, naquele momento, a eleição periódica de membros não-permanentes, cujo número de representantes deveria ficar entre três e onze. Também foi determinado que a composição do Conselho de Segurança só seria modificada se houve aprovação de dois terços dos membros da Assembleia Geral e o

[Para Stalin, a noção de cooperação entre as grandes potências não apresentava problema desde que a regra da unanimidade fosse preservada. Preocupado, como a França estava, em manter a Alemanha longe da possibilidade de re-emergir como uma ameaça à segurança, Stalin viu a extensão da aliança como a melhor forma para atingir este objetivo. Stalin, além disso, tinha pouco entusiasmo para dar muito, ou pelo menos algum, papel para as potências menores].

⁶⁹ “A China, apesar de ter desempenhado um papel muito modesto na estruturação das propostas em Dumbarton Oaks e não ter sido representada em Yalta, apoiou consistentemente a noção de que um grupo pequeno com as grandes potências deveria ser encarregado de manter a segurança global. Até o líder Mao Tse-tung delcarou seu apoio aos resultados das conferências de Dumbarton Oaks e Yalta e mandou um representante do Partido Comunista Chinês a São Francisco” (LUCK, 2008, p.80).

⁷⁰ “Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos Membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer tempo, a ação que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais” (UN Charte, 1945).

voto afirmativo dos membros permanentes (BRIGIDO, 2010, p.27; LUCK, 2008; Carta da ONU, 1945).

Chegou-se, por fim, à configuração de onze membros no Conselho de Segurança, cinco permanentes (EUA, Reino Unido, URSS, França e China), com direito a veto, e seis não-permanentes: dois da América Latina, um do Oriente Médio, um da *Commonwealth*, um da Europa Ocidental e um da Europa Oriental. Posteriormente, em 1963, foi aprovado pela Assembleia Geral o aumento do número de membros com cadeiras rotativas de seis para dez. A justificativa para tal ampliação, na época, foi a ampliação do número de Estados-membros das Nações Unidas, que aumentou de 51 para 111. Seguindo a equidade geográfica ficaram: cinco afro-asiáticos; dois latino-americanos; um do Leste Europeu; dois da Europa Ocidental e outros Estados. Estes membros são eleitos pela Assembleia Geral, sendo levado em consideração a contribuição dos candidatos para a manutenção da paz internacional e para outros propósitos da Organização. O mandato do membro não-permanente é de dois anos, não sendo possível a re-eleição imediata (BRIGIDO, 2010, p.32).

Em relação à forma que seriam decididas as deliberações do Conselho de Segurança, inicialmente, os EUA se mostraram contrários ao poder de voto, e portanto de veto, no caso dos membros permanentes, quando um dos membros do órgão fosse parte de uma disputa. Tal posição dos EUA era apoiada por Reino Unido e China. No entanto a URSS não ficou de acordo com esta proposta, pois feriria o princípio da unanimidade entre o P-5. Para se chegar a um consenso, os EUA modificaram sua proposta dividindo as questões a serem tratadas pelo Conselho de Segurança em duas naturezas: jurídicas e políticas. Nas primeiras, se enquadrariam as disputas que seriam objeto de Solução Pácífica de Controvérsias⁷¹, ou seja, aquelas que dizem respeito ao Capítulo VI da Carta das Nações Unidas. Nestas, os Estados-membros do Conselho de Segurança não poderiam votar. Já nas “questões políticas”, ou seja, naqueles casos em que não se pudesse chegar a uma solução negociada e que houvesse ameaça à paz, ou seja, questões analisadas pelo Capítulo VI da Carta, “o argumento do veto para o capítulo VII era o que de cabia aos Grandes a função de manter a paz e a segurança internacionais e, para tanto, deveria haver unanimidade entre eles nestas questões” (BRIGIDO, 2010, p.39). Pode-se perceber que os membros permanentes dispõem de grande flexibilidade, pois nada os impede de enquadrar uma questão em ameaça à paz, baseando-se no capítulo VII em vez do capítulo VI. Nesse sentido, o poder de veto dá grande poder ao P-5,

⁷¹ “Para eles (EUA), uma controvérsia entre dois ou mais países, seria, num primeiro momento, uma questão semelhante a uma questão judicial, e o Conselho, portanto, agiria como um ‘tribunal’, razão pela qual as partes envolvidas não deveriam ter direito a voto”. (BRIGIDO, 2010, p.37).

tornando o Conselho de Segurança uma oligarquia, na qual cinco países dispõem de ampla discricionariedade para agir no mundo todo, e não deixar ser decidido qualquer questão contrária a seus próprios interesses:

Os que criticam argumentam que constitui medida iníqua, antidemocrática e tendente a debilitar a capacidade do Conselho de desempenhar suas responsabilidades essenciais. Os que o justificam consideram que o princípio da unanimidade entre os membros permanentes é elemento fundamental da concepção das Nações Unidas, pois seria irrealista supor que a Organização pudesse agir contra a vontade das grandes potências (VIOTTI, 2009, p.12).

Além do poder veto, os membros permanentes tem discricionariedade para avaliar o que constituiria uma ameaça à paz. Não há uma regulamentação na Carta com tipos de instabilidades que se enquadrariam para receber medidas coercitivas ou punitivas, conforme o artigo 39, do capítulo VII, da Carta da ONU: “the Security Council shall determine the existence of any threat to the peace, breach of the peace, or act of aggression and shall make recommendations, or decide what measures shall be taken in accordance with Articles 41 and 42, to maintain or restore international peace and security”.⁷²

Apesar do amplo poder concedido a apenas cinco Estados, o Conselho de Segurança ficou imobilizado de cumprir suas funções durante a Guerra Fria, período em que EUA e URSS ficaram com as relações diplomáticas rompidas. Portanto, de 1945 até o fim da década de 1980, as Nações Unidas não puderam funcionar como havia sido previsto em sua Carta; o uso do veto por EUA e URSS foi grande, tendo em vista seus próprios interesses, e não exatamente a paz e o bem geral da comunidade internacional. Entre 1946 e 1989, o veto foi utilizado 277 vezes⁷³. Nos primeiros 44 anos de atividade, foram aprovadas somente 646 resoluções, o que contrasta consideravelmente com as 1.177 resoluções que foram aprovadas entre 1990 e 2008, ou seja, foram quatro vezes mais resoluções no pós-Guerra Fria, havendo apenas 24 vetos (BRIGIDO, 2010, p.45).

Apesar do destravamento do funcionamento do Conselho de Segurança com o fim da Guerra Fria e a conseqüente maior capacidade de ação que obteve, as críticas em relação ao seu funcionamento, em vez de terem diminuído, aumentaram consideravelmente. Tais críticas se concentraram na discricionariedade que o P-5 tem para impor a coerção e lançar mão de intervenções sem ter de justificá-las, o que abre margem para ações que defendem seus

⁷² “O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão e fará recomendações ou decidirá quais medidas deverão ser tomadas de acordo com os artigos 41 e 42, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais”.

⁷³ “124 pela URSS; 80 pelos EUA; 33 pelo Reino Unido; 22 pela China; 18 pela França. Em razão da paralisação do Conselho, foi aprovada a resolução *Uniting for Peace* já em 1950, a fim de atribuir competência residual à Assembleia Geral para intervir em questões de Segurança, quando o Conselho não exercesse sua função primordial” (BRIGIDO, 2010, p.45).

próprios interesses, e não necessariamente o bem de toda a comunidade internacional. Outra crítica gira em torno da falta de transparência nas deliberações. Geralmente o P-5 realiza reuniões e consultas fechadas e chega à reunião formal com os membros não-permanentes já com as decisões a serem tomadas já encaminhadas:

num certo sentido, os pronunciamentos podem ser comparados a fotografias; ao passo que as consultas, com sua dinâmica por vezes imprevisível, poderia ser descrita como um drama que se desenrola, como no teatro ou num filme. Ainda assim, apesar dos muitos pleitos por maior transparência, as consultas informais continuam a realizar-se a portas fechadas (FONSECA JR, 2002, p.9⁷⁴ apud BRIGIDO, 2010, p.48).

the more the Permanent Members were able to agree on a common position beforehand, the smaller the chances for Non-permanent Members to influence the decision. Likewise, the role of non-members of the Council has become increasingly weaker. As most of the actual work of the Council now takes place in informal consultations behind closed doors, and public meetings are often held only for a formal vote, non-members frequently have little information about Council discussions and no opportunity to express their views in the Council. At the same time, Permanent Members are under less pressure to defend and justify their views publicly. Thus, while the formal use of the veto has decreased radically since the end of the Cold War, its use in informal consultations seems to remain common (KRISCH, 2008, p.137).⁷⁵

Outro ponto que é alvo de críticas é o fato de o Estado envovido na disputa somente é convidado a participar, sem ter direito de voto, e após o assunto já ter sido discutido e até mesmo decidido (BRIGIDO, 2010, p.48). Outro fato que levantou questionamentos foram as mudanças ocorridas no próprio quadro de membros permanentes do Conselho de Segurança, com a mudança da China insular (Taiwan) para a China continental (sob o comando do Partido Comunista Chinês), em 1971, e a mudança da URSS para a Rússia após a implosão do bloco socialista. Claramente houve uma mudança significativa, com Estados completamente díspares dos anteriores passando a ter representação no Conselho, sem a ocorrência de uma consulta prévia com a Assembleia Geral que referendasse tal transição.

Percebe-se, portanto, que as potências vencedoras da II Guerra Mundial, principalmente os EUA, buscaram consolidar uma ordem internacional com a criação das Nações Unidas que, de certa forma, garantisse sua proeminência em relação aos outros

⁷⁴ FONSECA JR, Gelson. (Org.) **O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU. 1998-1999.** Brasília: IRBr/FUNAG, 2002, p.9.

⁷⁵ “quanto mais os Membros Permanentes sejam capazes de concordar em uma posição comum antecipadamente, menores as chances de os Membros Não-permanentes influenciarem a decisão. Do mesmo modo, o papel daqueles que não são membros do Conselho tem-se tornado crescentemente mais fraco. Como a maioria dos trabalhos atuais do Conselho agora são realizados em consultas informais, por trás de portas fechadas, e encontros públicos são frequentemente mantidos somente para o voto formal, aqueles que não são membros frequentemente têm poucas informações sobre as discussões do Conselho e não têm oportunidade de expressar suas opiniões no Conselho. Ao mesmo tempo, os Membros Permanentes ficam com menos pressão para defender e justificar suas opiniões publicamente. Assim, enquanto o uso formal do veto decaiu radicalmente desde o fim da Guerra Fria, seu uso nas consultas informais parece continuar comum”.

Estados-membros. A criação do Conselho de Segurança é emblemática, nesse sentido, ao garantir o amplo poder a um grupo pequeno de Estados de ser exclusivamente responsável pela manutenção da segurança internacional. Assim, apesar de restringir seu poder ao se submeter a um sistema multilateral com regras e leis definidas, as grandes potências garantem com a vaga permanente e o poder de veto o privilégio de não poder ser aprovado no âmbito das Nações Unidas nenhuma medida que os prejudique ou que vão de encontro a seus interesses. Ou seja possuem uma liberdade muito maior do que os outros Estados-membros das Nações Unidas para moldar o sistema de acordo com suas vontades.

Nesse âmbito, segundo Luck (2008), a regra da unanimidade, adotada desde a criação do Conselho de Segurança, foi essencial não porque as grandes potências estariam preocupadas em enfrentar os desafios de segurança futuras, mas sobretudo para garantir que nenhuma medida pudesse se voltar contra os membros permanentes. Assim, a cadeira permanente e o poder de veto não garantiriam uma organização de segurança ativa e uniformemente efetiva, somente uma durável e sustentável.

Além disso, as grandes potências também garantiram seu poder ao criar uma instituição internacional que não especifica claramente quais seriam as situações que ameaçariam a paz e a segurança internacionais, bem como, quais deveriam ser as estratégias definidas para lidar com elas. Nesse sentido, existe um amplo grau de discricionariedade para os membros permanentes do Conselho de Segurança agirem em prol da estabilidade do sistema internacional. Tanto em Dumbarton Oaks e como em São Francisco, houve clara insistência de Washington e de Londres para manter o Conselho de Segurança livre de muitos princípios, diretrizes e definições que poderiam inibir a extensão de suas escolhas e respostas. Em São Francisco, foi acordado que o Conselho teria total discricionariedade para decidir quando uma situação seria uma ameaça genuína. Nessa visão, a decisão final nesse ponto rejeitou completamente a noção, defendida por muitos juristas por décadas, de que seria importante estabelecer uma definição satisfatória de “agressão” (LUCK, 2008, p.67-69.).

A justificativa apresentada pelas grandes potências, no pós-II Guerra Mundial, era a de que o domínio de poder era necessário para preservar a paz e a segurança mundiais, já que seria impossível surgir uma força que derrotasse uma aliança entre as principais potências e, ainda, também garantiria que não haveria nenhum enfrentamento entre elas, como afirmou Leo Pasvolsky, membro do Departamento de Estado dos EUA, um dos grandes responsáveis pela redação da carta da ONU: “por causa de seu tamanho e de sua força, estes quatro países podem construir ou quebrar qualquer sistema de segurança geral que possa ser estabelecido”.

Segundo Luck (2008), neste ponto, os Três Grandes⁷⁶ (EUA, Reino Unido, URSS) não vacilaram: sua união seria a chave para a paz mundial. Portanto teriam que estar permanentemente no Conselho de Segurança e as decisões relativas à manutenção da paz e da segurança deveriam ser tomadas em consenso:

Britain, Russia, China and the United States and their allies represent more than three-quarters of the total population of the earth. As long as these four nations with great power stick together in determination to keep the peace there will be no possibility of an aggressor nation arising to start another world war (LUCK, 2008, p.81).⁷⁷

Nota-se que as potências que emergiram no pós-II Guerra Mundial conseguiram, de fato, construir uma ordem institucional legítima baseada na Organização das Nações Unidas, que lhes garantisse a manutenção de sua posição preponderante no longo prazo. A partir dos anos 1990, quando iniciou-se um corrente de questionamento sobre a eficiência e a representatividade do Conselho de Segurança, levantou-se questões como a queda relativa do poder de alguns membros permanentes, principalmente França e Reino Unido, ao mesmo tempo em que outras economias como as do Japão e da Alemanha apresentavam maiores capacidades para transferir recursos financeiros para as Nações Unidas. Da mesma forma, países em desenvolvimento passaram a apresentar índices que fazem frente aos países centrais, como a Índia, que apresenta uma das maiores forças armadas em termos contingenciais, e o Brasil, que já figura na sexta colocação entre as maiores economias do mundo, estando à frente da economia britânica e muito próximo de alcançar a economia francesa.

Portanto, apesar de a Organização das Nações Unidas ter, inclusive, sido fortalecida a partir do fim da Guerra Fria, ao se iniciar um período de forte crença no multilateralismo e no direito internacional como caminho para se manter a estabilidade no sistema internacional, também surgiu uma corrente que questiona o funcionamento do Conselho de Segurança. Para evitar que o principal órgão das Nações Unidas perdesse legitimidade, a idéia que se vem se consolidando é a de que deveria haver uma reforma institucional, focando na questão do aumento da representação de número de Estados tanto nos quadros permanentes como nos não-permanentes do Conselho de Segurança, o que será analisado na próxima sessão.

3.2 Propostas de ampliação do número de membro no CSNU: G-4, Unidos pelo Consenso e União Africana

⁷⁶ Que se tornariam os Quatro Grandes com a adesão da China.

⁷⁷ “Grã-Bretanha, Rússia, China e os EUA e seus aliados representam mais de três quartos do total da população da Terra. Se essas quatro nações com grande poder se mantiverem juntas para a manutenção da paz, não haverá possibilidade de uma nação agressora acender para iniciar uma nova guerra mundial”.

No início dos anos 1990, a percepção em relação ao Conselho de Segurança foi de otimismo. Depois de ter ficado praticamente paralisado em decorrência da dinâmica da Guerra Fria – com EUA e URSS vetando suas operações tendo em vista interesses próprios –, esperava-se que o CS finalmente poderia desempenhar suas funções de manutenção da estabilidade e da paz no mundo. No entanto o que se sucedeu foram eclosões de diversos conflitos e guerras por todo o mundo, começando com os Balcãs, em 2001, passando por Darfure se estendendo à Síria atualmente (ALVES, 2008). Paralelamente à presença dos conflitos, também se manteve, desde 1992 até a atualidade, forte engajamento no âmbito multilateral pela reforma do Conselho de Segurança da ONU, tendo como objetivo dotá-lo de maior eficácia e legitimidade⁷⁸. Algumas distintas propostas surgiram ao longo deste período, sem que se tenha chegado a um consenso sobre qual seria a nova formação do CSNU. Nesta sessão, serão analisadas tais propostas, buscando-se descobrir quais elementos estão colocando obstáculos à reforma consular.

Em 1992, iniciaram-se formalmente as discussões em torno da reforma no âmbito multilateral com a adoção da resolução 47/62 pela Assembleia Geral, a qual solicitava aos Estados membros a apresentação de sugestões para uma eventual reformulação da composição do CSNU: “países como África do Sul, Alemanha, Brasil, Índia, Japão e Nigéria foram extremamente atuantes desde o início das discussões sobre uma possível reforma” (ALVES, 2008). Já em 1993, criou-se o *Open-Ended Working Group* (OEWG), para lidar com a questão da reforma do CSNU, considerando todos seus aspectos.

Em 1997, o embaixador da Malásia, Razali Ismail, lançou uma nova proposta de reforma ao OEWG, aumentando consideravelmente as expectativas sobre o sucesso de se chegar à reforma do CSNU (STUENKEL, 2010). A denominada Proposta Razali foi instrumentalizada em 1998, expondo o plano que se consubstanciava em uma reforma em três etapas, com a adição de cinco novos assentos permanentes, sem direito ao veto, e quatro assentos não-permanentes. Apesar de ter sido bem recebida, a Proposta Razali não foi bem-sucedida, não tendo sido levada à votação. Curiosamente, o principal obstáculo não partiu dos

⁷⁸ “Os processos políticos globais com o descongelamento de conflitos latentes durante toda a Guerra Fria e o crescimento exponencial de conflitos internos gerados pelas mais diversas razões e, conseqüente, maior ativismo das Nações Unidas no manejo destas situações vão transformar o momento inicial de triunfalismo em um momento pragmático. Desta perspectiva, as propostas de reforma são simultâneas ao ambiente de crise do multilateralismo e descrença degeneralizada na sua eficácia. O momento pragmático coincide com os sessenta anos da Organização e a invasão norte-americana do Iraque, em março de 2003, sem autorização das Nações Unidas. Para a história, aquela invasão ficará com um exemplo do unilateralismo da política externa do governo Bush, acentuado após o 11 de setembro de 2001, e de legitimação na prática da guerra preventiva” (SOARES DE LIMA, 2009, p.285).

países do P-5, mas de um grupo de países que se uniu em um bloco dos que eram contrários à criação de novas vagas permanentes, bem como da Organização da Unidade Africana, que não aceitaria a ausência do poder de veto para os novos membros. Ainda, o Movimento dos Não-Alinhados também colocou reservas em relação à proposta:

O mais curioso em seu insucesso é o fato de que contava com o apoio de todos os P-5, que, por motivos diferentes, apoiavam a admissão de Japão⁷⁹ e Alemanha e – embora com menos entusiasmo – de três países em desenvolvimento como membros permanentes. O fator decisivo para bloquear a reforma proposta por Razali foi a aliança entre um grupo de dez países contrários à expansão da categoria de membros permanentes (Canadá, Egito, Guatemala, Itália, Líbano, México, Paquistão, Qatar, Síria e Turquia); a Organização da Unidade Africana, que reclamava não menos que dois assentos permanentes para o continente, com direito a veto; e, finalmente, o Movimento dos Não-Alinhados, que julgava inaceitável qualquer reforma que se fizesse com a adição de menos de 11 assentos e que respeitasse um cronograma preciso (ALVES, 2008, p.70).

A partir desse quadro, já pode-se perceber as forças que estariam em jogo em torno da reforma do Conselho de Segurança e quais suas principais propostas, aquelas das quais não abririam mão nas negociações. Aqueles países que se opõem à expansão do número de assentos permanentes consolidariam o grupo de pressão denominado Unidos pelo Consenso, ou *Coffee Club*, ao qual adeririam países como México, Argentina, Paquistão e Itália, claros opositores às campanhas de Brasil, Índia e Alemanha pela obtenção de uma vaga permanente. Estes, por suas demandas também comuns, se reuniriam no denominado G-4, grupo de mútuo apoio pela entrada nos quadros permanentes do CS que, além daqueles três países, também seria composto pelo Japão. De outro lado, a União Africana também teria sua proposta de forma a defender a inclusão da África na representação permanente do Conselho, embora não exista consenso continental sobre quais países deveriam obter as novas vagas. Outras forças também entrariam nessa discussão. A posição dos países do P-5 é de suma importância nesse debate. O principal obstáculo imposto por estes é a posição individual de cada um, sendo que a China, por exemplo, não aceitaria a entrada do Japão, o que a coloca totalmente oposta à proposta do G-4, mesmo sem necessariamente ser contrária à entrada dos outros membros desse grupo.

Nos anos 2000, dois importantes documentos seriam lançados: *A More Secure World: Our Shared Responsibility*⁸⁰, em decorrência do Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança, de 2004; e o Relatório do Secretário-geral da ONU, Koffi Annan, *In Larger Freedom: Towards Development, Security and Human Rights for All*, de 2005. Desde

⁷⁹ Na realidade, a China nunca apoiou o pleito japonês.

⁸⁰ “O relatório afirmava que ‘o desafio de qualquer reforma é aumentar tanto a eficiência quanto a credibilidade do Conselho e, mais importante, aprimorar sua capacidade e disposição de agir frente a ameaças. Isso requer um maior envolvimento no processo decisório do Conselho daqueles [Estados] que mais contribuem com as Nações Unidas, financeira, militar e diplomaticamente’” (ALVES, 2008, p.71).

o início de seu mandato como Secretário-Geral das Nações Unidas, Annan se mostrou favorável à reforma da ONU (SOARES, 2009, p.12). Seu relatório foi recebido com muito otimismo pelos Estados-membros que defendiam a reforma do CSNU. O relatório de Annan, substancialmente, endossou as propostas de ampliação presentes no Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança. Levando em conta a representação regional equitativa, apresentou dois modelos, o modelo A previa a inclusão de seis novos membros permanentes e de três novos membros não-permanentes; já o modelo B previa a criação de uma nova categoria de membros, com a adição de oito novos cargos com mandatos renováveis de quatro anos e um novo cargo para mandatos de dois anos (SOARES DE LIMA, 2009, p.282). Conforme Alves (2008, p.72):

Vale notar que a proposição de dois modelos evidenciava a dificuldade de se alcançar consenso entre 16 pessoas, o que prenunciava dificuldades ainda maiores para que um deles angariasse apoio de 120 países. O segundo momento do processo de reforma do Conselho de Segurança iniciava-se já sob dúvidas.

Tabela 1 – Propostas sobre a ampliação do Conselho de Segurança da ONU apresentadas no relatório de Koffi Annan (2005)

Representação do CSNU	Modelo A	Modelo B
Membros Permanentes	5	5
Membros Permanentes sem veto	+6 ⁸¹	
Membros Não-Permanentes	10+3	10+1
Nova Categoria (mandato de 4 anos)		+8
Total	24	24 ⁸²

Fonte: Soares, 2009

Tais dúvidas serão evidenciadas a seguir, a partir da exposição das propostas dos principais grupos de pressão em torno da reforma consular, que não conseguiram negociar a ponto de chegar a um consenso sobre qual deveria ser a nova estrutura do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Cabe recordar a menção de Annan, o qual afirmou que a falta de consenso não deveria ser motivo para protelar uma tomada de decisão nesse tema (PATRIOTA, 2007, p.15).

Em decorrência deste momento favorável, antigos candidatos à obtenção de uma vaga permanente se reuniram para aumentar seu poder de negociação nesse pleito. Assim, em setembro de 2004, os representantes de Alemanha, Brasil, Índia e Japão lançaram um comunicado à imprensa, assinalando a importância da reforma das Nações Unidas, o que

⁸¹ 2 África, 2 Ásia, 1 América, 1 Europa.

⁸² Virando uma representação continental em 6 x 6 x 6 x 6.

passaria pela revitalização da Assembléia Geral, pela maior eficiência de seus órgãos e agências e pela atualização da estrutura do Conselho de Segurança, o qual deveria refletir a realidade contemporânea da comunidade internacional. Para tanto, o CSNU deveria ser expandido tanto na categoria de membros permanentes, como na de membros não-permanentes, com países desenvolvidos e em desenvolvimento. Além de defender mutuamente suas candidaturas, os países do G-4 também reservam espaço para a defesa da inclusão da África nos quadros permanentes do CSNU:

Brasil, Alemanha, Índia e Japão, baseados no firme reconhecimento mútuo de que são candidatos legítimos a membros permanentes em um Conselho de Segurança ampliado, apoiam suas candidaturas de forma recíproca. A África deverá estar representada entre os membros permanentes do Conselho de Segurança. Trabalharemos coletivamente para, junto com outros Estados-membros, realizar uma reforma significativa das Nações Unidas, incluindo a do Conselho de Segurança (Comunidade Conjunta de Imprensa do G-4, 2004).

Os países do G-4 se uniram em uma frente que leva em consideração algumas de suas características comuns, como capacidade de atuação regional e global, amplo engajamento nas Nações Unidas e principalmente o sistema político democrático, que seriam credenciais para assumir as responsabilidades de um cargo permanente do CSNU: “é essencial que o Conselho de Segurança inclua, de forma permanente, países que tenham a vontade e a capacidade de assumir as responsabilidades mais significativas em relação à manutenção da paz e segurança internacionais” (Comunicado Conjunto de Imprensa do G-4, 2004).

Após alguns meses de consultas com todos os grupos regionais, o G-4 lançou, em julho de 2005, sua proposta de re-estruturação consular, prevendo o aumento de 15 para 25 membros no CSNU. Seriam seis novos membros permanentes e quatro novos membros não-permanentes. Esta proposta seria alterada após negociações com a União Africana, adicionando mais um cargo não-permanente à proposta original, a ser ocupada por representantes do mundo em desenvolvimento: “tal alteração visava a buscar maior compatibilização com a proposta de reforma pretendida pela UA” (PATRIOTA, 2007, p.15).

Porém a tentativa do G-4 de angariar o apoio da União Africana não foi bem-sucedida, na medida em que esta não abriria mão do poder de veto assim como pragmaticamente o fez o G-4. Este percebeu que a questão do poder de veto dividia muito as opiniões da comunidade internacional, o que poderia travar ainda mais as negociações de ampliação do Conselho de Segurança. Por esse motivo, o G-4 colocou em sua proposta a protelação da entrada da questão do veto em quinze anos, tempo necessário para se perceber se o funcionamento do CS reformado seria eficaz (PATRIOTA, 2007, p.73). Segundo Alves (2008), “em 11 de julho de 2005, o G-4, co-patrocinado por outros 23 Estados, apresentou formalmente um *draft* de

resolução à consideração da Assembléia Geral. Foi o ensejo para que outros Estados entrassem em cena”.

Tabela 2 – Propostas de G-4, União Africana e Unidos pelo Consenso para a ampliação do Conselho de Segurança da ONU

	G-4	União Africana	Unidos Pelo Consenso
Membros Permanentes (com veto)	5	5 + 6 (2 África, 2 Ásia, 1 Europa Ocidental e Outro Estados, 1 América Latina e Caribe)	5
Membros Permanentes (sem veto)	+ 6 (2 África, 2 Ásia, 1 Europa, 1 América Latina e Caribe)		
Membros Não- Permanentes	10 + 4 (1 África, 1 Ásia, 1 América Latina e Caribe e 1 Europa Oriental); + 1 (mundo em desenvolvimento)	10 + 5 (+2 África, 1 Ásia, 1 Leste Europeu, 1 América Latina e Caribe)	10
Nova Categoria			+ 10 (não-permanentes com mandato maior do que dois anos) ⁸³
Total	26	26	25

Fonte: Soares (2009)

A União Africana mantém a mesma posição, desde 1997, ano em que foi aprovada a Declaração de Harare, a qual defendia a concessão de dois assentos permanentes com direito a veto mais dois assentos não-permanentes para a África. Em 2005, em resposta à proposta do G-4, a UA lançou o Consenso de Ezulwini, re-afirmando a Declaração da Harare, de modo a rejeitar a proposta do G-4, a qual seria muito pouca ambiciosa: “as propostas que hoje estão na mesa de negociações [são] insatisfatórias vis-à-vis as aspirações legítimas da África” (ALVES, 2008, p.73)⁸⁴. A União Africana, portanto, apresentou a proposta que previa a inclusão de seis novos membros permanentes e dez novos membros não-permanentes, de

⁸³ Proposta de 2009.

⁸⁴ Palavras do Representante da Argélia, em nome da UA, na sessão que discutiu o projeto do G-4 (ALVES, 2008).

forma muito semelhante à proposta do G-4. Ainda, os novos membros africanos deveriam ser escolhidos pela própria União Africana (African Union, 2005).

Ainda mais opositor à proposta do G-4 é o grupo Unidos pelo Consenso (*Uniting for Consensus* – UfC), também conhecido como *Coffee Club*. O grupo é basicamente formado por países que se contrapõem regionalmente ao pleito dos países do G-4 por um assento permanente, mais alguns aliados, tendo como proposta a ampliação consular somente no cargo não-permanente. A denominação do grupo diz respeito a uma de suas principais reivindicações, qual seja, de que a reforma consular seja decidida por consenso de todos os Estados-membros da ONU, e não somente dois terços mais um, como diz o regulamento da Assembleia Geral. O grupo teve sua origem em uma reunião informal entre embaixadores de Itália, Paquistão, México (opositores de Alemanha, Índia e Brasil, respectivamente), em 1995, quando passou a ser chamado de *Coffee Club*. Ao longo dos anos o grupo foi ganhando adesões, quais sejam: Argentina, Colômbia (opositores do Brasil); Coreia do Sul (opositora do Japão); Malta, San Marino (aliados da Itália); Canadá, Costa Rica e Turquia (ALVES, 2008).

No ano do sexagenário das Nações Unidas, em 2005, quando havia um certo engajamento em relação à reforma do Conselho de Segurança, o UfC lançou sua proposta, a qual sofreria uma modificação nos anos seguintes. A proposta inicial sugeriu o aumento do número de membros não-permanentes de dez para vinte. Tais membros seriam eleitos pela Assembleia Geral da ONU para um mandato de dois anos, podendo ser re-eleitos, o que seria sujeito à decisão de seu respectivo grupo geográfico. Como não chegou-se a um consenso em relação à reforma, em 2005, e os grupos de pressão continuaram tentando ganhar adesões, o UfC reviu sua proposta. Assim, em 2009, lançou o modelo que previa a criação de uma nova categoria de assentos, com um mandato ampliado em relação à atual categoria de membros não-permanentes. O mandato duraria de três a cinco anos, a ser definido, sem a possibilidade de haver re-eleição. As novas vagas não ficariam restritas a um Estado específico, mas para cada região do globo, cujos países se alternariam no cargo durante o mandato. Nesse sentido, sua proposta se alinha com o Plano B referendado no relatório de Koffi Annan. (ALVES, 2008; PRESCHERN, 2009).

O argumento utilizado pelo Unidos pelo Consenso é o de que o G-4, na realidade, intenta legitimar uma política de poder, mascarada pela justificativa de que a reforma é necessária e que seria benéfica a todos os países do globo. Nesse sentido, para o *Coffee Club*, os países do G-4 estariam interessados no aumento de seus próprios prestígios ao obterem uma vaga permanente no CSNU, o que geraria um desequilíbrio de poder em suas respectivas regiões em favor deles, prejudicando os países vizinhos:

O Representante Permanente do Paquistão, falando em nome do UfC, referiu-se aos membros do G-4 como “aqueles que buscam privilégios e poderes especiais, [e que] se mascararam de defensores dos fracos e desprivilegiados”, argumentando que qualquer reforma que incluía membros permanentes “dividiria a Assembléia-Geral” e “criaria um Conselho ineficiente e antidemocrático”, o UfC defende a criação de mais dez novos assentos não-permanentes e a abolição da não-reeleição imediata (ALVES, 2008, p.73).

A posição oficial do Paquistão, um dos líderes do UfC, em relação à reforma do Conselho de Segurança, é a de que a proposta de seu grupo de pressão é a mais democrática, equitativa e justa, por garantir um grande papel às regiões na determinação de seus representantes no CS. Assim, haveria flexibilidade necessária para acomodar os interesses de todos os Estados por meio do mecanismo de rotação e re-eleição. No entanto parece que o real objetivo do Paquistão é impedir o sucesso da candidatura da Índia a membro permanente do CSNU. Ao perceber que as capacidades da Índia são muito maiores que as suas próprias, em termos econômicos e militares, haveria a percepção da diplomacia paquistanesa de que não teria condições de concorrer com seu grande vizinho se disputasse uma vaga permanente, o mesmo ocorrendo com os outros países do UfC. Nota-se que estes são menores tanto em capacidade como em projeção internacional do que os os países do G-4, como será explorado no capítulo 3 (Uniting for Consensus Draft Resolution, 2005; Pakistan Mission to United Nations, 2005).

Esta percepção fica clara pelo fato de, em 2004, ter sido feita declaração oficial paquistanesa que se opunha à aspiração indiana, mas que apoiaria caso a expansão abrangesse somente Alemanha e Japão: “if we have to choose, we will support Germany and Japan against India” (PAK PLAYS, 2004). Tal mudança na política externa paquistanesa tem a ver com o *lobby* que Alemanha e Japão fizeram para conseguir seu apoio. O ministro das relações exteriores da Alemanha, Yoshka Fisher, inclusive, pediu que o Paquistão flexibilizasse sua política em relação à candidatura da Índia. O Paquistão revisou sua posição a favor destes dois países tendo em vista garantir a exploração do mercado da União Europeia e a manutenção do apoio financeiro do Japão, maior doador do Paquistão (PAK PLAYS, 2004).

A representação diplomática e o governo paquistanês declararam, em nome do UfC, seu severo descontentamento quando os EUA, em 2010, anunciaram seu apoio unilateral à entrada da Índia como membro permanente das Nações Unidas. EUA e Paquistão são, de certa forma, aliados no combate ao terrorismo na região da Ásia Central e da Ásia do Sul. As relações entre os dois países se alteraram com tal declaração. Segundo o governo paquistanês a declaração do presidente Obama adicionou complexidade à discussão em torno do tema da

reforma do CSNU, causando desapontamento e preocupação por parte do Paquistão (PAK SULKS, 2010).

O governo paquistanês fez questão de frisar o comportamento da Índia em relação a seus vizinhos e sua contínua flagrante violação das resoluções da ONU na região da Caxemira, onde mantém vasto contingente militar. Assim, a entrada da Índia causaria debilidade ao princípio da estabilidade coletiva e traria implicações graves para a cooperação multilateral no âmbito das Nações Unidas. Nesse sentido, o governo paquistanês declarou ser incompreensível o apoio dos EUA, já que as credenciais da Índia em termos de observância dos princípios da Carta seriam, no mínimo, questionáveis. Para o governo paquistanês: “the reforms should be comprehensive, based on the principle of sovereign equality, should enhance the Council’s accountability to the general membership and result in a more united strengthened UN” (SIDDIQUI, 2010).

Já em relação à argumentação da diplomacia argentina, no âmbito do UfC, ressalta-se que, historicamente, a Argentina mantém uma posição contrária à existência de assentos permanentes. Segundo o embaixador Mayoral (2005), a Argentina corrobora com a ideia de que as vagas permanentes privilegiam alguns Estados em detrimento de outros. Nesse sentido, seria justo e democrático que os membros fossem eleitos pelo conjunto de suas regiões ou o conjunto da Assembleia Geral. A Argentina teria sido convidada para participar da reunião de criação das Nações Unidas, em 1946, quando os três líderes do projeto, EUA, Reino Unido e URSS, já tinham estabelecido a existência dos membros permanentes, e não pôde opor-se à estrutura. Coube à Argentina a abstenção na votação que definiria que criou os assentos permanentes. Mayoral afirma que os Estados até poderiam ter cargos permanentes, mas somente por meio de eleições e re-eleições, o que seria democrático e justo. O embaixador ainda ressalta que o equilíbrio de poder pode mudar e que os Estados que hoje parecem ser novas potências podem ser ultrapassados no futuro. Assim, com o sistema de eleição de membros não-permanentes, o Conselho de Segurança poderia se adequar constantemente à nova configuração de poder no globo (PIMENTA, 2005b).

Em relação ao Brasil, a diplomacia argentina destaca que não se coloca contrária em específico à candidatura brasileira. Há o reconhecimento de que o maior país da América do Sul se tornará uma potência mundial, se já não o for atualmente. Além disso, existe a percepção de que o destino da Argentina de certa forma está interligado ao do Brasil: “a Argentina vai ser maior, mais poderosa, mais rica e mais respeitada se for junto com o Brasil. Argentina e Brasil têm um destino comum e um destino de grandeza. Mas para isso não temos

que brigar. Essa discussão não é contra o Brasil” (MAYORAL⁸⁵ apud PIMENTA, 2005b). A diplomacia argentina, na realidade, se colocaria contrária a uma estrutura excludente do Conselho de Segurança, que privilegiasse alguns Estados em detrimento de outros. Isto minaria o multilateralismo nas Nações Unidas.

Surgiu, ainda, outro grupo em torno da questão da reforma, porém com uma proposta muito mais modesta. O S-5, composto pelo Estados de Cingapura, Costa Rica, Jordânia, Liechtenstein e Suíça, apresentou sua proposta em 2006, a qual tem como foco a reestruturação dos métodos de trabalho do Conselho de Segurança, sem tocar no tema da expansão de seus membros. Assim, o plano do S-5 sugere uma série de melhoras para aumentar responsabilidade, transparência e inclusão nos trabalhos do CSNU, de forma a fortalecer sua legitimidade e sua eficácia. Para tanto, deveriam ser tomadas medidas administrativas incluindo: a institucionalização de intercâmbios abertos e regulares entre os membros do CSNU e os Estados-membros afetados; realização de relatórios regulares para a Assembleia Geral em tópicos e áreas de preocupação; adicionar membros de fora do Conselho de Segurança para comitês subsidiários, quando estes tenham conhecimento em algum assunto particular em questão; o estabelecimento de uma revisão após a ação ter sido efetuada para explicar com precisão a implementação das decisões do CSNU. Ainda, o plano do S-5 engloba a limitação do uso do poder de veto, colocando a necessidade de justificativa para seu uso e restringindo-o em situações alarmistas, como crimes de genocídio. Também propõe que os Estados com maiores contribuições de tropas para as Operações de Paz deveriam ser regularmente consultados e informados sobre os riscos que teriam de enfrentar nas novas operações (COX, 2009, p.109).

Apesar da euforia em torno do sexagenário das Nações Unidas, em 2005, as forças opostas que se colocaram no âmbito do debate em relação à reforma consular impediram que se chegasse a um consenso que a viabilizasse. O então presidente da Assembleia Geral da ONU, Jean Ping, inclusive, designou um grupo de Estados neutros⁸⁶ para fazer uma possível intermediação nas negociações em torno das propostas dos grupos de pressão. Tal intermediação, no entanto, não surtiu efeito. O UfC, o G-4 e a União Africana mantiveram-se polarizados, não abrindo mão de suas propostas. As negociações entre G-4 e UfC foram rompidas, quando aquele apresentou sua proposta, a qual mantinha a ampliação do número de membros permanentes de 5 para 13, porém, desta vez, abrindo mão do poder de veto para os novos membros. Coube ao UfC fazer intensa pressão para o G-4 não colocasse sua proposta

⁸⁵ Em entrevista concedida à jornalista da BBC Brasil.

⁸⁶ Holanda, Panamá, Liechtenstein.

em votação, alegando que isto poderia levar a sérios incidentes diplomáticos nas diversas regiões do globo:

De sua parte, integrantes da União para o Consenso, como o embaixador Munir Akram, do Paquistão, têm advertido que se for colocada em votação, a proposta do G-4 poderia causar profundas divisões na ONU, aguçando conflitos, por exemplo, entre a China e o Japão, e criando ameaças à segurança global (PIMENTA, 2005a).

Isso (o G-4 levar sua proposta à votação) colocaria o mundo numa situação muito tensa e perigosa. Por exemplo, para um país como Uruguai ou Paraguai, votar a favor ou contra o Brasil ou a Argentina é um grande problema.

Eles sabem que um voto a favor ou contra vai lhes trazer consequências em esferas de outro tipo. Por isso penso que é muito mal ir à votação. Isso é mal não apenas para nós próprios, mas para os países que têm uma relação muito estreita com ambos (Argentina e Brasil) e se encontram em posições muito difíceis.

Esta votação não vai passar despercebida e vai criar problemas não só para a América Latina, onde graças a Deus nossos países perderam essas idéias belicosas.

Mas o que pode acontecer entre a Índia e Paquistão, China e Japão? As Nações Unidas foram criadas para manter a paz e a segurança. O que menos tem que se fazer é provocar conflito que acrescente ainda mais o perigo de guerra (MAYORAL⁸⁷ apud PIMENTA, 2005B).

Diante desta pressão, o projeto do G-4 não foi levado à votação, tendo sofrido não só oposição da UA e do UfC, como também de EUA e China. Em julho de 2005, o projeto da UA seria apresentado, sendo seguido pelo da UfC, mas também não foram levados à votação (ALVES, 2008).

3.3 A postura dos membros permanentes em relação à criação de novas vagas permanentes e às campanhas de Brasil e Índia

Os atuais membros permanentes do CSNU nunca se opuseram completamente a uma possível reforma no órgão, com o aumento do número de membros. Apesar disso, assumiram uma postura cautelosa acerca do tema. O principal receio apontado pelos países do P-5 como argumentação contrária a uma possível expansão dos membros do CS seria o que denomina a ocorrência da “abertura da caixa de Pandora”. Um número muito grande membros no CS poderia atravancar seu funcionamento, sendo muito mais difícil a chegada a um consenso no processo deliberativo, ou seja, haveria uma diminuição de sua eficácia. Nesse sentido, mesmo quando alguns do países do P-5 se mostraram favoráveis à reforma, colocaram um limite à expansão do número de membros, geralmente menor do que demandam os países incluídos nos grupos de pressão abordados na sessão anterior.

Ainda assim, também no início dos anos 1990, os membros permanentes passariam a considerar a inclusão de novos membros no CS, focando na contribuição financeira que países

⁸⁷ Em entrevista concedida à jornalista da BBC Brasil.

como Japão e Alemanha poderiam fornecer, aliviando suas próprias obrigações com o órgão. Estes dois países, por exemplo, arcaram com metade dos custos das operações militares da Guerra do Golfo, um montante de US\$ 24 bilhões. Inicialmente, os EUA apoiaram discretamente a entrada do Japão, no entanto mantiveram cautela, evitando que tal apoio abrisse precedente para que outros países reivindicassem um assento permanente:

If it were a question of amending the Charter only to add Japan as a permanent member of the Council, that would be one thing. But once we get into the subject of the amendment of any part of the Charter is a fair game and we know because they told us that a number of other governments would take the opportunity, if Japan moves forward aggressively, to seek their own permanent memberships on the Council. **India** would be interested, Egypt (...) Germany (...) Nigeria (...) **Brazil**. There is also the feeling that if the numbers permanent members (...) is expanded, the (...) non-permanent (...) should be added. The risk of getting into changes in the Council means that we have the possibility of going from fifteen members (...) to twenty-six, twenty-seven members Council (...) *The effectiveness of the Council as a whole will decrease* (...) the issue of the veto will undoubtedly come back up (BOLTON, 1992⁸⁸, apud OLIVEIRA, 2005, p.96-97, grifos meus).⁸⁹

Com a eleição de Bill Clinton, em 1993, os EUA flexibilizariam mais sua posição, passando a apoiar a entrada de Alemanha e Japão nos quadros permanentes do CSNU. Esta ideia seria defendida pelos EUA em resposta à Proposta Razali, em 1997, com um importante avanço: além de Alemanha e Japão, os EUA se mostrariam favoráveis à admissão de mais dois ou três novos membros permanentes dos países em desenvolvimento. Com isso, os EUA se colocaram a favor de uma expansão para no máximo 20 membros, sendo contrário à Proposta Razali, a qual previa a expansão para 24 membros (OLIVEIRA, 2005). Segundo Arraes (2005a, p.10): “em julho, os Estados Unidos, por meio de Bill Richardson, embaixador perante a ONU, se posicionariam pela ampliação com um representante continental da África, América e Ásia, desde que mantidas as prerrogativas dos cinco fixos”.

Em relação à candidatura brasileira, o adjunto do Departamento de Estados dos EUA, Stroke Talbott, ressaltou, em visita ao país, em 1995, que haveria apoio estadunidense somente se o Brasil obtivesse apoio regional na América Latina, o que ainda é o maior empecilho para a campanha da diplomacia brasileira. A Argentina, já naquela época, fez forte oposição à possibilidade de o Brasil obter uma vaga permanente, defendendo a criação de um

⁸⁸ BOLTON, John. Plaestra durante Reunião Anual da *American Society of International Law*. 03 abr. 1992.

⁸⁹ “Se a questão fosse a emenda da Carta somente para adicionar o Japão como um membro permanente do Conselho, isto seria uma coisa. Mas, uma vez que entremos no assunto de que a emenda de qualquer parte da Carta é uma jogo justo e nós sabemos porque nos disseram que um grande número de outros governos aprovetaria essa oportunidade, se o Japão se mover agressivamente para a obtenção de seu próprio assento permanente no Conselho. A Índia estaria interessada, Egito [...], Alemanha [...], Nigéria [...], Brasil. Também há a impressão de que, se o número de membros permanentes [...] for expandido, os [...] membros não-permanentes [...] deveriam ser adicionados. O risco de se realizar mudanças no Conselho significa que nós temos a possibilidade de ir de quinze membros [...] para vinte e seis, vinte e sete membros do Conselho [...] A efetividade do Conselho como um todo decresceria [...] o tema do veto indubitavelmente também retornará à pauta”.

assento rotativo para o subcontinente (ARRAESa, 2005, p.9). Ainda assim, o Brasil obteria apoio de outros membros permanentes, como França e Rússia.

Em 1997, o governo Clinton mantinha uma postura flexível em relação à reforma consular, tendo o presidente mencionado novamente uma vaga para a América Latina em visita ao Brasil. Nesse mesmo sentido, viriam apoios por parte de Rússia⁹⁰ e França, com o presidente francês, Chirac, tendo apoiado especificamente a candidatura brasileira. Percebe-se a relevância que os países do P-5 dão ao consenso regional para a apoio aos candidatos de continentes sub-representados no CSNU. No entanto cabe notar que isso só ocorre na questão da vaga latino-americana. Tanto Japão como Alemanha também enfrentam forte oposição regional, sobretudo da China e da Itália respectivamente, o que não impediu os EUA de apoiar os dois países em suas candidaturas a um assento permanente. A questão do interesse estatal de cada membro do P-5 – e não só a da eficiência do órgão como um todo – é um fator relevante a ser observado, portanto, em seus critérios de apoio aos possíveis novos membros permanentes do CSNU.

Em 1998, o embaixador estadunidense Richard Holbrooke, em visita ao Brasil, enfatizaria a necessidade de o país se envolver mais nas Operações de Paz da ONU para reforçar seu pleito à vaga permanente. Em 2002, o Brasil obteria apoio da Rússia, na ocasião da visita do presidente Cardoso a este país: “esta decisão é significativa, porque é o primeiro (sic) dos cinco que concorda com isso (...) é um sinal de que o governo russo tomou uma deliberação de levar ao pé da letra o que nós sempre dissemos e quisermos, uma parceria estratégica com o Brasil”. (CARDOSO, 2002⁹¹ apud ARRAESa, 2005, p.15).

Durante o governo Lula, a diplomacia brasileira manteria a estratégia de firmação de parcerias estratégicas, de forma a obter apoio a seu pleito a uma vaga permanente no CS. Tal estratégia teve como resultado um importante apoio do Reino Unido, e a reiteração do apoio da França. Cabe destacar que esta última tem mantido relações diplomáticas estreitas com o Brasil, desde o governo Chirac até o governo Sarkozy. Sendo assim, já em março de 2003, portanto, no começo do primeiro mandato de Lula, observa-se uma aproximação entre Brasil e França, sendo que esta buscava apoio para vetar a resolução do Conselho de Segurança que autorizaria a Guerra contra o Iraque. O Brasil convergia com a posição francesa, sendo contrário à invasão do Iraque sem comprovações de que este possuía armas de destruição em

⁹⁰ “A Rússia concorda com Argentina e Brasil de que existe a necessidade de a América Latina estar representada no Conselho de Segurança. Mas quem ocupará esse posto deve ser resolvido entre os países latino-americanos” (ARRAES, 2005b, p.11).

⁹¹ PUTIN que país em conselho da ONU. **Folha de S.Paulo**, Moscou, 14 jan. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1401200204.htm>>. Acesso em: 15 dez 2012.

massa. Esta aproximação rendeu, em abril de 2003, a declaração de apoio da França à obtenção de uma vaga permanente no Conselho de Segurança pelo Brasil (ALENCAR, 2003; EICHENBERG, 2003).⁹²

Ainda, em outubro de 2003, a França reforçaria seu apoio ao Brasil e à ampla reforma do Conselho de Segurança, se colocando favorável à inclusão dos países do G-4, Brasil, Índia, Japão e Alemanha. A França, portanto, se alinha à ideia de que a estrutura do CSNU não reflete à atual configuração do poder no sistema internacional, estando com a mesma estrutura do fim da II Guerra Mundial. Assim, Paris argumenta que só um aumento do número de países-membros daria mais representatividade ao CS e que a ampliação deveria “ser aplicada à categoria dos membros permanentes, pois a presença de grandes Estados” em seu seio “é necessária” (MORAES, 2003). Ressalta, em relação a Alemanha e Japão, o fato de estes dois países representarem a terceira e a segunda maiores economias do mundo respectivamente na época. Também apoia a inclusão de grandes países representantes da Ásia e da América, como *Índia* e *Brasil*, bem como da África, mostrando que leva em conta o tamanho dos países em desenvolvimento e de suas capacidades para se credenciar a obter uma vaga permanente (MORAES, 2003). Com a troca de governo, as relações estreitas entre Brasil e França se mantiveram, com o presidente Sarkozy afirmando que a França continuaria apoiando o pleito brasileiro ao cargo permanente no CSNU (LULA FELICITA, 2007).

Além da França, o Brasil também manteria o apoio russo, o qual seria re-afirmado por Putin, em 2004, apesar das desavenças diplomáticas envolvendo a exportação de carne brasileira para a Rússia, a qual, por vezes, sofreu imposição de barreiras sanitárias. (PRESIDENTE DA RÚSSIA, 2004). O Reino Unido faria um apoio mais explícito ao Brasil e à reforma consular como um todo. Assim como a França, logo no início do primeiro mandato de Lula, o então primeiro-ministro britânico, Tony Blair, formalizou o apoio à candidatura brasileira na ocasião da Cúpula da Governança Progressista realizada na Inglaterra (BENEVIDES, 2003).

A proposta britânica é a de que o CSNU seja expandido para um total de 24 membros, incluindo a ampliação das vagas permanentes. Nesse sentido, apoiaria a inclusão dos membros do G-4, tendo o então chanceler britânico, Jack Straw, afirmado que Alemanha, Brasil, Índia e Japão têm legitimidade para assumir as responsabilidades que um cargo

⁹² “A manifestação pública foi feita pelo chanceler francês, Dominique de Villepin, logo após o encontro de cerca de trinta minutos mantido com o chanceler brasileiro, Celso Amorim, na sede do ministério, em Paris. ‘Tratamos dessa questão na nossa conversa, e a França apóia a candidatura brasileira a uma cadeira permanente no quadro de reformas que permitiriam o aumento do número de países integrantes’ do CS, disse Villepin. O chanceler francês defendeu a ampliação do Conselho como uma forma de tornar a comunidade internacional mais unida e eficaz e impor uma maior legitimidade às decisões da ONU” (EICHENBERG, 2003).

permanente demanda no CSNU (PRESIDENTE, 2004). O reiterado apoio britânico ao pleito brasileiro, no entanto, sofreu certa instabilidade, quando Tony Blair deixou de mencionar o Brasil como um dos possíveis novos membros permanentes do CSNU em Washington, 2006:

Um Conselho de Segurança com a França como membro permanente, mas sem a Alemanha; com a Grã-Bretanha, mas sem o Japão; com a China, mas sem a **Índia** - isto para não falar da ausência de uma **representação própria da América Latina ou da África** - não pode ser legítimo no mundo moderno (BLAIR⁹³, apud BBC Brasil, 2006, grifos meus).⁹⁴

Para contornar o desconforto diplomático, a chanceler britânica, Margaret Beckett, reiterou o apoio britânico ao pleito brasileiro, em visita ao país, reformulando a frase do discurso de Blair: “No mundo atual, não faz sentido um Conselho de Segurança da ONU que tenha a França como membro permanente, mas não a Alemanha; a China e não a Índia; a Rússia e não o Japão; o Reino Unido e não o Brasil” (BECKETT⁹⁵ apud BACOCINA, 2006). Nesse âmbito, expôs a mesma visão da França, ao afirmar que o Conselho de Segurança precisa refletir a realidade da distribuição de poder no sistema internacional da atualidade, e não a do imediato pós-II Guerra Mundial. Especificamente em relação ao Brasil, afirmou que, como país com forte representatividade na comunidade internacional, mereceria integrar o Conselho de Segurança (BACOCINA, 2006).

A China, por sua vez, tem manifestado certa simpatia em relação à ampliação do papel de Brasil e Índia no CSNU em ocasiões de encontros multilaterais, sobretudo nas reuniões do BRICS, grupo consolidado como parceria estratégica conjunta em 2008. Inicialmente o BRICS contava com Brasil, China, Índia e Rússia, para em 2011, passar a contar também com a África do Sul. A aproximação deste grupo de países se potencializou a partir do prognóstico de Jim O’Neill, economista que, no início dos anos 2000, apontou que estes países se tornariam as maiores economias do mundo em um futuro próximo. Como pólos de poder em um mundo multipolar, estes países se uniram em um grupo para aumentar suas capacidades de influência no sistema internacional. Na primeira declaração conjunta do grupo, foi defendida a consolidação de um sistema internacional baseado na democracia e na legalidade e em uma diplomacia multilateral, sendo necessária a reforma da ONU para seu fortalecimento. Nesse

⁹³ Em discurso, em Washington D.C., a respeito da reforma da ONU, maio 2006.

⁹⁴ “De acordo com um porta-voz do Ministério britânico das Relações Exteriores, citado pelo The Guardian, Blair teria escrito o discurso no voo de Londres para Washington e não teria a intenção de modificar sua posição em relação à candidatura do Brasil, mas de defender a necessidade de reformas na ONU em linhas gerais. ‘Continuamos apoiando a candidatura do Brasil, ao lado da Alemanha, do Japão e da Índia, para assentos permanentes em um Conselho de Segurança maior. O discurso não tinha como objetivo explicar nossas políticas em detalhe, mas dinamizar o debate’, disse o porta-voz ao jornal britânico” (BACOCINA, 2006).

⁹⁵ Discurso da Ministra das Relações Exteriores da Grã-Bretanha em palestra na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, em 4 jul. 2006.

aspecto, em relação à reforma do CSNU, China e Rússia explicitaram apoio às aspirações de Brasil e Índia de ampliarem suas participações nos quadros das Nações Unidas (BRICS ESTABELECEM, 2008).

Já na Declaração de 2011, decorrente da reunião de cúpula dos BRICS, na qual a África do Sul passou a fazer parte do grupo, novamente houve menção à necessidade da Reforma da ONU, sem contudo haver um apoio explícito à entrada de Brasil, Índia e África do Sul como membros permanentes no CSNU. Mesmo assim, exaltou-se a importância daqueles três países no cenário internacional:

Manifestamos o nosso forte compromisso com a diplomacia multilateral, com a Organização das Nações Unidas desempenhando papel central no trato dos desafios e ameaças globais. Nesse sentido, reafirmamos a necessidade de uma reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo seu Conselho de Segurança, para assegurar maior eficácia, eficiência e representatividade de modo a que possa melhor enfrentar os desafios globais da atualidade. China e Rússia reiteram a importância que atribuem a Brasil, Índia e África do Sul em assuntos internacionais, e compreendem e apoiam sua aspiração de desempenhar papel mais protagônico nas Nações Unidas (BRICS, 2011, grifos meus).

A diplomacia brasileira, em particular, passou, a partir de 2003, a buscar um estreitamento das relações com a China, intentando, entre outros objetivos, o apoio chinês a sua candidatura ao Conselho de Segurança. Nesse sentido, o Brasil ofereceu apoio diplomático à China ao reconhecer este país como uma economia de mercado, bem como ao reconhecer Honk Kong e Taiwan como territórios chineses, em 2004. A China, por sua vez, fez menção à importância da presença do Brasil, como país em desenvolvimento, nos fóruns multilaterais, mas não chegou a apoiar o pleito brasileiro ao Conselho de Segurança: “China afirmou seu apoio a uma maior participação dos países em desenvolvimento na ampliação do Conselho de Segurança, defendendo ainda que o Brasil deve ter um peso maior nos foros multilaterais e que nesse sentido deverá haver cooperação entre os dois países” (BRASIL E CHINA, 2004). A China demonstra manter uma postura de cautela em relação à expansão do CSNU, por se opor à candidatura do Japão, parceiro do Brasil no G-4. As relações Brasil e China se estreitaram, portanto, a partir de 2003, embora tenha havido certas divergências, como em relação à Operação de Paz no Haiti, da qual o Brasil faz parte, e que a China foi contrária à sua prorrogação (PRESIDENTE CHINÊS, 2005). Mesmo assim, em 2006, durante visita ao Brasil, o porta-voz do governo chinês, Qian Xiaotian, afirmou que seu país apoiaria o ingresso do Brasil no CSNU se este formalizasse o reconhecimento da China como economia livre de mercado (JOSÉ, 2006).

Os EUA é o membro permanente do CSNU mais reticente em relação à entrada do Brasil como novo membro permanente. A diplomacia estadunidense é atrelada à ideia de que

uma expansão do número de membros do CSNU o tornaria menos eficaz, defendendo uma expansão limitada no número de membros, principalmente nos cargos permanentes. O Brasil, apesar de ter sido um dos primeiros países a se opor à invasão do Iraque, realizada pelos EUA e aliados, sem o aval do Conselho de Segurança, tentou barganhar o apoio estadunidense⁹⁶, embora não tenha tido pleno sucesso até o presente. No início de 2003, a diplomacia brasileira se aproximou dos EUA com este intento. No primeiro encontro do chanceler Celso Amorim com o então Secretário de Estado, Colin Powell, houve menção à reforma da ONU em geral, mas sem especificar a questão da candidatura brasileira. Já no encontro entre os chefes de Estado, Lula da Silva e George W. Bush, o presidente brasileiro abordou o pleito a uma vaga permanente. A resposta de Bush foi reticente, afirmando não estar em condições de lidar com aquele assunto naquele momento (AMORIM, 2003).

A postura estadunidense se manteve ao longo dos anos. Em 2005, o então secretário de Defesa dos EUA, Ronald Rumsfeld, declarou que o governo de seu país não havia-se decidido se apoiaria o Brasil. Havia certa expectativa da diplomacia brasileira tanto por conta do clima de euforia, dado o sexagenário das Nações Unidas, como em decorrência da declaração oficial de apoio dos EUA ao pleito do Japão, membro do G-4. No entanto o posicionamento estadunidense sobre as propostas colocadas à mesma de negociações em relação à reforma do CSNU não foi muito positivo: “o governo norte-americano alega que uma expansão maior do organismo poderia comprometer a sua eficácia e defende uma reforma que inclua um ou dois países como membros permanentes sem direito a veto – entre os quais o Japão – e mais três vagas temporárias” (BRASIL MINIMIZOU, 2005). Mesmo assim, a diplomacia brasileira viu essa adesão a uma reformulação no CSNU como um avanço. O desenrolar das negociações terminou com a diplomacia estadunidense se mostrando terminantemente contrária às propostas dos três principais grupos de pressão abordados na sessão anterior, além de ter travado o documento que tratava da reforma da ONU, o qual estava sendo elaborado conjuntamente por 174 chefes de Estado, em Nova York, em setembro de 2005⁹⁷:

⁹⁶ “ações para tentar garantir ao Brasil assento permanente no Conselho de Segurança da ONU fazem parte do pacote de política externa agressiva em relação aos EUA” (ALENCAR, 2003).

⁹⁷ “Os trabalhos de elaboração do documento que trata da reforma da Organização das Nações Unidas (ONU), a ser discutido por 175 chefes de Estado e de governo, em Nova York, entre os dias 14 e 16 de setembro, foram emperrados pelos Estados Unidos. O embaixador americano na organização, John Bolton, paralisou o processo recomendando que as negociações reiniciem do zero ou que o documento seja emendado com mais de 700 correções. Entre as alterações mais polêmicas propostas pelos EUA estão: a supressão das referências ao Protocolo de Kyoto, ao Tribunal Penal Internacional e às Metas do Milênio; a não-obrigação de renúncia de armamentos nucleares pelas potências que já os possuem e o fim do veto no Conselho de Segurança para intervenções militares que tenham como objetivo impedir um genocídio. Os EUA não concordam, também, que o respeito à natureza tenha de ser um dos compromissos reafirmados pelos chefes de Estado” (EUA ATRAVANCARAM, 2005).

Anne Patterson, vice-embaixadora dos EUA na Organização das Nações Unidas (ONU), rechaçou as propostas de reforma do Conselho de Segurança (CS) da organização. Patterson incitou os países do G-4 (grupo formado por Brasil, Índia, Alemanha e Japão), da União Africana e do grupo Unidos pelo Consenso a pararem de pressionar pela votação de suas propostas e passarem a concentrar-se em reformas consideradas mais urgentes pelos EUA. Patterson informou, ainda, que o congresso americano poderá não ratificar qualquer reforma que seja desinteressante ao país (EUA RECHAÇAM, 2005).

Com a mudança de governo nos EUA, haveria um avanço no sentido de o presidente Obama declarar apoio à candidatura da Índia em visita ao país em 2010. A diplomacia brasileira recebeu esta notícia com otimismo, pelo retorno do tema da reforma da ONU à agenda estadunidense e pelo apoio a um aliado brasileiro. Como a representação em um Conselho de Segurança ampliado teria de respeitar a representação continental, o chanceler Celso Amorim afirmou que o apoio dos EUA à Índia não inviabilizaria as pretensões brasileiras de se tornar também um membro permanente (Observatório, 2010). Porém, na visita de Obama ao Brasil, em março de 2011, não houve menção favorável à entrada do Brasil em um Conselho de Segurança ampliado, o que diminuiu as expectativas da diplomacia brasileira de receber o apoio dos EUA.

Ainda assim, em 2012, a Secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, sinalizou um importante avanço da diplomacia estadunidense tanto em relação à reforma das Nações Unidas como à candidatura brasileira. Embora não tenha explicitado um apoio formal ao Brasil, como fez o presidente Obama à Índia, Hillary Clinton afirmou, em entrevista concedida ao Itamaraty, durante a 3ª Reunião do Diálogo de Parceria Global Brasil-EUA, que seria difícil de imaginar um Conselho de Segurança que não incluísse o Brasil. A Secretária de Estado também afirmou que os EUA admiram a crescente liderança do Brasil e a disposição que sua diplomacia tem explicitado na aspiração a um assento permanente no CSNU (FOREQUE, 2012). Segundo Hillary Clinton, a diplomacia dos EUA estaria de acordo com uma expansão no número de membros do CSNU para que sua estrutura passasse a refletir a atual distribuição de poder no globo. Portanto caberia o apoio dos outros membros permanentes para que a reforma se concretizasse:

Acreditamos que os EUA têm mostrado real comprometimento com essa reforma. Também aprendemos que até que outros países se comprometam com a reforma, não faremos o progresso que precisamos. Acho muito difícil imaginar um futuro em que o Conselho de Segurança das Nações Unidas não inclua um país como Brasil, com todo o seu progresso e seu modelo de democracia representativa que oferece oportunidades para seu povo (CLINTON⁹⁸ apud BRASIL DEVE, 2012).

⁹⁸ Em discurso na 3ª Reunião do Diálogo de Parceria Global (DPG) Brasil-Estados Unidos, Brasília, 17 abr. 2012.

Na mesma ocasião, Hillary Clinton aproveitou para elogiar o esforço que o Brasil tem feito para explorar a camada de petróleo do pré-sal, colocando as empresas e o governo estadunidenses à disposição para participarem da exploração. Segundo a Secretária de Estado este é um tema estratégico nas relações bilaterais entre EUA e Brasil e, portanto, ganhará profundidade no futuro. Na ocasião, Hillary Clinton também se encontrou com a presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster (BRASIL DEVE, 2012).

Já em relação à candidatura da Índia, sua posição geográfica demonstra condicionar mais sua inserção internacional do que a do Brasil. Como grande país em desenvolvimento, com enorme população e economia em crescimento expressivo nas últimas duas décadas, a Índia mobiliza a atenção das grandes potências, sendo importante sua presença e influência na Ásia. Nesse sentido, apesar de os testes nucleares realizados, em 1998, terem sido condenados pela comunidade internacional, inclusive pelos membros permanentes do Conselho de Segurança, que lançaram sanções econômicas ao país, a partir dos anos 2000, observou-se uma aproximação diplomática entre EUA e Índia, o que desencadeou também uma aproximação de Rússia e China para com o país. A Índia, portanto, se mostra como um país importante na política externa das três maiores potências militares atuais, o que lhe confere uma margem para barganhar entre as três e conseguir defender seus interesses. Mesmo assim, sua posição na Ásia do Sul é instável, pois o país com que tem mais rivalidades, o Paquistão, também já foi importante aliado dos EUA na luta contra o terrorismo, a partir de 2001, além de ter contado com a aproximação da China, quando esta enfrentou problemas diplomáticos com a Índia. Percebe-se, portanto, que, apesar de a Índia conseguir manter fortes relações com as grandes potências, estas relações são instáveis, até mesmo em decorrência da balança de poder no sistema internacional.

Nesse âmbito, pôde-se observar a aproximação que a diplomacia russa lançou mão em relação à Índia, em 2004, no encontro entre os Primeiros-ministros dos dois países. Na ocasião, Vladimir Putin abordou a necessidade de evitar que uma ordem unipolar se sedimentasse, sendo, para tanto, importante a formação de um eixo aliado entre Rússia, China e Índia, três países com grandes capacidades militares. Assim, a cooperação entre esses três países seria importante para a segurança global, já que a unipolaridade, liderada por uma política externa estadunidense ditatorial, poderia aumentar o risco de que armas de destruição em massa caíssem nas mãos de grupos terroristas. Putin, ainda, procurou, ao lado de Singh, defender a cooperação entre os países no sentido de buscar o estabelecimento de uma ordem multipolar. Nesse sentido, declarou publicamente o apoio ao pleito da Índia pela obtenção de uma vaga permanente no Conselho de Segurança (BLAGOV, 2004).

Tal apoio seria re-afirmado em 2010, quando o Ministro das Relações Exteriores russo, Andrei Nesterenko, declarou que seu país considerava a Índia um forte candidato para se tornar um membro permanente do Conselho de Segurança. A reiteração do apoio ao pleito indiano veio logo após a declaração também favorável do presidente estadunidense, Barack Obama. Em dezembro do mesmo ano, em encontro entre os Primeiro-ministros Medvedev⁹⁹ e Singh, houve menção do apoio russo à Índia: “the Russian Federation supports India as a deserving and strong candidate for a permanent seat in an expanded UN Security Council”¹⁰⁰ (RUSSIA, 2010). Ainda nesse encontro, foi firmado, entre os dois países, um contrato conjunto para o desenvolvimento de aviões de caça de quinta geração, cujo valor seria na ordem de dezenas de bilhões de dólares, e também foi fechado um acordo para a expansão da capacidade de uma usina nuclear construída pela Rússia no sul da Índia. Tal aproximação principalmente na área na energia nuclear e da cooperação em defesa veio em decorrência do acordo nuclear civil firmado entre Índia e EUA:

The deals announced on Tuesday were largely already known, and no financial figures were given, but the agreements may go some way to satisfy those concerned about India too quickly cutting its defense cord with its Cold War-era ally. Russia also sees India as a counterweight to China and a potential ally in Afghanistan (RUSSIA, 2010).¹⁰¹

A França aproximou-se da Índia, em 2003, assim como do Brasil, no contexto da Guerra do Iraque (2003) – sobre a qual tinha uma postura contrária – e da luta contra o terrorismo. Neste ano, portanto, também seria formalizado o apoio francês ao pleito indiano, declarado pelo então Primeiro-ministro, Jean-Pierre Raffarin, o qual ressaltou o papel-chave que a Índia teria a desempenhar no sistema internacional. Afirmou, ainda, que a França se mostrava impressionada com a maneira que os governos indianos têm buscado resolver seus problemas sócio-econômicos. Por isso, afirmou o apoio francês à candidatura indiana: “we are backing India's candidacy for a permanent seat on the Security Council to ensure it can raise its voice in an equal world”¹⁰² (RAFFARIN¹⁰³ apud CLAIM, 2003). Houve menção também à

⁹⁹ “He also called for the other permanent members of the UNSC — the US, France, Britain, and China — to affirm their support for India, as also all other members of the United Nations itself, as and when the UNSC reforms are carried out” (INDIA STRONG, 2010). [Ele também convidou os outros membros permanente do CSNU – EUA, França, Grã-Bretanha e China – a afirmar seus apoios para a Índia, assim como outros membros das Nações Unidas, no momento em que o CSNU for reformado].

¹⁰⁰ “a Federação Russa apoia a Índia como merecedora e forte candidata a uma assento permanente em um Conselho de Segurança da ONU expandido”.

¹⁰¹ “Os acordos anunciados na terça-feira já eram amplamente conhecidos, e nenhum valor financeiro foi divulgado, mas os acordos podem vir, de certa forma, a satisfazer aqueles preocupados sobre o rápido corte da Índia em seus laços de defesa com seu aliado do período da Guerra Fria. A Rússia também vê a Índia como um contrapeso à China e um potencial aliado no Afeganistão”.

¹⁰² “Nós estamos apoiando a candidatura da Índia para um assento permanente no Conselho de Segurança para garantir que aquela possa aumentar sua voz em um mundo equitativo”.

¹⁰³ Discurso na ocasião da visita do primeiro-ministro francês Jean-Pierre Raffarin, em agosto de 2003.

maneira bem-sucedida com que a Índia estaria lutando contra o terrorismo, mostrando-se preocupado com a forma que o problema assola este país e condenando a postura de alguns países que defendem certos grupos como *freedom fighters*, e não como terroristas: “there are no good terrorists...We must carry a global vision of terrorism. We must be united and must not get divided”¹⁰⁴ (RAFFARIN apud CLAIM, 2003)¹⁰⁵. O então presidente da França, Jacques Chirac, também fez declaração de apoio à Índia: “I am convinced that India has a growing international role to play, a role on the scale of the world’s largest democracy, that is why France has for a long time backed India’s candidacy for a seat as a permanent member of the Security Council”¹⁰⁶ (CHIRAC¹⁰⁷ apud FRANCE BACKS, 2003).

Tal apoio francês seria re-afirmado com ênfase, em 2010, primeiramente em declaração do então presidente Nicolas Sarkozy no Conselho de Segurança, afirmando que, ao obter o assento permanente, a Índia assumiria seu lugar legítimo no concerto dos Estados. Os líderes dos dois países também se encontraram na ocasião, exaltando o acordo intergovernamental sobre a cooperação em energia nuclear civil, firmado em 2008, e também a parceria estratégica entre os dois países, que dura desde 1998. No final de 2010, em visita à Índia, Sarkozy declarou ser favorável à entrada dos países do G-4 nos quadros permanentes do Conselho de Segurança, bem como à representação africana neste órgão das Nações Unidas. O presidente francês se alinhou às argumentações da diplomacia indiana ao afirmar ser inexplicável o fato de um país que conta com mais de um bilhão de habitantes não ter representação no Conselho de Segurança. A entrada da Índia como membro permanente, segundo Sarkozy, faria com que aquele país também assumisse um papel maior no G-20 financeiro. Além disso, também houve apoio francês à entrada da Índia no Grupo de Fornecedores Nucleares (NSG)¹⁰⁸, tendo Sarkozy afirmado ter sido sempre um defensor do fim do isolamento nuclear da Índia (FRANCE SUPPORTS INDIA'S BID FOR UN, 2010; FRANCE SUPPORTS INDIA FOR UNSC, 2010; FRANCE SUPPORTS INDIA’S BID FOR PERMANENT, 2010).

¹⁰⁴ “in an apparent reference to ‘double standards’ on the issue and description of terrorists as ‘freedom fighters’ by Pakistan and some other countries” (ASIAN TRIBUNE, 2003). [em uma aparente referência aos ‘padrões duplos’ no tema e na descrição dos terroristas como ‘combatentes pela liberdade’ pelo Paquistão e por alguns outros países”].

¹⁰⁵ “não existem bons terroristas... Nós devemos transmitir uma visão global do terrorismo. Nós temos que ficar unidos e não divididos”.

¹⁰⁶ Estou convencido que a Índia tem um papel internacional crescente a exercer, um papel na escala da maior democracia do mundo, por isso que a França tem por um longo período apoiado a candidatura da Índia por um sento como membros permanente do Conselho de Segurança.

¹⁰⁷ Discursoproferido na reunião do Franco-Indian Initiatives Forum, em Paris, em 15 de outubro de 2003.

¹⁰⁸ *Nuclear Suppliers Group*.

Como já foi visto anteriormente, o Reino Unido tem uma postura em relação à reforma consular muito semelhante à da França. Existe o apoio britânico à inclusão dos países do G-4 e de representação africana no Conselho de Segurança. Em 2006, o então primeiro-ministro, Tony Blair, declarou esta posição, afirmando que a reforma deve ser realizada, mesmo havendo fortes interesses conflitantes em torno do tema: “but I am now sure that we need reform. If necessary, let us agree of some form of interim change that can be a bridge to a future settlement. But we need to get it done”¹⁰⁹ (BLAIR, 2006). Na ocasião, em resposta ao posicionamento de seu principal aliado, os EUA reiteraram seu apoio exclusivo à entrada do Japão no Conselho de Segurança, se mostrando indiferente à reforma consular mais ampla, defendida por Reino Unido e França¹¹⁰.

Em 2008, o apoio britânico seria reiterado pelo Primeiro-ministro, Gordon Brown, na ocasião do evento para a promoção do empreendedorismo no Instituto de Tecnologia da Índia. Brown ressaltou o anacronismo da estrutura do Conselho de Segurança, cujos membros permanentes representam a configuração de poder no sistema internacional de 1945, e não a da atualidade. Ao defender a inclusão da Índia, Brown abordou a importância da economia deste país, que apresenta crescimento constante, e que estará entre as maiores do mundo em um futuro próximo. Nesse sentido, também defendeu a ampliação do G-8, incluindo os países que apresentam economias emergentes. No entanto o Primeiro-ministro britânico deixou claro que o poder de veto não deveria ser estendido aos novos membros permanentes:

The world is going to move very fast and there is no future for the big economic events which meet with just five, six or eight powers which doesn't include India, which is growing so fast.

*I would like to see India as a member of the UN Security Council. I want the G8 plus 5 [Brazil, China, India, Mexico and South Africa] to meet regularly and that should include the full role India should have in the discussion of global economic affairs. I look forward to extending the partnership of equals over the next decade. (BROWN¹¹¹ apud WOODWARD, 2008, grifo meu).*¹¹²

¹⁰⁹ “mas agora eu estou certo de que nós precisamos reformar. Se necessário, deixe-nos concordar em uma mudança provisória que possa ser uma ponte para um futuro acordo. Mas nós precisamos fazer isto”.

¹¹⁰ “Asked to comment on Mr. Blair's statement, U.S. State Department Spokesman Sean McCormack said while discussions were taking place on a number of aspects related to the U.N., there was no change in the current American policy of pushing only for Japan at the present” (BLAIR, 2006). [“Questionado para comentar a declaração de Blair, o porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, Sean McCormack, disse que, enquanto as discussões estavam sendo tomadas em um grande número de aspectos relacionado à ONU, não havia mudança na atual política estadunidense de apoiar somente o Japão no presente”].

¹¹¹ Discurso proferido em visita à Índia, na ocasião da promoção do empreendedorismo no Instituto de Tecnologia Indiano, em janeiro de 2008.

¹¹² “O mundo vai se mover muito rápido e não há futuro para os grandes eventos de economia, nos quais se encontram somente cinco, seis ou oito potências, e que não incluem a Índia, a qual está crescendo com grande rapidez. Eu gostaria de ver a Índia como membro do Conselho de Segurança da ONU. Eu quero que o G-8 mais 5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul) se encontre regularmente e isto deveria incluir o amplo papel que a Índia deveria ter na discussão dos assuntos econômicos globais. Espero ansiosamente para estender nossa parceira igualitária pela próxima década”.

A China é o membro permanente do Conselho de Segurança que assume a postura mais reticente em relação à reforma do órgão, com a expansão do número de membros. As relações com a Índia, especificamente, têm oscilado ao longo da história. Os principais problemas diplomáticos enfrentados dizem respeito a disputas fronteiriças, cujo principal conflito se deu em 1962, a respeito da fronteira na região do Himalaia, na qual a Índia foi militarmente derrotada. Até hoje, a demarcação das fronteiras entre os dois países é alvo de disputas, no entanto, as relações entre Índia e China se mostram muito menos conflituosas atualmente do que no passado. Em relação ao Conselho de Segurança, a Índia esperava o apoio do grande país vizinho, já que, na criação das Nações Unidas, apoiou a entrada da China como membro permanente. A contrapartida chinesa, porém, não se configurou. Apesar das reticências, observou-se uma aproximação entre os dois países ao longo da primeira década do século XXI, que pode ser tomada como uma consequência do aprofundamento da parceria estratégica entre Índia e EUA. Para não perder espaço e abrir margem para o aumento do poder de influência dos EUA na Ásia, a China buscou incrementar suas relações diplomáticas com a Índia e flexibilizar sua postura em relação à reforma consular. É difícil, porém, tanto a situação da Índia como a do Brasil com relação à China, uma vez que esta é terminantemente contrária à idéia de que o Japão, que faz parte do G-4, ganhe um assento permanente.

Ao longo da primeira década do presente século ocorreram alguns encontros diplomáticos importantes entre Índia e China. Em 2003, o Primeiro-ministro, Vajpayee, fez uma visita à China, na qual alguns passos em direção ao entendimento com relação às disputas fronteiriças foram dados. Em relação às fronteiras, cabe ressaltar que as regiões que mais geram disputas são as de Sikkim e Tibet. Este é considerado pela China parte de seu território. O problema diplomático com a Índia reside no fato de que Dalai Lama, o líder religioso do Tibet, conseguiu asilo em território indiano. Por outro lado, o Sikkim é um território historicamente reivindicado pela Índia. Na visita de Vajpayee à China, houve um entendimento em relação a essas duas regiões no denominado *Border Trade Agreement*:

The Indian side recognizes that the Tibet Autonomous Region is an integral part of the People's Republic of China (VAJPAYEE, 2003¹¹³ apud PARTHASARATHY, 2003).¹¹⁴

The Border Trade Agreement signed during Mr Vajpayee's visit explicitly speaks of "Changu of Sikkim State" and "Renqinggang of the Tibet Autonomous Region" as venues for border trade markets. Sikkim is thus explicitly acknowledged by China as

¹¹³ Declaração proferida em visita à China em jun de 2003.

¹¹⁴ "O lado indiano reconhece que a Região Autônoma do Tibete é parte integral da República Popular da China".

being a “State” of India just as much as Tibet is acknowledged by us to be an “Autonomous Region” of China.

But despite this, the Chinese spokesman asserted that India had changed its policies and recognized that Tibet was an “inalienable” part of China, while China had not recognized India's claims over Sikkim. He asserted that Sikkim is “an enduring issue left over from history” (PARTHASARATHY, 2003).¹¹⁵

Também nesse encontro, houve certa tentativa de influência indiana para que a China apoiasse a entrada da Índia como membro permanente do Conselho de Segurança, o que, porém, não foi atingido. A China manteve uma postura cautelosa com relação a seu vizinho, concordando em apenas mencionar a importância da reforma consular e da ampliação da participação dos países em desenvolvimento:

The two sides acknowledged the vital importance of the United Nations in world peace, stability and development. They are determined to continue their efforts in strengthening the UN system. They reaffirmed their readiness to work together to promote reform of the UN. In reform of the UN Security Council, priority should be given to enhancing representation of the *developing countries* (MANSINGH, 2005, p.9).

Em 2005, após visitar o Paquistão e o Bangladesh, o *premier* chinês, Wen Jiabao, passou quatro dias na Índia. A expectativa era a de que haveria a formalização do apoio da China ao pleito indiano, inclusive, tendo alguns membros da diplomacia oficial indiana afirmado que Jiabao tinha antecipado essa postura nas reuniões fechadas. No entanto, nos depoimentos públicos, o *premier* chinês limitou-se a afirmar a legitimidade da aspiração indiana para desempenhar um papel mais protagônico no sistema internacional e nas Nações Unidas:

China reiterates that we attach great importance to the important role of India in international affairs. India is a very populous country and is also a very important developing country. We fully understand and support the Indian aspirations to play an even bigger role in international affairs including in the UN (RAO, 2005).¹¹⁶¹¹⁷

¹¹⁵ “O Acordo de Comércio e Fronteira assinado durante a visita do Sr. Vajpayee explicitamente fala do *Changuu of Sikkim State* e da *Renqunggang of the Tibet Autonomous Region* como pontos de encontro para mercados de intercâmbio comercial. Sikkim é, portanto, explicitamente apresentada pela China como sendo um ‘Estado’ da Índia, assim como o Tibete é apresentado por nós como sendo uma ‘Região Autônoma’ da China. Mas apesar disto, o porta-voz chinês declarou que a Índia mudou suas políticas e reconheceu que o Tibete é uma parte ‘inalienável’ da China, enquanto a China não reconheceu as reivindicações da Índia sobre Sikkim. Ele afirmou que Sikkim é ‘um problema persistente carregado ao longo da história’”.

¹¹⁶ “A China reitera que dá grande importância para o importante papel da Índia nos assuntos internacionais. A Índia é um país muito populoso e é também um país em desenvolvimento muito importante. Nós entendemos totalmente e apoiamos as aspirações da Índia para desempenhar um ainda maior papel nos assuntos internacionais inclusive nas Nações Unidas”.

¹¹⁷ “On the issue of Chinese support to India’s UN Security Council candidature, the joint statement issued on 11 April 2005 states in Article XVI that, ‘Both ...agree that reform of the United Nations should be comprehensive and multi-faceted and should put emphasis on an increase in the representation of developing countries. The Indian side reiterated its aspirations for permanent membership of the UN Security Council. The Chinese side also reiterated that India is an important developing country and is having an increasingly important influence in the international arena. China attaches great importance to the status of India in international affairs. It understands and supports India’s aspirations to play an active role in the UN and international affairs...’ There was some confusion after the Indian Foreign secretary told the press that the Chinese supported India’s aspirations. The official Chinese news agency Xinhua then carried a clarification

Apesar do desapontamento indiano nesse tema, o encontro teve um saldo positivo, sinalizando uma maior aproximação entre China e Índia. Houve afirmação de Jiabao de que os problemas fronteiriços¹¹⁸, principalmente na região do Sikkim, não existiriam mais e de que a relação bilateral entre os dois países tinha chegado a um novo nível: “this is a sign that we have brought our boundary negotiations to a new stage” (RAO, 2005).¹¹⁹

Ainda sobre a questão do Conselho de Segurança, embora Jiabao tenha sido um pouco reticente em relação à Índia, não deixou de utilizar a ocasião para declarar ser a China terminantemente contrária à inclusão do Japão como membro permanente do Conselho de Segurança. A principal argumentação contrária à candidatura do Japão diz respeito ao fato de que, até hoje, este país não ¹²⁰assumiu publicamente suas responsabilidades com relação à morte de importante parcela da população chinesa durante a II Guerra Mundial. Ao contrário

and the Chinese Ambassador in New Delhi also spoke of Chinese support to India (SINHA, 2005)”. [“No tema a respeito do apoio chinês à candidatura da Índia ao Conselho de Segurança da ONU, a declaração conjunta emitida, em 11 de abril de 2005, declara no Artigo XVI que, ‘Ambos... concordam que a reforma das Nações Unidas deveria ser compreensiva e multifacetada e deveria colocar ênfase no aumento da representação dos países em desenvolvimento. O lado indiano reiterou suas aspirações pelo assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O lado chinês também reiterou que a Índia é um país em desenvolvimento importante e está apresentando uma crescente influência importante na arena internacional. A China anexa grande importância para o *status* da Índia nos assuntos internacionais. Aquela entende e apoia as aspirações da Índia por desempenhar um papel ativo na ONU e nos assuntos internacionais...’ Houve certa confusão depois de o secretário indiano de relações exteriores dizer à imprensa que os chineses haviam apoiado as aspirações da Índia. A agência oficial de notícias chinesa, Xinhua, transmitiu uma clarificação e o embaixador chinês em Nova Délhi também falou do apoio chinês à Índia”].

¹¹⁸ “The two sides signed an agreement to resolve the decades-old dispute over their 3,500 km Himalayan border, which led to the 1962 war conflict. Apropos, the two sides agreed to respect settled populations and each other’s security concerns while continuing to negotiate a final settlement. Article III of the principles mentions ‘meaningful and mutually acceptable adjustments’ to arrive at a ‘package settlement’ which is ‘final’ and covers ‘all sectors’ of the India-China boundary. This is construed as moving towards recognizing the status quo, resulting in China relinquishing its claim to 90,000 square km (35,000 square miles) of Arunachal Pradesh, while retaining control of Aksai Chin. The two sides also mention that an ‘early settlement’ of the boundary dispute will advance their mutual interests, designating this task as a ‘strategic objective’. This contrasts with the earlier Chinese approach of placing the issue on the back burner to build trust by moving forward in other sphere of cooperation. The Chinese Premier also presented Manmohan Singh with a new map that shows, for the first time, the state of Sikkim as part of India, and referred to it as ‘an inalienable part of India’” (SINHA, 2005). [“Os dois lados assinaram um acordo para resolver a disputa de décadas sobre os 3.500 quilômetros de fronteira no Himalaia, a qual levou à guerra de 1962. A propósito, os dois lados concordaram em respeitar populações assentadas e as preocupações de segurança de cada um, enquanto dariam continuidade às negociações para um acordo final. O artigo III dos princípios menciona: ‘ajustes significativos e mutuamente aceitáveis’ para se chegar a um ‘pacote de acordos’, o qual seria ‘final’, cobrindo ‘todos os setores’ da fronteira Índia-China. Isto é interpretado como um passo para o reconhecimento do *status quo*, resultando na abdicação da China de sua reivindicação pelos 90.000 quilômetros quadrados (35.000 milhas quadradas) de Arunachal Pradesh, enquanto retomaria o controle de Aksai Chin. Os dois lados também mencionam que um ‘acordo inicial’ da disputa fronteiriça irá avançar seus interesses mútuos, designando esta tarefa como um ‘objetivo estratégico’. Isto contrasta com a abordagem anterior chinesa de colocar a questão em segundo plano para construir a confiança e avançar em outras esferas de cooperação. O *Premier* chinês também apresentou a Manmohan Singh um novo mapa que mostra, pela primeira vez, o Estado do Sikkim como parte da Índia, e se referiu a esta região como ‘uma parte inalienável da Índia’”].

¹¹⁹ “este é um sinal de que nós trouxemos nossas negociações fronteiriças a uma nova etapa”.

¹²⁰ Em visita à Índia, em maio de 2011.

da Alemanha, que lamentou os acontecimentos deste grande conflito diversas vezes, o Japão manteve um silêncio constrangedor a respeito de sua atuação ao longo da história: “[o]nly a country that respects history, takes responsibility for history and wins over the trust of peoples in Asia and the world at large can take greater responsibilities in the International Community” (JIABAO, 2005¹²¹ apud MORALLY, 2011).¹²²

O ano de 2010 foi particularmente importante para a Índia, a qual recebeu visitas oficiais dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. A mais importante foi a dos EUA, como será visto adiante. Posteriormente, em dezembro daquele ano, a Índia recebeu visita do Primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, o qual apoiou a aspiração indiana de desempenhar um grande papel no Conselho de Segurança, embora não tenha declarado o apoio chinês à obtenção da vaga permanente. Em tom de apaziguamento, o *Premier* chinês afirmou que não há rivalidade entre os crescimentos econômicos de Índia e China, havendo espaço suficiente para o desenvolvimento sócio-econômico de ambos os países. Tendo viajado em conjunto com 300 empresários, o encontro serviu para o estreitamento das relações econômicas. Naquele ano, a China já representava o principal parceiro comercial da Índia, sendo a expectativa de que o comércio bilateral atingisse o valor de US\$ 60 bilhões, em 2010, e de que, até 2015, atingisse cerca de US\$ 150 bilhões. Ainda, sobre o Conselho de Segurança, o ministro das relações exteriores da China, Hong Lei, declarou oficialmente: “China understands India's desire to enter the Security Council. China is willing to keep in contact with other countries, including India, and participate in negotiations on the entrance of more developing countries” (HORNBY, 2010).¹²³

Conforme o que foi exposto acima, nota-se que a China, apesar de ter flexibilizado um pouco sua posição em relação à ideia de reforma do Conselho de Segurança e da possível entrada da Índia, ainda não demonstrou que apoia o vizinho indiano. Seria o único país do P-5 a não apoiar o pleito da Índia, já que, surpreendentemente, em 2010, os EUA se posicionaram a favor, em visita do presidente Barack Obama ao país asiático. Tal declaração do governo estadunidense não era esperada nem mesmo pelo governo indiano. As relações entre estes dois países sofreram um abalo, em 1998, quando a Índia concretizou a operação Shakti, entre 11 e 13 de maio daquele ano, realizando dois testes nucleares. Os EUA reagiram a este fato lançando mão de sanções econômicas à Índia, sendo seguido por outros quatorze países. Além

¹²¹ Discurso proferido na China em 12 de abril de 2005.

¹²² “somente um país que respeita a história, se responsabiliza pela história e ganha a confiança dos povos na Ásia e no mundo como um todo, pode assumir as grandes responsabilidades na comunidade internacional”.

¹²³ “A China entende o desejo da Índia de entrar no Conselho de Segurança. A China está disposta a manter-se em contato com outros países, inclusive a Índia, e participar nas negociações sobre a entrada de mais países em desenvolvimento”.

disso, foi aprovada resolução, no Conselho de Segurança, de repúdio aos testes nucleares. Na época, chegou-se a cogitar que a Índia teria perdido suas chances de ser admitida como novo membro permanente do CS. Porém o que parecia um atributo ruim, a posse de armas nucleares, pode ter-se tornado um trunfo da Índia nos anos seguintes:

The NPT-approved international structure contained only five nuclear “have” states whose nuclear arsenals were considered legitimate. But, the 1998 Indian tests, and the Indian insistence on its right to have staged them, produced an American sense that the NPT world could be undermined by what Talbott once described publicly as a “chain reaction” that might produce a “a nuclear Brazil, a nuclear Nigeria, a nuclear South Korea, a nuclear Taiwan,” etc. A nuclear non-proliferation regime, seen as something like a fixed structure and a fixed status quo, with a fixed number of countries located within its confines, now faced danger (HOFFMANN, 2010, p.10).¹²⁴

Na realidade, já no início dos anos 1990, EUA e Índia buscaram estabelecer uma cooperação no âmbito da defesa. Em 1991, foram formados grupos de direção executiva para intensificar a cooperação militar, o que resultou na formação de uma força marinha e aérea em 1992 e 1993, respectivamente. A denominada “proposta de Kickleigher” promoveu os primeiros exercícios conjuntos entre EUA e Índia na esfera militar. Com o passar dos anos, a Índia foi ascendendo na Ásia do Sul; no mesmo passo que este país ia se consolidando como potência regional, um grande mercado potencial, e um importante ator na manutenção da estabilidade na balança de poder da Ásia, a relação com os EUA ia se aprofundando. Os países passaram a cooperar para o combate ao terrorismo, para a prevenção à proliferação de armas de destruição em massa, para a segurança de recursos aquáticos e energéticos, entre outros: “grounded in these shared interests and challenges, the US-India defence relationship has grown from solely military-to-military links into a mature partnership that encompasses dialogues, exercises, defence sales, professional military education exchanges, and practical cooperation”¹²⁵ (BISHOYI, 2011, p.67).

O governo de Narasimha Rao (1991-1996) foi o responsável por promover essa aproximação com os EUA, procurando estabelecer um nível de cooperação nas relações bilaterais dos dois países. A visita do Primeiro-ministro indiano aos EUA, em 1994, serviu

¹²⁴ “A estrutura internacional aprovada pelo TNP contém somente cinco Estados portadores de armas nucleares, cujos arsenais eram considerados legítimos. Mas, os testes indianos de 1998 e a insistência indiana em seu direito de ter armas nucleares colocou-os em cena, produzindo um senso estadunidense de que o mundo sob o TNP poderia ser minado pelo que Talbott uma vez descreveu publicamente como uma ‘reação em cadeia’ que poderia produzir ‘um Brasil nuclearizado, uma Nigéria nuclearizada, uma Coreia do Sul nuclearizada, um Taiwan nuclearizado,’ etc. Um regime de não-proliferação nuclear, visto como algo como uma estrutura fixa e um *status quo* fixo, com um número fixo de países colocados dentro de seus limites, agora encarava perigo”.

¹²⁵ “fundamentado nestes interesses comuns e desafios, a parceria em defesa de EUA e Índia cresceu de somente conexões militar-para-militar para uma parceria mais madura que envolve diálogos, exercícios, vendas em defesa, tocas em educação militar profissional e cooperação prática”.

para consolidar esse intento diplomático. No entanto, como já mencionado, o governo Bill Clinton condenou os testes nucleares, realizados pela Índia em 1998, imediatamente após sua consecução¹²⁶. Apesar das sanções econômicas e da condenação da realização dos testes, setores políticos do governo e do Congresso estadunidenses não se posicionaram contra a Índia, já anunciando a tendência de aproximação que se veria nos anos seguintes. Entre 1998 e 1999, o Sub-secretário de Estado dos EUA, Strobe Talbot, se encontrou algumas vezes com o conselheiro sênior para Assuntos Estrangeiros da Índia, Jaswant Singh, para resolver os problemas diplomáticos que giravam em torno da questão nuclear (GUIMARÃES, 2009).

Em meados de 1999, houve notável mudança diplomática do governo Clinton a favor da Índia. Primeiramente, houve pressão estadunidense para que seu tradicional aliado, o Paquistão, retirasse suas tropas, as quais tinham avançado a Linha de Controle a Caxemira. Logo após esse fato, a Índia deu início a uma política de combate ao terrorismo, tendo assinado a Convenção Internacional para o Combate ao Terrorismo (GUIMARÃES, 2009).

Em 2000, o presidente Clinton fez uma visita de seis dias à Índia, tendo afirmado, na ocasião, ser direito da Índia promover sua segurança, mas alertando para que se previnisse uma possível corrida armamentista. O presidente dos EUA, ainda, declarou que buscaria a cooperação com a Índia no combate ao terrorismo, além de ter assinado um Memorando de Entendimentos e Declaração Conjunta de cooperação em várias áreas. Nesses termos, “a visita, considerada um sucesso por ambos os governos, estabeleceria as bases para nova fase de relacionamento mais amistoso e mais sólido entre os dois países” (GUIMARÃES, 2009, p.31).

O governo Bush daria prosseguimento a tal aproximação diplomática. O Secretário de Estado deste governo, Colin Powell, já em 2001, afirmou ser favorável à retirada das sanções econômicas da Índia, bem como a dar alta prioridade a este país na política externa dos EUA¹²⁷. Com a ocorrência dos ataques ao *World Trade Center* de Nova York, em 2001¹²⁸,

¹²⁶ “Os EUA procuravam desencorajar países como Índia e Brasil a desenvolverem tecnologia nuclear, com a promessa de apoiar pesquisas nucleares para fins pacíficos. A Índia aparentemente nunca e convenceu a abandonar inteiramente seu programa nuclear. Vários eventos históricos são mencionados para justificar ‘a obsessão da Índia com a opção nuclear durante décadas, considerando-a como principal moeda de poder’, ainda que com enorme prejuízo para seu progresso (THAKUR, 1997): a perda da guerra com a República Popular da China em 1962, a explosão nuclear realizada pela China em outubro de 1964, o desenvolvimento de relações estratégicas China-Paquistão, a guerra indo-paquistanesa de 1965. Esse conjunto de eventos teria tido impacto traumático na Índia e levado o então Primeiro-ministro, Lal Bahadur Shastri, a autorizar o programa nuclear” (GUIMARÃES, 2009).

¹²⁷ Nesse novo clima de cordialidade o governo indiano foi um dos primeiros a manifestar apoio formal à polêmica proposta do programa “antimísseis nucleares” apresentada por Bush em maio de 2001 (GUIMARÃES, 2009).

¹²⁸ “[...] in 1998, India tested again (nuclear tests), inviting widespread condemnation and a slew of sanctions. Defence cooperation with the United States, Australia and many other countries ceased. Matters remained

houve ainda maior convergência entre Índia e EUA, com aquele país oferecendo suas bases para uso de aviões estadunidenses no combate ao talibã, grupo extremista afegão. Em paralelo a esse fato, houve a retirada das sanções econômicas que os EUA haviam imposto à Índia em 1998:

Em encontro realizado em Nova York (nov/2001), o Presidente Bush e o Primeiro-Ministro Vajpayee concordaram em expandir ainda mais a cooperação EUA-Índia em várias áreas: contraterrorismo, segurança regional, ciência e tecnologia, pesquisa espacial, segurança nuclear para fins pacíficos e economia. Agências dos dois países iniciaram intercâmbio de inteligência sobre grupos terroristas; em janeiro de 2002, formaram o Grupo de Trabalho Índia-EUA contra o Terrorismo (*Índia-US Joint Working Group on Counter Terrorism*); e aumentaram os contatos de alto nível, especialmente na área de segurança. Desde 2002, as forças armadas dos dois países têm realizado exercícios conjuntos (GUIMARÃES, 2009, p.32).

Assim, EUA e Índia iriam, aos poucos, avançando na parceria estratégica. Em 2004, seria concluída a cooperação em três áreas: produtos de alta tecnologia de uso “dual”, intercâmbio na área nuclear e espacial civis e ampliação do diálogo no setor dos mísseis defensivos. Em 2005, na denominada “nova estratégia para o Sul da Ásia”, lançada pelo governo Bush, constaria a intenção de ajudar a Índia a tornar-se uma grande potência mundial no século XXI. Nesse âmbito, houve assinatura de um Acordo de Defesa, entre os dois países, com a previsão de duração por 10 anos. No acordo, ficaria firmada colaboração em operações multilaterais, expansão do comércio de material de defesa, aumento de oportunidades para a transferência de tecnologia e co-produção, cooperação ampliada na área de mísseis defensivos e na criação do Grupo para Aquisição Conjunta e Produção de Material de Defesa. Para os EUA, a Índia passaria a ser o grande parceiro para a contenção do terrorismo e manutenção da estabilidade naquela região do continente asiático (GUIMARÃES, 2009; HOFFMANN, 2010).

Ainda em 2005, seria declarada a “parceria global” entre os dois países, com a realização de acordos em diferentes setores como: energia, meio ambiente, desenvolvimento, não-proliferação e segurança. Na ocasião, Bush afirmou: “como Estado responsável com avançada tecnologia nuclear, a Índia deve adquirir os mesmos benefícios e vantagens que outros Estados” (GUIMARÃES, 2009). O ponto mais sensível na cooperação entre os dois países reside justamente na transferência de tecnologia nuclear. Apesar de o intercâmbio nesse setor ser restrito ao uso civil, os EUA tiveram de rever sua legislação para poder transacionar com a Índia:

suspended until post 9/11 when the United States and its allies embarked on the war on Terror, and identified India as an important geopolitical partner thus indicating the need for a larger strategic partnership - hinting simultaneously at a more intense defence cooperation” (NAYUDU, 2011).

Even in the sensitive realm of nuclear non-proliferation, win-win situations have been created by such measures as distancing the subject of nuclear weapons acquisition from the matter of civil nuclear energy cooperation. For India, the greater pie now includes a far greater ability to import nuclear material and technology for non-military use. For the US, the greater pie should entail new opportunities for the sale and transfer of nuclear material and technology to India, alongside other foreign (e.g., European) suppliers (HOFFMANN, 2010, p.12).¹²⁹

Nesse setor, portanto, a administração Bush também avança em relação ao governo Clinton, buscando modificar sua política de não-proliferação, bem como o regime internacional nesse tema, tendo em vista a garantia do grande mercado indiano. Durante seu mandato, a Índia foi reconhecida como um Estado com armas nucleares, sendo permitida a assinatura de um protocolo adicional com a AIEA. Os próximos passos foram dados no sentido de flexibilizar o regime de proibição de transferência de tecnologia para a Índia. Em contrapartida, o governo indiano também lançou mão de mudanças em sua política nuclear, ao descolar a parte civil desse setor da parte militar. Além disso, concordou que inspeções internacionais fossem realizadas em sua produção nuclear civil (HOFFMANN, 2010).

A cooperação entre EUA e Índia, que vem se estreitando nos últimos anos, seja por conta da busca dos EUA por um aliado no combate ao terrorismo na região da Ásia do Sul, ou para contrabalançar o crescimento da China no continente asiático, chegou ao seu ápice, em 2010, com a visita do presidente Obama à Índia. Na ocasião, houve a formalização do apoio estadunidense ao pleito indiano pela obtenção de uma vaga permanente no Conselho de Segurança. Seria apenas o terceiro país a ser apoiado pelos EUA, que até então só teria mencionado ser favorável à inclusão de Alemanha e Japão, e, portanto, a primeira vez que os EUA apoiavam um país em desenvolvimento. As palavras de Obama diante do Parlamento indiano foram de grande expressão:

In Asia and around the world, India is not simply emerging. India has emerged. [...] The just and sustainable international order that America seeks includes a United Nations that is efficient, effective, credible and legitimate. That is why I can say today — I can say today, in the years ahead, I look forward to a reformed U.N. Security Council that includes India as a permanent member (OBAMA¹³⁰ apud STOLBERG, YARLEY, 2010).¹³¹

¹²⁹ “Mesmo na esfera sensível de não-proliferação nuclear, situações de *win-win* foram criadas por tais medidas, distanciando o tema da aquisição de armas nucleares do assunto da cooperação em energia nuclear civil. Para a Índia, a grande questão agora inclui uma capacidade muito maior para importar material nuclear e tecnologia para uso não-militar. Para os EUA, a grande questão seria a de ocasionar novas oportunidades de vendas e transferência de material nuclear e tecnologia para a Índia, ao lado de outros fornecedores estrangeiros (ex. europeus)”.

¹³⁰ Em visita à Índia, em novembro de 2010.

¹³¹ “Na Ásia e ao redor do mundo, a Índia não está simplesmente emergindo. A Índia emergiu. [...] A ordem internacional justa e sustentável busca incluir uma ONU que é eficiência, efetiva, verossível e legítima. É por isso que eu posso dizer hoje – Eu posso dizer hoje, nos próximos anos, eu espero ansiosamente por um Conselho de Segurança da ONU reformado que inclua a Índia como membro permanente”.

A argumentação utilizada nas palavras do presidente estadunidense vai ao encontro, de certa forma, da campanha indiana, ao colocar a eficiência e a legitimidade do Conselho de Segurança como variável dependente da inclusão de uma potência que, para os EUA, já teria emergido no sistema internacional. Com o apoio à Índia, os EUA demonstram, ainda que parcialmente e tendo em vista seus próprios interesses na Ásia, aceitar a idéia de que estaria ocorrendo a emersão de novos pólos de poder no sistema internacional com focos no mundo em desenvolvimento.

A visita de Obama estreitou ainda mais as relações bilaterais com a Índia, concretizando-se um progresso na flexibilização da legislação estadunidense no sentido de suprimir os controles de exportação sobre tecnologias sensíveis. Além disso, acordos foram realizados em várias áreas, de segurança interna à educação, de agricultura à meio-ambiente. O interesse econômico dos EUA se concentra na grande demanda indiana por produtos de defesa, já que, desde o início dos anos 1990, a Índia transformou sua política de externa, passando do “poder do argumento” para o “argumento do poder” (BISHOYI, 2011). A grande demanda indiana movimentou a economia estadunidense, sendo importante fonte criadora de empregos:

The US-India defence trade is unique considering the successful purchase of *INS Jalashwa*, 8 Boeing P8-I multi-mission maritime aircraft, six C130J Super Hercules aircraft for special forces, three Boeing 737 business jets and 10 Boeing C-17 Globemaster heavy military transport aircraft. President Barack Obama, during his recent visit to India, welcomed India’s decision to purchase US high-technology defence items, which the joint statement said “reflects our strengthening bilateral defence relations and will contribute to creating jobs in the United States.” The two countries signed about 20 trade deals worth \$ 10 billion which President Obama believed would not only create fifty thousand jobs in the US but would also advance US-India relations (BISHOYI, 2011).¹³²

Houve um importante avanço no intercâmbio entre os dois países no campo tecnológico, sendo realizada a declaração por parte do governo dos EUA de que a Organização Estatal de Pesquisa Espacial da Índia, juntamente com suas quatro subsidiárias, bem como a Organização de Desenvolvimento & Pesquisa e Defesa deste país e suas subsidiárias seriam retiradas da *Entity List*. Tal lista, controlada pela *Export Administration Regulations (EAR)*, contém os nomes de entidades estrangeiras, incluindo empresas, instituições de pesquisa, organizações governamentais ou privadas e outros tipos de

¹³² “O comércio de defesa entre EUA e Índia é único, considerando a bem-sucedida compra de *INS Jalashwa*, 8 aeronaves marítimas de multi-missão Boeing P8-I, seis aeronaves Super-Hercules para forças especiais, três jatos executivos Boeing 737 e 10 aeronaves Globemaster de transporte militar pesado. O presidente Barack Obama, durante recente visita à Índia, acolheu a decisão da Índia em comprar itens de defesa de alta-tecnologia dos EUA, o que, conforme o comunicado conjunto afirmou, ‘reflete nosso fortalecimento nas relações bilaterais em defesa e irá contribuir para a criação de empregos nos Estados Unidos’. Os dois países assinaram cerca de 20 acordos de comércio, somando US\$ 10 bilhões, o que o presidente Obama acredita que não só criaria cinquenta mil empregos nos EUA, mas também avançaria as relações EUA-Índia”.

personalidades que estão sujeitas a requerimentos de licenças especiais para a exportação, re-exportação ou transferência de itens específicos (BALACHANDRAN, 2010). Conforme Bishoyi (2011, p.70), “the removal of the embargo on the transfer of dual-use technology and hi-tech items to organizations like ISRO, DRDO, and BDL will boost the technology infusion into India’s military-industrial complex and could provide an impetus to self-reliance in the defence sector”. Além disso, Obama também apoiou a adesão da Índia aos regimes globais de não-proliferação como o Grupo de Fornecedores Nucleares (NSG). Nota-se, portanto, que a Índia é retirada da lista de classificação de países que possuem restrições para a importação de tecnologia avançada, *softwares* e equipamentos sensíveis, como Paquistão e Coréia do Norte, passando a figurar entre os aliados dos EUA, como Japão e Reino Unido.

Além da cooperação na área de transferência de tecnologia e no comércio de material de defesa, Índia e EUA também têm cooperado em exercícios militares conjuntos, tendo contabilizado sessenta operações ao longo da última década, envolvendo as três armas: infantaria, marinha e aeronáutica. De ambos os lados, há o interesse de se adquirir ganhos de aprendizagem. A Índia busca obter experiência prática com simulações de guerras militares, enquanto os EUA têm interesse na inteligência indiana em campos como os de detecção de Dispositivos Explosivos Improvisados, contra-insurgência e práticas em guerra na selva e na montanha (BISHOYI, 2011, p.71).

Outro gesto positivo dado por Obama, na visita à Índia, foram suas declarações com relação às ameaças que os grupos terroristas que atuam no Paquistão representam para a manutenção da segurança na Ásia. Nesse sentido, os EUA adotaram uma postura de crítica a seu antigo aliado no combate ao terrorismo e maior inimigo da Índia, dado o histórico de conflitos existentes entre os dois vizinhos, principalmente por disputas fronteiriças, bem como a total oposição do Paquistão à possibilidade de a Índia obter uma vaga permanente no Conselho de Segurança: “we will continue to insist to Pakistan's leaders that terrorist safe-havens within their borders are unacceptable, and that the terrorists behind the Mumbai attacks be brought to justice” (OBAMA¹³³ apud OBAMA SUPPORTS, 2010).¹³⁴

Nota-se, portanto, que os EUA vêm, já desde o governo Clinton, nos anos 1990, promovendo uma grande aproximação com a Índia. A parceria estratégica firmada entre os dois países, a qual tem o seu foco nas áreas de defesa e tecnologia, culminou, em 2010, no apoio inesperado dos EUA à entrada da Índia no Conselho de Segurança como membro

¹³³ Em visita à Índia, em novembro de 2010.

¹³⁴ “nós vamos continuar insistindo com os líderes paquistaneses que abrigos de terroristas em suas fronteiras são inaceitáveis, e que os terroristas por trás dos ataques a Bombaim sejam levados à justiça”.

permanente. Com isso, os EUA demonstram utilizar a reforma do principal órgão das Nações Unidas como um mecanismo de defesa de seus próprios interesses, já que, como se pôde perceber, seu apoio ao pleito indiano tem relação com o estreitamento de suas relações com a Índia, o qual gerou, inclusive, a revisão da legislação estadunidense na área de tecnologia sensível para o intercâmbio com a Índia. Para os EUA, uma aliança com a grande democracia indiana demonstra interessar tanto para o combate ao terrorismo, como para contrabalançar o crescimento da esfera de influência chinesa na Ásia.

A diplomacia indiana, por sua vez, obteve sucesso, até o presente, com a adoção de uma política externa mais pragmática, baseada no investimento no setor de defesa, buscando tornar-se uma grande potência militar. Apesar de ter sido severamente criticada, em 1998, a Índia está se legitimando como potência nuclear, bem como importante ator na balança de poder da Ásia. Seus crescimentos econômico e militar estão ligados ao interesse dos EUA em estreitar as relações diplomáticas. Tal parceria estratégica desencadeou também as aproximações de duas outras grandes potências militares da Ásia, China e Rússia, que acabaram realizando importantes visitas oficiais, em 2010, logo após a visita de Obama à Índia. Despertando o interesse das três maiores potências militares do Conselho de Segurança, a Índia ganha uma margem maior para realizar suas negociações. Ainda assim, apesar de ter obtido o apoio de quatro dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança para a sua candidatura a uma vaga permanente, a China ainda não formalizou concretamente seu apoio, apesar de vir flexibilizando sua posição com o país vizinho nos últimos anos.

A partir do que foi exposto neste capítulo, infere-se que, a partir do fim da Guerra Fria, o sistema internacional iniciou uma fase de transição, o que englobou a Organização das Nações Unidas. Ao mesmo tempo em que os EUA ascenderam como a principal potência, a partir dos anos 1990, e que o Conselho de Segurança foi destravado pelos constantes vetos de EUA e URSS, a pressão por uma mudança na estruturação da principal organização multilateral aumentou e se sustentou no rol de debates até o presente. Com a adesão, inclusive, de membros permanentes à ideia de ampliação do número de assentos permanentes e não-permanentes do principal órgão das Nações Unidas, o Conselho de Segurança, nota-se que, de fato, estaria ocorrendo uma mudança na balança de poder global, com a emergência de novos polos de poder no globo. Brasil e Índia se colocam como potências emergentes, ao terem recebido importantes apoios diplomáticos, ao longo dos últimos anos, a seus pleitos a um assento permanente. Cabe, no próximo capítulo, analisar dados que indiquem as capacidades destes dois países para desempenhar um papel revelante a nível sistêmico e

observar se teriam condições de arcar com as responsabilidades que um cargo permanente no CSNU exige.

4 AS CONTRIBUIÇÕES DE BRASIL E INDIA PARA A ONU E O GRAU DE ACEITAÇÃO REGIONAL A SEUS PLEITOS PELO ASSENTO PERMANENTE

Como explorado no primeiro capítulo do presente trabalho, para ser enquadrado no rol das potências médias, deve-se considerar não só as capacidades materiais, mas também o comportamento do Estado na arena internacional, observando tanto a existência de estratégias para a obtenção de uma posição mais influente nos fóruns multilaterais, como o reconhecimento dos outros Estados dessa posição um tanto mais proeminente em relação aos Estados mais fracos. Até aqui, foram abordados, nos capítulos 1 e 2, o comportamento de Brasil e Índia em busca da obtenção de um *status* de potência emergente no sistema internacional, assim como a visão que os Estados mais fortes, membros permanentes do Conselho de Segurança, assim como a das forças opositoras, têm em relação a esses dois países. Cabe, neste capítulo, analisar alguns dados que indiquem as capacidades materiais de Brasil e Índia para avaliar se vão ao encontro das credenciais defendidas em seus discursos e se justificam suas aspirações à vaga permanente no Conselho de Segurança. Ressalta-se que, faz-se neste capítulo uma comparação simples de alguns indicadores, sem se entrar em uma discussão mais aprofundada sobre a atual configuração de poder do globo.

Segundo Holbraad (1989), na obra *Las Potencias Medias em la Política Internacional*, alguns indicadores de poder nacional são mais úteis que outros. Nesse âmbito, o argumento a favor do PNB parece especialmente forte. Este indicador refletiria a maior parte dos fatores materiais e morais que compõem o poder, incluindo a população, a área, a localização, os recursos, a organização e a liderança. Apesar de ser uma medida econômica, indica o poderio militar potencial, assim como o real, e, assim, não sobre-estima aqueles países que, por razão de escolha ou necessidade, tenham assumido uma postura militar mais alta em relação a que possam manter no longo prazo, nem subestima aqueles que não tenham tido oportunidade de transformar uma proporção considerável de sua força econômica em militar.

No presente trabalho, será levado em consideração o indicador de PIB, e não de PNB. Se levarmos em consideração a categorização proposta por Keohane (1969), que divide os países em quatro categorias, notamos que, pelo indicador do PIB, conforme as tabelas 3 e 4, Brasil e Índia são potências médias que mais se aproximam daquelas que seriam as potências secundárias. Segundo Keohane (1969), a grande potência seria um *system-determining state*, ou seja, teria o papel de estruturar o sistema internacional, o que vai ao encontro da teoria de Ikenberry explanada no capítulo 2; a potência secundária seria um *system-influencing state*, a qual não teria capacidade de, individualmente, dominar o sistema, mas que poderia o

influenciar significativamente por ações tanto unilaterais como multilaterais; a potência média seria um *system-affecting state*, a qual não teria capacidade de influenciar o sistema individualmente, mas com a união em grupos pequenos, poderia exercer impacto sistêmico; já a pequena potência seria um *system-ineffectual state*, isto é, incapaz de exercer influência em nível sistêmico.

Como indica a tabela 3, nota-se que Brasil e Índia possuem uma posição relevante no *ranking*, apresentando um índice muito maior que o do segundo colocado em suas próprias regiões – o PIB brasileiro, em 2011, foi mais de cinco vezes maior do que o PIB argentino, já o PIB da Índia representava quase oito vezes o PIB paquistanês –, confirmando suas posições preponderantes em suas regiões, variável considerada por Sennes (2003) em seu conceito de Potência Média. Se compararmos com outras regiões, nota-se que há um maior equilíbrio entre as potências da África, por exemplo, com o PIB da África do Sul não chegando a representar duas vezes os PIB de Egito e Nigéria; cabe lembrar também que, em termos populacionais a Nigéria supera a África do Sul, e, em termos militares, o Egito também a supera. Na Europa, também se vê um equilíbrio, dado que, as outrora potências secundárias, membros permanentes do Conselho de Segurança, Reino Unido e França, têm economias menores que a da Alemanha, e não há uma grande discrepância de suas economias em relação às economias de Itália e Espanha. Já no Leste Asiático, nota-se que a Coreia do Sul está muito aquém das economias chinesa e japonesa, sendo seguida de perto pela Indonésia.

Já em nível sistêmico, observa-se que Brasil e Índia são potências que se colocam no mesmo rol das grandes potências e das potências secundárias, estando muito à frente, por exemplo, do primeiro representante africano a aparecer no *ranking*, a África do Sul, somente o 29º colocado. O Brasil, em específico, se coloca à frente de dois membros permanentes em termos de PIB, a Rússia e o Reino Unido, havendo a previsão de ultrapassar a França no próximo ano, segundo estimativa do FMI. Em relação à Índia, percebe-se que o montante de seu PIB já se encontra próximo ao de Canadá e Rússia; mantido o ritmo de crescimento econômico indiano acelerado, prevê-se também uma ascensão da Índia nos próximos anos. Ainda segundo Holbraad (1989), existem outros indicadores pertinentes a serem levados em consideração, como o tamanho da população, uma medida mais estável que o PIB. O indicador populacional é importante, na medida em que mostra o potencial de cada país tanto em termos de mão-de-obra, como em termos de consumo. O grande número populacional em vulnerabilidade, inclusive, provou ser uma vantagem dos países em desenvolvimento durante a crise financeira mundial de 2008, já que, com a inclusão dessas parcela na classe média, por meio de incentivos econômicos governamentais, houve menos prejuízo às suas economias do

que nos países desenvolvidos. O indicador de população, de certa forma, portanto, demonstra, o potencial de crescimento econômico de um país. Pelas tabelas 5 e 6, nota-se que Brasil e

Tabelas 3 e 4 – Listas com o PIB dos países em valores nominais e em Paridade de Poder de Compra (2011), respectivamente.

Posição	País	PIB (milhões de US\$)	Posição	País	PIB (PPC - \$Milhões)
1	EUA	15.094.025	1	EUA	15.094.025
2	China	7.298.147	2	China	11.299.967
3	Japão	5.869.471	3	Índia	4.457.784
4	Alemanha	3.577.031	4	Japão	4.440.376
5	França	2.776.324	5	Alemanha	3.099.080
6	Brasil	2.492.908	6	Rússia	2.383.402
7	Reino Unido	2.417.570	7	Brasil	2.293.954
8	Itália	2.198.730	8	Reino Unido	2.260.803
9	Rússia	1.850.401	9	França	2.217.900
10	Canadá	1.736.869	10	Itália	1.846.950
11	Índia	1.676.143	11	México	1.661.640
12	Espanha	1.493.513	12	Coreia do Sul	1.554.149
13	Austrália	1.488.221	13	Espanha	1.413.468
14	México	1.154.784	14	Canadá	1.396.131
15	Coreia do Sul	1.116.247	15	Indonésia	1.124.649
16	Indonésia	845.680	16	Turquia	1.073.565
17	Holanda	840.433	17	Irã	990.219
18	Turquia	778.089	18	Austrália	914.482
19	Suíça	636.059	19	Taiwan	876.035
20	Arábia Saudita	577.595	20	Polônia	771.658
27	Argentina	447.644	21	Argentina	716.419
29	África do Sul	408.074	25	África do Sul	555.134
33	Colômbia	328.422	27	Paquistão	488.580
47	Paquistão	210.566	28	Colômbia	471.964

Fonte: Elaborado pela autora com base em IMF, 2012.

Índia estão entre os maiores Estados tanto em termos populacionais, como em territoriais. Apesar de haver uma discrepância grande entre as populações indiana e a brasileira, sendo a primeira mais de seis vezes maior que a segunda, deve-se levar em conta que, em termos regionais, os dois países são predominantes – a população brasileira é cinco vezes maior que a da Colômbia, segundo país mais populoso da América do Sul, enquanto a população indiana é sete vezes maior que a do Paquistão. Nota-se também que, em termos populacionais, a Índia só fica atrás da China, e o Brasil atrás de EUA e China, em relação aos membros permanentes do Conselho de Segurança. Há também grande discrepância das populações brasileira e indiana comparadas com os aliados do G-4, Alemanha e Japão.

Tabelas 5 e 6 – Listas com a população (2010) e a área territorial dos países, respectivamente.

Posição	País	População em milhares (2010)	Posição	País	Área territorial (km²)
1	China	1.341.335	1	Rússia	17.098.242
2	Índia	1.224.614	2	Canadá	9.984.670
3	EUA	310.384	3	China	9.596.961
4	Indonésia	239.871	4	EUA	9.371.174
5	Brasil	194.946	5	Brasil	8.514.877
6	Paquistão	173.593	6	Austrália	7.692.024
7	Nigéria	158.423	7	Índia	3.287.782
8	Bangladesh	152.518	8	Argentina	2.780.400
9	Rússia	142.958	9	Cazaquistão	2.724.900
10	Japão	126.536	10	Argélia	2.381.741
11	México	113.423	13	México	1.964.375
15	Alemanha	82.302	24	África do Sul	1.221.037
16	Egito	81.121	25	Colômbia	1.138.914
21	França	62.787	35	Paquistão	880.254
22	Reino Unido	62.036	48	França	551.500
24	África do Sul	50.133	62	Japão	377.873
27	Colômbia	46.295	63	Alemanha	357.114
31	Argentina	40.412	78	Reino Unido	243.789

Fonte: Elaborado pela autora com base em UN, 2012; LIST, 2012.

Em termos territoriais, Brasil e Índia também aparecem entre os Estados mais extensos do globo. Deve-se considerar não só em termos absolutos, mas também em termos de áreas habitáveis. Praticamente todo o território do Brasil é habitável ou é coberto por florestas, repletas de recursos naturais. A Índia possui poucos territórios inabitáveis, como na região do Himalaia. Assim, o Brasil além de ser muito mais extenso do que o segundo maior Estado da

América do Sul, a Argentina, possui mais regiões habitáveis, comportando um possível aumento populacional. Portanto, em relação a seus opositores regionais e aos países do G-4, Brasil e Índia são muito extensos. Comparando com França e Reino Unido, que fazem parte do P-5, percebe-se que, os outrora grandes impérios, que possuíam grandes colônias na periferia do sistema, agora são restritos a um território pequeno em comparação com os Estados que se formaram após a descolonização. Nesse sentido, um amplo território de Brasil e Índia seria uma variável, assim como a população, que indicaria um potencial de crescimento econômico destes países.

Não só uma grande população representa um potencial de consumo e mão-de-obra, mas também de disponibilidade para as forças armadas dos Estados. Nesse sentido, Holbraad (1989) também afirma que, para o curto prazo, o tamanho das forças armadas, a soma dos gastos militares e a quantidade de armamentos podem ser úteis como indicadores secundários, expressando o poder militar real de um país. No caso de analisar a candidatura à vaga permanente no Conselho de Segurança, esse indicador se faz ainda mais importante, na medida em que um dos argumentos utilizados pelo P-5 para legitimar a criação do Conselho de Segurança, institucionalizando uma organização liderada por uma oligarquia de países, foi o de que, unidos, os membros permanentes garantiriam a segurança e a paz no sistema internacional, já que nenhuma outra força militar poderia fazer frente a seu poderio militar conjunto.

Em termos militares, segundo as tabelas 7 e 8, nota-se que a Índia possui um destaque bem maior que o Brasil, possuindo a terceira maior força armada em termos de contingente, com mais de um milhão de militares ativos, e contando com o oitavo maior orçamento militar do mundo. Ainda assim, o Brasil possui os maiores contingente e orçamento militares da América do Sul, ainda que não seja tão preponderante em relação à segunda maior força da região, a Colômbia¹³⁵. Nota-se que, em relação ao PIB, a Colômbia tem um investimento no setor militar maior que o brasileiro. Além disso, deve-se atentar para o fato de que cerca de 70% do orçamento militar brasileiro é destinado ao custeio de pessoal, sendo, portanto, pequena a parcela destinada a investimento (Resdal, 2010). Por outro lado, cabe lembrar que há uma diferença entre as regiões da América do Sul e da Ásia do Sul. A estratégia brasileira de liderança sub-regional passa pela ideia de aumento da cooperação em detrimento da corrida armamentista. Foi assim que, ainda na década de 1980, Brasil e Argentina firmaram

¹³⁵ Cabe ressaltar que a Colômbia passou a ser uma das maiores forças militares da América do Sul graças ao Plano Colômbia, uma parceria entre EUA e Colômbia no combate às guerrilhas armadas e ao narcotráfico neste país, tendo sido implementado durante a primeira década dos anos 2000.

um acordo que impedia o desenvolvimento de armas nucleares, o que abriu margem para a aproximação dos dois países em um projeto de integração regional que acabou por se consolidar no Mercosul, no início dos anos 1990. Nesse sentido, a diminuição dos riscos de ameaça na América do Sul isentou os Estados da necessidade de manter um alto investimento com gastos militares.

Tabelas 7 e 8 – Lista com os contingentes das Forças Armadas dos países e de gastos militares (2012), respectivamente.

Posição	País	Contingente das Forças Armadas	Posição	País	Gastos militares (milhões de US\$)	Porcentagem em relação ao PIB
1	China	2.285.000	1	EUA	689.591	4,7%
2	EUA	1.458.219	2	China	129.272	2,1%
3	Índia	1.325.000	3	Rússia	64.123	3,9%
4	Coreia do Norte	1.106.000	4	França	58.244	2,3%
5	Rússia	1.027.000	5	Reino Unido	57.875	2,6%
6	Coreia do Sul	687.000	6	Japão	54.875	1%
7	Turquia	666.576	7	Arábia Saudita	46.219	10,1%
8	Paquistão	617.000	8	Índia	44.282	2,7%
9	Irã	523.000	9	Alemanha	43.478	1,4%
10	Egito	468.500	10	Itália	31.946	1,7%
14	Brasil	327.710	11	Brasil	31.576	1,6%
19	Itália	293.202	20	Colômbia	10.290	3,6%
22	Colômbia	285.220	33	Paquistão	5.160	2,8%
23	México	267.506	34	México	4.859	0,5%
24	Alemanha	250.613	41	Egito	3.914	2,1%
26	Japão	230.300				
28	Reino Unido	197.780				

Fonte: Elaborado pela autora com base em SIPRI.

Já na Ásia do Sul, a rivalidade histórica entre Índia e Paquistão, que conta com três conflitos armados, tornou necessária à segurança dos países um alto investimento em recursos militares. Além de ter o Paquistão como ameaça na região da Ásia do Sul, com grande força em termos de contingente militar e detentor de armas nucleares, a Índia também possui certas tensões diplomáticas com a China, a qual possui um arsenal militar muito maior. Apesar de terem um grande número de tropas, Brasil e Índia ainda estão atrás em termos de orçamento militar dos membros permanentes do Conselho de Segurança. O Brasil fica ainda mais aquém nesse indicador por não possuir armas nucleares, como todo o P-5 e a Índia. Se for levado em consideração o critério de que o Conselho de Segurança seria a conjugação das potências que

juntas não poderiam ser derrotadas, a Índia demonstra ser o país que mais se aproxima do P-5, por contar com um efetivo militar muito numeroso, um dos maiores orçamentos militares do mundo e um arsenal relativamente grande.

Além dos indicadores que foram expostos, serão levadas em consideração outras medidas que foram ressaltadas pelos membros permanentes, primordialmente pelos EUA, como condicionantes para a obtenção da vaga permanente, quais sejam: contribuição financeira para a ONU; contribuição para suas Operações de Paz; participação como membro não-permanente; e grau de aceitação regional pela aspiração à vaga permanente. Serão comparados, nas próximas sessões, os dados entre Brasil e Índia, assim como em relação aos membros permanentes do Conselho de Segurança, aos principais opositores regionais (Argentina e Paquistão) e aos aliados do G-4, Alemanha e Japão. Com isso, busca-se observar se Brasil e Índia têm realizado um papel relevante empiricamente, além dos discursos políticos.

4.1 Participação de Brasil e Índia nas Operações de Paz da ONU

Brasil e Índia são dois exemplos emblemáticos de países em desenvolvimento que apresentam contribuições consideráveis nas Operações de Paz das Nações Unidas, levando-se em conta suas restrições orçamentárias em comparação com os países desenvolvidos. Na realidade, grande parcela dos contingentes que atuam nas Operações de Paz parte de países em desenvolvimento:

Segundo o Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU (DPKO), 107 Estados participavam como contribuintes, no final de 2005, nas operações de paz das Nações Unidas. Mais de 70 mil homens em missão estavam envolvidos nestas operações. A grande maioria (94%) do pessoal civil, militar e policial é oriunda dos países em desenvolvimento, sendo que o Brasil ocupava a 14ª posição entre os Estados contribuintes às missões de paz (SEINTEFUS, p.42, 2008).

Brasil e Índia têm-se engajado, desde o princípio, nas Operações de Paz da ONU, as quais são autorizadas via Conselho de Segurança da ONU, tendo como objetivo solucionar conflitos e restaurar a estabilidade em regiões instáveis. A atuação de Brasil e Índia não só é importante no sentido de contribuir com recursos humanos e financeiros para as Operações de Paz, mas também os dois países têm procurado contribuir, sobretudo quando dispõem de um assento não-permanente para realizar modificações na forma das Operações de Paz para que estas garantam uma maior eficácia. Nesse sentido, os dois países defendem a idéia de que deve-se investir na reconstrução dos países que passam por conflitos, e não só na ação armada, visão que tem obtido adesão nos últimos anos. Cabe, nesta sessão, analisar e

comparar como se tem realizado a contribuição de Brasil e Índia tanto para as Operações de Paz como em recursos financeiros para ONU, desde sua criação até os dias atuais.

Um dos princípios elementares e tradicionais da política externa brasileira é a busca de soluções pacíficas e negociadas de conflitos. Tal princípio serve como base sobre a maneira que se dá a atuação do país nos fóruns multilaterais e em relação ao recurso de métodos coercitivos para a estabilização de um país. Nos últimos anos, inclusive, particularmente quando o cargo de Ministro das Relações Exteriores foi ocupado por Celso Amorim, foi comum a defesa da idéia de que as Operações de Paz não podem piorar a situação do país alvo na operação, o que pode ocorrer com uma intervenção armada que desole a população civil, sem prover sua reconstrução. Nesse sentido, a Operação de Paz seria totalmente ineficiente, perdendo até mesmo sua legitimidade.¹³⁶

As primeiras contribuições de relevo do Brasil se deram entre 1957 e 1967, em seis missões da ONU, especialmente envolvendo as guerras árabe-israelenses. O Brasil enviou um considerável contingente militar para a Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I), que atuou no Sinai e na Faixa de Gaza. O Batalhão de Suez, por exemplo, contou com 6.300 integrantes: “ademais, o Brasil exerceu o comando das operações da UNEF I, com os Generais de Divisão Carlos Paixa Chaves e Syseno Sarmiento”. Destaca-se também a contribuição brasileira na Missão de Paz de ONUC, no Congo, entre 1960 e 1964, pela inovação trazida pelo Brasil, que, além de participar nas operações militares, colaborou com a distribuição de alimentos e medicamentos para a população civil, dando um caráter humanitário à missão (SEITENFUS, 2008, p. 44-45).

A partir de 1989, o País aumentou suas participações, contribuindo em vinte Operações de Paz. Não só houve uma diversificação nas regiões em que o Brasil atuou, mas também na forma com que se deram suas ações. Além de cumprir a missão padrão das operações de combater as insurgências e fazer o controle securitário, “outros ingredientes tais como o apoio à população civil, o diálogo político, medidas para aumentar o nível de confiança entre as partes envolvidas no conflito, a reconstrução da infra-estrutura de comunicações e a distribuição de víveres e de medicamentos”, foram adicionados na participação brasileira. Nesse âmbito, merecem destaque as atuações brasileiras em Angola e no Timor Leste, três países de língua portuguesa, o que ressalta o compromisso da diplomacia brasileira com este grupo de países.

¹³⁶ Palestra proferida por Celso Amorim na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 09 mar. 2011.

No Timor Leste, a UNAMET teve início em 1999, devido às instabilidades decorrentes do processo de independência em relação à Indonésia, o que desencadeou uma grande onda de violência. O Brasil participou na Força Internacional, com um Pelotão de Polícia do Exército, além de especialistas em saúde e comunicações. Após a retirada das tropas indonésias, em 2000, o Brasil continuou contribuindo para a consolidação política do país por meio da UNTAET (Administração Transitória das Nações Unidas), sob a chefia de Sérgio Vieira de Mello:

as eleições de abril de 2002 conduziram Xanana Gusmão à Presidência timorense e permitiram que o Brasil agregasse à sua colaboração de caráter militar, outra de *natureza civil* nas áreas de saúde, educação, agricultura, administração da justiça e com especialistas em eleições (juízes eleitorais, técnicos em informática, escrutinadores, consultores do Tribunal Superior Eleitoral) (SEITENFUS, 2008, p.47).

Angola recebeu três Operações de Paz contabilizando oito anos de duração – UNAVEM I (1989-1991); UNAVEM II (1991-1995); UNAVEM III (1995-1997) –, tendo também enfrentado ondas de violência com o processo de independência e com uma guerra civil. O Brasil participou das três operações, com destaque para a UNAVEM III, contando com o envio de 36 observadores, 39 integrantes do Estado-maior e 1.040 integrantes de tropa (800 de infantaria; 200 na Companhia de Engenharia e 40 nos Hospitais de Campanha): “com efeito, além de uma atuação estritamente militar, muitas ações comunitárias foram realizadas nas áreas de saúde, de educação e desporto e na recuperação da malha rodoviárias” (SEITENFUS, 2008, p.48).

Nos anos 2000, dar-se-ia a participação brasileira em Operações de Paz de maior destaque, ao assumir o comando da MINUSTAH – Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti. A operação foi autorizada pela Resolução 1.542, em 2004, pelo Conselho de Segurança, substituindo a força multinacional de emergência (Resolução 1.529/2004), a qual foi autorizada em decorrência da vacância de poder governamental no Haiti após a saída do presidente Aristide. A instabilidade político-social no Haiti, que já dura décadas, apresenta risco de transbordar de suas fronteiras, colocando em risco os países do Caribe, ou seja, representa um problema securitário continental. Nesse sentido, justifica-se a intervenção humanitária. O Brasil, célebre defensor do princípio da não-ingerência em assuntos internos de outros países, justificou sua participação nessa operação, evocando o princípio da não-indiferença em relação a uma situação calamitosa, em um país que carece de recursos para poder restabelecer a estabilidade política interna. Com o apoio da MINUSTAH, foi realizado um novo pleito, o que resultou na eleição de René Préval à presidência do Haiti: “houve uma

dupla reconquista da soberania: a do povo que manifestou sua vontade de maneira livre e ordeira e a do Estado que poderá auto-administrar-se” (SEITENFUS, 2008, p.51).

Assim como o Brasil, a Índia tem contribuído nas Operações de Paz das Nações Unidas desde o início destas operações. Como afirma, Faridi (2010), tal comprometimento com a Carta da ONU perpassa a retórica e o simbolismo, sendo demonstrada com o engajamento físico dos nacionais indianos, que sofreram com baixas sucessivas, mas, ainda assim, mantiveram-se presentes nas operações com as quais houve comprometimento. Nesse âmbito, cabe ressaltar que a Índia manteve sua contribuição significativa com contingentes militares em períodos em que esteve em conflito armado (em 1962, com a China e, em 1965, com o Paquistão), mantendo-se presente nas operações em Sinai e no Congo. Outro indicador do comprometimento da Índia com as Oissões de Paz da ONU se mostra no fato de que o país se manter envolvido com grandes contingentes em várias operações simultaneamente, em regiões distintas do globo. Entre 1992-1994, esteve presente em Camboja, Moçambique, Somália e Ruanda; e nos anos 2000, manteve-se fortemente presente nas seguintes operações: UNOSOM (Somália), a ONUMOZ (Moçambique), UNTAC (Camboja), UNAVEM (Angola), UNMIBH (Bósnia-Herzegovina), UNAMSIL (Serra Leoa), UNMEE (Etiópia-Eritreia), MONUC e MONUSCO (Congo), UNIFIL (Líbano), UNMIS (Sudão), UNMIK (Kosovo) e em escala um pouco menor, MINUSTAH (Haiti). Além disso, não houve somente o suprimento com tropas bem equipadas e treinadas, a Índia também assumiu a liderança de várias missões importantes, como no Sinai (1956-57), no Iêmen (1963), no Chipre (1964), na Namíbia (1989), entre outros.

Cabe ressaltar que as Operações de Paz se multiplicaram a partir do fim da Guerra Fria e, ainda, tornaram-se mais complexas e perigosas – até 1990, apenas 18 das 65 operações haviam sido realizadas, a maioria sendo de averiguação ou de observação: “as tarefas essenciais agora incluem a reconstrução de paz, requerendo vultosa atividade civil-militar, assim como *peace enforcement*, que envolve a autorização do uso da força a partir do Capítulo VII e o combate armado a beligerantes”. Apesar disso, a Índia seguiu comprometida, aparecendo entre as três primeiras posições no número de tropas enviadas ao longo das décadas de 1990 e 2000. Nesse âmbito, a Índia contabiliza o envio de cerca de cem mil contingentes militares e policiais, em 41 das 65, das Operações de Paz da ONU. Percebe-se que a política de engajamento tem continuidade, já que, em abril de 2012, havia 8.133 indianos, trabalhando em nove diferentes missões ao redor do globo (FARIDI, 2010; VIRA, 2012).

A primeira participação de grande vulto da Índia em Operações de Paz foi realizada na ONUC, em 1960, que visava à estabilização do Congo, o qual caiu em guerra civil após o processo de descolonização. Esta experiência traçou a forma com que a Índia se envolveria nas Operações de Paz futuras, com grande comprometimento e responsabilidade. A contribuição indiana se deu não só com o envio de um dos maiores e mais bem treinados contingentes, mas também com a restauração da estabilidade política e da ordem, com o desarmamento dos combatentes, o treinamento de forças congoleesas de segurança e a expulsão de mercenários estrangeiros. Além disso, a força aérea indiana foi responsável pela demarcação da primeira zona de exclusão aérea das Nações Unidas e lançou mão dos primeiros ataques aéreos da história da ONU (FARIDI, 2010; SIDHU, 2011; VIRA, 2012).

O envolvimento de forças indianas no Congo não se reteve à década de 1960, havendo também grande contribuição na MONUC (MONUSCO), criada em fins da década de 1990. Nesta Operação, a Índia contabilizou cerca de um quinto do total das forças da ONU presentes na missão, o que atingiu a ordem de 4.500 soldados. A força indiana, porém, não se restringiu ao número de soldados enviados, ocorrendo também o envio de equipamentos e veículos militares. Para a missão no Congo e no Sudão, por exemplo, o envio de 17 helicópteros foi feito exclusivamente pela Índia, o que acabou sobrecarregando este país em detrimento de outros. Cabe lembrar que a Índia possui seus problemas securitários internos, principalmente nas fronteiras com o Paquistão e com a China. A sobrecarga que a Índia tem enfrentado nas Operações de Paz tem provocado reclamações por parte dos governos indianos, que têm buscado mudar a política em relação às Operações de Paz, no sentido de distribuir mais equitativamente seus encargos entre os países membros da ONU: “India has stated that its future UNPKO contributions will be less automatic, and more tied to a reform of the peacekeeping process that includes improvements in burden sharing and greater involvement of troop contributors in the mandate generation process” (VIRA, 2012).¹³⁷

Além de fornecer apoio para o uso da força, a Índia também procura se envolver na tomada de decisões dos mandatos das missões e nas regras da ocupação. Na missão de Serra Leoa (UNAMSIL), no início dos anos 2000, pela primeira vez, uma Operação de Paz ficou sob o comando de um indiano, o general Jetley. A Índia mostrou, nesta operação, a capacidade para fornecer proteção às tropas, já que, em decorrência de as forças dos outros países participantes das missões se apresentarem mal-preparadas, ou mesmo, mal-

¹³⁷ “A Índia tem declarado que suas futuras contribuições para as Operações de Paz da ONU serão menos automáticas, e mais atreladas a uma reforma do processo de manutenção da paz que inclua melhoras no compartilhamento das responsabilidades e maior envolvimento dos contribuintes com tropas no processo de geração de encargos”.

intencionadas¹³⁸, houve a necessidade de a Índia fazer uma grande operação para salvar seu largo contingente, que foi cercado pelo grupo insurgente presente em Serra Leoa (VIRA, 2012).

A Índia procurou se envolver ao máximo nas Operações de Paz na ONU, sendo que, mesmo em períodos em que esteve conflito armado com os países vizinhos (China, 1962, Paquistão, 1965), continuou enviando tropas para as Nações Unidas, para as missões em Sinai e no Congo. Além disso, não houve somente o suprimento com tropas bem equipadas e treinadas, a Índia também assumiu a liderança de várias missões importantes, como no Sinai (1956-57), no Iêmen (1963), no Chipre (1964), na Namíbia (1989), entre outros. Na Iugoslávia, em 1992, foi dada grande responsabilidade ao general indiano, Nambiar, para conduzir a Operação de Paz (FARIDI, 2010).

Assim como o Brasil, a Índia também tem se engajado no sentido de melhorar a forma com que as Operações de Paz têm sido realizadas. Nesse âmbito, se coloca de acordo com a ideia de que as missões da ONU devem conter elementos de reconstrução do país, ou seja, que não se restrinja ao setor militar, mas também incorpore elementos civis, como a ajuda pela estabilização política do país alvo da missão. Em Camboja, por exemplo, em 1992, as tropas indianas contribuíram com supervisores eleitorais e monitores de polícia. As tropas indianas também realizaram o treinamento de unidades locais para a remoção de minas terrestres (FARIDI, 2010).

Outra característica da participação da Índia nas Operações de Paz das Nações Unidas é sua capacidade de se manter nas missões, desde o período da Guerra Fria. Em 1956, na missão do Sinai, por exemplo, a Índia manteve tropas por onze anos. No pós-Guerra Fria, a manutenção de tropas por um longo período se tornou muito mais difícil, dada a complexidade que as Operações de Paz passaram a apresentar, com ambientes muito mais árduos, perigosos e arriscados. Segundo Faridi (2010), nas missões atuais, as tropas são enviadas para locais sem áreas demarcadas de cessar-fogo. Nesses ambientes, as tropas podem sofrer ataques fortemente pesados de beligerantes não necessariamente identificados. Mesmo assim, na

¹³⁸ “Jetley publicly accused Nigerian officers of collaborating with the RUF in the diamond trade and accused Nigerian units of directly disobeying orders. Beyond the Nigerians – the only other large and capable contributor – other contingents were reported to have disobeyed orders to take on dangerous missions or deploy to the frontlines, as a result of which Jetley increasingly relied on his own contingents” (VIRA, 2012). [Jetley publicamente acusou os oficiais nigerianos de colaborar com o RUF no comércio de diamantes e acusou as unidades nigerianas de diretamente desobedecer ordens. Além dos nigerianos – o único outro grande contribuir com capacidade –, os outros contingentes foram relatados por desobedecerem as ordens em enfrentar missões perigosas ou de implantar linhas de frente, como resultado Jetley crescentemente confiou a seus próprios contingentes].

Somália, por exemplo, as forças indianas demonstraram suas capacidades de se manterem ativas.

A Índia, portanto, angariou credibilidade do sistema internacional em seu comprometimento com as Operações de Paz da ONU, sendo ao mesmo um dos mais antigos e maiores contribuidores nesse setor. Apesar de sofrer críticas internas, em relação ao dispêndio de recursos para esse fim, além de também criticar a forma como essas missões têm-se desenvolvido de forma não-equitativa, sendo maior sua contribuição do que a de outros países, os governos indianos têm mantido a política de participação ativa nas missões de paz. No pós-Guerra Fria, tal engajamento estaria ligado a uma política externa mais pragmática, que dá grande relevância às capacidades militares como variável para que a Índia atinja o *status* de grande potência. Somada às capacidades, também faria parte da estratégia diplomática indiana a disposição por contribuir de forma expressiva para a manutenção da estabilidade no sistema internacional, demonstrando ao mesmo tempo interesse e capacidade de assumir, como uma grande potência, os fardos e as responsabilidades para a construção de uma ordem internacional segura e pacífica. Portanto a expressiva participação das operações de paz está ligada às aspirações indianas por ser reconhecida como um novo pólo de poder no mundo, o que vai ao encontro de sua candidatura como membro permanente do Conselho de Segurança, conforme foi expressado pelo General Satish Nambiar, um dos comandantes da UNPROFOR, operação de paz da Iugoslávia (1992):

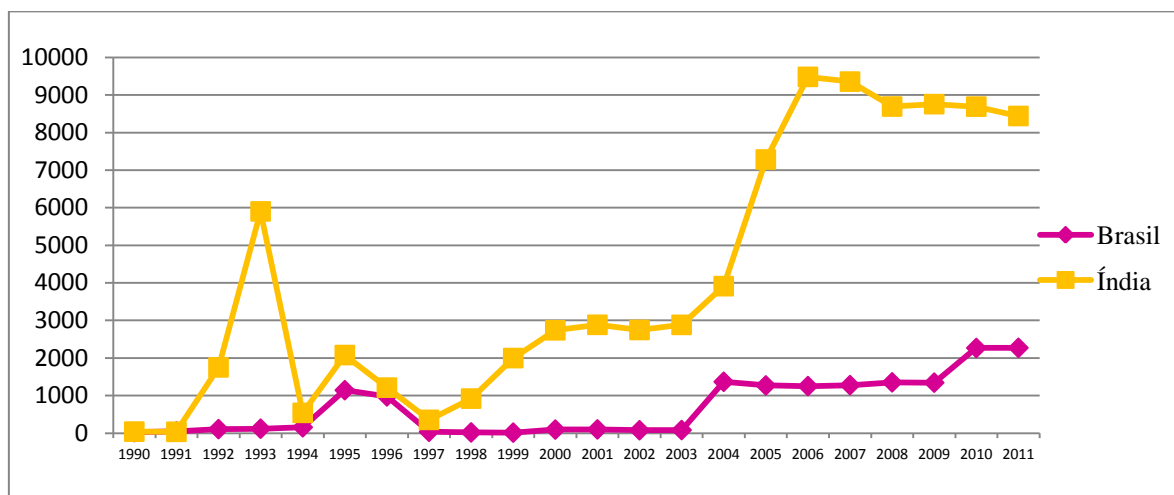
India has no immediate interests in Sierra Leone. But that is not the point. We have to look beyond our immediate interests. As a great country we have certain commitments; if we aspire to be permanent members of the UN Security Council it cannot come on a platter – we must develop a stake in strengthening the Security Council set-up and such missions the do just that (VIRA, 2012).¹³⁹

Percebe-se, portanto, que Brasil e Índia têm contribuído de forma considerável para as Operações de Paz das Nações Unidas, desde o período da Guerra Fria. Porém existe uma assimetria no número de tropas que cada um destes dois países têm enviado para as missões de paz, bem como no número de missões em que se engajaram. As tropas indianas têm estado presentes em várias localidades do globo, enquanto as tropas brasileiras mantiveram-se fortes em missões mais próximas do seu entorno regional, principalmente no Haiti e em Angola. Esta discrepância pode ser notada no gráfico 1. No entanto, ponderando em relação às respectivas populações dos dois países, conforme mostra o gráfico 2, a discrepância fica bem

¹³⁹ A Índia não tem interesse imediato na Serra Leoa. Mas este não é o ponto. Nós temos que olhar além dos nossos interesses imediatos. Como um grande país, nós temos certos compromissos; se aspiramos a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, isto não virá em um prato grande – nós temos que desenvolver um suporte para fortalecer nossa disputa no Conselho de Segurança e tais missões ajudam nesse sentido.

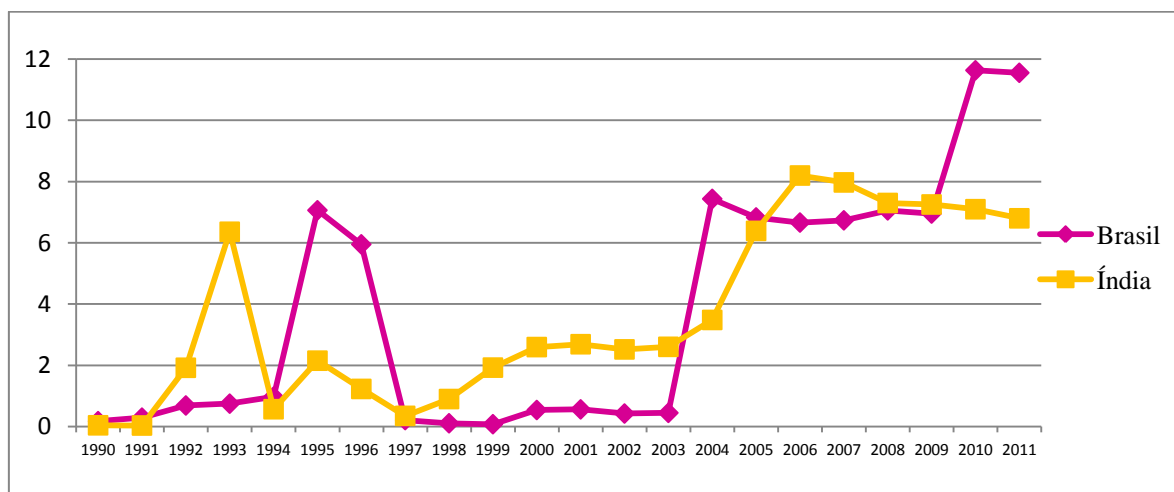
menor, observando-se, inclusive, períodos em que o Brasil destinou um contingente relativo maior que a Índia, principalmente a partir da participação na MINUSTAH.

Gráfico 1 – Contingentes militares de Brasil e Índia em Operações de Paz da ONU (1990-2011)



Fonte: Elaborado pela autora com base em UN, 2012.

Gráfico 2 – Contingentes de Brasil e Índia em Operações de Paz da ONU relativo à população total, em milhões (1990-2011)



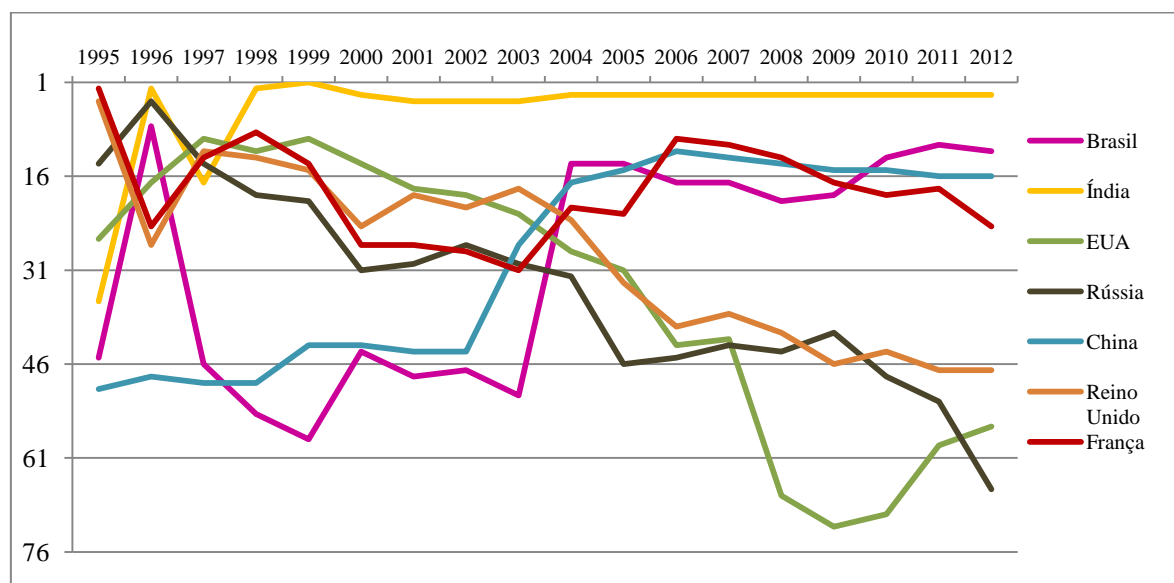
Fonte: Elaborado pela autora com base em UN, 2012.

Mesmo havendo essa discrepância, deve-se atentar para o fato de que, tanto o Brasil como a Índia passaram a figurar entre os principais contribuintes das Operações de Paz com o passar dos anos no período pós-Guerra Fria, assumindo, inclusive, uma posição bem mais preponderante do que os países membros permanentes do Conselho de Segurança, com exceção da China, único país em desenvolvimento que faz parte desse grupo. A partir do gráfico 3, pode-se perceber que a Índia, desde 1995, se mantém entre os trinta países que mais contribuem, tendo-se firmado entre os três primeiros já em 1998 e mantendo-se até o presente.

A colocação do Brasil oscilou mais no *ranking*, porém, houve melhora de sua posição a partir de 2004, em decorrência de sua participação na MINUSTAH, e, nos últimos anos, tem figurado entre os quinze primeiros países contribuintes. De forma contrária, a contribuição de tropas de EUA, Reino Unido e Rússia se deteriorou, com esse países passando das quinze primeiras posições na década de 1990, para passar a figurar acima da 45ª posição. A França é a única potência ocidental que se mantém com uma presença mais considerável, mas que, ainda assim, fica aquém dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, os quais têm-se mantido entre as 15 primeiras colocações. A China é o único membro permanente que melhorou consideravelmente seu posicionamento com o passar dos anos:

The entrance of China as a peacekeeping power has also complicated Indian calculations. From once deeply opposed to international interventions on principle, China since 2000s has rapidly expanded its UNPKO participation. [...] Since the UNTAET mission in East Timor in 2000, China has allowed lightly armed peacekeepers, and since 2008 has pushed for the deployment of combat contingents. On one level India welcomes Chinese participation as helping plug key resource gaps, but on another resents the disproportionate attention Chinese contributions receive (VIRA, 2012).¹⁴⁰

Gráfico 3 – Evolução da colocação de Brasil, Índia e o P-5 no *ranking* de contribuição de tropas para as Operações de Paz da ONU (1995-2012)



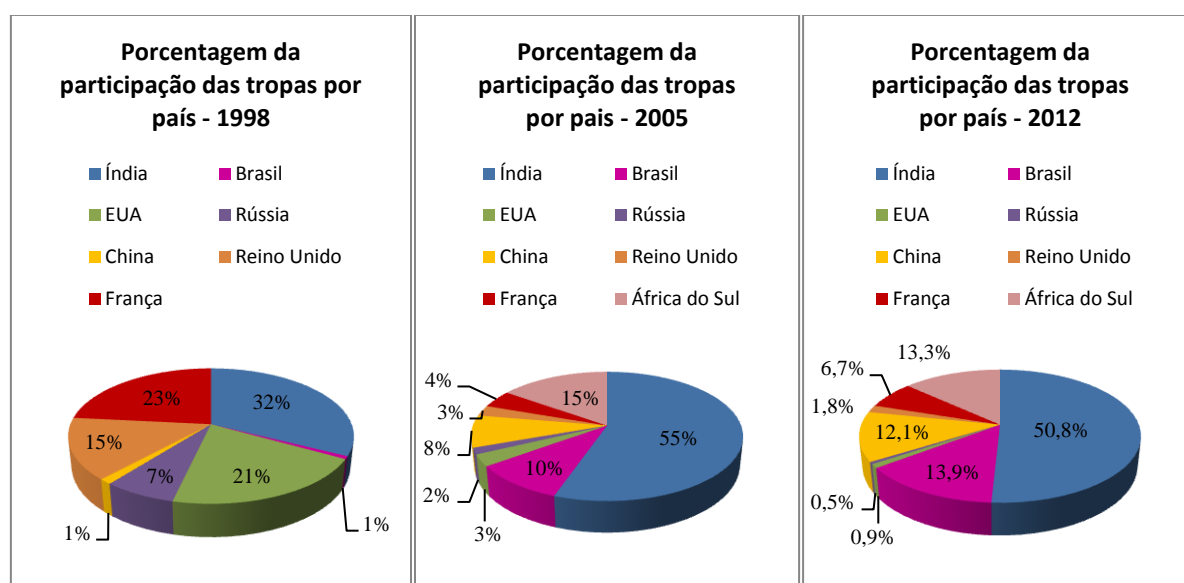
Fonte: Elaborado pela autora com base em UN, 2012.

¹⁴⁰ “A entrada da China como uma potência nas Operações de Paz também tem complicado os cálculos indianos. Inicialmente fortemente opositora às intervenções internacionais, a China, desde nos anos 2000, tem rapidamente expandido sua participação nas Operações de Paz da ONU. Desde a missão UNTAET no Timor Leste, em 2000, a China tem permitido facilmente contingentes armados, e, desde 2008, tem-se engajado no desenvolvimento de contingentes de combate. Por um lado, a Índia acolhe a participação chinesa, pois esta ajuda a preencher lacunas em pontos-chave, mas por outro lado, a Índia se ressentida com a atenção desproporcional que as contribuições chinesas recebem”.

Se levarmos em conta a soma da contribuição de Brasil e Índia mais os países do P-5 e África do Sul, conforme os gráficos 4, 5 e 6, congregando os países do CS e do BRICS, também se percebe a evolução que os países em desenvolvimento apresentaram em suas contribuições para as Operações de Paz em detrimento das grandes potências ocidentais e da Rússia. Se somarmos os percentuais dos países do BRICS, nota-se que sua representação passou de 41% para 90% da soma de sua contribuição com os países membros permanentes do Conselho de Segurança. Em relação ao total de contribuições de todos os países, a Índia, hoje, possui um percentual de 8%, o Brasil, a China e a África do Sul, de 2%, enquanto Rússia, Reino Unido, EUA e França, ficam entre 0% e 1%.

Por outro lado, comparando a participação de Brasil e Índia com seus maiores opositores regionais, Argentina e Paquistão, respectivamente, nota-se que estes, durante grande período, apresentaram-se à frente no *ranking* em relação aos aspirantes a uma vaga

Gráficos 4, 5 e 6 – Porcentagem da participação das tropas por país (1998, 2005, 2012)¹⁴¹



Fonte: Elaborado pela autora com base em UN, 2012.

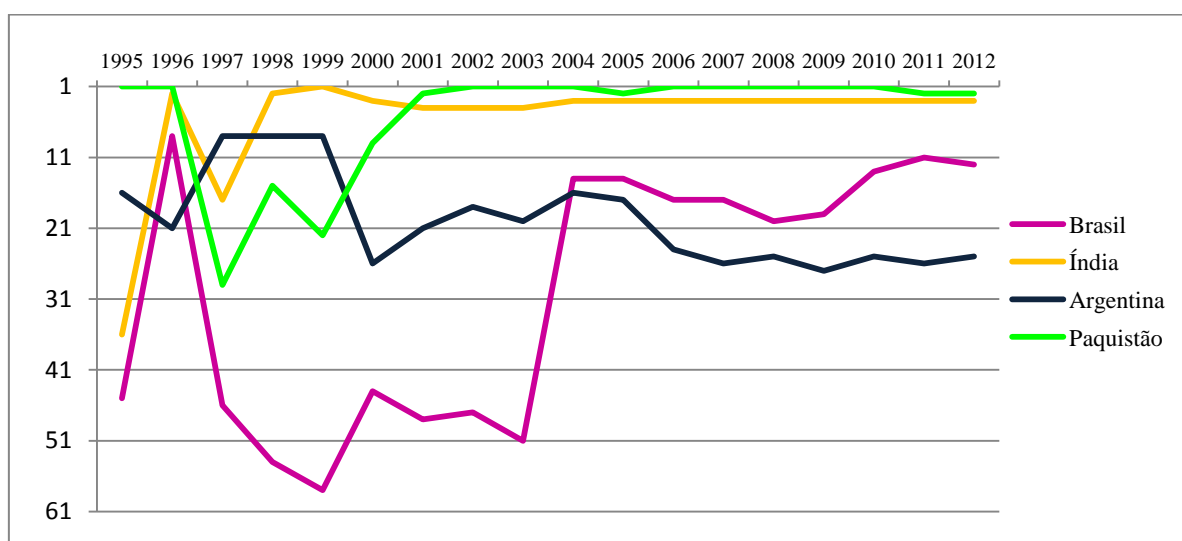
permanente, conforme o gráfico 7. A colocação do Paquistão, nos anos 2000, oscilou entre a 1ª e a 2ª posição, enquanto a Argentina, manteve-se, desde 1995, entre os 30 primeiros contribuintes, enquanto a colocação do Brasil oscilou, já figurando acima da quinquagésima posição. O Brasil só conseguiu apresentar-se à frente da Argentina a partir de sua participação na MINUSTAH. Já os outros opositores regionais do Brasil, Colômbia e México, apresentam uma participação marginal nas Operações de Paz. Nesse sentido, ressalta-se que os opositores

¹⁴¹ Soma das participações do P-5 e do BRICS.

do G-4 e rivais regionais de Brasil e Índia se mantêm próximos na competição que envolve a contribuição das Operações de Paz da ONU:

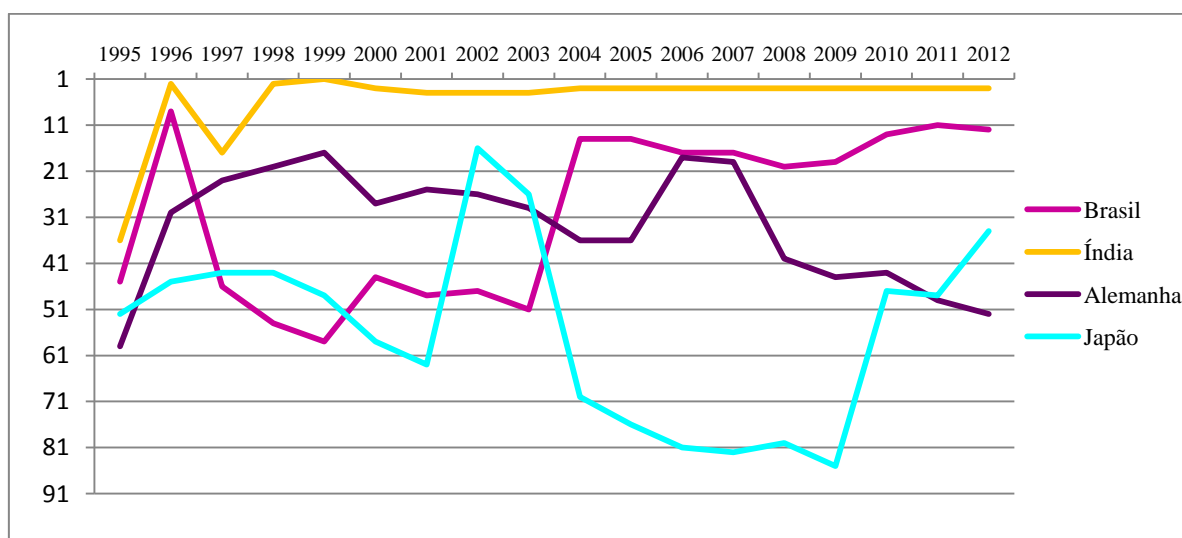
the size and nature of Pakistan's deployments closely mirror India's, which given Pakistan's India-centric calculus may be no coincidence. As one example, Pakistan troops with UNOSOM in Somalia are speculated to have persevered in part because withdrawal would have drawn unflattering comparisons with India, whose troops were performing well in the south (VIRA, 2012).¹⁴²

Gráfico 7 – Evolução da colocação de Brasil, Índia, Argentina e Paquistão no *ranking* de contribuição de tropas para as Operações de Paz da ONU (1995-2012)



Fonte: Elaborado pela autora com base em UN, 2012.

Gráfico 8 – Evolução da colocação dos países do G-4 no *ranking* de contribuição de tropas para as Operações de Paz da ONU (1995-2012)



Fonte: Elaborado pela autora com base em UN, 2012.

¹⁴² “o tamanho e a natureza dos desenvolvimentos do Paquistão reflete os da Índia, o que, dada os cálculo paquistaneses centrados na Índia demonstram não ser coincidência. Como exemplo, especula-se que as tropas do Paquistão enviadas para a UNOSOM na Somália tenham perseverado em parte por que a retirada teria atraído comparações pouco elogiosas em relação à Índia, cujas tropas apresentavam boa performances no sul”.

Em relação aos países do G-4, conforme o gráfico 8, Brasil e Índia também se destacam, pois, em poucos anos, Japão e Alemanha conseguiram se manter entre os vinte primeiros colocados entre os países contribuintes nas Operações de Paz. Já Brasil e Índia se mantêm entre os 20 primeiros desde 2004 e 1996, respectivamente, com a participação indiana figurando entre os 3 primeiros desde os anos 2000.

Conclui-se, portanto, que Brasil e Índia têm oferecido grande contribuição às Operações de Paz, requisito exigido pelos EUA, na década de 1990, para o credenciamento a uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU. Em termos relativos, houve uma evolução da participação destes dois países em comparação com os membros permanentes das Nações Unidas. Os dois países também buscaram expandir qualitativamente suas participações, buscando atuar no lado humanitário e da reconstrução, e não só com o uso da força. Ainda, também nota-se que a contribuição da Índia é bem maior do que a do Brasil, dadas suas maiores capacidades militares, tanto em número de tropas, como em treinamento e equipamentos. Por manter já há décadas a capacidade de atuar com grande número de tropas bem-preparadas em diferentes missões em localidades distantes do globo, a Índia se coloca como um ator fundamental para a manutenção da eficácia das Operações de Paz da ONU. Dada a competitividade que sofre a nível regional, tanto do Paquistão como da China, existe também o transbordamento para este setor, notando-se um forte engajamento destes dois países também nas missões de paz. Além disso, a proeminência indiana também gerou a aproximação dos EUA nesse setor, que buscou a formação de um *Joint Work Group*, para a efetuação de treinamentos conjuntos para a atuação nas missões. A partir disso, percebe-se que a Índia parece estar um passo a frente do Brasil no engajamento nas Operações de Paz da ONU, o que garante a este país maior visibilidade pela comunidade internacional e pode ser um elemento favorável para a obtenção da vaga permanente no Conselho de Segurança.

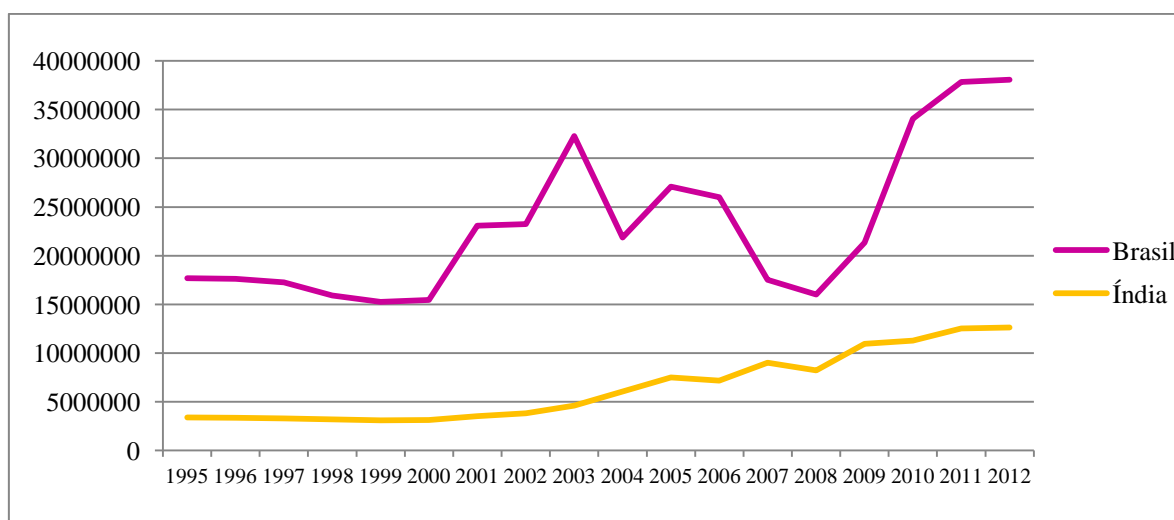
4.2 Contribuição financeira de Brasil e Índia para a ONU e participação como membros não-permanentes no Conselho de Segurança

As contribuições financeiras para o orçamento anual da ONU também são um indicador importante para os países que aspiram à vaga permanente no Conselho de Segurança. Como já mencionado, no primeiro capítulo, Alemanha e Japão despontaram como fortes candidatos, no início dos anos 1990, em decorrência de suas economias, que já eram maiores do que as de alguns membros permanentes. A contribuição financeira também foi mencionada como requisito para de obter um papel mais relevante, quando o Brasil clamava

por maior espaço na esfera multilateral, mas estava inadimplente no respectivo período, no início dos anos 1990.

Percebe-se que, ao contrário do que ocorre no indicador em relação às Operações de Paz, o Brasil repassa um montante financeiro bem mais elevado do que a Índia, ainda que esta tenha seguido uma trajetória ascendente de repasse de recursos nos últimos quinze anos. Já a evolução dos recursos brasileiros oscilaram desde 1995 até os dias atuais, porém, apresentando uma forte elevação a partir de 2008, ultrapassando a barreira dos US\$ 35 milhões em 2001. Em contrapartida, o máximo de recursos que a Índia despendeu não ultrapassou o montante de US\$ 15 milhões.

Gráfico 9 - Evolução da contribuição financeira de Brasil e Índia para o orçamento da ONU, em US\$ (1995-2012)

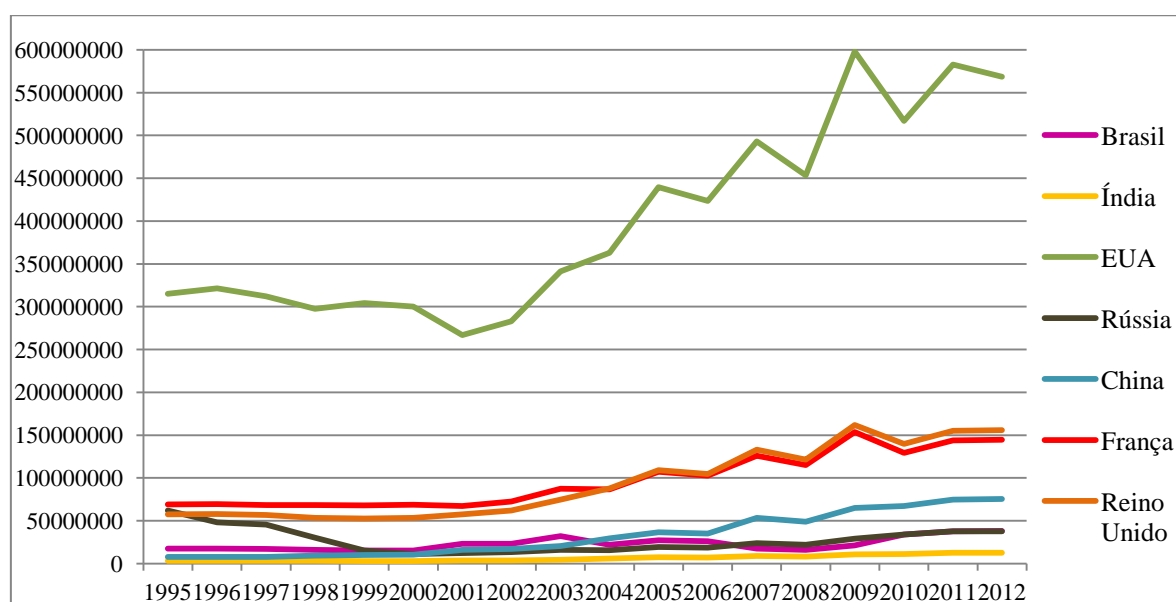


Fonte: Elaborado pela autora com base em UN, 2012.

No entanto, comparando com a doação dos países do P-5, conforme o gráfico 10, nota-se que as contribuições de Brasil e Índia são consideravelmente pequenas e que, na verdade, houve elevação das contribuições de todos esse conjunto de países ao longo dos anos – com exceção da Rússia –, ou seja, não houve uma melhora relativa de Brasil e Índia em relação aos membros permanentes. Observou-se apenas que, a evolução das contribuições brasileiras, fizeram com que o país chegasse a um patamar de contribuições equivalente ao da Rússia, membro permanente cujas contribuições são as mais modestas. Nota-se que a China aumentou em muito suas contribuições a partir dos anos 2000, e que os EUA possuem uma posição consideravelmente preponderante no financiamento das Nações Unidas, também promovendo um aumento grande no repasse de recursos a partir dos anos 2000, que quase atingiu a marca de 600 milhões em 2009, em plena crise financeira internacional. A contribuição dos EUA,

então, representa mais de dez vezes a contribuição de Brasil e Índia, atualmente, assim como a de Reino Unido e França são mais de três vezes maiores que a contribuição daqueles países – mantendo-se acima dos 100 milhões a partir de 2005. Os EUA continuam, portanto, firmemente atrelados à sua política de manutenção de sua ordem institucional, criada no pós-II Guerra Mundial e que, de certa forma, mantêm sua posição privilegiada no sistema internacional, como já foi discutido nas sessões anteriores.

Gráfico 10 – Evolução da contribuição financeira de Brasil, Índia e do P-5 para o orçamento da ONU, em US\$ (1995-2012)



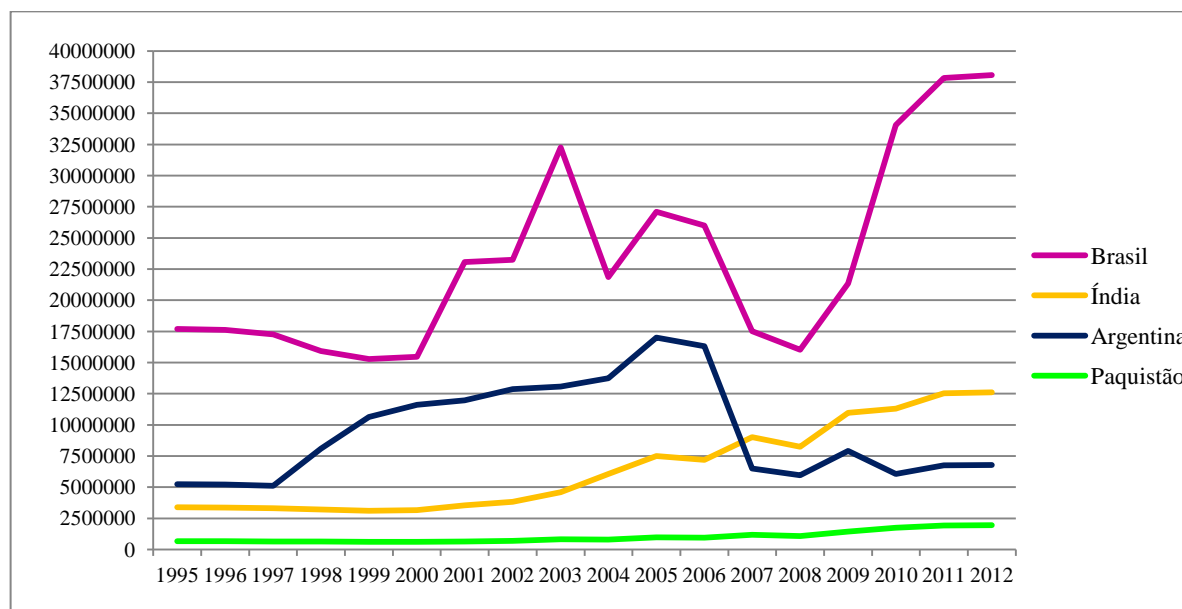
Fonte: Elaborado pela autora com base em UN, 2012.

Já em relação aos principais opositores regionais, conforme o gráfico 11, nota-se que Brasil e Índia mantiveram, nos últimos quinze anos, uma contribuição financeira mais elevada que Argentina e Paquistão, respectivamente. Nota-se que a Argentina deteriorou o repasse de recursos para a ONU a partir de 2006, assim como o Brasil; porém não conseguiu restabelecer o patamar anterior que chegou a ser de mais de US\$ 150 milhões, enquanto o Brasil mostrou uma trajetória ascendente. Em relação a Índia e Paquistão, observou-se que a trajetória ascendente das contribuições da Índia, a partir dos anos 2000, colocou-a numa posição preponderante em relação ao Paquistão, cujas contribuições não passam do modesto patamar de US\$ 25 milhões. Nota-se, inclusive, que a Índia ultrapassou as contribuições argentinas, a partir de 2007.

Em relação aos países do G-4, Brasil e Índia têm contribuições consideravelmente inferiores às de Japão e Alemanha, como mostra o gráfico 12. Estes dois países têm mantido,

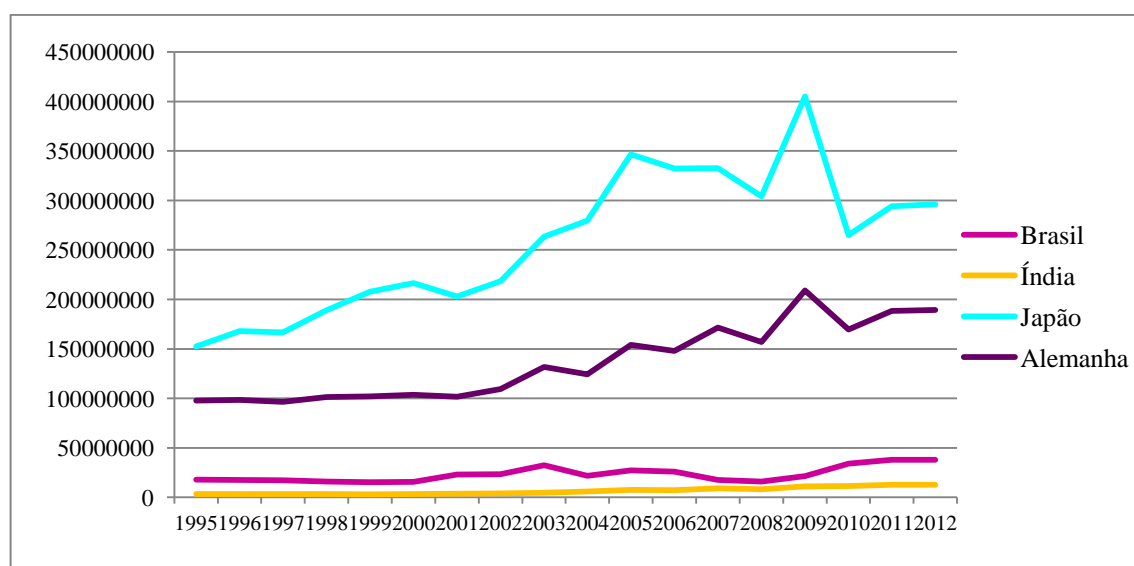
há décadas, um nível de repasse financeiro expressivo, tendo obtido, em decorrência deste fato, indicações para assumir um papel mais relevante nas Nações Unidas, principalmente dos

Gráfico 11 – Evolução da contribuição de Brasil, Índia, Argentina e Paquistão para o orçamento da ONU, em US\$ (1995-2012)



Fonte: Elaborado pela autora com base em UN, 2012.

Gráfico 12 - Evolução da contribuição de Brasil, Índia, Japão e Alemanha para o orçamento da ONU, em US\$ (1995-2012)



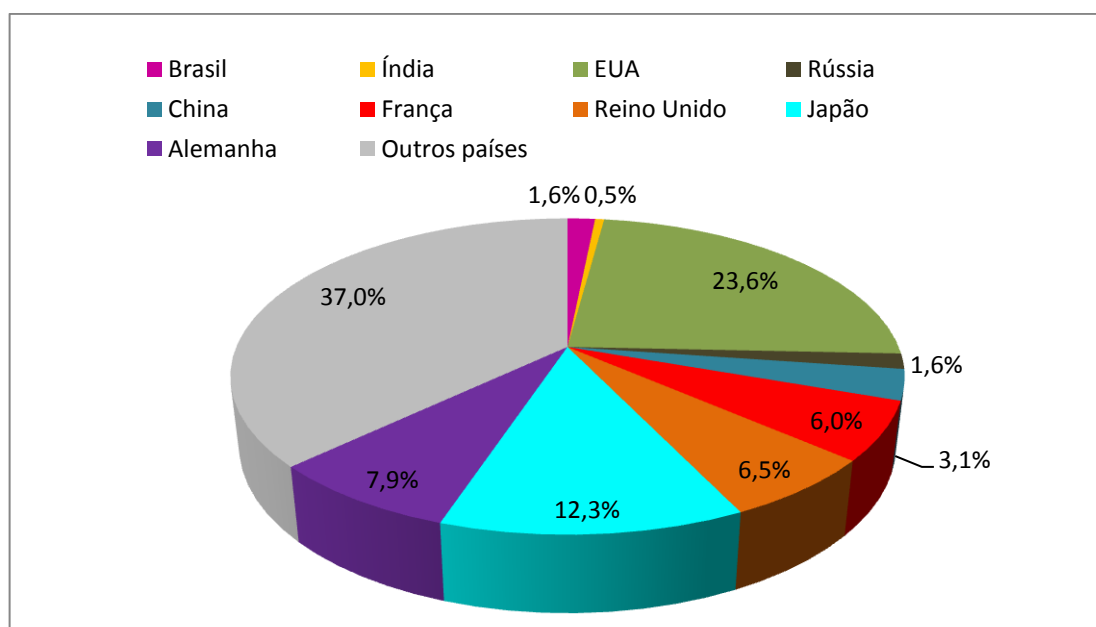
Fonte: Elaborado pela autora com base em UN, 2012.

EUA. Observa-se que a discrepância das contribuições alemãs e japonesas passaram a se alargar, a partir de 2001, em relação às contribuições brasileiras e indianas. Nota-se, inclusive, que Alemanha e Japão possuem uma contribuição financeira maior que a dos outros membros

permanentes, menos os EUA, tendo a contribuição japonesa chegado a um patamar acima de US\$ 400 milhões, em 2009, e a Alemanha acima dos US\$ 200 milhões, nível não atingido por Reino Unido, França, China e Rússia nos últimos quinze anos.

Conclui-se que, apesar de o Brasil e a Índia terem elevado seu repasse de recursos financeiros nos últimos quinze anos, suas participações no total das contribuições financeiras para o orçamento da ONU são ainda muito modestas, não representando mais que 2% (ver gráfico 13). Nesse indicador, portanto, Brasil e Índia mantêm níveis muito abaixo dos demais membros permanentes – com exceção da Rússia –, bem como dos seus parceiros do G-4, o que pode dificultar suas respectivas candidaturas à vaga permanente no CSNU, ainda que mantenham maiores contribuições em relação a seus opositores regionais.

Gráfico 13 - Participação dos países do P-5 e do BRICS no orçamento da ONU (2012)



Fonte: Elaborado pela autora com base em UN, 2012.

Já em relação ao número de participação como membros não-permanentes no Conselho de Segurança, vaga eletiva, nota-se, segundo a tabela 6, que o Brasil, juntamente com o Japão, é o país que mais participou do CSNU, contabilizando dezenove anos de participação. Em uma vaga não passível de re-eleição, ressalta-se que a participação brasileira é consideravelmente expressiva, tendo o país ficado um pouco afastado durante as décadas de 1970 e 1980, época em que a política externa brasileira foi denominada como busca da *autonomia pela distância* (Vigevani, 2003), voltando a participar com frequência a partir da retomada da democracia no país. Como cargo eletivo, nota-se também que o Brasil apresenta-se como um país historicamente aprovado pelos demais países na Assembleia Geral da ONU, assim como, tais participações frequentes demonstram o real comprometimento do Brasil com as Nações

Unidas. Ainda assim, percebe-se que a Argentina e a Colômbia também apresentam grande número de mandatos como membros não-permanentes.

Tabela 6 – Número e período de participações dos países como membros não-permanentes do Conselho de Segurança da ONU

País	Participações	Períodos
Brasil	10	1946 – 1947, 1951 – 1952, 1954 – 1955, 1963 – 1964, 1967 – 1968, 1988 – 1989, 1993 – 1994, 1998 – 1999, 2004 – 2005, 2010 – 2011
Japão	10	1958 – 1959, 1966 – 1967, 1971 – 1972, 1975 – 1976, 1981 – 1982, 1987 – 1988, 1992 – 1993, 1997 – 1998, 2005 – 2006, 2009 – 2010
Argentina	8	1948 – 1949, 1959 – 1960, 1966 – 1967, 1971 – 1972, 1987 – 1988, 1994 – 1995, 1999 – 2000, 2005 – 2006
Índia	7	1950 – 1951, 1967 – 1968, 1972 – 1973, 1977 – 1978, 1984 – 1985, 1991 – 1992, 2011 – 2012
Colômbia	7	1947 – 1948, 1953 – 1954, 1957 – 1958, 1969 – 1970, 1989 – 1990, 2001 – 2002, 2011 – 2012
Paquistão	6	1952 – 1953, 1968 – 1969, 1976 – 1977, 1983 – 1984, 1993 – 1994, 2003 – 2004
Alemanha ¹⁴³	5	1977 – 1978, 1980-1981 ¹⁴⁴ , 1987 – 1988, 1995 – 1996, 2003 – 2004, 2011 – 2012
Egito	4	1946, 1949 – 1950, 1984 – 1985, 1996 – 1997
México	4	1946, 1980 – 1981, 2002 – 2003, 2009 – 2010
Nigéria	4	1966 – 1967, 1978 – 1979, 1994 – 1995, 2010 – 2011
África do Sul	2	2007 – 2008, 2011 – 2012

Fonte: Elaborado pela autora com base em UN, 2012.

Já a Índia possui sete participações, tendo ficado afastada do Conselho de Segurança entre as décadas de 1990 e 2000, contabilizando quase vinte anos fora do principal órgão da ONU. Nesse período, lembra-se que a Índia passou por um período de forte pressão diplomática da

¹⁴³ A República Democrática da Alemanha e a República Federativa da Alemanha entraram na ONU em 1973; em 1990, a primeira se juntou à segunda.

¹⁴⁴ República Democrática da Alemanha.

comunidade internacional em decorrência dos testes nucleares realizados em 1998, quando teve que enfrentar até mesmo sanções econômicas, sancionadas pelo Conselho de Segurança. Seu principal opositor regional, o Paquistão, também tem uma participação expressiva apresentando seis mandatos, um por década desde os anos 1950. Nota-se que o G-4 tem-se mantido bastante presente e que os países da África não apresentam muitos mandatos; por outro lado, deve-se levar em consideração que o processo de descolonização do continente africano é recente, bem como o processo de construção estatal.

4.3 Postura dos vizinhos regionais em relação ao pleito de Brasil e Índia por uma vaga permanente no Conselho de Segurança

Nesta sessão, serão analisadas as adesões que Brasil e Índia obtiveram dos países de suas regiões em relação às suas campanhas, bem como os obstáculos que tem enfrentado em seu entorno regional em relação ao pleito. Ao mesmo tempo, busca-se observar de que forma Brasil e Índia buscam consolidar suas presenças no entorno regional como países preponderantes, ou líderes, já que o papel desempenhado como membro permanente do Conselho de Segurança seria o de representação dos interesses de suas respectivas regiões, o Brasil, no caso, da América do Sul e a Índia, da Ásia do Sul.

A partir de 2003, com o governo Lula, a diplomacia brasileira passou a se empenhar diplomaticamente para consolidar uma zona de apoio da América do Sul para seu pleito ao assento permanente no Conselho de Segurança. Na realidade, a partir do governo Lula (2003-2010), não só seria mantida a política de Estado de priorizar a integração regional e a relação diplomática com os países vizinhos, como seria aprofundada essa ênfase. A diplomacia brasileira procura, durante o período, levar adiante a idéia de uma América do Sul econômica e politicamente integrada, passando para a gestão governamental o projeto da IIRSA e despendendo recursos para a consolidação de uma área de livre comércio em todo o subcontinente. Os resultados observados foram uma convergência entre Mercosul e Comunidade Andina, que evolui para a construção da CASA, e finalmente para a criação da Unasul. Apesar desse esforço diplomático e de recursos financeiros para a consolidação de um bloco coeso na América do Sul, há certo receio dos países vizinhos em relação à proeminência que o Brasil vem consolidando. Os bons resultados da economia brasileira têm aumentado sua assimetria em relação aos outros países, que já é historicamente grande, dado seu peso em termos territoriais e populacionais. Nesse âmbito, a campanha brasileira no subcontinente, que transborda para América Central e Caribe, não tem sido uma tarefa fácil

para a diplomacia, sendo os principais obstáculos vindos dos países mais proeminentes depois do Brasil, quais sejam, Argentina, Colômbia e México.

Já no primeiro ano do governo Lula, o Brasil obteve apoio da maioria dos países sul-americanos. Em abril de 2003, o então presidente peruano, Alejandro Toledo, declarou apoio oficial ao Brasil pela disputa de uma vaga permanente no Conselho de Segurança, afirmando que seu país seria bem representado pelo Brasil no órgão mais importante da ONU. Na reunião entre os presidentes dos dois países, ainda foram firmadas parcerias como o apoio brasileiro ao investimento em infra-estrutura no Peru, assim como foi dada autorização ao Peru de utilizar o SIVAM, sistema brasileiro de controle das fronteiras, que visa primordialmente ao combate ao tráfico de drogas (FREIRE, 2003). No mesmo mês, a Bolívia, por meio de anúncio do então presidente Gonzalo de Lozada, também declarou apoio ao pleito brasileiro por uma vaga permanente no CSNU. Na ocasião, houve anúncio, por parte do governo brasileiro, de que seria realizado um perdão da dívida externa boliviana com o Brasil. Além disso, também seria concedido um empréstimo de até US\$ 600 milhões, via BNDES, para obras de infra-estrutura que promoveriam a integração física entre os dois países. Tal política faz parte da denominada “integração generosa”, com a geração de benefícios mútuos, promovida pelo Brasil, que procura fomentar a integração econômica entre os dois países de forma a obter uma melhoria sócio-econômica na Bolívia, que possuía, na época, um PIB na ordem de US\$ 8 bilhões (SOLIANI; ZANINI, 2003).

Em maio de 2003, o então presidente uruguaio, Jorge Battle, defendeu a inclusão do Brasil como novo membro permanente, caso houvesse a reforma do Conselho de Segurança: “o apoio ao Brasil consta da declaração conjunta formulada entre Battle e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após reunião realizada no Palácio do Itamaraty”. Na ocasião, o governo brasileiro se comprometeu a incentivar a criação de empreendimentos conjuntos entre as empresas brasileiras e uruguaias, disponibilizando linhas de financiamento do BNDES (URUGUAI, 2003). No mesmo mês, houve a declaração de apoio do Equador, a partir do então presidente Lucio Gutiérrez e da chancelaria equatoriana, que destacou a necessidade de fortalecimento do sistema multilateral, com a dotação de instrumentos para seu funcionamento adequado, por meio do aumento da transparência de suas deliberações, por exemplo, bem como com um equilíbrio de membros mais equitativo e democrático no Conselho de Segurança. Nesse sentido, o Equador unir-se-ia ao apoio oficial dado por outros países, fazendo votos para que esta aspiração pudesse se concretizar em um curto prazo, dentro de um processo amplo de reforma e modernização das Nações Unidas, com o ajuste aos princípios do Direito Internacional:

O governo do Equador, considerando a necessária reforma que as Nações Unidas exigem e, em particular, de seu sistema de manutenção da paz e segurança, que inclui uma urgente reorientação da atual composição do Conselho de Segurança, apoia a aspiração do Brasil para ocupar um posto permanente nesse órgão da ONU. A presença permanente do Brasil no fórum universal encarregado da paz e a segurança no mundo seria muito positiva para todos os países da região, que teriam uma maneira de expor e apoiar seus interesses (EQUADOR, 2003).

Em julho de 2003, seria angariado o apoio do Suriname. Em encontro de presidentes, o então presidente do Suriname, Rinaldo Venetiaan, manifestou apoio ao pleito brasileiro pela obtenção da vaga permanente¹⁴⁵. Na ocasião, ainda foram firmados acordos para o desenvolvimento de projetos para a exploração mineral do Suriname, com financiamento do BNDES, e firmou-se o compromisso de trabalho conjunto para o estabelecimento de uma linha regular de navegação entre os dois países (SURINAME, 2003). Ainda em julho, também a Guiana consolidaria seu apoio à candidatura brasileira no encontro entre os presidentes Lula e Bharrat Jagdeo que “ressaltaram, na declaração conjunta ‘a importância da interconexão viária entre Brasil, Guiana, Suriname e o Departamento Francês da Guiana para o aumento dos fluxos comerciais e turísticos no norte da América do Sul’ (GUIANA, 2003).¹⁴⁶

Observa-se que, ainda no primeiro ano do governo Lula, a diplomacia brasileira conseguiu o apoio a sua candidatura a membro permanente da maioria dos países sul-americanos, excetuando-se somente Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela. Em 2004, em encontro entre Lula da Silva e Ricardo Lagos, então presidente chileno, houve convergência na necessidade de reforma da ONU, no contexto da Operação de Paz do Haiti, da qual os dois países participam. Em relação ao Brasil, Lagos reconheceu a legitimidade da aspiração brasileira à vaga permanente do Conselho de Segurança, embora não tenha declarado um apoio explícito ao pleito (TORTORIELLO, 2004). No governo de Michelle Bachelet, o Chile manteria uma postura reticente, embora um pouco mais positiva em relação ao pleito brasileiro. A presidente afirmou, após encontro com o então presidente Lula, em 2006, que via favoravelmente a candidatura brasileira. Mesmo assim, o governo chileno buscaria não se

¹⁴⁵ “Durante a reunião com Lula, o presidente do Suriname tratou de temas da realidade internacional, e concordou com o presidente brasileiro quanto à necessidade de uma reforma do Sistema das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança. O presidente Lula agradeceu o apoio do Suriname à participação brasileira no conselho” (SURINAME, 2003).

¹⁴⁶ “Eles reafirmaram ainda a importância do Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros de Carga. Lula reiterou ao presidente guianense o compromisso com a conclusão, em breve prazo, da ponte sobre o Rio Tacutu, que ligará, por via terrestre, Bonfim, no estado de Roraima, a Letthem, na Guiana” (GUIANA, 2003).

indispor com a Venezuela, na época também candidata a uma vaga permanente¹⁴⁷ (CHILE, 2006). Em 2010, seria consolidado o apoio do Chile ao Brasil, no discurso do presidente chileno, Sebastián Piñera, na sessão ordinária da Assembléia Geral da ONU, na qual destacou a necessidade de reformar o Conselho de Segurança:

hoy queremos participar también en el impulso y promoción de la gran reforma y modernización que las Naciones Unidas y el orden internacional requieren, creando una institución mucho más exigente y eficiente en materia de objetivos y expectativas, más flexible y eficaz en su estructura, más firme y comprometida en la defensa de los ideales permanentes para los cuales fue creada. En suma, una Organización de Naciones Unidas que esté a la altura de los desafíos y necesidades del siglo XXI, que todos sabemos son la paz verdadera, el progreso sustentable y el respeto a la dignidad de todos quienes habitan nuestro planeta. Estas reformas, señores delegados, requieren modernizar el Consejo de Seguridad, de manera de hacerlo más plural, más representativo de la nueva realidad del mundo, para lo cual *reiteramos nuestro llamado de apoyo a incorporar a nuevos países que están emergiendo, como es el caso de Brasil, en nuestro Continente* (PIÑERA, 2010, grifo meu).¹⁴⁸

Apesar da reticência chilena, que ficou entre apoiar Brasil e Venezuela, esta sinalizou apoio ao pleito brasileiro, que foi consolidado, em 2011, com a declaração explícita do presidente Hugo Chávez na ocasião de sua visita a Brasília: “a Venezuela apoia de maneira incondicional o ingresso do Brasil como membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. É a melhor maneira de romper a hegemonia que é permitida aos Estados Unidos” (CHÁVEZ apud GIRALDI, 2011).¹⁴⁹ Além disso, a adesão ao pleito brasileiro ultrapassou a fronteira do subcontinente, transbordando para América Central. Entre 2003 e 2004, o Brasil obteria apoio de Cuba, El Salvador, Guatemala, Jamaica, e República Dominicana (CUBA, EL SALVADOR, FAGGIANI, JAMAICA, BRASIL TEM, 2003-2004).

Percebe-se que a diplomacia brasileira se engajou concomitantemente no aumento das relações econômicas com os países sul-americanos, oferecendo linhas de crédito, que promovessem sobretudo a integração física do subcontinente, ao mesmo tempo em que buscou tecer um rol de alianças diplomáticas que consubstanciasse o apoio regional para sua

¹⁴⁷ “Neste momento, há mais de um candidato na região e minha primeira impressão é que gostaria que não chegássemos com dois candidatos ao Conselho de Segurança, mas com apenas um, e que isso possa ser de acordo comum” (CHILE, 2006).

¹⁴⁸ “hoje queremos participar também no ímpeto e na promoção da grande reforma e da modernização que as Nações Unidas e a ordem internacional requerem, criando uma instituição muito mais exigente e eficiente em matéria de objetivos e expectativas, mais flexível e eficaz em suas estrutura, mais firme e comprometida na defesa dos ideais permanentes para os quais foi criada. Em suma, uma Organização das Nações Unidas que esteja à altura dos desafios e necessidade do século XXI, que todos sabemos são a paz verdadeira, o progresso sustentável e o respeito à dignidade de todos que habitam nosso planeta. Estas reformas, senhores delegados, requerem modernizar o Conselho de Segurança, de maneira a torná-lo mais plural, mais representativo da nova realidade do mundo, para o que reiteramos nosso apoio à incorporação de novos países que estão emergindo, como é o caso do Brasil, no nosso continente”.

¹⁴⁹ Em visita ao Brasil, jun. 2011. “Disse, ao se referir à iniciativa norte-americana de liderar uma campanha para a aprovação de uma área de exclusão de aérea na Líbia como forma de proteção para os civis em meio aos conflitos entre as forças aliadas do presidente líbio, Muammar Khdafi, e a oposição” (GIRALDI, 2011).

candidatura como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU. O apoio regional é de suma importância para o Brasil, dado que a campanha brasileira se baseia na argumentação de que o Conselho de Segurança deve ter representantes de todos os continentes. Nesse sentido, o Brasil seria o representante dos países sul-americanos. Também é importante como tentativa de reconhecimento do pleito brasileiro por parte dos EUA, cuja diplomacia afirmara, na década de 1990, que poderia caber uma vaga permanente ao Brasil, contanto que este obtivesse apoio regional.

Embora tenha conseguido apoio de 10 dos 12 países da América do Sul, o Brasil não obteve apoio de dois importantes países, dadas as suas dimensões demográficas, territoriais e econômicas, quais sejam, Argentina e Colômbia. Estes países, além de não apoiarem a candidatura brasileira, fazem certa oposição à reforma consular que amplie o número de vagas permanentes. A Argentina e a Colômbia, como explorado no capítulo 2, inclusive, participam do grupo Unidos pelo Consenso, que defende a idéia de ampliação do número de membros do Conselho de Segurança, mas com a criação de uma categoria de membros, ainda com mandatos restritos, porém com maior duração. Além disso, o grupo também defende que a votação para uma possível reforma só poderia ser aprovada se houvesse consenso entre todos os membros da ONU, enquanto a Carta das Nações Unidas prevê que, para tal mudança, bastaria a votação positiva de dois terços mais um dos Estados membros.

Assim como a diplomacia brasileira, a Índia realizou, principalmente ao longo dos anos 2000, um intenso esforço diplomático para obter o apoio dos países vizinhos a seu pleito a um assento permanente no Conselho de Segurança. A situação da Índia parece ser um pouco mais complicada do que a brasileira, neste aspecto, pois, apesar de ambos possuírem oposições dos países maiores em suas respectivas regiões, as relações entre Índia e Paquistão se mostram mais tensas, dado o histórico de guerras e de corrida armamentista observados, do que às relações Brasil e Argentina, os quais conseguiram contruir um projeto de integração regional, via Mercosul, que amenizou as tensões entre os dois países, afastando o perigo de conflito militar.

A Índia é o país predominante na região da Ásia do Sul, dominando tanto territorialmente, como em termos de população, economia e capacidade militares, como visto no início deste capítulo. Portanto há uma evidente assimetria, já observada nos anos 1990, quando a Índia já representava 74% da população de sua região, 76% do PNB e 64% dos fluxos de exportação. Nos governos de Indira Gandhi (1966-1977; 1980-1984), criou-se a percepção de que os países vizinhos faziam parte da segurança da Índia. Logo os problemas domésticos que, eventualmente, surgissem na região deveriam contar necessária e

exclusivamente com o apoio da Índia para suas soluções. Assim, a possibilidade de intervenções de Estados de fora da região ou de organizações internacionais era terminantemente afastada pela Índia. Foi a partir desta diretriz de política externa que a Índia realizou as intervenções militares no Sri Lanka, em 1971, 1987 a 1990, e nas Maldivas em 1988 (WAGNER, 2005, p.3).

A partir dos anos 1990, a política externa indiana para a região da Ásia do Sul sofreria uma mudança sensível, passando a adotar uma estratégia calcada mais no *soft power* do que no *hard power*. Durante o governo de Gujral (1997-1998), quando foram implementadas as medidas de liberalização econômica, houve a introdução do princípio de não-reciprocidade com os vizinhos regionais, ou seja, a Índia arcaria com um custo maior para a promoção da integração regional, dadas suas maiores capacidades. Nesse sentido, tal princípio é semelhante à estratégia brasileira de promoção de uma “integração generosa”, na qual faz-se concessões aos países com menores capacidades em nome da integração regional. O governo liderado pelo BJP, a partir de 1998, tendo à frente o primeiro-ministro Vajpayee, deu seguimento a uma política regional mais branda. Apesar da ênfase na segurança, tal governo não interfeuiu nos conflitos pelos quais o Nepal passou, aceitando, inclusive, a interferência dos EUA na região, fato inédito (WAGNER, 2005, p.3).

A partir do governo de Singh, com a vitória da Aliança Unida pelo Progresso sob a liderança do Partido Congressista, em 2004, levou-se ainda mais adiante a diretriz de política externa que coloca a região da Ásia do Sul como primordial em grau de importância da diplomacia indiana. Nesse sentido, lançou-se mão de iniciativas que promovessem o aumento das relações econômicas com os países vizinhos, bem como a construção de uma parceria cooperativa com tais países. Baseando-se nessa estratégia, a Índia ficou cada vez menos inclinada a interferir nos assuntos domésticos dos países vizinhos, ainda que os conflitos destes, por vezes, transbordem para seu território (WAGNER, 2005, p.3).

Com esta estratégia de firmar parcerias em seu entorno regional, a Índia buscou consolidar apoio para sua candidatura a uma vaga permanente no Conselho de Segurança. O Bangladesh e o Sri Lanka são dois países que sofreram intervenções militares da Índia no passado e, em decorrência disto, tiveram suas instituições políticas fortemente influenciadas pelo modelo indiano. Em relação ao Bangladesh, cabe ressaltar, que, apesar de ter mantido forte influência na consolidação política de Estado, a Índia não buscou uma política expansionista de poder. Após a guerra contra o Paquistão, em 1971, em vez de ocupar o Paquistão do Leste, favoreceu a criação do novo Estado do Bangladesh. Logo em 1971, foi firmado um acordo de amizade, no qual foi selado o direito de a Índia interfeuir nas políticas

externa e de segurança do novo país. O governo de Bangladesh, na época, aceitou essa influência, tendo em vista a ajuda que a Índia forneceu para a reconstrução social de uma área devastada pelo conflito armado, pela guerra civil e pelos desastres naturais ocorridos. O governo posterior do General Zia ur Rahman, a partir de 1975, o qual tomou o poder por um golpe militar, buscou diminuir a influência indiana, por meio da aproximação com China e países ocidentais. O restabelecimento do regime democrático, na década de 1990, reaproximou os dois países. Ainda assim, algumas disputas seguem fazendo parte da relação bilateral entre Índia e Bangladesh com problemas como: disputas fronteiriças, migração ilegal e fortes debates em relação a guerrilheiros que buscam abrigo em território vizinho (WAGNER, 2005, p.5).

Apesar destas disputas, no início de 2010, o governo indiano conseguiu uma importante aproximação diplomática com o Bangladesh, ao se chegar a um acordo em relação a uma disputa na região fronteiriça ainda não demarcada. Os dois governos também buscaram um entendimento conjunto para a luta contra o terrorismo em um novo esquema de cooperação em segurança. O encontro entre os Primeiros-ministros Singh e Hasina ainda rendeu o compromisso de estreitamento nas relações comerciais e financeiras. Além disso, Sheikh Hasina expressou o apoio de seu país ao pleito indiano a uma vaga permanente no Conselho de Segurança. O encontro também serviu para o lançamento de projetos, tendo o governo de Bangladesh convidado o governo indiano para investir na construção de um viaduto no corredor In Bigha para uso exclusivo da Índia. Por sua vez, a Índia ofereceu uma linha de crédito de US\$ 1 bilhão para o Bangladesh utilizar em projetos de desenvolvimento e também firmou cinco acordos, incluindo pactos-chave na área securitária para expandir a cooperação em contraterrorismo¹⁵⁰: “the one-billion dollar line of credit is the largest ever one-time bilateral financial assistance India has provided to any country. It underlined India’s resolve to go the extra mile to spur the economic development of the neighbouring country” (INDIA STRONG, 2010).¹⁵¹

As relações da Índia com o Sri Lanka têm-se dado de forma semelhante às relações com o Bangladesh. Durante o governo de Indira Gandhi, a Índia lançou mão do

¹⁵⁰ “Both leaders reiterated the assurance that the territory of either would not be allowed for activities inimical to the other and resolved not to allow their respective territory to be used for training, sanctuary and other operations by domestic or foreign terrorist/militant and insurgent organizations and their operatives,” the joint statement said. [“Ambos os líderes reiteraram a garantia de que o território de cada um não teria permissão para atividades hostis em relação ao outro e resolveram não permitir seus respectivos territórios de ser usado para treinamento, santuário e outras operações por terroristas/militantes domésticos ou estrangeiros e organizações insurgentes e seus operadores”].

¹⁵¹ “a linha de crédito de um bilhão é a maior assistência bilateral já realizada pela Índia para qualquer país. Isto sublinhou a determinação da Índia para induzir de forma veloz o desenvolvimento do país vizinho”.

intervencionismo militar no conflito que girava em torno da minoria de Tamil, a qual lutava pela autonomia em relação ao Sri Lanka, estando concentrada no Norte e no Leste da ilha. Na década de 1970, a Índia ainda interviu militarmente no Sri Lanka para liquidar uma rebelião que causou instabilidade. Na década de 1980, a interferência da Índia foi ainda maior, passando a apoiar o grupo separatista representante da minoria de Tamil. Em 1987, o governo indiano, inclusive, enviou ajuda em forma de suprimentos para a população de Tamil, claramente violando a soberania do Estado do Sri Lanka. Antevendo uma intervenção maior por parte da Índia, o Sri Lanka assinou um acordo que deu fim às insurgências (WAGNER, 2005, p.4).

Semelhante com o que ocorreu na criação do Estado do Bangladesh, por meio deste acordo, houve uma emenda à Constituição do Sri Lanka, tornando seu sistema político semelhante ao indiano e dando uma certa autonomia política e cultural à minoria Tamil. No entanto, o acordo não trouxe estabilidade. A insurgência da minoria Tamil voltou, e os enfrentamentos resultaram no assassinato no primeiro-ministro indiano Rajiv Gandhi (WAGNER, 2005, p.4).

Nos anos 1990, a Índia mudou sua estratégia e parou de intervir no conflito doméstico do Sri Lanka, recusando-se a apoiar o separatismo do grupo armado de Tamil. Além disso, durante o governo liderado pelo BJP, passou-se a permitir a mediação de países de fora da região, como a Noruega; já nos anos 2000, recusou-se o pedido do Sri Lanka para evacuar tropas. Também foi negado o pedido de abrigo para o chefe negociador do grupo armado de Tamil em Chennai. Por outro lado, notou-se que o foco para a relação bilateral se deu no aumento das relações econômicas, havendo atividades comuns entre Sri Lanka e Índia no âmbito da SAARC, assim como um Acordo de Livre Comércio foi firmado em 1998 (WAGNER, 2005, p.4).

Já no governo seguinte, de Vajpayee (1998-2004), as relações entre os dois países tiveram maior estreitamento, com a Índia buscando apoiar a integridade territorial da ilha vizinha. Em 2003, iniciou-se uma cooperação bilateral em defesa, o que levou à realização de exercícios marítimos conjuntos em dezembro de 2004, dirigido contra os *Sea Tigers*, força naval do grupo armado separatista de Tamil, fundada em 1984. A partir da mudança de governo em 2004, no Sri Lanka, houve ainda maior aproximação com a Índia, com a demanda de que o grande vizinho se engajasse no conflito, com o apoio de correntes políticas que, no passado, faziam oposição à Índia. Nota-se, portanto, que a Índia mudou, a partir dos anos 1990, sua estratégia diplomática junto ao Sri Lanka, passando de uma postura mais

intervencionista para mais cooperativa, promovendo a interdependência econômica, criada por meio de concessões ao vizinho menor (WAGNER, 2005, p.4).

A aproximação entre Sri Lanka e Índia, nos anos 2000, resultou também na flexibilização diplomática daquele país em relação à reforma do Conselho de Segurança da ONU. No discurso da Assembleia Geral, em 2009, o Primeiro-ministro Wickramanayaka afirmou que a reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança deveria ter alta prioridade. Nesse sentido, o Sri Lanka acredita que a reforma fortaleceria o multilateralismo e promoveria maior democracia, transparência, efetividade e responsabilidade com um sistema de funcionamento das Nações Unidas mais democrático. Já em 2011, em visita do Ministro das Relações Exteriores do Sri Lanka à Índia, clamou-se em Comunicado Conjunto, pela necessidade de reforma do CSNU. Além disso, o Sri Lanka reiterou seu forte apoio à aspiração da Índia por uma vaga permanente em um Conselho de Segurança expandido (SRI LANKA, 2011).

Em relação aos reinados do Himalaia, a Índia apresentou um tipo de estratégia mais dominadora ao longo da história. Logo após o processo de descolonização, houve a assinatura de tratados com Butão (1949), Nepal (1950) e a província de Sikkim (1950), os quais cerceavam as relações exteriores destes reinos isolados. A manutenção da soberania destes Estados é importante para a Índia, na medida em que servem como Estados-tampão, separando-a do grande vizinho chinês. Em troca da não-interferência nos assuntos internos do Butão, por exemplo, a Índia adquiriu o direito de guiar a política externa deste novo Estado, além de deter o monopólio no fornecimento de armas. Apesar de aparentar ser a política indiana de dominação, cabe ressaltar que, da parte do Butão, houve uma busca pelo estreitamento de relações com a Índia como forma de manter sua soberania territorial, dada a ameaça da China ao norte. Além disso, o Butão usaria as relações com o grande vizinho para promover seu desenvolvimento sócio-econômico. Portanto as relações de cooperação entre Índia e Butão datam da década de 1949, ano em que foi firmado um tratado que ressaltava a paz perpétua e a amizade, o livre comércio e a justiça equitativa para os cidadãos de cada país (CHODEN, 2011, ps.297-302; WAGNER, 2005, p.5).

Relações diplomáticas formais entre Índia e Butão foram estabelecidas em 1968, com a abertura de uma embaixada indiana em território butanês. A Índia também favoreceu a entrada do Butão para as Nações Unidas, fato concretizado em 1971. No entanto, já em 1961, foram iniciados os Planos Quinquenais de Investimento, totalmente financiado pelo governo indiano. O montante de recursos foi aumentando de um plano para outro, tendo o primeiro contado com 107 milhões de rúpias, e o segundo com 9 bilhões de rúpias. No primeiro plano,

foi realizada a construção de uma estrada; no segundo, foram realizados investimentos em educação, obras públicas, agricultura e saúde. Os planos se mantiveram ao longo das décadas, com a Índia se perpetuando como maior investidor do Butão, com sua assistência chegando a 41% de todos os investimentos estrangeiros durante o oitavo plano (1997-2002). Nos planos mais recentes, o investimento indiano tem-se diversificado para os setores energético e industrial. Hoje, aproximadamente 90% da energia elétrica produzida no Butão é exportada pra Índia, o que representa somente 0,5% de suas necessidades energéticas. Outro indicador da importância da Índia para a economia do Butão está no fato de que, de 1981 a 2001, as exportações deste para a Índia foram 86,5% do total, e as importações de produtos indianos contabilizaram 79% do total. Enquanto o Butão concentra suas vendas em produtos primários e recursos energéticos, a Índia exporta para o mercado do pequeno país vizinho produtos manufaturados, entre outros (CHODEN, 2011, ps.297-302).

Em relação à reforma do Conselho de Segurança, no final de 2011, o Butão formalizou seu apoio ao pleito indiano. Em evento oficial, o Primeiro-ministro, Jigmi Y Thinley, afirmou ser obrigação da Índia estar entre os Estados que definem a agenda global, tendo um importante papel na configuração do destino da humanidade. Nesse sentido, seria atributo da Índia não só a liderança em sua região, a Ásia do Sul, mas também estar no centro das discussões mundiais. Para tanto, o Butão apoiaria o direito incontestável de a Índia obter um assento permanente em um Conselho de Segurança ampliado. Assim como o governo indiano, o Primeiro-ministro do Butão ressaltou o tamanho da população indiana como elemento que a credenciaria para obter um assento permanente, representando cerca de 17% da população mundial, além de apresentar uma poderosa e crescente economia: “[it is the] obligation of India to be among those who, in a real sense, set the global agenda and have a profound role in shaping the destiny of mankind”¹⁵². Ainda, houve menção à importância do projeto de integração regional da SAARC, ressaltando seus possíveis benefícios econômicos a todos os países-membros: “all of our nations stand to benefit not only economically from growing trade in goods and services and investment flows but from the peace and stability”¹⁵³. Para tanto, a Índia deveria conduzir o grupo, dada sua dimensão em relação aos outros países do bloco (INDIA MUST, 2011).

Da mesma forma, a Índia controlou as relações exteriores do Nepal, nos anos 1950, restringindo-as a seu favor. Era afastada qualquer tipo de relação com países de fora da

¹⁵² “[é] obrigação da Índia estar entre aqueles, em um sentido real, estabelecem a agenda global e tem um papel profundo em moldar o destino da humanidade”.

¹⁵³ “todas as nossas nações se beneficiam não só economicamente a partir do crescimento do comércio em bens e serviços e nos fluxos de investimento, mas também a partir da paz e da estabilidade”.

região, sendo sempre a Índia a mediadora de conflitos que, por ventura, surgissem. A dependência econômica em relação à Índia, assim como a preocupação com a segurança fizeram com que o Nepal aceitasse essa política hegemônica do grande vizinho. Em 1991, o Nepal passou para o regime democrático; a nova Constituição buscou afastar a influência indiana sofrida nas décadas anteriores, incluindo um artigo que exigia a participação do parlamento em assuntos que girassem em torno da exploração de recursos naturais do país. No entanto, seguindo o novo modelo econômico, mais calcado no liberalismo econômico, a Índia buscou estreitar as relações econômicas com o Nepal, de forma a favorecer mais o pequeno país e ganhar confiança diplomática deste. Em 1997, os dois países chegaram a um acordo em relação ao rio Mahakali, assim como um novo acordo sobre o trânsito concedeu melhores condições ao Nepal. Ainda assim, houve certa resistência em relação ao estreitamento das relações econômicas, dado o receio de que a indústria nepalesa apresentava em relação a um possível domínio dos produtos indianos. A Índia também modificou sua forma de se relacionar com o Nepal, a partir dos anos 1990, não intervindo diretamente em situações de conflito interno e permitindo o apoio externo. Limitou-se, portanto, a fornecer armamento, inteligência tecnológica e treinamento para forças de segurança do governo nepalês, o qual também recebeu esse tipo de apoio de EUA e Reino Unido (WAGNER, 2005, p.6).

Em 2007, a Índia conseguiu o importante apoio do Nepal, após este ter passado por um golpe de Estado, em 2006, o qual foi condenado pelo governo indiano, mesmo sob o risco de perder o aliado regional. O golpe foi dado pelo rei Gyanendra, enquanto a Índia apoiou os partidos políticos nepaleses, que lançaram um movimento pró-democracia para acabar com o regime real. O governo do rei Gyanendra durou quinze meses, durante os quais a Índia enviou apenas um emissário para negociações diplomáticas enquanto todas as outras reuniões e projetos ficaram estagnados. Na ocasião, percebeu-se o afastamento diplomático entre os dois países, tendo o governo nepalês afirmado ao Ministro da Relações Exteriores indiano, Rao Singh, que apoiaria os pleitos brasileiro e japonês ao assento permanente no Conselho de Segurança, e o pleito indiano seria posto em análise. Com um pouco mais de um ano de governo, uma revolta popular conseguiu retirar o regime real do poder, assumindo o governo os partidos de oposição apoiados pelo governo indiano. A primeira viagem do novo governo do primeiro-ministro Girija Koirala foi feita para a Índia, onde foi recebido no aeroporto por Manmohan Singh (World on India, 2007). O novo governo multipartidário consolidou o apoio ao pleito indiano ao assento permanente no Conselho de Segurança, mantendo também o apoio aos demais membros do G-4, como mostra o discurso proferido pelo Ministro das Relações Exteriores na 62ª sessão da Assembléia Geral da ONU:

The reform of the United Nations should include the reform of its Security Council. We support extension of membership in both permanent and non-permanent categories to reflect the current realities of the day. We feel that India, Brazil, Germany and Japan deserve a permanent place in the expanded Security Council, while Africa should also be fairly represented (PRADHAN, 2007).¹⁵⁴

A Índia também conseguiu construir o apoio diplomático da República das Maldivas, país insular localizado no Oceano Índico, a sudoeste do território indiano. Estado institucionalmente fraco, as Maldivas têm contado com o apoio da Índia para promover seu desenvolvimento sócio-econômico e construir a estabilidade política, em um sistema baseado na democracia. As Maldivas são dependentes do comércio bilateral com a Índia, na medida em que importam produtos essenciais, principalmente alimentícios, além de farmacêuticos e manufaturados. Em 2008, o país ratificou sua nova Constituição, entrando em uma nova era de democracia liberal. Ainda neste ano, na 15ª Reunião da SAARC, o presidente das Maldivas, Gayyoom, em encontro com o primeiro-ministro indiano, Singh, apoiou o pleito indiano por uma vaga permanente no Conselho de Segurança, enquanto Singh mostrou-se favorável à eleição das Maldivas por um mandato rotativo no Conselho de Segurança (REPUBLIC OF MALDIVES, 2008).

Percebe-se, portanto, que Brasil e Índia buscaram construir uma rede de alianças em seu entorno regional, angariando o apoio diplomático para seus pleitos a um assento permanente no CSNU sobretudo dos Estados menores do seu entorno regional. Nota-se que tal apoio foi obtido por meio de concessões em outras frentes, principalmente econômicas, a estes países, os quais, muitas vezes, dependem em maior ou menor grau do grande mercado de Brasil e Índia em suas respectivas regiões, bem como de seus investimentos. Por meio da liderança de um projeto de integração calcado nas concessões e no consenso, o qual é percebido tanto por parte de Brasil e Índia, ao longo dos anos 2000, estes dois países conseguiram fortalecer suas posições no sistema internacional. Por outro lado, cabe ressaltar que segue existindo forte oposição regional dos países maiores, os quais não aceitam a idéia de Brasil e Índia obterem assentos permanentes no Conselho de Segurança.

Como visto na primeira parte deste capítulo, nota-se que Brasil e Índia apresentaram indicadores tanto de capacidades como de contribuição para a ONU que se colocam muitos próximos e, às vezes, até mesmo à frente dos membros permanentes do Conselho de Segurança. Em relação a PIB, população, território e forças armadas, Brasil e Índia já se encontram entre os países mais poderosos. Se ainda estão muito aquém das principais

¹⁵⁴ “A reforma das Nações Unidas deveria incluir a reforma de seu Conselho de Segurança. Nós apoiamos a extensão do número de assentos tanto na categoria permanente como não-permanente para refletir as realidades atuais. Nós sentimos que Índia, Brasil, Alemanha e Japão merecem um assento permanente em um Conselho de Segurança expandido, enquanto a África também deveria ser justamente representada”.

potências, como EUA e China, em relação ao tamanho de suas economias, por exemplo, nota-se que se colocam bem à frente dos principais opositores regionais. Em relação às Operações de Paz, às contribuições financeiras para a ONU e às participações como membros não-permanentes, Brasil e Índia também se destacam e se colocam, na maioria das vezes, à frente dos opositores regionais e até mesmo dos países do P-5, como no caso da contribuição nas Operação de Paz. Neste caso, ainda que o Paquistão tenha contribuído um pouco mais que a Índia com contingente militar, ao longo dos últimos anos, nota-se que, em relação à contribuição financeira a Índia, é muito mais preponderante que seu opositor regional. Também, ressalta-se que o Brasil passou a se engajar com maior força nas Operação de Paz nos últimos anos, ultrapassando a Argentina e se tornando o principal contribuinte da América do Sul, assim como aumentou suas contribuições financeiras, além de ser o país que, ao lado do Japão, teve mais participações como membros não-permanente, totalizando dez participações. Portanto nota-se que os opositores regionais, ao apresentarem indicadores aquém dos apresentados por Brasil e Índia, não se colocam também como candidatos à vaga permanente, por outro lado, defendem a criação somente de cargos rotativos, demonstrando reconhecer realmente sua inferioridade em relação às inserções internacionais de Brasil e Índia.

5 CONCLUSÃO

Observou-se ao longo da dissertação que Brasil e Índia demonstram realmente ter seguido trajetórias um pouco semelhantes em seus padrões de inserção internacional, estando de certa forma de acordo com os padrões comportamentais e as mudanças analisadas por Ricardo Sennes como tendo ocorrido com as Potências Médias. Na passagem para os anos 1990, não só chega-se ao fim da ordem bipolar vigente durante a Guerra Fria como já se delineia uma diferenciação de níveis de poder no sistema internacional, emergindo aquelas potências recém-industrializadas, as quais passam a ter um padrão de inserção diferenciado em relação aos demais países da periferia do sistema. A evolução de Brasil e Índia fez com que estes países se enquadrassem no conceito de Potências Médias de Sennes, tendo capacidade de influenciar o sistema internacional, mesmo que de forma limitada, e geralmente dependendo de apoio no âmbito sul-sul ou respaldo das grandes potências.

Embora se observem essas semelhanças de padrão de inserção, deve-se ressaltar que Brasil e Índia possuem certas diferenças importantes. Sobretudo na década de 1990, apesar de os dois buscarem estreitar relações com os países desenvolvidos, o Brasil seguiu uma linha baseada na crença de que o *soft power* iria prevalecer sobre o *hard power*. Assim, aderiu aos regimes internacionais e deixou de investir no setor militar. Já a Índia emplacou uma política externa contrária à onda de desarmamento, demonstrando capacidade nuclear em 1998. O que se seguiu, nos anos 2000, foi que a Índia, antes penalizada por não cumprir as regras internacionais, conseguiu se re-aproximar fortemente dos EUA, firmando uma parceria estratégica inédita. Já o Brasil teve de rever seus posicionamentos ao não conseguir atingir o *status* esperado com a participação em regimes internacionais, tendo de novamente implementar uma mudança na política externa conceituada como busca da *autonomia pela diversificação* de parcerias.

Por outro lado, nota-se que o rol argumentativo da diplomacia dos dois países nos discursos oficiais é muito semelhante, ligando a necessidade de expansão do número de membros permanentes do Conselho de Segurança com o ajustamento de sua estruturação ao atual equilíbrio de poder no sistema internacional. Seguindo esta linha de raciocínio, há a percepção própria da diplomacia destes dois países de que Brasil e Índia configurariam novos pólos de poder em um sistema multipolar ascendente. Algumas credenciais muito semelhantes são apresentadas como: tamanho populacional, territorial e econômico; sistema político democrático estável; liderança regional; amplo engajamento com as Nações Unidas desde sua criação. A diplomacia brasileira ainda utiliza o argumento de sua tradição pacifista e da

manutenção da paz na América do Sul, possivelmente região com menos focos de conflitos do sistema internacional atualmente. O Brasil legitimar-se-ia, portanto, por sua tradição pacifista e crença na negociação diplomática para a resolução de instabilidades ao redor do globo. Já a Índia justifica seus grandes investimentos na área de defesa, principalmente na área nuclear, com a denúncia da injustiça que representa o regime de não-proliferação vigente, que permite que somente alguns Estados detenham armamento nuclear. Nesse âmbito, a Índia declara-se como potência nuclear responsável, que utiliza sua capacidade securitária somente em termos defensivos e que mereceria a obtenção de uma vaga permanente no Conselho de Segurança.

Ante a aspiração destes dois grandes países em desenvolvimento, retoma-se a criação das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança. Observou-se, ao longo do presente trabalho, que os vencedores da II Guerra Mundial buscaram consolidar uma ordem institucional que abarcasse todo o sistema internacional, de forma a constranger os Estados em um sistema com leis, mas que também proporcionava direitos de participação a todos os Estados-membros. O modelo institucional seria uma forma de os Estados vencedores manterem suas posições proeminentes, no longo prazo, inclusive se houvesse uma queda em suas capacidades com o passar das décadas. Na estrutura das Nações Unidas, o privilégio destes Estados se consubstanciaria na criação do Conselho de Segurança, o qual conta com a presença de cinco membros permanentes com o direito de veto, com amplo grau de discricionariedade para atuar ao redor do globo em nome da manutenção da paz e da segurança internacionais. Com esta configuração, teria-se consolidado uma espécie de oligarquia, com os membros permanentes do CSNU tendo maior poder de atuação que os demais membros, com a prerrogativa de vetar qualquer resolução que vá de encontro a seus próprios interesses.

A justificativa dos Estados que criaram o Conselho de Segurança, escolhendo a si mesmo como membros permanentes, foi o de que, as potências unidas não entrariam em conflito entre si, já que as decisões teriam que se basear no consenso, além do que teriam a capacidade conjunta suficiente para coibir qualquer ameaça à estabilidade mundial no globo. Nesses termos, as capacidades militares dos países foram um atributo levado em consideração para a composição do Conselho de Segurança. Com o passar das décadas, o número de membros das Nações Unidas foi crescendo rapidamente, em decorrência do processo de descolonização na África e na Ásia. Ao lado disso, alguns países foram ascendendo no sistema internacional, como as potências derrotadas na II Grande Guerra, Alemanha e Japão, e os grandes países em desenvolvimento que conseguiram completar o processo de

industrialização, como Brasil e Índia. Não há coincidência, portanto, na convergência deste grupo de países, já a partir do século XXI, em torno da reforma das Nações e suas candidaturas a um assento permanente no CSNU.

No entanto a ideia de reformar as Nações Unidas, com foco no Conselho de Segurança acabou contagiando o sistema internacional como um todo a partir do fim da Guerra Fria. Em um momento de crença no sistema multilateral e de observância do direito internacional, alguns países, capitaneados sobretudo por Índia e o Movimento dos Não-Alinhados, passaram a pressionar por maior transparência nas deliberações do Conselho de Segurança, bem como a denunciar o anacronismo de sua estrutura, que contaria com países que já não eram mais tão poderosas como outrora, e não representava de forma equitativa todas as regiões do globo. A África e a América Latina, por exemplo, não possuem representação nos cargos permanentes, enquanto a Europa dispõe de três assentos. Embora tenham surgido grupos de pressão com propostas díspares, há o denominador comum entre os países que demandam a reforma, que coloca o aumento da eficiência e da legitimidade das ações do Conselho de Segurança como variável dependente do aumento de sua representatividade.

Entre as propostas que ganharam maior relevo, em relação à expansão do número de membros do Conselho de Segurança, ganharam destaque a Proposta Razali (1997) e a Proposta de Koffi Annan (2005). Estas, porém, encontram dificuldades tanto de alguns membros permanentes como de alguns grupos de pressão consolidados acerca deste tema. Principalmente os EUA defendem a ideia oposta à dos grupos de pressão, argumentando que uma expansão muito grande no número de membros do Conselho tornaria mais difícil a tomada de decisões, já que estas se baseiam no consenso. Por este motivo, os EUA rejeitaram a Proposta Razali e a de Koffi Annan; um Conselho de Segurança com 26 membros seria inimaginável para a diplomacia estadunidense. Da mesma forma, a China se opõe a uma expansão muito larga do número de membros do Conselho de Segurança. Durante as deliberações em torno da proposta Razali também foi se consolidando o grupo que tornar-se-ia o Unidos pelo Consenso, que rejeitaram aquela proposta por se mostrarem contrários à expansão do número de assentos permanentes.

Diante das divergências em torno das propostas colocadas na mesa de negociações e das restrições impostas por alguns membros permanentes, já há mais de duas décadas a reforma do Conselho de Segurança tem sido discutida sem ter-se chegado perto de sua realização. No sexagenário das Nações Unidas, em 2005, havia certo clima de euforia em relação ao tema. No entanto houve forte polarização dos principais grupos de pressão, G-4, UfC e União Africana. O UfC tem como característica se opor ao pleito conjunto do G-4,

cujos países participantes defendem suas próprias entradas no Conselho de Segurança como membros permanentes mais dois países africanos. Denunciando uma política de poder camuflada pela argumentação de democratização do CSNU, o UfC faz a crítica de que as novas vagas permanentes só dariam novos poderes a alguns países em detrimento de outros, aumentando as assimetrias já existentes nas regiões do globo. Por outro lado, Brasil e Índia defendem que, caso obtivessem a vaga permanente, se tornariam os representantes dos interesses dos países de suas respectivas regiões no Conselho de Segurança. Além de não haver possibilidade de acordo entre o G-4 e o UfC, também o G-4 não conseguiu construir o apoio da União Africana, a qual não abriria mão de que os novos membros permanentes tivessem o poder de veto.

O argumento do UfC de que a decisão da reforma deve ser tomada por consenso no âmbito das Nações Unidas é realista no sentido de que, se quaisquer das propostas dos grupos de pressão fossem levadas à votação, poderia haver incidentes diplomáticos graves nas diversas regiões do sistema internacional, além do que, a proposta teria que contar com o apoio de todos os membros permanentes, os quais, por terem poder de veto, poderia anular a votação. A proposta do G-4 não seria aceita nem pelos países que apoiam o UfC, e, ainda, contaria com a principal oposição da China, a qual não apoia em hipótese alguma a entrada do Japão nos quadros permanentes. Os EUA, apesar de não endossarem a proposta do G-4, mantêm o apoio formal ao Japão e à Índia, já tendo apoiado, nos anos 1990, também a Alemanha. Conforme visto, a diplomacia estadunidense realizou uma aproximação com o Brasil, em 2012, abrindo margem para uma possível entrada do país como membro permanente em um Conselho de Segurança ampliado. Os demais países do P-5, França, Reino Unido e Rússia já realizaram apoios formais à Índia e Brasil, com os dois primeiros endossando a proposta do G-4.

Nota-se, portanto, que o Unidos pelo Consenso não dispõe de um apoio formal de nenhum membro permanente do CSNU, tendo somente a China maior inclinação para uma expansão no número de membros somente nos quadros não-permanentes. Além disso, da parte do P-5, cabe ressaltar que há o reconhecimento de que Brasil e Índia são países que têm adquirido uma posição mais proeminente tanto regionalmente como a nível global. Ambos os países se consolidam, portanto, como fortes candidatos a obterem uma vaga permanente, apesar da forte oposição realizada por seus opositores regionais, via UfC.

Da parte dos EUA, nota-se que a formalização de seu apoio à candidatura indiana, em 2010, veio em um momento de consolidação de uma parceria estratégica desenhada desde o fim da década de 1990. A Índia passou de Estado violador do regime de não-proliferação para

um grande aliado dos EUA no sul da Ásia no combate ao terrorismo. O estreitamento de relações na área de defesa retirou a Índia da lista de proibição de recebimento de tecnologia sensível, abrindo um novo espaço de intercâmbio comercial com os EUA. O grande mercado indiano é interesse direto da economia estadunidense, proporcionando a criação de milhares de empregos, conforme afirmou o presidente Obama. As grandes capacidades militares da Índia a tornam também uma aliada dos EUA na manutenção de sua esfera de influência no continente asiático, região que conta com a influência direta de outras grandes potências, Rússia e China. Portanto, apesar de a Índia realmente se credenciar como um Estado proeminente no sistema internacional, dada a robustez de sua economia, o tamanho de seu território e população, seu sistema político estável e democrático, sua liderança regional, percebe-se que o apoio estadunidense veio na esteira de sua aproximação diplomática com a Índia na defesa de seus próprios interesses.

Da mesma forma, nota-se que a diplomacia estadunidense, que inicialmente manteve-se reticente em relação à candidatura do Brasil, vem lentamente se flexibilizando. Ainda assim, apesar de haver boas relações bilaterais entre os dois países, não há a mesma parceria em setores estratégicos, como o de defesa, como ocorre com relação à Índia. Na América do Sul, inclusive, os EUA dispõem de uma parceria mais consolidada nesse setor com a Colômbia, a qual não tem mantido uma postura muito engajada em relação ao projeto de integração liderado pelo Brasil. Cabe lembrar que a tentativa de consolidar uma área de livre comércio nas Américas, a ALCA, foi rechaçada por parte do Brasil nos anos 2000, o que também pode ter incomodado a diplomacia estadunidense. Nesse sentido, apesar da tentativa da diplomacia brasileira de angariar o apoio dos EUA, não houve sua consolidação. Porém, em 2012, a secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, surpreendeu, afirmando ser inimaginável a expansão do Conselho de Segurança sem a adesão do Brasil nos quadros permanentes. Os elogios em relação à liderança brasileira na América do Sul vieram ao lado da demonstração de interesse na exploração do petróleo brasileiro na camada do Pré-sal. Novamente nota-se que a flexibilização da posição dos EUA em relação à reforma do Conselho de Segurança passa pela defesa de seus próprios interesses.

Porém deve-se levar também em consideração que Brasil e Índia são dois países cujas diplomacias se engajaram fortemente para a obtenção de um *status* mais proeminente no sistema internacional. Conforme explorado no terceiro capítulo do presente trabalho, os indicadores de economia, população, território, capacidades de militares, bem como aqueles que demonstram comprometimento e engajamento com as Nações Unidas, como contribuição financeira, participações nas Operação de Paz, e com mandatos nas vagas não-permanentes,

fazem jus aos discursos proferidos por Brasil e Índia de que teriam capacidade para arcar com as responsabilidades que um cargo permanente do CSNU exige, na medida em que ambos os países já se colocam em alguns indicadores próximos ou à frente dos membros do P-5, e geralmente muito à frente de seus opositores regionais. Além disso, as diplomacias de Brasil e Índia conseguiram construir, principalmente ao longo dos anos 2000, o apoio diplomático de grande parte de seus países vizinhos, transmitindo a ideia de que, caso obtivessem a vaga permanente, representariam os interesses de suas respectivas regiões no Conselho de Segurança. A diplomacia estadunidense afirmou, nos anos 1990, para o Brasil, que o apoio regional era fundamental para a obtenção da vaga permanente, muito embora já tivesse apoiado Alemanha e Japão, as quais não dispunham deste apoio. Apesar de contar com muitos apoios, Brasil e Índia ainda enfrentam forte oposição regional de alguns países em suas regiões.

Nesse âmbito, nota-se que os membros do UfC lançam uma proposta que não visualiza o aumento do número de vagas permanentes, dentre outros motivos, em decorrência da percepção de que suas capacidades estão aquém em relação aos países do G-4. Como afirmou Celso Amorim, se há países descontentes com a aspiração brasileira, estes poderiam lançar suas próprias candidaturas. O argumento de que, na realidade, os países do G-4 intentam uma política de poder perde força se, por outro lado, levarmos em consideração uma expansão somente no número de membros não-permanentes. Neste caso, algumas regiões do globo, como África, América do Sul e Ásia continuariam tendo uma sub-representação. Lembra-se que, na forma atual, os membros não-permanentes apresentam uma participação marginal nas deliberações do Conselho de Segurança, havendo reuniões fechadas entre os membros do P-5, que definem decisões com falta de transparência.

Infere-se, portanto, que, com mais semelhanças do que diferenças em suas inserções internacionais, Brasil e Índia demonstram estar se legitimando a partir de suas capacidades e de seus engajamentos com as Nações Unidas para a obtenção da vaga permanente. Apesar de a Índia dispor de uma população muito maior que a brasileira e um nível de capacidade militar consideravelmente superior, cabe ressaltar que, em suas respectivas regiões, os dois países têm sua proeminência, além do que não disputariam entre si as vagas permanentes. Uma reforma no Conselho de Segurança, que levasse em consideração a representação das regiões, possivelmente, abranjeria a entrada destes dois países, de certa forma, líderes na América do Sul e na Ásia do Sul. Lembra-se que, apesar de o Brasil não dispor de uma capacidade militar de relevo, a diplomacia brasileira defende como credencial a tradição pacifista e a conformação de uma América do Sul pacífica e livre de armas nucleares. Além

disso, ressalta-se que a forma como Brasil e Índia têm-se comprometido com as Nações Unidas, com o engajamento em temas como o desenvolvimento, o combate à fome e à miséria, bem como a nova abordagem que buscam levar às Operações de Paz, colocando a reconstrução dos países alvo de conflitos como caminho para sua estabilização, demonstra que realmente estes dois países podem vir a representar as demandas do mundo em desenvolvimento se obtivessem maior poder de influência na arena internacional.

A hipótese de que os EUA formalizaram apoio à Índia tendo em vista a garantia de seus próprios interesses se confirma em parte. Na realidade, todos os países que se colocam em torno do debate da reforma da ONU, como visto, buscam pragmaticamente defender ideais que vão ao encontro de seus próprios interesses. No entanto a evolução das posições de Brasil e Índia, que apresentaram um expressivo crescimento econômico, a consolidação de regimes democráticos estáveis e de projetos de integração em seus entornos regionais, demonstra ser mais importante para a obtenção dos apoios recebidos até o presente para sua aspiração à vaga permanente. Como potências emergentes, Brasil e Índia já demonstram ter a capacidade para atuar tanto regional como globalmente e o reconhecimento deste *status* é apenas resultado de um grande esforço diplomático dos dois países de se tornarem potências com maior grau de influência no globo. Infere-se, portanto, que estes dois países estão próximos de obter a vaga permanente em um Conselho de Segurança cuja estrutura anacrônica deve ser reformada nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

AFRICAN UNION. **Ezulwini Consensus** (Common African Position on the Proposed Reform of the United Nations). Ezulwini, 8 mar. 2005. Disponível em: <<http://www.cfr.org/africa/common-african-position-proposed-reform-united-nations-ezulwini-consensus/p25444>>. Acesso em: 29 out. 2012.

AMAR, Chiranjib das. **India's performance in the Security Council**. Nova Déli: South Asian Publishers, 2005.

AMORIM e Powell discutem Iraque, ONU, G8 e Venezuela na OEA. **Folha de S.Paulo**, Brasília, 10 jun. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u58242.shtml>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

AMORIM, Celso. Discurso de abertura da 48ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 1993. In: **O Brasil nas Nações Unidas**. 1946-2006. Brasília: Funag, 2007. p.569-578. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0634.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2012.

AMORIM, Celso. Discurso de abertura da 49ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 1994. In: **O Brasil nas Nações Unidas**. 1946-2006. Brasília: Funag, 2007. p.581-590. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0634.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2012.

AMORIM, Celso. Discurso de abertura da 60ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 2005. In: **O Brasil nas Nações Unidas**. 1946-2006. Brasília: Funag, 2007. p.751-756. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0634.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2012.

AMORIM, Celso. Íntegra do discurso de Celso Amorim na Assembleia Geral da ONU. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 set. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/803464-leia-integra-do-discurso-de-celso-amorim-na-assembleia-geral-da-onu.shtml>>. Acesso em: 15 abril 2012.

ALENCAR, Kennedy. Lula aceita pedido de apoio de Chirac. **Folha de S.Paulo**, Brasília, 12 mar. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u52800.shtml>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

ALENCAR, Kennedy. Na ONU, Lula vai pedir vaga no Conselho de Segurança. **Folha de S. Paulo**, Nova York, 22 set. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u53648.shtml>>. Acesso em: 20 set. 2009.

ALVES, Fábio Simão. Dança das Cadeiras – A reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. **Juca 02 A Revista dos alunos do Instituto Rio Branco**, Brasília, Ano 2, p. 68-74, 2008. Disponível em: <http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/JucaIrb/pt-br/file/Edi%C3%A7%C3%B5es/Juca_n2_baixa.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2012.

ARRAES, Virgílio. O Brasil e a ONU, de 1990 a nossos dias: das grandes conferências às grandes pretensões. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. **Relações Internacionais do Brasil** – temas e agendas vol 2. São Paulo: Saraiva, 2005a. p. 7-41.

ARRAES, Virgílio. O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Cidade, v. 48, n. 2, p. 1-17, 2005b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a08v48n2.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2012.

BACOCINA, Denize. CS sem Brasil 'não faz sentido', diz Grã-Bretanha. **BBC Brasil**, São Paulo, 03 jul. 2006. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/07/060704_beckett_cs_bacoccina.shtml>. Acesso em: 05 jul. 2012.

BALACHANDRAN, G. India, US and the Entity List. **IDSA Issue Brief**. 29 out. 2010. Disponível em: <<http://www.idsa.in/issuebrief/IndiaUSandTheEntityList>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

BANDYOPADHYAYA, J. **The Making of India's Foreign Policy**. Determinants Institutions Processes and Personalities, 2003.

BENEVIDES, Cassuca. Blair apoia entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. **BBC Brasil**, São Paulo, 14 jul. 2003. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/07/030714_amorimeuacb.shtml>. Acesso em: 5 jul. 2012.

BISHOYI, Saroj. Defense Diplomacy in US-India Strategic Relationship. **Journal of Defense Studies**, New Delhi, v.5, n. 1, p. 64-86, Jan. 2011. Disponível em: <http://www.idsa.in/jds/5_1_2011_DefenceDiplomacyinUSIndiaStrategicRelationship_sbishoyi>. Acesso em: 10 dez. 2012.

BLAGOV, Sergei. Putin's push for a strategic triangle. **Asia Times Online**, Honk Kong, 2004. Disponível em: <http://www.atimes.com/atimes/Central_Asia/FL08Ag02.html>. Acesso em: 14 ago. 2012.

BLAIR supports India's Security Council bid. **The Hindu**, New Delhi, 28 maio 2006. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/todays-paper/tp-international/article3139120.ece>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

BRASIL E CHINA trocam moedas diplomáticas. Montevideú: Universidad de La República, 25 maio 2004. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.

BRASIL ACEITA 2005 como data inicial da Alca. **Folha de S.Paulo**, Brasília, 21 jun. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u50366.shtml>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

BRASIL DEVE ter vaga no Conselho de Segurança. **O Globo**, Brasília, 17 abr. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/brasil-deve-ter-vaga-no-conselho-de-seguranca-diz-hillary-4665398>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

BRASIL MINIMIZOU proposta dos EUA de expansão limitada do CS. Montevideu: Universidad de La República, 17 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.

BRASIL RECLAMA de gafe de Blair, diz jornal. **BBC Brasil**, São Paulo, 01 jun. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u53732.shtml>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

BRASIL TEM apoio da República Dominicana para o Conselho de Segurança da ONU. **Agência Brasil**, Brasília, 18 nov. 2003. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2003-11-18/brasil-tem-apoio-da-republica-dominicana-para-conselho-de-seguranca-da-onu>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

BRASIL VÊ manobra para “melar” reforma da ONU. **Folha de S.Paulo**, Brasília, 3 dez. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u66070.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

BRICS. **Declaração de Sanya** – Reunião de Líderes do BRICS. China, 14 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-sanya-2013-reuniao-de-lideres-do-brics-sanya-china-14-de-abril-de-2011>> Acesso em: 03 jul. 2012.

BRICS ESTABELECEM parceria estratégica. Montevideu: Universidad de La República, 17 maio 2008. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.

BRIGIDO, Eliane V. **O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança da ONU: estratégias da diplomacia brasileira para obtenção de um assento permanente**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso de abertura da 56ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 2001. In: **O Brasil nas Nações Unidas**. 1946-2006. Brasília: Funag, 2007. p.681-688. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0634.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2012.

CARMO, Marcia. Argentina quer dificultar entrada do Brasil no Conselho da ONU. **BBC Brasil**, Buenos Aires, 13 abr 2005. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/04/050413_marciacarmodtl.shtml>. Acesso em: 03 jul 2012.

CHAULIA, Sreeram. U.N. Security Council Seat: China Outsmarts India. **Wordpress.org**, New Delhi, 30 maio 2008. Disponível em: <<http://www.worldpress.org/Asia/3161.cfm>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

CHILE pode apoiar o Brasil no Conselho de Segurança da ONU. **Folha de São Paulo**, Santiago, 13 mar. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u93599.shtml>>. Acesso em: 12 dez. 2012

CHODEN, Tashi. Indo-Bhutan Relations Recent Trends. In: VISWESWARAN, Kamala. **Perspectives on Modern South Asia** – a Reader in Culture, History and Representation. Chennai: Wiley-Blackwell, 2011. p. 112-128. Disponível em: <<http://www.dspace.cam.ac.uk/handle/1810/227038>>. Acesso em: 10 dez 2012.

CHOEDON, Yeshi. India's Perspective on the UN Security Council Reform. **India Quarterly: A Journal of International Affairs**, New Delhi, v. 63, n. 14, p. 14-48, 2007. CLAIM for Security Council seat – France backs India. **Asian Tribune**, Hallstavik, 02 ago. 2003. Disponível em: <<http://www.asiantribune.com/news/2003/02/08/claim-security-council-seat-france-backs-india>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

COLIN Powell vem ao Brasil. Montevidéo: Universidad de La República, 30 set. 2004. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.

COLLOR DE MELLO, Fernando. Discurso de abertura da 45ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 1990. In: **O Brasil nas Nações Unidas**. 1946-2006. Brasília: Funag, 2007. p.519-530. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dm/documents/0634.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

COLLOR DE MELLO, Fernando. Discurso de abertura da 46ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 1991. In: **O Brasil nas Nações Unidas**. 1946-2006. Brasília: Funag, 2007. p. 535-446. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dm/documents/0634.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

CUBA apóia o Brasil no Conselho de Segurança. **DCI – Diário Comércio Indústria & Serviços**, São Paulo, 3 fev. 2005. Disponível em: <<http://www.dci.com.br/cuba-apoia-o-brasil-no-conselho-de-seguranca-id47998.html>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

DHAR, Sujoy. Obama supports India's bid for U.N. Security Council seat. **The Washington Times**, Washington D.C., 08 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.washingtontimes.com/news/2010/nov/8/obama-supports-indias-bid-for-un-security-council-/?page=all>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

DIRCEU discute ALCA e ONU com Condoleezza Rice. Montevidéo: Universidad de La República, 3 mar. 2005. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.

DUTT, Varun P. India, China and the United States: The Triangle That Isn't. **Journal of Defense Studies**, New Delhi, v.4, n.2, p. abr. 2010. Disponível em: <<http://www.idsa.in/event/IndiaChinaandtheUnitedStatesTheTrianglethatIsnt>>. Acesso em: 10 dez 2012.

EICHENBERG, Fernando. Diplomacia: França defende Brasil no CS da ONU. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 03 abr. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u54450.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2012.

EL SALVADOR apoia Brasil no Conselho de Segurança da ONU. **Terra**, São Paulo, 29 set. 2007. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI1950128-EI306,00-EI+Salvador+apoia+Brasil+no+Conselho+de+Seguranca+da+ONU.html>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

EMBAIXADOR brasileiro critica política externa de Obama. Montevidéo: Universidad de La República, 19 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.

EQUADOR apoia Brasil para membro do Conselho de Segurança da ONU. **Folha de S.Paulo**, Brasília, 20 maio 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u57175.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

EUA RECHAÇAM proposta de reforma do Conselho de Segurança da ONU. Montevideú: Universidad de La República, 03 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.

EUA ATRAVANCARAM as negociações para a reforma da ONU. Montevideú: Universidad de La República, 31 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.

FAGGIANI, Nádía. Guatemala apoia assento permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. **Agência Brasil**, Brasília, 23 abr. 2004. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2004-04-23/guatemala-apoia-assento-permanente-do-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

FALEIRO, Eduardo. **Forty-seven session, General Assembly**. New York: UNBISNET – United Nations Bibliographic Information System, 6 Oct. 1992. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/>>. Acesso em: 20 abril 2012.

FARIDI, M.H. **India United Nations and the Post-Cold War Era**. Nova Déli: Manak Publications, 2010.

FRANCE BACKS India's bid for UN seat. **The Tribune**, Chandigarh, 15 out. 2003. Disponível em: <<http://www.tribuneindia.com/2003/20031016/world.htm#3>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

FRANCE SUPPORTS INDIA'S BID FOR PERMANENT Security Council seat. **IAS100**, Noida, 14 out. 2010. Disponível em: <http://www.ias100.in/news_details.php?id=271>. Acesso em: 14 ago. 2010.

FRANCE SUPPORTS INDIA'S BID FOR UN Security Council seat. 14 abr. 2010. **Netindian News Network**, New Delhi, 14 abr. 2010. Disponível em: <<http://netindian.in/news/2010/04/14/0006161/france-supports-indias-bid-un-security-council-seat>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

FRANCE SUPPORTS INDIA FOR UNSC seat: Sarkozy. **Oneindiasnews**, Bagalore, 4 dez. 2010. Disponível em: <<http://news.oneindia.in/2010/12/04/france-supports-india-for-unsc-seat-sarkozy.html>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

FREIRE, Felipe. Gutiérrez apóia Brasil no Conselho de Segurança da ONU. **Folha Online**, Brasília, 27 maio 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u57540.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

FREIRE, Felipe. Toledo apoia Brasil para vaga no Conselho de Segurança da ONU. **FolhaOnline**, Brasília, 11 abr 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u55028.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

G-4. Comunicado conjunto de imprensa do G-4. In: **O G-4 e as Nações Unidas** – textos, comunicados e documentos. Brasília: Ministério das Relações Exteriores; Fundação Alexandre de Gusmão, p.21-24, 2007.

GANGULY, Sumit. **India's Foreign Policy** – Retrospect and Prospect. Nova Déli: Oxford, 2010.

GIRALDI, Renata. Chávez defende vaga permanente para o Brasil no Conselho de Segurança da ONU. **Agência Brasil**, Brasília, 6 jun 2011. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-06-06/chavez-defende-vaga-permanente-para-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu>>. Acesso em: 12 dez 2012.

GUIANA apoia participação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU. **Agência Brasil**, Brasília, 30 jul. 2003. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2003-07-31/guiana-apoia-participacao-do-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

GUJRAL, Inder K. **General Assembly Fifty-first Session 22nd plenary meeting**. New York: UNBISNET – United Nations Bibliographic Information System, 4 Oct. 1996. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/>>. Acesso em: 20 abril 2012.

GUJRAL, Inder K. **General Assembly Fifty-second Session 9th plenary meeting**. New York: UNBISNET – United Nations Bibliographic Information System, 24 Sep. 1997. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/>>. Acesso em: 20 abril 2012.

HOFFMANN, Steven A. Change in India-US Diplomatic – An Interim Report. **Institute for Defense Studies and Analyses**, New Delhi, v.110, n.10, p. 1-40, set. 2010. Disponível em: <http://www.idsa.in/system/files/OP_India-USDiplomaticPractices.pdf>. Acesso em: 10 dez 2012.

HOLBRAAD, Carsten. **Las Potencias Medias en la Política Internacional**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

HORNBY, Lucy. China says understands India Security Council desire. **Reuters**, Beijing, 9 nov. 2010. Disponível em: <<http://in.reuters.com/article/2010/11/09/idINIndia-52769320101109>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

IKENBERRY, G.J. **After victory** – institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars. Nova Jersey: Princeton University Press, 2001

INDIA MUST get permanente UN Seat: Bhutan. **Outlookindia.com**, New Delhi, 20 dec. 2011. Disponível em: <<http://news.outlookindia.com/items.aspx?artid=745036>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

INDIA SEEKS China's support for Security Council bid. **Deccan Herald**, Bagalore, 25 set. 2010. Disponível em: <<http://www.deccanherald.com/content/99495/india-seeks-chinas-support-security.html>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

INDIA STRONG candidate for permanent UNSC membership: Russia. **Thaindian News**, Bangkok, 16 dez. 2011. Disponível em: <http://www.thaindian.com/newsportal/world-news/india-strong-candidate-for-permanent-unsc-membership-russia_100584468.html>. Acesso em: 14 ago. 2012.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. (IMF). **Data and Statistics**. Washington, D.C., 2012. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/data.htm>>. Acesso em: 30 out 2012.

JABEEN, Mussarat. Indian Aspiration of Permanent Membership in the UN Security Council and American Stance. **South Asia Studies**, Sarghoda, v. 25, n. 2, pp.237-253, Jul-Dec 2010. Disponível em: <<http://pu.edu.pk/images/journal/csas/PDF/04-Mussarat%20Jabeen.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

JAMAICA sinaliza apoio ao Brasil na reformulação do Conselho de Segurança da ONU. **Agência Brasil**, Brasília, 01 nov. 2005. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2005-11-01/jamaica-sinaliza-apoio-ao-brasil-na-reformulacao-do-conselho-de-seguranca-da-onu>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

JOSÉ Alencar visitou a China. Montevideú: Universidad de La República, 25 mar. 2003. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.

KARON, Tony. India's Security Council Seat: Don't Hold Your Breath. **Time World**, Los Angeles, 10 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.time.com/time/world/article/0,8599,2030504,00.html>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

KEOHANE, Robert O. Lilliputian's Dilemmas: Small States in International Politics. **International Organization**, Madison, v. 23, n. 2, p. 291-310, Spring 1969. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2706027?uid=3737664&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21101555890807>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

KHAN, M.B.A. Managing Indian Economic Diplomacy in the Era of Globalization. In: PILLAI, Mohanan B.; PREMASEKHARA, L. **Foreign Policy of India** – Continuity and Change. Nova Déli: New Century Publications, 2010. p.30-34.

KRISCH, Nico. The Security Council and the Great Powers. In: LOWE, Vaughan et al. **The United Nations Security Council and War** – The Evolution of Thought and Practice since 1945. New York: Oxford University Press Inc, 2008. p.133-153.

KRISHNA, Shri S.M. **Statement by Shri S.M. Krishna**, Ministro das Relações Exteriores da Índia no Debate Geral da 64ª Sessão da Assembleia Geral da ONU. New York: MEA – Ministry of External Affairs, 26 Sep. 2009. Disponível em: <<http://www.mea.gov.in/mystart.php?id=100515195>>. Acesso em: 20 abr 2012.

LAFER, Celso. Discurso de abertura da 47ª Sessão Ordinária da Assembleia Gerla da ONU, 1992. In: **O Brasil nas Nações Unidas**. 1946-2006. Brasília: Funag, 2007. p. 551-564. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0634.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2012.

LAFER, Celso. Discurso de abertura da 57ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 2002. In: **O Brasil nas Nações Unidas**. 1946-2006. Brasília: Funag, 2007. p.693-698. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0634.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2012.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Discurso de abertura da 50ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 1995. In: **O Brasil nas Nações Unidas**. 1946-2006. Brasília: Funag, 2007. p.595-606. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0634.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2012.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Discurso de abertura da 51ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 1996. In: **O Brasil nas Nações Unidas**. 1946-2006. Brasília: Funag, 2007. p.611-620. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0634.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2012.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Discurso de abertura da 52ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 1997. In: **O Brasil nas Nações Unidas**. 1946-2006. Brasília: Funag, 2007. p.625-634. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0634.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2012.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Discurso de abertura da 53ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 1998. In: **O Brasil nas Nações Unidas**. 1946-2006. Brasília: Funag, 2007. p. 639-648. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0634.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2012.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Discurso de abertura da 54ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 1999. In: **O Brasil nas Nações Unidas**. 1946-2006. Brasília: Funag, 2007. p.653-660. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0634.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2012.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Discurso de abertura da 55ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 2000. In: **O Brasil nas Nações Unidas**. 1946-2006. Brasília: Funag, 2007. p.669-674. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0634.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2012.

LEIA o pronunciamento de Lula sobre a guerra no Iraque. **Folha de S.Paulo**, Brasília, 21 mar. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u53377.shtml>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

LIST of countries and dependencies by area. San Francisco: Wikipedia, 11 Dec. 2012. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_countries_and_dependencies_by_area>. Acesso em: 10 dez. 2012.

LOWE, Vaughan et al. **The United Nations Security Council and War** – The Evolution of Thought and Practice since 1945. Nova York: Oxford University Press Inc, 2008.

LUCK, Edward C. A Council for All Seasons: The Creation of the Security Council and Its Relevance Today. In: LOWE, Vaughan et al. **The United Nations Security Council and War** – The Evolution of Thought and Practice since 1945. Nova York: Oxford University Press, 2008. p.61-85.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Discurso de abertura da 58ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 2003. In: **O Brasil nas Nações Unidas**. 1946-2006. Brasília: Funag, 2007. p.703-710. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0634.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Discurso de abertura da 59ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 2004. In: **O Brasil nas Nações Unidas**. 1946-2006. Brasília: Funag, 2007. p.715-722. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0634.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Discurso de abertura da 61ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 2006. In: **O Brasil nas Nações Unidas**. 1946-2006. Brasília: Funag, 2007. p. 757-761. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0634.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na 62ª Assembléia Geral**. Brasília: ONU, 25 set. 2007, p. 3. Disponível em: <<http://www.un.org/webcast/ga/62/2007/pdfs/brazil-orig.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. O discurso do presidente Lula na Assembléia Geral da ONU. **Carta Maior**, 23 set. 2008. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15248>. Acesso em: 15 abr. 2012.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Íntegra do Discurso de Lula na Assembleia Geral da ONU. **Estadao.com.br**, São Paulo, 23 set. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,confira-integra-do-discurso-de-lula-na-assembleia-geral-da-onu,439777,0.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

LULA DEVE abrandar dívida do Suriname com o Brasil. **Folha de S.Paulo**, Brasília, 22 jul. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u51491.shtml>> Acesso em: 03 jul. 2012.

LULA E AMORIM criticaram EUA. Montevideú: Universidad de La República, 19 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.

LULA FELICITA Sarkozy, que reitera seu apoio ao Brasil na ONU. Montevideú: Universidad de La República, 20 maio 2007. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.

LULA PEDE vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU. Folha de S.Paulo, **Brasília**, 20 jun. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u50356.shtml>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

LULA REIVINDICOU ação dos EUA sobre reforma do Conselho de Segurança. Montevideú: Universidad de La República, 09 nov 2011. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.

MANSINGH, Surjit. India-China Relations in the Context of Vajpayee's 2003 Visit. **The Sigur Center Asia Papers**, Washington D.C., 2003. Disponível em: <<http://www.gwu.edu/~sigur/assets/docs/scap/SCAP21-Mansingh.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

MATHUR, Shairi. Voting for the Veto: India in a Reformed UN. **Foreign Policy Centre**, London, p.1-24, 2005. Disponível em: <<http://fpc.org.uk/fsblob/565.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2012.

MORAES, Márcio Senne de. França quer vaga permanente no CS para o Brasil. **Folha de S.Paulo**, Brasília, 23 out. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u64700.shtml>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

MORALLY justifiable? China's opposition to Japan's bid for a permanent UNSC seat. **The Cambridge University Journal of Politics**, Cambridge, 05 nov. 2011. Disponível em: <http://www.artofthepossible-cambridge.com/index.php?a=12&title=1305064036.html#_ednr ef17>. Acesso em: 15 ago. 2012.

MUKHERJEE, Pranab. **General Assembly Forty-ninth Session 14th Meeting**. New York: UNBISNET – United Nations Bibliographic Information System, 3 Oct. 1994. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/>>. Acesso em: 20 abril 2012.

MUKHERJEE, Pranab. **General Assembly Fiftieth Session 12th plenary meeting**. New York: UNBISNET – United Nations Bibliographic Information System, 29 Sep. 1995. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/>>. Acesso em: 20 abril 2012.

MUKHERJEE, Pranab. **Statement by H.E. MR. Pranab Mukherjee**, Defense Minister of India at the General Debate of the 61st Session of the United Nations General Assembly. Permanent Mission of India to the United Nations, 27 set 2006. Disponível em: <<http://www.un.org/web cast/ga/61/pdfs/india-e.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2012.

MUKHERJEE, Shri P. **Statement by Shri Pranab Mukherjee**, Minister of External Affairs at the General Debate of the 62nd UN General Assembly. MEA – Ministry of External Affairs. 01 Out 2007. Disponível em: <<http://www.mea.gov.in/>>. Acesso em: 20 abril 2012.

NAYUDU, Swapna K. Preventive Diplomacy, Defense Cooperation & the Pursuit of Cooperative Security: the Indian Experience. **Journal Defense Studies**, New Delhi, v.5, n. 1, p.87-96, jan. 2011. Disponível em: <http://idsa.in/system/files/jds_5_1_sknayudu.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2012.

OBAMA SUPPORTS India on UN Security Council. **The Independent**, London, 08 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/asia/obama-supports-india-on-un-security-council-2128544.html>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

OLIVEIRA, Daniel França. **A Política Externa do Brasil nas Questões de Ampliação do Conselho de Segurança da ONU (1989-2005)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais Santiago Dantas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005.

PAK PLAYS spoilsport, opposes Indias's bid. **The Economic Times**, New Delhi, 21 set. 2004. Disponível em: <http://articles.economictimes.indiatimes.com/2004-09-21/news/27374565_1_permanent-seat-unsc-permanent-members>. Acesso em: 10 dez. 2012.

PAK SULKS as Obama supports India's UNSC bid. **The Times of India**, Mumbai, 9. nov. 2010. Disponível em: <<http://www.timesnow.tv/Pak-sulks-as-Obama-supports-Indias-UNSC-bid/articleshow/4357862.cms>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

PARTHASARATHY, G. Vajpayee visit – Foreign policy lessons from China. **The Hindu**, New Delhi, 18 jul. 2003. Disponível em: <http://www.thehindubusinessline.in/2003/07/18/stories/20030718_00030800.htm>. Acesso em: 15 ago. 2012.

PATEL, Jigar; MEHTA, Hardik. Indian Foreign Policy through Case Studies. In: PILLAI, Mohanan B.; PREMASHEKHARA, L. **Foreign Policy of India – Continuity and Change**. Nova Déli: New Century Publications, 2010. p. 58-78

PATRIOTA, Antonio de A. Apresentação. In: **O G-4 e as Nações Unidas – textos, comunicados e documentos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p.11-20.

PAVITHRAN, K.S. Understanding India's Foreign Policy: Non-alignment and the Way Ahead. In: PILLAI, Mohanan B.; PREMASHEKHARA, L. **Foreign Policy of India – Continuity and Change**. Nova Déli: New Century Publications, 2010. p.1-13.

PIMENTA, Angela. G-4 tem novo plano para a reforma do Conselho de Segurança. **BBC Brasil**, Nova York, 8 jun. 2005a. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/06/printable/050608_angelaonudtl.shtml>. Acesso em: 12 dez. 2012.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v.51, n.2, p. 136-156, dec. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a09.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2012.

PILLAI, Mohanan B; PREMACHEKHARA L. **Foreign Policy of India – Continuity and Change**. New Century Publications: New Delhi, India. p.101-110.

PIMENTA, Angela. Argentina descarta acordo com o Brasil sobre a reforma da ONU. **BBC Brasil**, Nova York, 9 jun. 2005b. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/06/printable/050609_angelaba.shtml>. Acesso em: 12 dez. 2012.

PIÑERA, Sebastian. **Presidente Piñera en su primera intervención ante la Asamblea General de la ONU**. Gobierno de Chile. Disponível em: <<http://www.gobiernodechile.cl/destacados/2010/09/23/presidente-pinera-en-su-primera-intervencion-ante-la-asamblea-general-de-la-onu-nos-sentimo.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

PRESIDENTE DA RÚSSIA visitou o Brasil. Montevideú: Universidad de La República, 23 nov. 2004. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.

RADYUHIN, Vladimir. Russia ambivalent on U.N. reform. **The Hindu**, New Delhi, 27 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.hindu.com/2005/06/27/stories/2005062705281100.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

RAO, M Rama. Wen Jiabao 'disappoints' India where it matters most - UNSC membership. **Asian Tribune**, Hallstavik, 13 abr. 2005. Disponível em: <<http://www.asiantribune.com/news/2005/04/13/wen-jiabao-%E2%80%98disappoints%E2%80%99-india-where-it-matters-most-UNSC-membership>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

RAO, Narasimha. **General Assembly Forty-Sixth Session**. New York: UNBISNET – United Nations Bibliographic Information System, 17 Oct. 1991. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

RED DE SEGURIDAD Y DEFENSA DE AMÉRICA LATINA. (RESDAL). **Atlas comparativo de la defensa en América Latina y Caribe**. Buenos Aires, 2010. Disponível em: <<http://www.resdal.org/atlas/atlas-libro-10-espanol.html>>. Acesso em: 10 dez 2012.

REINO Unido manifesta apoio à ampliação do Conselho de Segurança. Montevidéo: Universidad de La República, 24 set. 2004. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.

REPUBLIC OF MALDIVES. **Prime Minister Manmohan Singh says future generations of Maldivians will be grateful for the massive reforms that President Gayoom is introducing**. Malé, 10 ago. 2008. Disponível: <http://www.maldivesinfo.gov.mv/home/files/bulletinx_det.php?id_news=1030>. Acesso em: 09 out. 2012.

ROSSI, Clóvis; RODRIGUES, Fernando. Lula classifica de "loucura" um ataque unilateral ao Iraque. **Folha de S.Paulo**, Brasília, 29 mar. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u45312.shtml>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

ROUSSEFF, Dilma. Íntegra do Discurso de Dilma Rousseff na Assembleia da ONU. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 set. 2011. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/internacional/noticias/2011/09/21/leia-a-integra-do-discurso-de-dilma-na-assembleia-da-onu/>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

RUMSFELD nada disse sobre o ingresso do Brasil no CS da ONU. Montevidéo: Universidad de La República, 28 mar. 2005. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.

RUSSIA supports India Security Council seat quest, seals agreement. **Today's Zaman**, Istanbul, 22 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.todayzaman.com/news-230329-russia-supports-india-security-council-seat-quest-seals-agreements.html>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

SARNEY, José. Discurso de abertura da 44ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, 1989. In: **O Brasil nas Nações Unidas**. 1946-2006. Brasília: Funag, 2007. p. 505-516. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dm_documents/0634.pdf>. Acesso em: 10 dez 2012.

SECRETÁRIO norte-americano de Estado visitou o Brasil. Montevidéo: Universidad de La República, 5 out. 2004. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/index.php>>. Acesso em: 20 set. 2009.

SEITENFUS. De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de Paz. In: **O Brasil e a Onu**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p.39-58. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0621.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2012.

SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80**: uma potência média recém-industrializada. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SHAJI, S. Technology transfer and India's Foreign Policy. In: PILLAI, Mohanan B.; PREMASHEKHARA, L. **Foreign Policy of India – Continuity and Change**. Nova Déli: New Century Publications, 2010. p.14-29.

SHRISVASTAV, Sanjeev K. Priyanjali Malik, India's Nuclear Debate: Exceptionalism and the Bomb. **Journal of Defense Studies**, New Delhi/London, v. 4, n. 3, Jul. 2010. Disponível em: <http://idsa.in/system/files/jds_4_3_skshrivastav.pdf>. Acesso em: 10 dez 2012.

SIDHU, W Pal. An absent-minded peacekeeper, so far. **Livemint.com & The Wall Street Journal**, New Delhi, 10 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.livemint.com/2011/07/10222520/An-absentminded-peacekeeper.html>>. Acesso em: 26 ago. 2012.

SILVA, André Reis da. As transformações matriciais da Política Externa Brasileira recente (2000-2010). **Meridiano 47**, Brasília, v. 11, n. 120, p. 18-24, jul-ago 2010. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/MED/article/viewArticle/637>>. Acesso em: 10 dez 2012.

SINGH, Dinesh. **United Nations General Assembly, Forty-eighth Session 12th Plenary Meeting**. New York: UNBISNET - United Nations Bibliographic Information System, 1 Oct. 1993. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

SINGH, Dinesh. **General Assembly Fifty-fourth Session 9th Plenary meeting**. New York: UNBISNET - United Nations Bibliographic Information System, 22 Sep. 1999. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

SINGH, Manmohan. **The Prime Minister, Dr. Manmohan Singh, addressed the sixty-sixth session of the United Nations General Assembly**. New York: MEA – Ministry of External Affairs, 24 Sep. 2011. Disponível em: <<http://www.mea.gov.in>>. Acesso em: 20 abril 2012.

SINGH, Manmohan. Full text of the address by Prime Minister Manmohan Singh at the 60th Session of the United Nations General Assembly at the United Nations. **India Review**, Washington D.C, 1 ago. 2005. Disponível em: <www.indiaembassy.org> Acesso em: 20 abr. 2012.

SINGH, Manmohan. Full text of Manmohan Singh's speech at UN General Assembly. **Hindustian Times**, New Delhi, 29 Sep. 2008. Disponível em: <<http://www.hindustiantimes.com/world-news/Americas/full-text-of-manmohan-singh-s-speech-at-un-general-assembly/Article1-340789.aspx>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

SINGH, Manmohan. **General Assembly Sixty-fifth session 23rd plenary meeting**. New York: UNBISNET – United Nations Bibliographic Information System, 29 Sep. 2010. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

SINHA, Satyabrat. Premier Jiabao's Visit: From Rivals to Partners? **Institute of Peace & Conflict Studies**, New Delhi, 25 abr. 2005. Disponível em: <<http://www.ipcs.org/article/india-the-world/premier-jiabaos-visit-from-rivals-to-partners-1712.html>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). **Military Expenditure**, Solna, 2012. Disponível em: <<http://www.sipri.org/research/armaments/milex>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

SOARES, João Clemente Baena. Breves considerações sobre a reforma da ONU. In: **Reforma da ONU**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 21 ago. 2009. p. 7-26. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0790.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. Notas sobre a reforma da ONU e o Brasil. In: **Reforma da ONU**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 21 ago. 2009. p.269-304. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0790.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 48, n.1, p. 24-59, jun. 2005. Disponível em: <<http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/pt-br/file/CAD/LXII%20CAD/Temas%20do%20EaD/Soares%20de%20Lima%20Coop%20sul%20sul.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

SOLIANI, André; ZANINI, Fábio. Lula se compromete com o perdão da dívida da Bolívia. **Folha de S.Paulo**, Brasília, 28 abr. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u66446.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

SRI LANKA backs India's bid for UN security council. **Outlookindia.com**, New Delhi, 21 set. 2004. Disponível em: <<http://news.outlookindia.com/items.aspx?artid=250793>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

SRIDHARAN, Kripa. Prime Minister Wen Jiabao's Visit to India. **ISAS (Institute of South Asian Studies) Insights**, Cingapura, n.1, p.1-8, 15 abr. 2005. Disponível em: <<http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=23817>>. Acesso em: 10 dez 2012.

STOLBERG, Sheryl G.; YARDLEY, Jim. Countering China, Obama Backs India for U.N. Council. **The New York Times**, New York, 08 nov. 2010. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2010/11/09/world/asia/09prexy.html?_r=1>. Acesso em: 14 ago. 2010.

SURINAME apoia Brasil como memebro permanente do Conselho de Segurança da ONU. **Agência Brasília**, Brasília, 22 jul. 2003. Disponível em: <<http://agregario.com/suriname-apoia-brasil-como-membro-permanente-do-conselho-de-seguranca-da-onu>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

TORTORIELLO, Alexandre M. Presidente do Chile e Lula defendem reforma da ONU. **BBC Brasil**, Santiago, 24 ago. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u34551.shtml>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

THE UNITED NATIONS (UN). **Charter of the United Nations**. San Francisco, 1945. Disponível em: <<http://www.un.org/en/documents/charter/>>. Acesso em: 05 jul 2012.

THE UNITED NATIONS. **Committee on Contributions**. New York, 2012. Disponível em: <<http://www.un.org/en/ga/contributions/budget.shtml>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

THE UNITED NATIONS (UN). **United Nations Population Information Network**. New York, 2012. Disponível em: <<http://www.un.org/popin/data.html>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

UNITED NATIONS PEACEKEEPING. **Peacekeeping Statistics**. New York, 2012. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

URUGUAI apoia Brasil no Conselho de Segurança. **Terra**, São Paulo, 12 maio 2003. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI106210-EI1194,00-Uruguai+apoia+Brasil+no+Conselho+de+Seguranca.html>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

VAJPAYEE, Atal B. **General Assembly Fifty-third Session 13th plenary meeting**. New York: UNBISNET – United Nations Bibliographic Information System, 24 Sep. 1998. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dhl/>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

VAJPAYEE, Atal B. Prime Minister Atal Bihari Vajpayee's address to the Millennium Summit at the United Nations. **Rediff India Abroad**, New Delhi, Sep. 2000. Disponível em: <<http://www.rediff.com/news/2000/sep/08pmus7.htm>> Acesso em: 20 abr. 2012.

VAJPAYEE, Atal B. Address by the Prime Minister of India, Atal Behari Vajpayee to the 56th Session of the United Nations General Assembly, November 10, 2001. **South Asia Terrorism Portal**, New Delhi, 2001. Disponível em: <[#](http://www.satp.org/satporgtp/countries/india/document/papers/PMonUNAssembly.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2012.

VAJPAYEE, Shri A. B. **Address by Shri Atal Bihari Vajpayee Prime Minister of India at the 57th Session of the United Nations General Assembly New York**. MEA – Ministry of External, 13 Sep. 2002. Disponível em: <<http://www.mea.gov.in/>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

VAJPAYEE, Shri A. B. **Prime Minister's speech at the 58th UN General Assembly**. MEA – Ministry of External. 25 Sep 2003. Disponível em: <<http://www.mea.gov.in/>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

VAJPAYEE, Shri A. B. **Prime Minister's Address at the 59th Session of United Nations General Assembly**. New York: MEA – Ministry of External, 23 Sep. 2004. Disponível em: <<http://www.mea.gov.in/>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

VARGAS, João A. C. Persuadir e legitimar: a argumentação brasileira em favor da Reforma do Conselho de Segurança. **Cena Internacional**, Brasília, v.10, n.2, p. 119-138, 2008. Disponível em: <<http://mundorama.net/2009/06/13/revista-cena-internacional-vol-10-no-2-2008/>>. Acesso em: 10 dez 2012.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.29, n.2, p. 273-335, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002>. Acesso em: 10 dez. 2012.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, São Paulo, v.15, n.2, p. 31-61, nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702003000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 dez. 2012.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. A reforma das Nações Unidas. In: **Reforma da ONU**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 21 ago. 2009. p.81-98. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0790.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

VIRA, Varun. India and UN Peacekeeping: Declining Interest with Grave Implications. **Small Wars Journal**, Washington, D.C., 13 jul. 2012. Disponível em: <<http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/india-and-un-peacekeeping-declining-interest-with-grave-implications>>. Acesso em: 26 ago. 2012.

WAGNER, Christian. From Hard Power to Soft Power? Ideas, Interaction, Institutions, and Images in India's South Asia Policy. **Heidelberg Papers in South Asian and Comparative Politics**, Heidelberg, v. 26, Mar. 2005. (Working Paper, 5). Disponível em: <<http://archiv.ub.uni-heidelberg.de/volltextserver/5436/>>. Acesso em: 10 dez 2012.

WOODWARD, Will. 'An idea whose time has come': Brown backs UN security council seat for India. **The Guardian**, London, 21 Jan. 2008. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/politics/2008/jan/21/india.wto>>. Acesso em: 14 ago. 2012.